

Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio

CAROLINA ALVIM DE OLIVEIRA FREITAS



**Mulheres e periferias
como fronteiras:
o tempo-espaço
das moradoras do
Conjunto Habitacional
José Bonifácio**



Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Ao pé das muralhas de Tróia que o viram, desvairado, fugir de Aquiles, Heitor está agora parado. Ele sabe que vai morrer. Atena o enganou; todos os deuses o abandonaram. O destino de morte (*moira*) já se apoderou dele. Mas, se já não pode vencer e sobreviver, depende dele cumprir o que exige, a seus olhos como aos de seus pares, sua condição de guerreiro: transformar sua morte em glória imperecível, fazer do lote comum a todas as criaturas sujeitas ao traspasso um bem que lhe seja próprio e cujo brilho seja eternamente seu. “Não, eu não pretendo morrer sem luta e sem glória (*akleios*) como também sem algum feito cuja narrativa chegue aos homens por vir (*essoménoisi puthesthai*)”.

Jean Pierre Vernant, *La belle mort et le cadavre outragé* (Trecho da conferência realizada na Universidade de São Paulo em 1977, traduzida por Elisa Kossovitch e João Adolpho Hansen).

Este livro é dedicado à memória do professor Maíque (Mario Henrique Simão D'Agostino), idealizador da Coleção Caramelo.

Freitas, Carolina Alvim de Oliveira

Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do
Conjunto Habitacional José Bonifácio / Carolina Alvim de Oliveira Freitas

-- São Paulo : FAUUSP, 2021. (Coleção Caramelo)

258 p.

ISBN: 978-65-89514-06-0 (impresso)

ISBN: 978-65-89514-10-7 (eletrônico)

DOI: 10.11606/9786589514107

1. Mulheres
 2. Periferia
 3. Conjuntos Habitacionais (Aspectos Sociais)
 4. Trabalho
- I. Título.

CDD 396.9

Serviço Técnica de Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons BY-NC-SA.

Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio

CAROLINA ALVIM DE OLIVEIRA FREITAS



doi 10.11606/9786589514107

Itaquera e a fronteira do Conjunto

Fronteiras entre as relações de gênero e o urbano

- 6** Apresentação
- 8** Prefácio
TIARAJU PABLO
D'ANDREA
- 14** Introdução
CAROLINA ALVIM DE
OLIVEIRA FREITAS
- 24** Itaquera entre a sociedade rural e urbana
- 30** Itaquera como periferia da metrópole
- 36** O Conjunto Habitacional José Bonifácio
- 50** Itaquera na “cidade global”
- 62** O Condomínio Residencial José Bonifácio
- 80** Considerações finais
- 90** Uma interpretação sobre as relações sociais de gênero e raça
- 100** As mulheres brasileiras entre a sociedade rural e urbana
- 114** As mulheres no neoliberalismo
- 128** O gênero feminino nas teorias do urbano
- 132** O gênero no projeto arquitetônico e no planejamento urbano
- 140** O gênero na produção do conhecimento geográfico
- 150** O gênero no estudo do espaço urbano em contexto global
- 158** Considerações finais: exploração, espoliação, opressão... uma unidade?

Cotidiano: gênero e espaço em conjunto

- 166** O cotidiano e a reprodução das relações sociais na Cohab
- 178** Os tempos do apartamento
- 194** Os tempos do condomínio
- 206** Os tempos do conjunto
- 236** Considerações finais

Novas mulheres, novas periferias?

- 240** Novas mulheres, novas periferias?

- 248** Referências bibliográficas

Apresentação

PROF.^a DRA ANA LÚCIA DUARTE LANNA

Diretora da FAUUSP

PROF. DR. MÁRIO HENRIQUE SIMÃO D'AGOSTINO

Presidente da Comissão Editorial da FAUUSP

PROF.^a DRA ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO

PROF.^a DRA MARIA BEATRIZ RUFINO

PROF. DR. LEONARDO MARQUES MONTEIRO

Membros da Comissão Editorial

Coleção Caramelo, que se inicia no ano de 2021, é uma iniciativa da Direção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com fito de promover junto à comunidade científica nacional e internacional a divulgação da produção acadêmica e técnica de nossa escola, pautando-se sempre pela pluralidade e abrangência das contribuições.

Salão Caramelo, palco da diversidade dos trabalhos sempre em exposição e de eventos vários, a nossa ágora, como os estudantes cedo o nomearam, dá título à coleção, a assim se reportar a esse espaço tão simbólico da FAUUSP. Neste ano, três livros são lançados, selecionados por meio de um Edital público, a contemplar docentes, funcionários e discentes, com arbitragem editorial mediante pareceres de professores de universidades de todo o país e coordenado pela Comissão Editorial da Unidade. Consoante regras de Edital, novas cinco obras virão anualmente.

É com grande satisfação, pois, que trazemos a público os três primeiros livros que dão início à Coleção, cujo selo remete a outro espaço emblemático da troca de ideias e do convívio fecundo entre alunos, professores e funcionários: as rampas onde todos se encontram, que marcam o espaço da FAU assim como o Salão Caramelo. Também este selo foi escolhido por meio de concurso, com a ampla participação da comunidade. Os livros, desenvolvidos pela Seção Técnica de Produção Editorial (antigo LPG), contam com a participação do corpo técnico, professores e alunos em todas as etapas de sua produção.

A Diretoria e a Comissão Editorial parabenzam os vencedores, convictas de que um programa regular de publicações por meio de um Edital ao ano em muito contribui para a consolidação democrática de uma política de incentivo à produção e difusão do conhecimento, papel precípua das universidades públicas.

São Paulo, agosto de 2021

Prefácio

TIARAJU PABLO D'ANDREA

Professor da Unifesp, no Instituto das Cidades do Campus Zona Leste.

Coordenador do Centro de Estudos Periféricos. Morador da zona leste e músico.

As fronteiras onde são princípios

Quando soube que a premiada dissertação de mestrado de Carolina Freitas viraria um livro, vibrei. Como morador da zona leste e itaquerense de coração, não pude deixar de expressar meu contentamento ao saber da publicação de um dos trabalhos mais consistentes já feitos sobre o bairro. Carolina Freitas vem se destacando nos estudos urbanos com uma série de textos e trabalhos sobre a relação indissociável (porém nem sempre ressaltada) entre cidade e luta de classes. Cabe ressaltar com ênfase que a tranquilidade com que a autora maneja a teoria e a qualidade de sua prosa são frutos de seu tino de pesquisadora talentosa aliado ao compromisso militante de quem sabe que é nas ruas que o mundo se faz, seja nos protestos massivos em grandes avenidas, seja nas ocupações de terra e de escolas, seja nas conversas dos portões. São dessas experiências de vida e de mundo, lapidadas a risos e a lágrimas, que a autora extrai o sumo de sua obra.

Neste livro, para tratar da conjunção entre as transformações recentes nos espaços periféricos e o papel social desempenhado por mulheres periféricas, Carolina Freitas mobiliza pelo menos três grandes escolas teóricas: a dos estudos de gênero, que vem contribuindo para uma melhor compreensão de nossa sociedade, além de adubarem a terra para tantas lutas protagonizadas por mulheres; a dos estudos urbanos, dando especial ênfase à literatura que compreende a produção do espaço como lócus privilegiado de reprodução do capital; e o marxismo, cada vez mais vivo, atual, pulsante e dinâmico, capaz de nos fornecer poderosas ferramentas analíticas para a compreensão da formação de sujeitos e de subjetividades, sem desconectá-las das estruturas. Longe de cair em armadilhas pós-modernas, o livro comprova que só é possível compreender a fundo o local a partir de análises que levem em consideração a totalidade dos processos sociais em conjunção com a sua história.

É sob essa ótica que a autora coloca o conceito Periferia já no título do livro, em um momento no qual virou moda relativizar a existência dessa condição estrutural de milhões de moradoras e moradores desta metrópole. Triste o tempo histórico onde o óbvio deve ser provado. É evidente que as periferias não possuem as mesmas características daqueles territórios de matagais e ruas de terra da década de 1970. No entanto, suas transformações in-

ternas não fizeram desaparecer o próprio fenômeno que se quer compreender, uma vez que se mantém sua condição de inserção subordinada na dinâmica metropolitana. Afirmar que “o estado chegou nas periferias” como argumento de que já não se pode falar de desigualdades territoriais é uma proposição fraca. Tá legal, eu aceito o argumento, mas não alterem a realidade tanto assim. Por um lado, a presença estatal segue sendo precária, fundamentalmente em tempos de ataques aos direitos e aos serviços públicos. Por outro, é qualitativamente pior se comparada a outros espaços da cidade.

No que tange à presença privada, cabe um lembrete: as periferias não estão apartadas da sociedade. Nestes espaços também existem academias, universidades privadas, whisky, Red Bull, tênis Nike e fuzil...Elas reproduzem as ideologias dominantes ostentando mercadorias e serviços enquanto simulacros de menor valor. Este livro prova bem esta dinâmica. A discussão já não se baliza necessariamente pela comparação entre espaços que “possuem” e espaços “onde falta”. A comparação se dá pela quantidade de recursos que cada espaço maneja. E é a partir da constatação da desigual distribuição de recursos nos espaços da cidade que se pode classificar o que são bairros de elite e o que são periferias. Cabe ressaltar também que a formação e a consolidação das periferias obedecem a lógicas de disputas e apropriações do espaço entre as distintas classes sociais por meio de um processo histórico onde as dinâmicas de valorização, por um lado, e uma geopolítica urbana, por outro, asseguram ganhos de localização a uma classe social como forma de reprodução de seu poder. Isto posto, cabe ressaltar que a fragmentação que constitui a urbanização da cidade de São Paulo não pode sustentar um argumento de aleatoriedade de ocupação dos espaços. Se assim fosse, poderíamos imaginar edifícios espelhados, sedes de grandes corporações na Avenida Jacú-Pessego ou a construção de unidades da Cohab no Jardim Europa. Mas, sabemos, não é assim que funciona. As fragmentações existem, mas salvo raríssimas exceções, os espaços fragmentados se inserem em padrões de macro segregação há muito tempo desenhados na cidade. É nessa lógica que se compreende, por exemplo, a construção da Cohab II em um bairro como Itaquera.

Ah, Itaquera...da velha estação de trem e das batucadas da Leandro. Das caminhadas até o Aquário e dos jogos do Ferrolho.

Quem te viu, quem te vê, Itaquera... agora permeada de shoppings, estádios, viadutos e grandes avenidas. Parece que te enganaram. Parece que nos enganaram. És a maior prova de reprodução no tempo da subordinação do espaço periférico.

Enquanto espaço semirrural, as pedras e as verduras que de ti brotavam sustentaram monumentos e alimentos para a “cidade” de São Paulo. Depois fizeram de ti uma grande plantação de loteamentos populares periféricos. A precariedade transformada em preço de terreno barato foi teu grande atrativo. Quando em ti implantaram edifícios em série em forma de conjuntos habitacionais, vendeu-se a ilusão de que a questão da moradia para as classes populares estava resolvida. Não, não foi desta vez. No ciclo histórico posterior, foste a escolhida como bairro símbolo de uma Nova Classe Média que emergia. A operação ideológica servia para ocultar que, endividada, a denominada Classe C nunca tinha deixado de ser Classe D ainda que a taxassem de Classe B. Por fim, na contemporaneidade, a previsível fusão entre neoliberalismo e fascismo insiste em classificar de “empreendedoras” aquelas e aqueles que só possuem sua máquina de costura ou sua moto e sua força de trabalho a ser explorada sem nenhuma garantia. Te enganam também, Itaquera, quando afirmam que não és mais periferia.

Cabe lembrar, no entanto, que se o âmbito discursivo sempre buscou atender interesses de ocasião, no plano da realidade vivida, em Itaquera não houve um metro de asfalto ou um remédio no posto de saúde que não tenha sido resultado de muita mobilização popular. É a concretude dessas lutas que operará as mudanças necessárias que não se deixam levar pelo triunfalismo vazio de motes como a “favela venceu” e nem o desânimo blasé dos que afirmam que está tudo dominado.

No livro de Carolina Freitas, Itaquera não é o estudo de caso que comprova a teoria. Pelo contrário: é da análise do espaço e de suas relações sociais no tempo que emerge uma teorização capaz de vincular os processos ocorridos no território com processos macroestruturais da sociedade brasileira. Nestas páginas, a periferia ganha centralidade epistemológica.

É a partir desse enquadramento que o livro analisa o Conjunto Habitacional José Bonifácio (Cohab II, para os íntimos) como produção específica de Itaquera. Quando observado naqueles mapas coloridos que indicam índices de desenvolvimento hu-

mano na cidade, o distrito de José Bonifácio sempre foi uma ilha de melhores condições do que todos seus vizinhos. Fatores como asfaltamento e saneamento básico, aliados à própria possibilidade de pagamento da casa própria pelo setor da classe trabalhadora que ali foi habitar (fundamentalmente industrial) denotavam um certo diferencial.

A Cohab II foi concebida e se desenvolveu como espaço destinado a famílias proletárias, sob a premissa de uma paulatina inserção de Itaquera nos ciclos de valorização da terra e da periferia como bolsão valorizável do capital, articulada à promessa de integração da classe trabalhadora à sociedade de consumo por meio da propriedade da casa e do emprego fixo.

Não podemos esquecer que a localização dessa Cohab é distante do centro de Itaquera. Desse modo, foi necessário um esforço de implantação de infraestrutura urbana expressa em asfaltamento, saneamento básico e iluminação pública, por exemplo. Os terrenos circundantes ao conjunto, na época intitulados “vazios urbanos”, se valorizaram no processo. Toda a periferia foi constituída assim, por meio desse estratagema oriundo dos primórdios do capitalismo, mas que segue sendo eficaz.

Quando da análise das formas rígidas dos edifícios e dos arruamentos da Cohab II, a veia de urbanista da autora é ressaltada, fundamentalmente na análise da relação dialética entre forma espacial e relações sociais, com mútuos condicionamentos e determinações. É a partir da compreensão da conjunção entre espaço, relações sociais e tempo histórico que a autora chega a uma das conclusões mais importantes do livro: os espaços periféricos e os corpos femininos são moldados pelos processos de acumulação e expansão do capital, que em cada ciclo econômico impõe novos arranjos. Disso decorre a ideia de fronteira utilizada pela autora para compreender periferia e mulheres periféricas. Fronteiras que, ao serem incorporadas de maneira precarizada nas dinâmicas econômicas, adquirem centralidade ao possibilitarem maiores ganhos.

É nessa senda teórica que a autora observa mudanças na inserção das mulheres periféricas no mercado de trabalho ocorrendo em paralelo às mudanças e redefinições dos usos dos espaços de moradia. A dona de casa desempregada, a moça que abre um comércio na garagem, a mãe que cuida de crianças das vizinhas e a empregada doméstica sem carteira de trabalho que atravessa

a cidade todos os dias são expressões dessa tripla transformação que ocorre entrelaçando mundo do trabalho, relações sociais e espaço da Cohab, sob a égide do neoliberalismo. São histórias e crônicas de um Brasil conjugados nos 42 metros quadrados de cada apartamento.

Ao mesmo tempo, a autora observa o processo de transformação do conjunto em condomínio por meio da absorção dos valores burgueses de utilização do espaço: muros altos, câmeras de vigilância, relações de exploração e subalternidade com funcionários do próprio prédio. É a incorporação da ideologia neoliberal ocorrendo em paralelo à precarização da vida e à diminuição dos direitos.

Nesta operação de reproduzir a força de trabalho ao menor nível possível, o capital opera inclusive na criação de hierarquias internas à própria classe trabalhadora, que também passa subjetivamente a se recriar a partir dessas hierarquias e a operar objetivamente a partir delas. É nesse ponto que raça e gênero passam a ser variáveis fundamentais nos modos de exploração. No entanto, entre derrotas e avanços, as experiências da classe se atualizam de geração em geração. As mulheres de ontem e as mulheres de hoje seguem sendo as verdadeiras forças motrizes da construção das paisagens periféricas e das transformações estruturais da sociedade. São as mulheres e são as periferias as portadoras do novo mundo que há de se erguer sobre os escombros do velho.

Por fim, uma nota pessoal: entre 1983 e 1984 morei na Cohab II. Erámos uma família sem teto composta por mim, meu irmão e minha mãe. Fomos os três acolhidos por uma família moradora de um apartamento recém entregue, bem em frente à Praça Brasil. Naquele tempo a praça era um lamaçal e duas linhas de ônibus faziam ponto final: uma ao metrô Tatuapé, outra para o centro. Aquele conjunto habitacional precário, de tijolos à vista, terrenos baldios e prédios sem muros ao redor foi palco de um capítulo da minha história, impregnando com seu véu cinza nossas dores da pobreza. Mas já não somos mais silêncio. Ainda bem que agora já existem livros que contam a história de mulheres aguerridas como minha mãe.

Zona Leste, agosto de 2021.

Introdução

CAROLINA ALVIM DE OLIVEIRA FREITAS

O intuito deste livro é enxergar ligações, similaridades, evidências e causas comuns entre transformações – *processos em movimento* – tratadas frequentemente de maneira distinta e não associada nas produções científicas.

Estes processos são relativos, por um lado, às atividades sociais femininas na passagem do século xx para o século xxi, sua importância no âmbito da *reestruturação capitalista*, própria de uma era de “acumulação flexível”¹. O que se busca compreender aqui é sobre quais sentidos novos que brotam das necessidades reprodutivas nesse contexto, e como são imputadas socialmente às mulheres combinações entre representações novas e tradicionais.

Por outro lado, nessa mesma totalidade, as transformações também se referem ao que se pode chamar *reestruturação imobiliária* (PEREIRA, 2005) e a um fenômeno específico desse processo que é a expansão das relações capitalistas de produção do espaço por meio da consolidação de loteamentos, ocupações, favelas, conjuntos habitacionais produzidos através das décadas.

Quais as implicações da chegada do Estado, da produção de infraestrutura, equipamentos, serviços; como interage o capital com essa produção; e como ele protagoniza estas e outras produções e apropriações que modificam não apenas a paisagem, o ambiente construído, mas as relações humanas que se fundam e se fundem no espaço?

O pressuposto teórico que atravessa este livro é de que o espaço urbano é constituído e constitui as dinâmicas de produção e reprodução social. Ou seja, não é lugar físico das relações humanas e, marcadamente, das relações humanas de produção, mas elemento constitutivo, mediador e indutor destas (LEFEBVRE, 2001, p. 138).

Por esta razão metodológica, na simbiose da relação entre espaço e sociedade, a leitura sobre as intervenções do Estado e do capital na construção do urbano deve abranger a noção do espaço como síntese produzida e produtora das relações de classe, de gênero e de raça, desde a construção imediata do ambiente até a dimensão global e total dessa produção.

Então, a ideia aqui é entender como se dá essa reprodução racializada e generificada da força de trabalho por meio do espaço

social e enxergar como esse modo de reprodução particular da periferia do capitalismo se combina com a vocação revigorada e autoexpansiva do capital imobiliário.

Não estão separados o desenvolvimento histórico capitalista – portanto corporificado e diferenciado internamente à força de trabalho pelo gênero e a raça – da lógica da produção capitalista do espaço. Marx rejeita a separação entre a realidade e a apreensão da realidade no pensamento: ao contrário, supõe que há uma unidade dialética entre os níveis lógico e histórico. Não se trata de propor apenas uma junção, uma unidade simples entre a teoria e a realidade, mas de compreender como as categorias teóricas derivam do desenvolvimento histórico. Não há capitalismo abstrato ou indiferente às formas históricas e as relações sociais concretas.

Por isso, embora o capitalismo seja anunciado (ideo)logicamente como a formação social humana da livre concorrência, historicamente nunca houve condições materiais aptas à liberdade dos seres em concorrer no mercado. Caso houvesse, populações negras e femininas, por exemplo, seriam igualmente valorizadas como força de trabalho no mercado das trocas².

Ao passo de séculos e séculos, o modo de produção dependeu, para sua realização, de que *status* originais, ou atribuições naturais, assumissem forma de aquisição social, justamente sob a aparência da livre competição (SAFFIOTI, 2009)³. A ausência, na trajetória das sociedades capitalistas, de constituições que não partissem da diferenciação valorativa entre o trabalho branco e o trabalho racializado, entre o trabalho masculino e feminino, ou entre nacionalidades distintas, por exemplo, faz crer que a superação deste modelo divisório e hierárquico não virá de uma progressão interna às bases do próprio modo de produção. Em verdade, as diferenciações produzidas e apropriadas ao longo do desenvolvimento histórico parecem se manifestar como o oposto do que seria um obstáculo à acumulação capitalista, pois se realizaram mais, até agora, como alavanca da sua sobrevivência.

E é essa mesma ideia de alavanca que pode ser mobilizada para pensar a produção doméstica da habitação proletária, que serviu como suporte à expansão da metrópole de São Paulo,

em meio ao crescimento demográfico e econômico dos anos 50, 60 e 70. A “urbanização de baixos salários” (CAMARGO et al., 1975), realizada mediante o trabalho não pago das famílias trabalhadoras, combinou taxas de superexploração do trabalho com processos de valorização fundiária e imobiliária em outras partes da metrópole⁴.

Há hoje novas repercussões no alijamento dos trabalhadores na apropriação da metrópole, ilustradas a partir da segregação residencial, de consumo e circulação, do sucateamento e privatização de serviços e equipamentos públicos, e da mercantilização generalizada dos meios de reprodução da vida. Combinam-se, de um lado, processos renovados de precarização das condições de vida urbana e, de outro, novidades nos mecanismos de concentração de renda e apropriação privada da cidade.

Se a metrópole de São Paulo é marcada pelas suas aguçadas contradições socioespaciais, é preciso notabilizar, nesse ínterim, como as mulheres das classes trabalhadoras urbanas são submetidas a essas determinações. Em outras palavras, quais são os aspectos a serem destacados na produção de vida material das mulheres e na produção do espaço metropolitano que se condensam em um mesmo movimento.

É certo que a classe trabalhadora em São Paulo nunca usufruiu de políticas de Estado que se aproximassem do *welfare state* europeu⁵. Mesmo assim, no que se refere aos custos de reprodução de força de trabalho, as políticas neoliberais, desde pelo menos a década de 1990, parecem qualitativamente distintas no que se refere às imposições da precarização das condições da vida social urbana⁶. A formação atual do capitalismo parece ampliar as contradições entre a produção e a reprodução social, entre o valor de uso e o valor de troca a partir da generalização da forma mercadoria a todos os níveis e instâncias da vida.

Como dito, a urbanização baseada no trabalho reprodutivo não pago foi parte das “vantagens competitivas” do alavancamento econômico que desidratou sistematicamente os custos de reprodução da força de trabalho no processo de industrialização tardia nos países periféricos do capitalismo no século xx, como o Brasil:

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvi-

mento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (KOWARICK, 1979, p. 41).

As relações entre a industrialização e a urbanização repercutem não apenas no modo de produção do ambiente doméstico, na construção imediata da casa, mas também na reprodução dela, das suas formas e funções. A espoliação urbana, na sua extensão, ao que parece, também se constituiu como “espoliação doméstica”.

Os trabalhos de manutenção e cuidados, antes da sociedade de domínio industrial, eram notavelmente distintos; a economia manufatureira definia com outros parâmetros a produção e a reprodução. De modo geral, por que a produção de riqueza e meios de subsistência eram centrados na casa e nas terras de cultivo, as mulheres trabalhavam no âmbito doméstico, mas na condição de trabalhadoras produtivas (DAVIS, 2016, p. 45).

Quando a produção se desloca para a fábrica, há um rompimento significativo entre a vida doméstica e a vida produtiva, marcada principalmente por seu sentido espacial. A casa perde seu sentido anterior de produção e passa a funcionar como resquício não industrial na sociedade onde domina o modo de produção industrial. A imposição social do trabalho doméstico às mulheres se une, diante desse aspecto, ao processo geral de urbanização, também realizado pelo trabalho não pago.

Se esta similaridade entre o trabalho doméstico feminino e o trabalho doméstico de construção – ambos não pagos, portanto não capitalistas – não fora notabilizada com o destaque necessário nos estudos sobre a metrópole de São Paulo no século xx, são necessárias, além da revisão teórica sobre a formação dependente do capitalismo brasileiro e a superexploração da força de trabalho, identificar elementos de implicação desta formação na contemporaneidade, quais são as novas formas espoliativas dos espaços da periferia, notabilizando o processo de incompletude na sua incorporação à metrópole e sua sucessão de novos ciclos de valorização imobiliária⁷.

O regime de acumulação flexível metaboliza formas tradicionais de extração de mais-valor com métodos avançados e atualizados, fazendo convergir a realidade de consolidação das periferias e a de consolidação da força de trabalho feminina no mercado. A valorização e a capitalização da produção de imóveis e serviços – pilares da reestruturação urbana – absorvem mão de obra feminina e negra nas centralidades, enquanto as atividades de reprodução destas mulheres no espaço doméstico habitacional são rearranjadas como fronteiras espoliativas na periferia.

O esquema universalista abstrato, de representação da sociedade industrial, que explicou a mulher relegada ao espaço privativo habitacional, sendo oprimida pela figura masculina da família nuclear monogâmica, não corresponde à história da formação social brasileira. É certo que as mulheres negras e pobres, profundamente marcadas por mais de três séculos de economia baseada no trabalho escravizado, sempre participaram economicamente da reprodução das famílias nesta história particular de acumulação originária capitalista; uma história da exploração, da opressão e da dominação do trabalho e, portanto, da economia material da violência (GONZALEZ, 2020).

A casa é um espaço intermitente na industrialização brasileira, uma vez que o seu modo de produção forja a acumulação capitalista mesmo sendo, em si mesmo, não capitalista. Isto é, há um enorme conjunto do trabalho social que não se realiza enquanto valor na acepção da crítica da economia política, mas que passa a ser constitutivo das condições de produção do mais-valor nesta tipicidade dependente, de radical subalternidade social.

Hoje, a persistência da desoneração pelo capital dos custos de reprodução social tende a onerar ainda mais as mulheres economicamente responsáveis por seus filhos, maiores alvos da precarização geral da vida urbana. São combinados, assim, o crescimento da participação no mercado de trabalho e na chefia familiar, enquanto a diferença salarial em relação aos homens e as obrigações domésticas persistem (IPEA, 2016)⁸. Uma combinação impossível, mesmo assim permanente, nas tensões da oposição social entre capital e trabalho.

A ideia de fronteira a ser atravessada, de espaço a ser conquistado, une os assuntos (mulheres e periferias), já que se interpreta que tanto a periferia urbana como o corpo feminino são, em processos em movimento na totalidade social, *margens* a serem apropriadas pelo capital. Este é o fio condutor que orienta os capítulos deste livro.

Junho de 2021

Notas

¹ “As coordenações de mercado (frequentemente do tipo subcontratação) se expandiram em prejuízo do planejamento corporativo direto no âmbito do sistema de produção e apropriação de mais valia. A natureza e a composição da classe trabalhadora global também se modificaram, o mesmo ocorrendo com as condições de formação de consciência e de ação política. [...] As relações de gênero também se tornaram muito mais complicadas, ao mesmo tempo que o recurso à força de trabalho feminina passou por ampla disseminação. Do mesmo modo, aumentou a base social de ideologias de empreedimentismo, paternalismo e privatismo” (HARVEY, 1996, p. 179).

² “Se o capitalismo depende de uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através de relações de gênero, de classe, de raças e das práticas sociais. A superposição e articulação de distintas esferas da prática social, muito mais do que lógicas inerentes ao capital, à estrutura da família ou ao Estado constroem as práticas, reproduzem-nas, reconstroem” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 157).

³ “Já que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, é preciso renovar, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certos contingentes populacionais (contingente este que pode variar e efetivamente varia segundo as condições sócio-culturais de cada concreção singular da sociedade de classes) como se a ordem social competitiva não se expandisse suficientemente, isto é, como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência” (SAFFIOTI, 2009, p. 126).

⁴ As empresas transferem assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) e os de transporte para o próprio trabalhador e os custos dos serviços urbanos básicos, quando existentes, para o âmbito do Estado [...] Surge no cenário urbano o que será designado “periferia”: aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção (CAMARGO et al., 1975, p. 25).

⁵ “Na cidade de São Paulo, principal centro industrial da periferia mundial, não houve a manifestação plena do fordismo, apenas parcial e restrita a poucos segmentos da sociedade. O funcionamento recorrentemente desfavorável do mercado de trabalho aos paulistanos bloqueou a condição salarial, e o imobilismo do poder público na ação civilizatória do capitalismo periférico contribuiu para a construção de uma sociedade apartada, mesmo diante da geração de tanta riqueza” (POCHMANN, 2001, p. 101).

⁶ “O objetivo das políticas neoliberais desde 1980, mais ou menos, tem sido despejar esses custos nos comuns globais de reprodução social e do meio ambiente, criando, por assim dizer, comuns negativos nos quais populações inteiras são hoje obrigadas a viver. As questões de reprodução social, gênero e comuns estão interligadas” (HARVEY, 2012, p. 165).

⁷ “As décadas de consolidação progressiva dos territórios populares – favelas, loteamentos periféricos e conjuntos habitacionais – não nos permitem mais falar em um espaço dual, marcado pela diferença centro/periferia. Se, por um lado, os espaços que se constituíram nos anos do grande crescimento urbano (1960 – 1980) são hoje dotados de água, luz, equipamentos públicos e espaços comerciais, por outro, uma geografia da pobreza e da vulnerabilidade social, muito mais heterogênea e complexa, define o “lugar dos pobres” na cidade, um grupo social também muito mais heterogêneo” (ROLNIK, 2015, p. 265).

⁸ Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) sobre o intervalo de 2004 a 2014, a jornada total das mulheres (trabalho no mercado e trabalho doméstico) aumentou uma hora nos últimos 10 anos, sendo superior em cinco horas em relação à jornada masculina. A média da jornada feminina fora de casa permaneceu em 35 horas e meia e também se manteve a diferença de renda salarial, sendo a renda por trabalho formal entre as mulheres 25% menor (aproximadamente) que a dos homens.

**Itaque
a fron
do Co**

ra e

teira

njunto

Itaquera entre a sociedade rural e urbana

Muito embora alguns estudos remontem o início da história de Itaquera à chegada da Estação Férrea em 1877, sua ocupação humana é bastante anterior, apontando registros de aldeias indígenas e presença jesuíta já no século xvii. Documentos datam 1620 como o ano da construção da Capela de São Miguel na Aldeia de São Miguel do Ururaí. A grande área que compreende seu perímetro hoje era composta por quatro sesmarias, cujas terras eram entrecortadas e divididas pelo ribeirão Jacú e pelo rio Aricanduva.

Arquivos da pesquisa de Lemos (1999, p. 22) sugerem que em 1722 a soma destas terras foi transmitida à Província Carmelitana Fluminense, depois da debandada dos jesuítas da região¹. Era um local de pouso bandeirante em direção às Gerais, num caminho do ouro anteriormente aberto pelos indígenas Guaianases². Apesar de haver indícios de ocupação desde o século xvi, foi a Fazenda do Carmo que a consagrou na história da cidade, no final do século xviii. Recebida como doação pela Ordem das Carmelitas, a área serviu ao plantio de café, laranjeiras, chás, verduras e frutas, além da criação de gado (LEMOS, 1999, p 24).

A chegada do trem da 'Estrada do Norte' em 1877 aguçou um novo ritmo de crescimento e adensamento em Itaquera. A ocupação fazendeira de produção agrícola, que convivia com o cultivo da terra para subsistência das pequenas vilas, passou a ser fracionada, no contexto de criação do novo regime fundiário inaugurado oficialmente pela Lei de Terras de 1850. Foi uma condição nova e notável para o crescimento (do) urbano.

A estação de São Miguel, como era chamada a parada da estrada de ferro em Itaquera, tinha uma localização privilegiada por intermediar a distância entre São Paulo e Mogi das Cruzes, na ligação que ia até o Rio de Janeiro. A implementação das vias férreas demarcou toda a área suburbana que definiria os alcances geográficos do crescimento da cidade de São Paulo ao longo do século xx (LEMOS, 1999, p. 44).

Os trechos territoriais da antiga Fazenda do Carmo foram desapropriados para dar lugar ao trem e, pouco tempo depois da inauguração da estação em Itaquera, cresceu o adensamento populacional na região. Não é marginal na história da produção espacial paulistana a presença do trem nesta região ao leste da

cidade. É especialmente pelo encontro das estradas de ferro que São Paulo passa a ter relevância comercial a nível nacional, seja por sua ligação com a capital no Rio de Janeiro, seja pela conexão com o Porto de Santos. A própria industrialização na primeira metade do século xx na cidade, na transição do período cafeeiro no Estado, deve-se também a esta estruturação férrea³.

Não apenas as ferrovias, mas também a política de imigração no final do século xix contribuiu enormemente para o avanço da urbanização em São Paulo. Além da imigração europeia situada na região do Brás/Mooça neste período, que se expandia para o extremo leste, a imigração japonesa, depois da Primeira Guerra, teve um papel crucial nas transformações de ocupação espacial em Itaquera.

Uma grande gleba pertencente à Fazenda do Carmo, na década de 1920, foi parcelada, vendida e adquirida pela colônia japonesa. Os japoneses modificam a tradicional estrutura produtiva agrícola na região, organizando o negócio hortifrutigranjeiro, que contribuiu qualitativamente para esse momento de intermitência entre rural e urbano, na formação de um cinturão verde da capital, que passa a acompanhar e abastecer seu crescimento e a diversificação do consumo alimentar (LEMONS, 1999, p. 59).

Além da exploração da terra para a agricultura e o comércio, Itaquera conviveu com a instalação, também a partir dos anos 1920, de pedreiras. A origem guaianás do nome Itaquera significa “pedra dura”, recurso abundante em sua formação geológica que foi explorado no contexto de transformações do ambiente rural. A agricultura tradicional foi sendo transformada em negócio hortifrutigranjeiro a partir das mudanças na forma de propriedade que operavam na transição do século xix para o xx, e a exploração extrativista industrializante das pedreiras pôde aparecer justamente por esta circunstância. As pedreiras são mais um aspecto na relação dialética entre o rural e o urbano que, mais do que organizados em períodos históricos sequenciais, foram, de certo modo, complementares nesta formação imbricada.

O trabalho nas pedreiras não foi apenas elemento da paisagem suburbana em formação, interstício entre ruralidade e urbanidade, mas permitiu o arranque na construção civil e nas obras públicas da cidade, em processo de urbanização neste início do

século xx, fornecendo os materiais necessários para erguer a Catedral da Sé e o Obelisco do Ibirapuera, por exemplo (ITAQUERA, s.d.). A Pedreira União, fundada na década de 1920 e fechada nos anos 1970, foi uma das primeiras da região⁴.

Se até o século xix viviam ali jesuítas, indígenas, escravizados, camponeses e fazendeiros, no começo do século xx os setores da população ocupante deste intermitente rural-urbano em formação eram famílias que construíram a estação férrea; trabalhadores de pedreiras e olarias; trabalhadores de pequenos serviços e armazéns; operários que eram empregados nas indústrias instaladas nas porções mais centrais da zona leste, como a Penha, ou em regiões industrializadas como Guarulhos e Mogi das Cruzes; além dos imigrantes japoneses que exploravam comercialmente o ramo hortifrutigranjeiro para o abastecimento da cidade no mercado municipal pelo transporte do trem.

A importância de Itaquera na primeira metade do século xx, como região comercial, de passagem do trem e de produção alimentícia, sem dúvida foi obstaculizada pela falta de empregos e de infraestrutura urbana (água encanada, luz elétrica, asfaltamento), já instalada nas áreas industrializadas de São Paulo⁵.

Naquilo que se pode resumir em relação à trajetória histórica linear desta região da cidade, fica em destaque a estruturação da estrada de ferro que passava por ela e permitiu seu adensamento populacional, combinado com o parcelamento do solo, plenamente associado a um processo mais geral de produção do espaço urbano.

Sua “suburbanidade”, ou seja, seu caráter rural com “porvir urbano”, serviu para alimentar a consolidação da industrialização e da urbanização em outras áreas da cidade no início do século passado, seja pela matéria-prima extraída nas pedreiras, seja pelas frutas, hortaliças e outros gêneros alimentícios produzidos nas chácaras dos imigrantes japoneses que abasteciam o mercado municipal. É assim que categoriza José de Souza Martins:

No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de

pão e broa, jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano. A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos [...] (MARTINS, 2001, p. 78).

A ideia linear de transição de espaço rural a espaço industrial, e de espaço industrial a espaço urbano, como apresentada por Lefebvre (2001, p. 18), na relação diacrônica entre espaço e tempo, não pode ser confundido com o corrente esquema formal das linhas do tempo. A linha formal do tempo – enquanto representação do espaço – organiza as transformações como etapas em sequência estanque; é, por isso, mais uma representação para a compreensão formal, ou seja, um resgate do passado para referenciar-se ao presente, do que uma explicação investigativa que, sobretudo, dá sentidos a este passado. De acordo com o autor, o “organicismo com suas implicações, a saber, o evolucionismo simplificador de muitos historiadores e o continuísmo ingênuo de muitos sociólogos, ocultou as características específicas da realidade urbana” (LEFEBVRE, 2001, p. 57).

Por meio do método dialético, no entanto, torna-se possível vislumbrar Itaquera, sua ruralidade em contínua transformação, a exploração da terra para renda extrativa e agrícola, como contribuição efetiva para a centralidade urbana que se formava; uma presença no processo mais amplo e concatenado de reestruturação fundiária e industrialização de São Paulo. Um conjunto de acontecimentos em permanente relação com a totalidade de expansão da metrópole.

Notas

¹ A autora afirma, em trabalho de recuperação da história do bairro, que “Itaquera não é um bairro sem história anterior a estrada de ferro [...] se remontarmos à sua função de passagem para o aldeamento de São Miguel do Ururaí, a história liga-se intimamente a do desbravamento paulista dos primórdios da colonização jesuítica” (p. 12).

² “Surgiu o chamado Caminho dos Guaianazes, que ia se entroncar nas alturas do “Guaratinguetá” com o caminho velho que até ali chegara passando por Cunha, procedente do litoral de Parati. Ao iniciar o século XVIII (1700), a Penha de França, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes eram as primeiras etapas dessa longa viagem de dois meses. Foi deste caminho que surgiu um simples pouso de viajantes chamado Itaquera, a mesma denominação de um córrego ali existente” (LEMOS, 1999, p. 24).

³ O governo da província de São Paulo, à época liderado por João Teodoro, menciona em relatório especial de 1875 para a Assembleia Legislativa Provincial: “É de esperar que abandonemos quanto antes a inqualificável timidez, que tem conservado até hoje este Imperio sem caminhos de ferro; não mais estimulado pelo maravilhoso exemplo dos Estados-Unidos, que, desde annos, excede a toda a Europa reunida em extensão de vias-ferreas; mas já pelas republicas sul-americanas, notoriamente pela republica do Perú, que brilhantemente construiu dois caminhos de ferro através dos Andes, gigantescos de projecto, assombrosos na execução!” (SÃO PAULO, 1875).

⁴ Uma antiga moradora de Itaquera, filha de um italiano que trabalhou na Pedreira logo em seu início, descreve, em interessante depoimento, quais eram as condições de moradia e trabalho dos operários: “[...] tinha muitas que vieram de Minas, outras do Norte, né, mas muitos eram nascidos aqui mesmo. Então não tinha firmas aqui na região, então o forte do trabalho aqui na região antigamente era pedreiras, sabe, abertura de estradas, que depois começou já melhorar, mas no começo era olarias e pedreiras. Então tinha os funcionários que moravam dentro, era um acampamento assim: era um grupo de casas [...] Eram casas de madeira, pau-a-pique [...] eles não tinham assim, como se diz, fartura, quando eles tinham emprego eles não tinha assim muita fartura, mas eles tinha uma vida pobre, mas com pelo menos um teto para morar, né? [...] eram pessoas muitas analfabetas, mas eles eram obedientes [...]” (MONTEIRO, 2003).

⁵ Como há sempre uma defasagem entre a utilidade pública e os resultados dessa para a população, é só a partir de 1920, mas sobretudo de 1940 que Itaquera terá bem nítida a sua função de subúrbio dormitório. De início servia de dormitório para trabalhadores do centro; a partir de 1950, já em plena era das rodovias, o âmbito da área de emprego dos operários vai se estender bem mais, para Mogi, Santo André, Itaquaquecetuba e Guarulhos (LEMOS, 1999, p. 45).

Itaquera como periferia da metrópole

A economia cafeeira, promotora da industrialização da cidade, impulsionou um crescimento populacional forte associado à migração interna no país. Vão se consolidando bairros operários ao redor das fábricas e, em paralelo, inicia-se com mais força o processo de valorização da terra urbana em razão da demanda de moradia.

O modelo urbano rodoviarista do engenheiro e prefeito de São Paulo entre os anos de 1938 e 1945, Francisco Prestes Maia, foi amplamente estudado em pesquisas na área do planejamento urbano. Seu famoso *Plano de Avenidas* também dizia respeito à zona leste da cidade. Embora o projeto da Avenida Radial Leste tenha sido apresentado na década de 1940, as obras foram iniciadas somente em 1957. Sua construção acompanhou a faixa patrimonial que pertencia à Estrada Central do Brasil – aquela mesma que, no século anterior, havia permitido o desenvolvimento suburbano de Itaquera.

A inauguração da grande via, junto a outras obras públicas, como pontes e viadutos, nos anos que se seguiram, certamente vetorizaram uma nova e significativa valorização fundiária e imobiliária na zona leste da cidade, que também destravava as possibilidades de crescimento urbano rumo ao extremo.

Mais tarde, como técnico, depois de ser prefeito pela primeira vez, Prestes Maia passou a se destacar pela defesa estratégica da criação de linhas de metrô na cidade, de modo que a urbanização fosse direcionada e realizada em escala metropolitana. Em 1956, participou do estudo que resultou no *Anteprojeto de um Sistema de Transporte Rápido Metropolitano*.

A concepção do prefeito em alargar a cidade pelo projeto do metrô foi fundamental para que a “visão metropolitana global” fosse vencedora na disputa dos projetos urbanísticos de então, opondo-se à ideia de conservar a cidade numa escala menor, contendo sua expansão, de modo que fosse garantida a proximidade entre a moradia e o trabalho para seus habitantes (RAMALHOSO, 2013). O *Anteprojeto*, destacando o metrô como ferramenta de expansão urbana, apresentava mais explicitamente a proximidade existente entre a política de transportes e uma ideologia urbanística, que aprimoravam juntas um novo tipo de gestão estatal das transformações socioespaciais na metrópole. O metrô seria

condutor da expansão da urbanização e, ao mesmo tempo, intensificaria o uso e a ocupação das áreas ao redor das linhas (MAYER, 1991 apud RAMALHOSO, 2013).

A estratégia de urbanização de Prestes Maia influenciou, anos mais tarde, a criação da empresa pública do Metropolitano, em 1968. Faria Lima, à época prefeito da cidade, deu seguimento à concepção de grandes vias rodoviárias (foi responsável pela construção da Avenida Vinte e Três de Maio e da Avenida Bandeirantes) e de promover o transporte rápido como forma de expandir (também rapidamente) a metrópole.

Paralelamente aos órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento urbano da prefeitura, foi criado neste mesmo momento o Grupo de Estudo Permanente (GEP), em 1967. Era uma instância mista, em que participavam membros da gestão de Faria Lima e empresas privadas de consultoria. Daí origina-se o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB) um documento histórico de grande relevância para a compreensão da trajetória da metropolização da cidade.

O PUB foi elaborado entre 1968 e 1969, por empresas nacionais e estrangeiras contratadas pela prefeitura. Em relação aos planos que o antecederam e sucederam, pode ser considerado o mais robusto e ambicioso, justamente por contemplar em suas diretrizes a região metropolitana, e não mais o limite administrativo do município. Como o próprio documento registra, seus objetivos levavam em consideração o processo de “conurbação” da cidade. Nele previa-se um crescimento espacial e demográfico muito significativo para o futuro próximo.

Os vetores de crescimento metropolitano contemplavam a zona leste. Segundo seu primeiro volume,

Como diretriz básica, deverão ser selecionadas áreas prioritárias de planejamento, entre as quais se situam os centros sub-regionais propostos neste estudo, como Santo Amaro, Itaquera e Parelheiros. Ao poder público caberá dentro desse escopo, detalhar o tipo de desenvolvimento desejado nessas áreas, planejá-lo segundo as principais categorias de uso [...] Entre as principais medidas a serem adotadas com vistas a tais diretrizes, apontam-se providências para as necessárias desapropriações, concessão de isenções

e estímulos fiscais diversos e criação de infra-estrutura urbana adequada (SÃO PAULO, 1969, p. 143).

O interesse dos planejadores da prefeitura em tornar Itaquera uma centralidade regional se relacionava com o fato de conter em seu perímetro vastas áreas rurais ainda desocupadas, passíveis de darem lugar a um terminal e a um pátio de manutenção, no plano de uma linha de metrô. Além disso, o almejado adensamento populacional em escalas inéditas também encontrava condições no grande “vazio” nos limites da cidade.

O PUB, baseado no modelo que se convencionou chamar *Super Plano*, trouxe estudos detalhados a respeito de todas as esferas da vida urbana em escala regional. No levantamento feito, tem-se que, em 1968, 43,4% dos habitantes de Itaquera entrevistados vivem ali há menos de quinze anos; 30,7% vivia ali de quinze a vinte anos, e 25,5% há mais de vinte e cinco anos (SÃO PAULO, 1969, p. 514).

No resumo de distribuição por local de nascimento, nota-se que 10,2% da população local nascera no município de São Paulo, 30,7% no Estado de São Paulo e fora da área metropolitana abrangida pela pesquisa, 48,7% em outros estados do país e 10,2% vinha de países estrangeiros (SÃO PAULO, 1969, p. 517). O documento aponta também que Itaquera tinha uma das menores rendas médias mensais por domicílio, em comparação com outros bairros da região metropolitana (SÃO PAULO, 1969, p. 552).

A respeito do cenário infraestrutural da região, indica que, no mesmo ano de 1968, não havia sistema de abastecimento de água em 54% das moradias, não havia sistema de esgoto em 80% delas e 60% delas eram localizadas em ruas não pavimentadas (RAMALHOSO, 2013, p. 69).

Embora fosse nitidamente drástica a situação local de Itaquera, o PUB intencionava tornar a região um grande polo de desenvolvimento, uma centralidade na periferia da cidade. Apresentava o objetivo de construir ali um complexo de serviços e comércio para a geração de empregos, além de equipamentos públicos ligados à saúde, educação, cultura e esporte.

É nesse mesmo período que se começa a ventilar a possibilidade de ceder um grande terreno, nos arredores das pedreiras, ao Sport Club Corinthians Paulista, para a construção de um está-

dio de futebol. Anos mais tarde, já no fim da década de 1970, a prefeitura cede a área ao clube, muito próxima também às áreas onde foram construídos os primeiros conjuntos habitacionais da Cohab em Itaquera.

A intenção do Plano, como se notou, não se debruçou somente no planejamento de obras e equipamentos públicos para a região. Abrangia também interesses no desenvolvimento de negócios privados para o atendimento da demanda futura, na previsão ousada de um vultoso adensamento populacional neste que seria um centro regional.

Não se dissociaram, portanto, nem na concepção, nem no planejamento de efetivação dos interesses, o Estado e o mercado no conteúdo do PUB A opção pelo desenvolvimento com patrocínio estatal – infraestrutura, transporte, habitação, serviços públicos – combinava-se com o ajuste espacial que permitiria o assentamento do capital naquele território. Diz o Plano que “Em Santo Amaro, Itaquera e Parelheiros, deverão ser criados centros comerciais e de negócios, onde, além de shopping-centers e lojas de comércio varejista, se implantará equipamento adequado para determinadas atividades culturais e recreativas” (SÃO PAULO, 1969, p. 143).

Mas, como atingir objetivos tão ambiciosos, se a realidade local mapeada estava significativamente distante daquelas metas e do próprio crescimento urbanizado das regiões geográficas mais centrais de São Paulo?

Segundo dados do IBGE, Itaquera abrigava 15 mil pessoas em 1950 e 36 mil em 1960. Nos anos 1970, o número de habitantes cresce para quase 130 mil. O aumento significativo dos anos 1960 para os anos 1970 é expressivo do padrão periférico de crescimento urbano, associado à industrialização e a migração da população nordestina que vinha compor a mão de obra na cidade.

Para a explicação desse padrão, no qual se insere a trajetória histórica de Itaquera, Mautner (2010) apresenta a dominação da forma trinômica da metropolização de São Paulo, baseada no *loteamento clandestino - casa própria - autoconstrução*, na “predominância de um estágio extensivo de acumulação” que se refletiu “em baixos níveis de reprodução” (MAUTNER, 2010, p. 255).

Os arruamentos informais nas glebas ainda vazias não deram lugar a uma equipagem infraestrutural linear nas periferias, pelo contrário: deu-se de modo descontínuo, frequentemente sob a pressão de reivindicações populares. Para a autora, “o resultado é um espaço construído que, mesmo feito em loteamentos à margem da legalidade urbanística estabelecida, pelo trabalho irregular e recursos técnicos precários, reproduz um espaço urbano pronto para ser incorporado à cidade (2010, p. 252).

Entre os anos 60 e 70, estes loteamentos e moradias de produção doméstica se expandem para o extremo leste. De acordo com Lemos (1999, p. 76), “os loteamentos se intensificam. Surgem nomes bastante sugestivos como Parque Residencial, Jardim Wilma Flor, Vila Cosmopolita, Jardim Buenos Aires, Cidade Líder, Jardim Boa Esperança, São Gonçalo, Jardim Augusta, Vila Santana do Iguatemi etc.”.

Não houve planejamento urbano localizado para esses bairros, mas o PUB, embora arquivado depois pela gestão de Paulo Maluf, permaneceu como referência nas décadas seguintes, influenciando obras de requalificação na zona leste, como a canalização do rio Aricanduva em 1970, a construção da Avenida Radial Leste a partir de 1966, e obras da Sabesp, especialmente a construção da adutora Rio Claro, que permitiu um abastecimento muito mais abrangente em Guaianases, Itaquera, Itaim Paulista, Vila Formosa, Vila Alpina e Artur Alvim desde 1976 (SABESP, 2013).

Todavia, de todas as possíveis contribuições que o Plano teve para o destino da metrópole, é certo que uma das mais relevantes foi a atenção aos meios de crescimento “artificial” de Itaquera, promovido pelo Estado. O ritmo de crescimento populacional ambicionado pelo PUB era desenvolvido a partir de diretrizes relativas à produção habitacional estatal, à construção de áreas residenciais de grande densidade, o que imprimiria uma outra velocidade na tendência de crescimento em curso – uma explosão de grande impacto. Este objetivo, combinado com os planos de alongamento da linha do metrô até a região, modificariam o destino de Itaquera e, conseqüentemente, influenciariam o padrão clássico de explicação do processo de consolidação desta área urbana periférica.

**O Conjunto
Habitacional
José Bonifácio**

Na área onde foi construído o Conjunto Habitacional José Bonifácio, a imagem datada de 1972, mostra a baixa ocupação e o aspecto rural da área, se comparada a outras na mesma região de Itaquera, onde havia mais loteamentos e construções. O grande vazio pertencia, desde 1966, ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), instituição criada para unificar os antigos institutos de pensão e aposentadoria anteriores ao regime civil-militar. As áreas do antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), que estavam ociosas, passaram a ser de propriedade do Banco Nacional de Habitação (BNH) que, por sua vez, as repassou à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), conforme será exposto mais adiante. É preciso, em primeiro lugar, ater-se a uma breve apresentação sobre o período em que o Conjunto Habitacional José Bonifácio foi produzido. Sem a compreensão do cenário político geral, é mais fácil recair em otimismo desenvolvimentistas, que ignoram o papel de fundo cumprido pelo Estado na produção do espaço segregado e a reverberação ideológica de seu projeto naquele momento histórico.

A ditadura civil-militar brasileira, entendida como *ditadura de classes*, complexificou a aliança entre o capital e o Estado, num contexto mais geral de alinhamento do Brasil ao capitalismo internacional. Isto significou, por um lado, um rearranjo na política econômica nacional, mais aberta e instrumentalizada à captura estrangeira, e, por outro lado, uma aparência propagandeada de modernização, sustentada pela ideologia do progresso.

Parte indispensável deste projeto modernizador autoritário era uma vigorosa industrialização, correspondente a uma reorganização político-administrativa do Estado. A política habitacional dos anos 70 é bastante exemplar, tanto da industrialização e do investimento em infraestrutura, quanto do reforço do progresso enquanto conquista paternalista para o povo: “o sonho da casa própria”.

Em 1964, o regime revolucionário que se estabeleceu, assumiu, juntamente com o poder, o compromisso de conter e reduzir as pressões inflacionárias. Mas a sua sobrevivência política dependia da capacidade de atingir esse objetivo sem provocar uma depressão economicamente profunda

e prolongada. E dependia também de conseguir formular projetos capazes de conservar o apoio das massas populares, compensando-as psicologicamente pelas pressões a que vinham sendo submetidas pela política de contenção salarial. Para tanto, nada melhor do que a casa própria (BOLAFFI, 1982, p. 44).

Foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), já a partir do primeiro ano do golpe, em 1964, em um “casamento” histórico entre a indústria da construção, o mercado imobiliário e o capital financeiro (BOLAFFI, 1982; MARICATO, 1984), o que não teria sido possível se no período anterior não houvesse um ciclo diversificado de industrialização no país, a partir do Plano de Metas até 1961.

Foram criadas Companhias de Habitação, como a Cohab-SP, em diversas regiões do país, empresas públicas que teriam como principal função a elaboração e a promoção de projetos de habitação. A Cohab de São Paulo, subordinada ao BNH, foi criada em 1965, com a missão de produzir habitação popular para famílias trabalhadoras de baixa renda, que ganhassem até três salários mínimos. Passou a atuar como promotora da produção habitacional, definindo terrenos e projetos, chamando empreiteiras e construtoras para as licitações. Nunca na história do país haviam sido elaborados e executados projetos da magnitude de escala e quantidade de unidades como aqueles que viriam a ser implementados na zona leste de São Paulo.

O principal fundo orçamentário do BNH era o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), instituído em 1966, por uma lei que decretava o fim da estabilidade decenal dos trabalhadores formais e assim permitia a transferência da riqueza parafiscal, diretamente associada ao trabalho, para setores privados da economia.

É neste momento que o governo ditatorial elabora a representação da habitação como problema crucial a ser resolvido com a fundação do BNH, que passa a receber os depósitos do FGTS e se torna o segundo maior banco do país (BOLAFFI, 1982, p. 42). Contudo, o histórico do BNH é contraditório e demonstra a inconsistência da política habitacional naquele momento. A classificação utilizada por Maricato (1984) é didática para a compreensão dos

conflitos que o projeto habitacional à época carregava: a professora divide em dois períodos a atuação do banco.

Entre 1969 e 1974, os investimentos do BNH em moradia popular geraram *deficits* enormes, além de frustração na execução e construção das habitações, provocando uma mudança no direcionamento de tais recursos a partir do segundo período, que inicia em 1975, após o lançamento do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), com um revigoramento das Cohabs.

A frustração dos investimentos do primeiro período se deveu primordialmente ao elevado índice de inadimplimento dos mutuários, ao passo que, no período seguinte, o BNH sofreu significativas correções em seu rumo, com execução das moradias mediante subsídios do Poder Público (12% das prestações do ano-base, com recursos do Tesouro Nacional; utilização do FGTS para amortização extraordinária da dívida; e benefícios fiscais para as Cohabs).

Esta segunda fase da política habitacional na ditadura direcionou o Estado para a construção de grandes conjuntos habitacionais e obras de infraestrutura, com intuito de inibir a construção doméstica característica desse modelo de expansão periférico metropolitano – individual, familiar, por vezes clandestina. A conformação padronizada e estratificada da habitação popular, assim, fazia clara alusão ao rigor do regime, e, de certa maneira, monumentalizava o poder instituído e suas possibilidades de controle.

As grandes construções, referentes aos grandes conjuntos, definem, também, um processo renovado de segregação espacial, e delimitação, novamente segmentada, do que se referia ao padrão popular, com concepção de cidade. É a integração desse morador na cidade, no país, no Estado, parte das classes subalternas, reproduzidas como tais (DAMIANI, 1993, p. 91).

Por reprodução da subalternização de classe, entende-se que o projeto concebido de habitação popular era também um instrumento de controle social e arrefecimento da luta entre a classe dominante, sua representação política e o proletariado. Criava-se uma aparente compensação pelo arrocho salarial, e, ao mesmo tempo, financiava-se o modelo desigual de desenvol-

vimento brasileiro então em curso, fortalecendo mecanismos de dominação num contexto amplo de repressão política. Disciplinar o povo e canalizar recursos para a indústria da construção, fortalecendo empresários do setor: eis duas tarefas condensadas na representação ideológica do projeto habitacional à época, um “falso problema” que justificaria esses objetivos políticos (BOLAFFI, 1982, p. 39).

O produto do autoritarismo e da violência de classe é o espaço homogêneo e segregado, concebido nos planos habitacionais do regime. As moradias industriais, enquanto ideologia da casa própria e *habitat*, esculpiram novos contornos na espacialização das relações de classe. Crê-se aqui que a zona leste, em São Paulo, foi escolhida para esta nova política habitacional pela vasta disponibilidade de terras públicas, em grande medida originais dos antigos institutos de previdência, cuja transferência às companhias recém-criadas não enfrentava grandes dificuldades.

Entre 1967 e 1969, a Cohab comprou as terras onde depois foi construído o conjunto Itaquera I, na fronteira com a atual região de Arthur Alvim. As obras dos conjuntos habitacionais só iniciaram anos depois, já no fim da década de 1970. As obras da Companhia e do Metrô passaram a convergir depois de uma decisão tomada no Ministério dos Transportes em 1974, que alterava o trajeto da linha leste-oeste do metrô, de modo que se estendesse do Tatuapé até Itaquera. Como afirma Ramalho, “Foi, portanto, em Itaquera que pela primeira e única vez as duas companhias atuaram concomitantemente como instrumentos da prefeitura para o desenvolvimento de uma área” (RAMALHOSO, 2013, p. 72-73).

A articulação entre a Cohab e a empresa do metrô – que, na época, era dirigida pela participação majoritária da prefeitura – foi decisiva historicamente para a transformação radical da região de Itaquera. O primeiro conjunto implantado foi inaugurado em 1978; dois anos depois, foram inaugurados os conjuntos Itaquera II e III, correspondentes ao grande Conjunto José Bonifácio.

Duas notícias nos maiores jornais de circulação de São Paulo, no mesmo ano de 1981, chamam atenção do movimento acelerado de crescimento e urbanização da região. Em uma seção especial da Folha de São Paulo em 25/06/1981, *As novas fronteiras vão*

para o leste: a cidade expande sua miséria (FOLHA DE SÃO PAULO, 1981), discorre-se sobre o processo da urbanização para o leste da cidade:

Nos anos de 1960, quando a cidade não tinha mais para onde crescer, o dique foi rompido com a abertura da Radial Leste pelo ex-prefeito Faria Lima. São Paulo começou a correr rumo ao que então se chamava de “lesteão” e não parou mais: viadutos, grandes avenidas, conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos ou não, em menos de uma década a zona rural de Itaquera, Guaianases, São Miguel Paulista, Itaim Paulista e São Mateus foi sendo incorporada à área urbana. Logo depois de assumir, o ex-prefeito Olavo Setúbal anunciou que, até 1985, o metrô chegará a Itaquera: o atual governo começou a rasgar a Via Leste; o Corinthians vai construir ali seu estádio; a Cohab, que já plantou casas e apartamentos para abrigar 150 mil pessoas, tem terras e planos para mais de 600 mil e, *se ainda havia alguma dúvida de que Itaquera-Guaianases constituirão o maior bairro de São Paulo, antes do final do anos 80, basta dizer que as grandes construtoras desembargaram nestas novas fronteiras da cidade (grifos nossos).*

No jornal *O Estado de S. Paulo*, em 15/10/1981, outra matéria é escrita sobre este mesmo “fenômeno” de urbanização em Itaquera:

A cada fim de semana, 200 novas famílias mudam-se para lá, atraídas pela terra ainda barata e pelas moradias populares. Apenas a Cohab, com os conjuntos Itaquera I, II e III ainda não inteiramente concluídos, levará para o bairro perto de 200 mil pessoas [...] Estimulado por esse crescimento, está nascendo grande núcleo comercial, formado por profissionais liberais e pequenos negociantes [...] A região é carente de tudo [...] mas nada disso consegue frear a ocupação de Itaquera, onde a cada dia o poder público identifica oito construções clandestinas (O ESTADO DE S. PAULO, 1981).

Fica então evidente que a dinâmica e as tendências de ocupação são radicalmente impactadas pelas construções da Cohab. Além de serem determinantes no processo abrupto de adensamento populacional, os conjuntos Itaquera I, II e III ainda representam a obra mais grandiosa da companhia em sua história.

O porte e a escala do que foi e está sendo construído pela Cohab-SP constituem novidade absoluta em nosso país. Tratam-se de conjuntos cuja dimensão equivale ao de uma cidade de porte médio, pois atingem aproximadamente 150.000 habitantes, com toda a infra-estrutura correspondente (ITAQUERA I, II e III) (MARICATO, 1984, p. 129).

A necessidade de que houvesse um sistema de transporte coletivo e público na região dos conjuntos era premente diante da sua grandeza e diante também da ausência de oportunidades de trabalho para centenas de milhares de famílias que ali passaram a morar. Os dados de crescimento populacional no distrito de José Bonifácio apontam o grande salto ocorrido entre os anos de 1980 e 1991:

	População						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
José Bonifácio	1.188	2.706	11.313	24.049	103.712	107.082	124.122

TABELA 1
Evolução do censo populacional
no Distrito de José Bonifácio

A antiga ferrovia não comportaria sozinha o fluxo de deslocamento da região para o centro de São Paulo. Por isso, a Cohab precisou pressionar a prefeitura para que fosse levado à prática o plano de construção da linha do metrô. No entanto, mudanças administrativas no Ministério dos Transportes e a falta de recursos atrasaram os planos iniciais de construção do transporte rápido.

Os moradores que eram mutuários dos conjuntos passavam por graves dificuldades de mobilidade para o trabalho, visto que as linhas de ônibus eram escassas e insuficientes para o tamanho da demanda. Nos primeiros anos depois da inauguração do Conjunto José Bonifácio, havia apenas três linhas de ônibus, além das três estações de trem no extremo leste da linha que ligava o Brás a Mogi das Cruzes: Itaquera, Parada xv e Guaianases.

Nesse sentido, os conjuntos habitacionais em Itaquera não apenas reproduziram o padrão periférico de urbanização, a chamada “urbanização de baixos salários” (CAMARGO et. al., 1975), mas imprimiram um ritmo completamente distinto em termos

de aceleração da segregação socioespacial, sob a aparência de um projeto positivo de desenvolvimento regional. A proposta do Estado para a aglomeração urbana não apenas repetiu, mas exacerbou “o nível de carência viária e de transportes” (DEAK, 2010, p. 317) – uma expansão constituída por sua ausência¹.

O papel urbanizador do metrô não superou, no entanto, os diversos contratempos que se seguiram ao plano megalomaniaco de ocupação da região. O BNH emprestou dinheiro, entre 1976 e 1979, à companhia do Metrô para que a construção da linha até Itaquera fosse acelerada. Contudo, na mesma época, o Metrô deixou de pertencer à prefeitura e foi administrativamente passado à competência estadual. Algum tempo depois, o BNH foi extinto, deixando de aportar a aliança entre a política de transportes e as habitações já construídas.

Construído depois dos conjuntos habitacionais em Cidade Tiradentes e de Itaquera I, o Conjunto José Bonifácio corresponde à segunda fase de produção pelo BNH. A faixa de renda estabelecida para os mutuários ia de três a cinco salários mínimos, uma parcela superior do mercado popular em relação àquela priorizada na primeira fase do projeto habitacional do regime ditatorial, voltada em média para famílias que ganhavam até três salários mínimos. É possível que o público de mutuários fosse, essencialmente, de trabalhadores assalariados da indústria, como a consulta a antigos moradores evidenciou ao longo do trabalho de campo.

Havia uma evolução no que se refere à localização dos conjuntos, à qualidade das obras e aos serviços de infraestrutura, se comparados com os conjuntos habitacionais construídos na década de 1970. Nesta fase posterior, na década seguinte, a produção voltada para o mercado popular no país saltou para quase 750 mil unidades habitacionais, sendo o complexo de Itaquera a realização de maior vulto da companhia (AZEVEDO&ANDRADE, 1982, p. 102).

Adquirida depois do projeto e da realização do Conjunto Habitacional Itaquera I, a gleba onde se situa o Conjunto José Bonifácio foi adotada depois de uma orientação da Cohab em 1975 para busca de novas áreas para os projetos empreendidos (DAMIANI, 1993, p. 111). A área do chamado Conjunto Itaquera II e III foi formalmente assimilada no ano de 1977, sendo iniciadas

as obras para a construção das habitações em 1978 (SLOMIANSKY, 2002, p. 216).

A área extensiva correspondente ao Conjunto, além de ser a maior de Itaquera, como já dito, soma 1.028.982,03 m² de área construída, segundo os documentos retirados do Centro de Documentação Técnica da Cohab. Foram 19.600 unidades habitacionais, divididas entre as tipologias de embriões, casas e apartamentos de três tamanhos (39, 49 e 58 m², respectivamente).

A larga maioria das unidades era de apartamentos de maior metragem, com dois quartos na plana original, indicando que o perfil dos mutuários, embora não se tenha precisado isto na pesquisa, era de casais com filhos. A tabela mostra a distribuição das unidades habitacionais no Conjunto:

Tipologia	Nº unidades
Embriões	578
Casas	1.782
Apartamentos pequenos	420
Apartamentos médios	4.700
Apartamentos grandes	12.120
Total	19.600

TABELA 2
Distribuição das unidades habitacionais
no Conjunto José Bonifácio

A primeira leva de mutuários ocorreu no ano de inauguração, 1980, e os demais seguiram se mudando para as unidades vazias pelos três anos seguintes². Um dos aspectos da precariedade das habitações tais como foram entregues aos primeiros mutuários é o conjunto de irregularidades técnico-construtivas que permearam esse processo de produção industrial em massa. Segundo Sampaio (1985) e Silva (2004), os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado têm, do mesmo modo como os bairros de produção doméstica, um caráter de informalidade e desvio de normas legais não desprezível. No caso da Cohab José Bonifácio, por exemplo, onde 13 construtoras foram contratadas para as obras, todo o trâmite que compõe o Fluxograma Geral de Produção de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social foi invertido.

As etapas sequenciais estabelecidas em norma pela Cohab são, de acordo com Silva (2004): (i) aquisição da área; (ii) medidas corretivas e definição da “base fundiária” dos empreendimentos; (iii) definição da “condição fundiária” e classificação das propriedades; (iv) desenvolvimento e aprovação dos projetos; (v) execução das obras e aceitação da Prefeitura; (vi) registro imobiliário.

Logo após a aquisição do terreno em 1977, as obras foram iniciadas e duraram de 1978 a 1982. Só anos depois de construído o Conjunto houve a aprovação do projeto, em 1987, sendo promovidas as correções na base fundiária dos terrenos apenas em 1993. Por isso, a necessidade de lançar planos de regularização em áreas da Cohab foi assumida nos anos 1990 pela prefeitura, de modo a corrigir parcialmente as contradições impactantes entre o projeto concebido e o realizado³.

O desenho de financiamento dos projetos também era frustrado na prática. A Cohab, como já mencionado, recebia recursos para as obras de infraestrutura do BNH, de maneira apartada daqueles recursos destinados ao financiamento habitacional propriamente dito. O trâmite burocrático de liberação de verba para a construção de sistema de drenagem, saneamento e pavimentação, por exemplo, era distinto daquele para produzir as habitações. Por isso, a Companhia produziu e entregou as unidades sem as condições adequadas de habitação⁴.

A concepção de bairro-dormitório, de segregação da habitação do restante da vida das famílias trabalhadoras que se mudavam para a região, era, portanto, um projeto político de segregação de classe que ligava a superestrutura do regime político ao caráter infraestrutural do processo de construção das obras. A provocação de um movimento de explosão do urbano para as margens geográficas da cidade, enevado pela ideologia da propriedade, fica nítido na declaração do presidente da Cohab-SP, José Celestino Bourroul, à época da inauguração do Conjunto José Bonifácio. A matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 17/06/1979, assim afirma:

Já estão prontas as primeiras 500 casas-embrião feitas pela Cohab nos conjuntos habitacionais Itaquera II E III, localizados a cerca de três quilômetros do centro de Itaquera.

Estas casas dependem apenas de ligações de luz e água para serem comercializadas. Os serviços de urbanização não estão prontos, mas, segundo Bourroul, isso não é fundamental: “Para quem vai mudar para uma casa própria, ter a rua calçada ou ajardinante pronto não faz diferença” (O ESTADO DE S. PAULO, 1979).

No mesmo ano, já apareciam na imprensa denúncias dos recém-moradores do Conjunto Padre Anchieta (Cohab 1), inaugurada anteriormente. Um morador comenta:

Toda semana está faltando água [...] isto vem acontecendo há vários meses [...] Nós, do prédio 144, por exemplo, pagamos à SABESP a cada dois meses Cr\$18 mil, aproximadamente, de consumo de água, o que dá uma média mensal de Cr\$200. Se cada morador somar esse valor ao da compra de água mineral nos dias em que a Sabesp corta o fornecimento para o prédio, o total atinge quase o valor mensal de cada prestação que pagamos pela compra do apartamento da Cohab. E assim não dá. Nem compensaria morar na Cohab (O ESTADO DE S. PAULO, 1979).

A falta de condições infraestruturais urbanas assemelha os conjuntos habitacionais na explicação do padrão clássico de urbanização periférica, baseada no rebaixamento do valor da força de trabalho e na desvalorização da reprodução social. Mesmo assim, a *forma* aparece como distinção nos dois tipos de produção, como expresso nas palavras de um morador entrevistado no documentário produzido pela Prefeitura de São Paulo, *Itaquera em Movimento* (2008):

Eu brinco que os conjuntos habitacionais são diferentes dos bairros; os bairros nascem e crescem, os conjuntos habitacionais já nascem crescidos, grandes... as pessoas não se conhecem, chegam... e a gente nem chamava isso aqui de moradia, de habitação, a gente chamava abrigo... as pessoas se abrigavam nas suas portinhas, saíam de manhã para trabalhar e voltavam à noite para dormir.

Em 1979, é inaugurada a linha leste-oeste do metrô. Apenas dez anos depois, em 1988, a ligação entre a Vila Matilde e Itaquera é ativada e a estação terminal inaugurada. Embora existisse a estação de trem Itaquera, não havia ligação entre o terminal do

metrô e o trem, o que só foi acontecer anos mais tarde, já em 2000, quando a estação ferroviária de Itaquera foi desligada e foram abertas as estações Dom Bosco, José Bonifácio e Guaianases da CPTM.

O desenvolvimento da região e do Conjunto foi se dando ali desigualmente, mas de maneira combinada com a dinâmica de valorização imobiliária em áreas mais urbanizadas, com preço da terra mais alto. Alguns equipamentos públicos básicos chegaram ao Conjunto por meio de prestações de compensação do capital imobiliário, que dominava outras partes da metrópole com a anuência do Estado.

O Shopping Iguatemi, o primeiro shopping-center brasileiro, inaugurado em 1966, transferiu os recursos para a construção de uma escola infantil no Conjunto José Bonifácio em 1984, durante a gestão de Mário Covas. A matéria *Construção de escola une prefeitura e empresários*, no *O Estado de S. Paulo*, em 25/07/1984 (p. 10), diz:

O prefeito Mario Covas assinou ontem no Shopping Center Iguatemi, convênio para a construção de uma Escola Municipal de Educação Infantil – Emei, no conjunto habitacional I taquera II. A verba para essa obra, 225 milhões de cruzeiros, provém dos quotistas do Shopping Iguatemi, que estão “empenhados em colaborar com a Prefeitura de São Paulo” na solução do problema educacional infantil, segundo explicou seu diretor-presidente, Carlos Jereissati (O ESTADO DE S. PAULO, 1984).

O prefeito classifica o convênio de “ato de profunda solidariedade” e ainda conclui que “a iniciativa privada, responsável por maravilhas como esse Shopping, não se esqueceu da periferia da cidade, construindo essa escola que atende a um grupo de crianças carentes”.

A sensação de incompletude na vida cotidiana dos mutuários se prolongou nos anos que seguiram. Em 1987, em caderno do jornal *O Estado de S. Paulo* voltado para mulheres – o *Suplemento Feminino*, uma carta de leitoras que habitavam o Conjunto José Bonifácio, intitulada “Um cineminha para o pessoal de Itaquera” diz:

Somos 4 amigas que moramos no conjunto José Bonifácio, de Itaquera. Aqui existem muitos jovens e crianças que nos

fins de semana não têm onde se divertir, por isso tivemos a idéia de montar um cineminha, mas temos poucos recursos e nenhum conhecimento de como fazer isso. Será que o SF poderia nos ajudar? (O ESTADO DE S. PAULO, 1987).

A ausência em termos urbanos infraestruturais não era a única para as famílias que, vindas de diversas regiões da metrópole, se mudavam para o novo bairro. A forma de posse das unidades habitacionais também demonstrava que o sonho da casa própria se efetivava sem todas as garantias inerentes à propriedade jurídica formal.

Os mutuários à época da entrega das unidades só recebiam o contrato de compra e venda da Cohab, nenhum deles possuía a escritura. Os diversos problemas relativos à revenda e à partilha de herança foram sentidos em situações que envolviam quase 100 mil imóveis de conjuntos habitacionais até a década de 1990. Em notícia publicada pelo *O Estado de S. Paulo* em 18/07/1991, *Cohab faz venda irregular*, afirma-se que

nenhum dos conjuntos habitacionais construídos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab) e pelo governo do Estado em Itaquera e Cidade Tiradentes, na Zona Leste, tem *habite-se* fornecido pela Prefeitura (O ESTADO DE S. PAULO, 1991).

A segurança jurídica oriunda da titularidade da propriedade não existia aos mutuários, na promoção confusa e embaralhada das etapas de regularização dos conjuntos produzidos pelo Estado. A informalidade a que foram submetidas as famílias que se mudaram para as casas e apartamentos da Cohab sem dúvida faz parte das semelhanças ao referido padrão periférico clássico de ocupação metropolitana, indissociado, sob esse aspecto, o processo de produção industrial estatal do processo do trabalho doméstico de construção.

Notas

¹ Ainda sobre ausências, Ramalhos identifica em sua pesquisa que as precariedades do extremo leste, em termos de infraestrutura urbana, desafiaram também a construção do metrô: “Ao decidir pela construção de uma linha até Itaquera, a Companhia do Metrô também se deparou com a precária estrutura urbana da região. Diante desse quadro o Metrô, na Zona Leste, extrapolou em muito suas funções: além de construir a linha metroviária e as estações, acabou assumindo a realização de obras viárias, de saneamento e de canalização de córregos. Talvez a mais significativa dessas obras tenha sido a extensão da avenida Radial Leste do bairro do Tatuapé a Itaquera. Como afirmou o arquiteto Robert Mac Fadden, o Metrô desempenhou, na época da construção do trecho leste, o papel de “integrador das intervenções da prefeitura” e acabou por induzir “uma brutal transformação da região” (RAMALHOSO, 2013, p. 109).

² Em poucos anos, a Cohab conseguiu tirar do papel os projetos previstos para área de Itaquera I. E enquanto construía o primeiro complexo de conjuntos no bairro, concebeu e passou a executar um projeto ainda maior – o de Itaquera II e III – que não fora cogitado até 1975. Somados, os quatro conjuntos principais implantados em Itaquera têm quase 4 quilômetros quadrados, 34.122 unidades habitacionais – entre apartamentos, casas, lotes urbanizados – e uma população que beirava os 165 mil moradores em 2000, superando em muito as previsões iniciais da própria Cohab (RAMALHOSO, 2013, p. 102-103).

³ Sobre a descaracterização dos projetos originais, Silva (2005) menciona que “As equipes de fiscalização de obras justificam essa prática, alegando a fragilidade e inconsistência nos projetos executivos. As equipes responsáveis pelos projetos, entendem que esses procedimentos resultam de uma liberdade excessiva da fiscalização, que acaba por decidir mudanças do projeto, em campo, em conjunto com as empresas construtoras, sem o necessário diálogo com as equipes de projeto” (SILVA, 2005, p. 19).

⁴ Ainda conforme menciona Silva (2005, p. 19), “Ocorre também que, em função de imprecisões nos projetos, que também se valeram da ocupação de áreas com topografia desfavorável e solos impróprios, com obras vultosas de terraplenagem, os recursos destinados para essa finalidade não foram suficientes, ensejando uma série de reprogramações, que determinaram a suspensão da liberação das verbas e paralisação das obras. A necessidade de adequação das obras aos limites orçamentários, com agravante das sucessivas paralisações, demandou a revisão e alteração dos projetos, bem como a supressão de alguns empreendimentos, cujas obras de complementação da infra-estrutura estavam previstas inicialmente e acabaram não sendo executadas”

Fontes das tabelas

TABELA 1 IBGE – Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010

TABELA 2 PIRES, 2012, p. 175

Itaquera na “cidade global”

Seguimos na compreensão global da política do espaço constituída por meio dos projetos urbanísticos e estratégias mercantis imobiliárias em Itaquera, nas transições justapostas entre as fases rural, industrial e urbana, que se imbricaram permanentemente até aqui. Agora, alguns exemplos serão tratados para ilustrar como o capital privado operou na região no período entre a inauguração do projeto ditatorial de habitação, materializado pelos conjuntos, e o ciclo contemporâneo de apropriação pelo capital da periferia consolidada no neoliberalismo.

A expansão da periferia da zona leste na década de 1990 tem a ver com as reformas de Estado, com a abertura neoliberal que redimensionou o papel de organizações não governamentais, o chamado terceiro setor, nos serviços urbanos essenciais, e que consolidou a gestão da execução das políticas públicas por meio do modelo de parcerias público-privadas¹.

Contudo, desde os anos 1960, portanto antes da implementação das habitações da Cohab, as Irmãs Marcelinas respondem pelos serviços de saúde em Itaquera. Nos anos 1970, a instituição criou a primeira unidade hospitalar na zona leste, expandindo o atendimento conveniado com o poder público desde então através das décadas. A Organização Social Santa Marcelina monopoliza praticamente toda a administração da saúde pública em Itaquera e tem dominado, mais recentemente, os serviços de saúde nos bairros de Cidade Tiradentes, Guaianases, Vila Formosa, Vila Guilhermina, Itaim Paulista, Ermelino Matarazzo e região metropolitana, especialmente em Itaquaquecetuba.

O Grupo Santa Marcelina, além de deter quase a integralidade dos serviços de saúde na região, e ser um dos maiores empregadores dos moradores do distrito do Parque do Carmo, também é dono de uma faculdade próxima ao centro de Itaquera. Além dela, há mais algumas redes privadas de ensino superior, como a Unicastelo (Universidade Brasil) que se instalou ali em 1970, a Sumaré e a Uninove, o que demonstra que os serviços de saúde e educação, ao que se vê, não são providos diretamente pelo Estado, mas a urbanização chega já oferecida pela forma de concessão ao capital privado².

Também a estação terminal do metrô é elemento chave na transição para uma produção imobiliária em Itaquera como

centralidade urbana neste século XXI. A estação, construída pelo Estado e inaugurada no mês de outubro de 1988, passou a ser a mais movimentada da metrópole. Sua imensa área comportou um terminal de ônibus que permitiu o acesso a outras regiões do extremo leste metropolitano.

Nos anos 2000, foi aproveitada para a criação de um Poupatempo. Este conglomerado de diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, é o maior posto entre todos os Poupatempos da região metropolitana, com uma área de quase 9.933 m² e mais de 10 mil atendimentos diários. Pode-se ali retirar documentos de identidade, resolver problemas de inspeção veicular de automóveis ou entrar com requerimentos no juízo especial cível, sendo o posto uma verdadeira compactação de utilidades públicas e privadas de variados tipos.

Anos mais tarde, em 2007, foi construído na mesma área o Shopping Metrô-Itaquera, sob a administração do Grupo Ancar Ivanhoe³. Esta empresa é uma associação entre a Ancar, empresa brasileira que iniciou a construção de shoppings centers no Brasil na década de 1970, e o fundo de investimentos canadense Ivanhoe Cambridge. Segundo o site do grupo, é líder no mercado de shoppings, o que “é fruto do pioneirismo da Ancar que, na década de 70, ajudou a replicar o modelo norte americano de Shoppings Centers no Brasil, ao participar do desenvolvimento do segundo shopping construído no país: o Conjunto Nacional, em Brasília”⁴. Em 2017, foi inaugurada a obra de expansão do Shopping, que passou a ter uma área bruta de 64 mil m² e 3 mil vagas de estacionamento⁵.

O Shopping Metrô Itaquera foi implementado e mais recentemente expandido com o discurso do “progresso urbano” que teria se operado na região, elevando em níveis significativos o entrosamento financeirizado e espacializado entre o poder público e o capital privado. O conceito de “shopping-metrô” começou justamente na zona leste, em 1997, no Tatuapé. Desde lá, o mesmo projeto foi implantado em Itaquera, no Shopping-Metrô Tucuruvi e no Shopping Metrô-Santa Cruz. Em todos eles, o passageiro embarca e desembarca numa estrutura ligada à entrada do centro de compras.

O “casamento” entre o metrô e os empreendimentos dos shoppings garante uma margem de lucro e renda maior para ambas as partes. Enquanto a empresa metrô encontrou aí a possibilidade de arrecadação alternativa à receita das tarifas, os empreendimentos garantem um número maior de lojistas locatários e um público consumidor vultoso e permanente, garantindo a rentabilização para investidores financeiros.

Na toada do avanço dos projetos de parcerias público-privadas, em 2009 começa a construção da Arena Corinthians, no terreno público cedido ao clube pela prefeitura na década de 1970. O estádio foi anunciado como a obra que traria o maior progresso a Itaquera, com promessas de desenvolvimento, empregos e entretenimento, mas não apenas: seria o monumento da entrada da metrópole de São Paulo no rol das “cidades globais” no mundo, depois do Brasil sair vencedor para sediar a Copa do Mundo. A tradicional periferia cumpriria um papel histórico no “avanço” da metrópole, monumentalizada pelo estádio-arena. É a representação contraditória da transição da sociedade industrial à sociedade urbana, da conjunção dinâmica entre o arcaico e o moderno, entre o local e o global.

Esta incorporação imobiliária e ideológica na metrópole dependeu da concepção contemporânea de planejamento urbano, também voltada à região, expressa em planos urbanísticos autônomos “estratégicos”, pelo justo motivo de serem essencialmente dirigidos pelos interesses de mercado. Para se firmarem, exigem a flexibilização da legislação urbana e do zoneamento.

No caso de Itaquera, diferentemente do que houve no fim do século xx no quadrante sudoeste que compreende a Avenida Nações Unidas, Marginal Pinheiros e a Nova Faria Lima (FIX, 2007), não houve propriamente substituição das áreas industriais pelos setores de serviço e comércio, numa intensificação do uso e ocupação do solo, mas existiu nitidamente a tentativa de se abrir uma fronteira para a criação de uma nova centralidade apropriável pelo mercado imobiliário por meio da grande área ao redor da pedreira, que se manteve vazia de usos por muitas décadas.

Como os novos projetos urbanos objetivam exatamente modificar as funções e as estruturas locais, de modo a consolidar mais fronteiras de expansão do capital, recriadas como “novas

centralidades”, invenções sobre o espaço que substituem sua vida anterior, as Operações Urbanas aparecem, nesse cenário, como forma de burlar as condições relacionadas à legislação mais rígida relativa ao zoneamento e ao uso e à ocupação do solo, com planos que reforçam a ideia de desenvolvimento de modo mais localizado, em eixos específicos da cidade.

Resolver problemas locais e específicos e, ao mesmo tempo, superar a permanente justificativa de falta de verba para a aplicação de investimentos por parte do Estado, com o protagonismo do mercado na execução de projetos e obras, são os discursos que embasam este processo de reestruturação imobiliária.

É nesse espírito que a Operação Urbana Rio Verde-Jacú é aprovada em julho de 2004, a partir da Lei Municipal nº. 13.872. Seu objetivo, entre outros, é, de acordo com a própria redação da lei, criar intervenções na zona leste, e especialmente em Itaquera, onde deveria ser consolidado um “centro polarizador” de investimentos para reestruturação imobiliária, propondo, para tanto, um “Polo Institucional junto à Estação Itaquera do Metrô e a proposta para a reestruturação do Polo Econômico Leste”.

É a primeira operação urbana lançada numa região periférica em São Paulo, o que denota a importância repaginada de Itaquera nos novos planos contemporâneos de produção da metrópole. O discurso oficial sobre a Operação pregava a geração de empregos e a quebra do estigma de bairro-dormitório, pelo incentivo para alocação de indústrias e centros de educação profissional. Para o projeto, os enormes vazios urbanos ao longo da avenida Jacú-Pêssego finalmente realizariam sua vocação imobiliária, conforme o próprio texto da lei menciona.

A Operação Urbana estava ligada ao planejamento contido no Plano Diretor de 2004 e, em 2014, foi extinta na prática pela entrada em vigor do novo Plano Diretor da cidade, não realizando suas metas, a não ser a obra de ligação entre a Avenida Jacú-Pêssego e a nova Radial Leste.

Foi publicada depois dela a Lei nº. 15.413 de 2011, que instituiu os Certificados de Incentivos ao Desenvolvimento (CIDs), durante a gestão Kassab. Os CIDs foram incentivos fiscais à iniciativa privada para “a construção de estádio apto até a Copa do Mundo de 2014”, isentando a empresa dotada de certificado do Imposto

Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS).

Em 2014, a gestão Haddad lança o Programa de Desenvolvimento da Zona Leste (Lei nº. 15.931 de 2013), no qual se prevê incentivos fiscais a empresas que se instalassem na área demarcada pelo projeto, novamente por meio da emissão de CIDs. Segundo o conteúdo da lei, o programa de incentivos fiscais teria duração de 25 anos contados a partir de 1º de fevereiro de 2014, e isentaria de impostos como IPTU, ITBI, ISS, para os prestadores de serviço territorializados na zona definida.

As consequências da Operação e do Programa de Desenvolvimento foram as obras de criação do Polo Institucional e Tecnológico de Itaquera e o estádio do Corinthians para a Copa do Mundo. O Polo tinha como objetivo, em sua apresentação, a “implantação de equipamentos públicos, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, para atendimento direto das demandas da região, aproximando no tempo e no espaço os moradores das suas atividades cotidianas” (SÃO PAULO, 2012). Para tanto, seriam criados um polo educacional, para formação e capacitação em prol da geração de empregos, adequação do sistema viário da região⁶ e intensificação da economia regional, “tornando Itaquera em um polo de atração de investimentos”. As obras previstas no projeto original do Polo seriam a construção de um fórum, uma rodoviária, uma FATEC/ETEC, uma escola SENAI, uma incubadora e laboratórios para o Parque Tecnológico da Zona Leste, um centro de convenções e eventos, um batalhão da Polícia Militar, uma obra social/assistencial, o Parque Linear Rio Verde e a Arena Corinthians.

A Odebrecht, maior conglomerado empresarial do Brasil à época, foi responsável pela coordenação do consórcio de empresas que construiu a Arena Corinthians e o complexo viário previsto no projeto do Polo Institucional. Segundo a Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo 2014⁷, o poder público seria obrigado a aportar as obras de infraestrutura para acesso e mobilidade referentes aos locais onde o evento seria realizado, o que foi instrumentalizado prontamente pelo lançamento do projeto de Polo.

O megaevento certamente criou as soluções necessárias e institucionais para a valorização imobiliária desse novo lugar ao redor do

estádio, isentando o capital privado de responsabilidades fiscais e de custeio das obras. Além das verbas para a construção do complexo viário para automóveis, o montante usado para a implantação da Arena Corinthians foi levantado mediante empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e pela Caixa Econômica Federal (CEF), além dos incentivos de desenvolvimento certificados também pelo poder público. Cerca de um bilhão de reais foram emprestados pelas instituições financeiras e pela prefeitura ao clube Corinthians e ao Grupo Odebrecht.

Atualmente, a Arena é utilizada regularmente para jogos e alguns eventos culturais são realizados no seu pátio de estacionamento. Mesmo assim, a dívida da empresa Corinthians com a Caixa Econômica Federal permanece em mais de um bilhão de reais, quatro anos depois.

As alças de ligação das avenidas, pontilhões e viadutos, que permitiram o acesso do estádio com as outras edificações, no complexo que engendra o metrô, o Poupatempo, o Shopping, o terminal de ônibus e a avenida, produziram descontinuidades do espaço que praticamente inviabilizaram o fluxo de pedestres, que circulam pelas passagens internas de uma edificação para outra; não há, além dessas rampas, escadas e pontilhões, como ir por outras vias a pé e nem há, portanto, comércios populares, espaços e áreas livres e outras ocupações não voltadas ao automóvel.

Esta constatação de um espaço presente-ausente, “espectral”, “eclipsado” (LEFEBVRE, 2001, p. 101), provoca uma aridez que talvez seja o elemento que mais signifique a vasta área onde foram construídas as edificações concebidas, onde a monumentalidade do estádio parece um recorte em meio a um vazio permanente, não superado pelas propostas discursivas originais de integração e apropriação popular do novo espaço; é uma destruição fisionômica. A Arena fragmenta a área externa em seu entorno e segrega seu interior, com a exigência de ingressos caros que vão modificando a cultura popular do futebol, tradicional da região. As obras previstas no projeto de Polo Institucional não foram concluídas até hoje. O Fórum, o Centro de Convenções, o Parque Tecnológico, a escola do SENAI, o batalhão da PM e parte do Parque Linear Rio Verde continuam no papel. Apenas as obras viárias que privilegiam automóveis – destacando as alças de acesso da

Nova Radial Leste à Avenida Jacú-Pêssego, costurando a circulação para a rodovia Ayrton Senna e para a Imigrantes por meio do trecho leste do Rodoanel –, a e a própria Arena Corinthians foram implementadas.

Mesmo assim, foi relevante, nesse contexto, a valorização do metro quadrado nos arredores do Polo e da área onde seria estabelecido o Parque Linear Rio Verde. O Parque, previsto no Plano Diretor de 2002 a partir do seu *Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'Água e Fundos de Vales*, foi especialmente controverso na época da construção da Arena e do Polo porque seu projeto previa a desapropriação da Favela da Paz, comunidade que habita há mais de trinta anos uma área a 800 metros do estádio e sofre permanentes ameaças de remoção pelo poder público desde então.

A concepção de um Parque que contivesse espaços de lazer e preservação ambiental, combinado com o estádio e as obras viárias, corroborou com o processo intenso de valorização e lançamentos de empreendimentos imobiliários na região.

Segundo o índice FipeZap, no ano de 2012, quando esse processo estava em curso, o aumento dos preços na região foi de 50%. Em 2014, Itaquera foi a subprefeitura com maior número de lançamentos imobiliários da cidade, com oferta de mais de 2.500 unidades nesse ano, com média de valor aproximada de R\$4.500,00 a unidade do metro quadrado.

A valorização imobiliária em Itaquera nesse período é acompanhada por um processo anterior, iniciado nos anos 2000, com incidência em diversas periferias metropolitanas, de expansão de lançamentos imobiliários residenciais privados para o chamado “segmento econômico”⁸.

A ampliação do mercado imobiliário para extratos médios da classe trabalhadora e a classe média baixa, “consumidores potenciais”, deveu-se ao incremento da renda desses setores, à ampliação legal de garantias em operações de financiamento imobiliário e à expansão de crédito com a flexibilização de critérios, que revelam uma modificação contundente no papel do capital financeiro como agente da produção do espaço urbano⁹.

A grande expectativa no poder de consumo da chamada “classe C”, alimentado pela imprensa e pelo governo federal na primeira

Período	Centro	Itaquera	Pinheiros	Tatuapé
Maio/09	15,91	8,33	18,32	12,55
Maio/10	17,24	8,70	24,00	13,49
Maio/11	20,06	12,15	24,75	15,45
Maio/12	25,53	14,87	33,33	17,58
Maio/13	23,88	13,12	35,09	17,75
Maio/14	25,94	16,25	36,35	20,91
Maio/15	26,30	16,46	32,33	21,01
Maio/16	23,20	15,64	34,44	19,00
Maio/17	23,49	16,44	33,00	19,91

TABELA 1
 Variação do valor do aluguel em
 Itaquera de 2009 a 2017

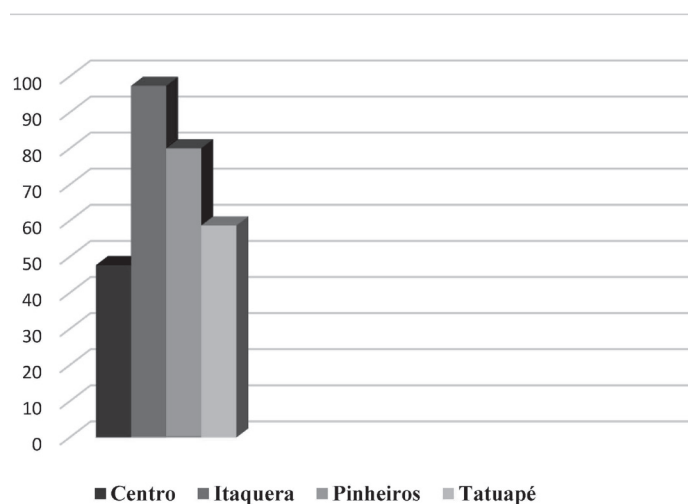


GRÁFICO 1
 Variação acumulada da valorização
 do preço do aluguel em Itaquera (2010-2016)

década dos anos 2000, simbolizava a aposta na via do endividamento para a “incorporação” desses segmentos econômicos ao mercado habitacional, como público comprador dos empreendimentos dos projetos de padrão arquitetônico homogêneo, construídos em larga escala em regiões de terrenos mais baratos

na metrópole, como Cotia, Guarulhos, ABC e diversos bairros da zona leste.

Pouco tempo depois, ao longo da crise financeira mundial em 2008, o Estado reforçou seu aporte ao empresariado ligado aos negócios imobiliários. Refundou-se ideologicamente o clamor por uma atuação governamental para a conquista da “casa própria”, similarmente ao que passou entre as décadas de 1960 e 1980, e uma verdadeira enxurrada de subsídios e verbas de financiamento para a produção e o consumo de habitação foi transferida ao setor imobiliário.

Rufino (2017) indica que o incentivo foi direcionado às empresas de capital aberto com investimentos em bancos de terra e empreendimentos imobiliários, inclusive convidadas, à época, a participar da mesa de trabalho para a elaboração do projeto do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)¹⁰. O Programa foi lançado pelo governo federal em 2009 com o objetivo de promover a produção e o consumo de habitação para famílias com renda de 1 a 10 salários-mínimos, tornando-se mais tarde maior programa habitacional da história do país, ultrapassando em investimento o projeto do BNH.

Como dito, o PMCMV foi desenhado em aliança com o grande empresariado da construção e da incorporação imobiliária e garantiu o deslocamento, sem riscos, desse ramo para a provisão de moradias dos segmentos econômicos por meio do financiamento da produção e da organização da demanda para o consumo. Conforme Volochko (2011, p. 159), “o Estado, através do Programa Minha Casa, Minha Vida, viabiliza a reprodução imobiliária e financeira facilitando a valorização e produção de fragmentos espaciais de áreas metropolitanas periféricas e assegurando a continuidade das estratégias privadas”.

O PMCMV também reforçou a estratégia dos anos 2000 das grandes empresas do setor de incorporações, que abriram subsidiárias de segunda linha para o dito “segmento econômico” ou compraram empresas menores que já tinham essa característica de mercado, assentadas na garantia da ampliação do crédito para aquisição de imóveis a partir do Programa.

Combinado a isso, as mudanças no mundo do trabalho e do consumo imobiliário neste período, que passa a procurar alternativas

de produtos em regiões da metrópole nas quais a valorização diferencial do solo urbano não ocorreu com a mesma intensidade, certamente devem ser levadas em consideração na aparência típica que foi criada do consumidor emergente em substituição ao trabalhador pobre.

O aumento da produção e do consumo da propriedade formal de habitação passa a ser parte então dos conflitos e ameaças que envolvem as comunidades faveladas, como a Favela da Paz. Como ocorre na área de entorno do estádio, a segregação socioespacial vai se acirrando localmente.

A reestruturação imobiliária contemporânea na periferia se dá sob uma forma particular, resultante da disponibilidade de terras públicas para expansão urbana, por meio da construção da infraestrutura de transporte coletivo e da política habitacional num dado contexto industrial periférico do passado. Isto será considerado em seguida para a apresentação do exemplo da Cohab José Bonifácio.

Notas

¹ Segundo a linha do tempo da apresentação institucional das Irmãs Marcelinas em seu site, “Com o passar dos anos, sendo referência no atendimento gratuito às comunidades dos entornos, a instituição recebeu a proposta de implantação e expansão do Programa Saúde da Família (PSF) por intermédio do Governo do Estado de São Paulo, administrado por Mário Covas”. Disponível em: <http://www.aps.santamarcelina.org/nossa-historia/>. Acesso em 12/06/2018.

² Atualmente, há três instituições públicas de educação superior na zona leste, o campus em Ermelino Matarazzo da Universidade de São Paulo (USP), os campi da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) na região de Guarulhos e de Itaquera, além do Instituto Federal de São Paulo em São Miguel Paulista.

³ A expansão do Grupo é notabilizada na recente notícia da compra da rede de shoppings de outro grupo atuante no Brasil. Segundo a notícia, “A Ancar Ivanhoe estaria em negociações para a compra da carteira de shopping centers da Brookfield no Brasil. São cinco empreendimentos – Pátio Paulista, Raposo Shopping, BCP Itaim e BCP Green Valley, em São Paulo, Madureira Shopping, no Rio de Janeiro – avaliados em aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. A operação envolveria ainda a aquisição da participação de acionistas minoritários, entre os quais o GIC, fundo soberano de Cingapura, e o PSP, fundo de pensão dos funcionários públicos do Canadá. Por sinal, outro investidor canadense tem um papel de protagonismo nesta negociação. A maior parte dos recursos para a aquisição viria da Ivanhoe Cambridge, braço de real estate do Caisse de Dépôt et Placement du Québec e sócio da família Carvalho na Ancar desde 2006. A Ancar chegaria à marca de 26 shoppings, com vendas somadas da ordem de R\$ 3 bilhões. No mercado, contudo, há quem aposte que a eventual aquisição dos ativos da Brookfield não seria um fim em si mesma, mas o pé de apoio para uma operação muito maior. A Ancar ganharia massa crítica para negociar sua associação com outro grande grupo do setor em condições bem mais favoráveis. Consta que BR Malls e Aliance já teriam batido à porta”. *Ancar Ivanhoe avança sobre os shoppings da Brookfield*, 06/02/2018. Disponível em <https://relatorioreservado.com.br/assunto/brookfield/>. Acesso em: 12/06/2018.

⁴ *A Ancar Ivanhoe*. Disponível em: <https://www.ancar.com.br/card/a-ancar-ivanhoe>. Acesso em: 20/07/2018.

⁵ “Com a expectativa de expansão do potencial de consumo das classes B e C, o Shopping Metrô Itaquera, marcado pelos ‘rolezinhos’ ocorridos em 2014, vai investir R\$ 275 milhões em um novo edifício que deverá acrescentar cerca de 21 mil metros quadrados de área bruta locável ao espaço do empreendimento. De acordo com Paulo Emílio de Castro, diretor do consórcio, formado por sete empresas, o novo prédio vai aumentar em 50% o centro de compras, com a construção de dois pavimentos de lojas e três de garagens. ‘Acredito que o país voltará a crescer, e esse mercado da zona leste ainda é amplo’, disse Emílio de Castro”. *Shopping Metrô Itaquera investe R\$275 milhões em expansão*. 21/06/2016. Disponível em: <http://sbvc.com.br/shopping-metro-itaquera-investe-r-275-milhoes-em-expansao/>. Acesso em: 11/06/2018.

⁶ “A integração do Sistema Viário da Avenida Radial Leste ao Futuro Polo Institucional contempla: a avenida de ligação Norte-Sul entre a Av. Itaquera e a Av. José Pinheiro Borges (Nova Radial) e respectivo conjunto de viadutos; nova avenida de ligação entre a Av. Norte-Sul e a Av. Miguel Inácio Cury; adequação viária da ligação entre a Av. Miguel Inácio Cury e a Estação Corinthians-Itaquera; e adequação viária da Radial Leste nas proximidades da Estação Corinthians-Itaquera, com a implantação de uma via expressa em mergulho (pista subterrânea)”. *Complexo Viário de Itaquera confere mais acessibilidade a moradores da região*. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/complexo-viario-de-itaquera-confere-mais-acessibilidade-a-moradores-da-regiao/>. Acesso em: 11/06/2018.

⁷ A Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo de 2014 pode ser encontrada no site do governo brasileiro sobre o evento. Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matriz-responsabilidades>. Acesso em: 12/06/2018.

⁸ Segundo Pozzi&Shimbo (2010, p. 54), “A partir dos anos 2000, a consolidação do processo de estabilização significou, ao mesmo tempo, crescimento econômico, ganhos na renda dos estratos médios e baixos da população e maior concentração da produção imobiliária em grandes empresas. Nesse processo, o ano de 2006 representou um momento de virada, quando se iniciou a financeirização de grandes empresas construtoras e incorporadoras, concomitantemente às medidas regulatórias que favoreceram e ampliaram enormemente o montante de recursos públicos e semi-públicos destinados ao financiamento habitacional, voltado diretamente ao consumidor. Iniciava-se, a partir de então, a produção financeirizada da habitação, fortemente apoiada pelo Estado e fomentada pelo capital financeiro.

⁹ Rufino explica que “O crescente envolvimento do capital financeiro associa-se a também a importantes mudanças no marco regulatório do setor, desenhadas no sentido de redução de riscos financeiros e garantia de segurança jurídica dos negócios. A adequação jurídica do setor aos moldes do investimento financeiro foi aprimorada em 2004, com a aprovação da Lei. 10.931, conhecida como a “Lei do Patrimônio de Afetação”. Essa lei visava suprir lacunas para o pleno funcionamento do SFI e diversificar os títulos de crédito disponíveis. Além do instrumento do Patrimônio de Afetação, que acabou por dar o nome a lei, cabe destacar ainda o instituto da Alienação Fiduciária” (2017, p. 221).

¹⁰ “Esse grupo de empresas passaria a ser atendido em 2011 pela Caixa de maneira exclusiva, a partir da criação da Superintendência Regional Grandes Empresas – Construção Civil e constituiria a Associação Brasileira de Incorporadoras (ABRAINC) em 2013” (RUFINO, 2017, p. 233).

Fontes das imagens

TABELA 1 SECOVI-SP, 2017 (organizada pela autora)

GRÁFICO 1 SECOVI-SP, 2017 (organizado pela autora)

**O Condomínio
Residencial
José Bonifácio**

Como dito, os conjuntos habitacionais e o metrô na década de 80 significaram um avanço inédito, em intensidade, do Estado sobre a periferia “não dominada” (DAMIANI, 1993, p. 89-90), que, até aquele momento, ainda misturava o subúrbio com elementos rurais e os loteamentos clandestinos de casas produzidas de modo não mercantil.

Ao longo do tempo, esse entrelaçamento permanente entre o Estado e o mercado imobiliário se complexificou, mediante a Operação Urbana Rio Verde-Jacú, a construção da Arena Corinthians, o projeto de Pólo Institucional e todas as obras de infraestrutura oriundas dessa concepção de centralidade de novo tipo, diferente da ideia presente na orientação do PUB na década de 1960.

Como a clássica cidade-dormitório industrial fixada pela construção da Cohab José Bonifácio interage com a chegada desse movimento mais recente de mercantilização do espaço? Diferentemente de Itaquera, José Bonifácio é um distrito composto basicamente das casas e edifícios construídos à época do projeto do BNH, ao norte, e por áreas ainda rurais, ao sul. Não houve ali possibilidade idêntica de, na mesma intensidade e condições, haver a apropriação dos seus vazios urbanos ou reestruturar a forma do uso e da ocupação como no centro de Itaquera.

As comparações entre os dois distritos deixam nítidas as diferenças do que foi concebido na aliança público-privada em avanço na dominação do espaço: atualmente, enquanto Itaquera se destaca como distrito com maior índice de empregos formais, José Bonifácio ocupa a última posição, mesmo sendo o distrito com maior taxa de crescimento populacional da subprefeitura (SMDU) e ter um porte populacional comparável a cidades médias (120 mil habitantes).

Além disso, José Bonifácio é o distrito que tem menos habitantes com formação no ensino superior completo da região, e também aquele com menor número (absoluto e relativo) de domicílios com renda de 10 a 20 e também com mais de 20 salários mínimos. A ampla maioria das famílias se localizam na faixa de 2 a 5 salários mínimos, conforme demonstram os dados (OBSERVA SAMPA).

José Bonifácio, em termos socioeconômicos e estruturais, seria, nesse sentido, a “periferia” da região de Itaquera. Uma

“vocação” unívoca, em grande medida, associada às condi es espaciais que historicamente foram planejadas e produzidas pelo Estado para a reprodu o social de famílias trabalhadoras. O fato de seu espaço ser morfologicamente menos “flexível” do que o centro da subprefeitura e suas imedia es, não impediu, no entanto, que o processo de consolida o e apropria o do espaço se desse com nuances particulares.

As transforma es, quarenta anos passados da inaugura o da Cohab 2, são diversas. Com mais destaque na paisagem, há áreas públicas (originalmente destinadas a equipamentos e serviços que nunca foram implementados) privatizadas pelos edifícios e garagens construídas depois da entrega original do Conjunto. Elas foram transformadas, em larga medida, em pontos comerciais irregulares, que respondem pelas necessidades mais cotidianas dos moradores, com serviços de padaria, lojas de vestuário, cabeleireiros, bares, bombonieres e mercados de outras necessidades reprodutivas.

Júlio César Castro   antigo morador e referência no movimento cultural da região. Ele diz em depoimento para o documentário *Itaquera em Movimento* (2008):

Quando eu mudei para cá não havia separa o entre os prédios. Até se pensava em juntar tipo cinco prédios e fazer tipo um condomínio fechado ali. Mas a ideia, a individualidade do povo às vezes fala mais alto, n . Então, aos poucos, foram criando as separa es, os muros entre os prédios. E ao criarem os muros vem a questão de espaço pra garagem também, n . Os que tinham condi o de levantar uma garagem erguiam a sua garagem pra botar seu carro com mais conforto. Essas garagens muitas vezes passavam pouco tempo como garagem, mas por terem saída pra avenida, muitas dessas garagens se transformaram nos comércios alternativos, n ? Que hoje são fundamentais pro próprio funcionamento do bairro.

Basicamente, em todas as grandes vias que permeiam o Conjunto há comércio informal nas garagens dos condomínios. Esta apropria o popular das benfeitorias feitas pelos moradores consolidou um mercado imobiliário informal na área, dirigido   loca o de sedes para pequenos empreendimentos, que viabili-

zam fonte de renda e trabalho, além do atendimento de serviços e comércios de primeira necessidade. Segundo os moradores entrevistados, o aluguel da garagem, que tem em média 12 m², varia entre R\$500 e R\$800, a depender da localização em avenidas e ruas mais movimentadas.

Nas principais ruas e avenidas do Conjunto – Rua Virgínia Ferni, Rua Jardim Tamôio, Rua Silvio Barbini, Avenida João Batista Conti, Avenida Nagib Farah Maluf – os comércios de garagem estão presentes. Esse comércio desenvolvido informalmente pelos moradores ao longo das décadas demarca particularidades importantes no Conjunto. Já que não houve políticas públicas voltadas à formalização das ocupações comerciais, esse mercado vivo não foi enquadrado na segunda camada (presença do Estado) por algum plano concebido pela Cohab, nem se encaixa propriamente na terceira (de avanço do capital sobre a fronteira das periferias).

Mas, se historicamente o mercado imobiliário de locação de garagens e a própria utilização das garagens para ativação dos comércios e serviços foram fruto de apropriações populares, feitas pelos habitantes da Cohab – que encontraram nos vazios e espaços adaptados a possibilidade de se tornarem trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores –, hoje já dividem o espaço com uma pequena burguesia comercial, formalizada e mais estruturada do que os pequenos negócios das garagens. Há um crescimento no número de pizzarias, farmácias e franquias de grandes redes populares de cosméticos, como o Boticário.

A terceira camada de que trabalha Mautner foi realizada ali por meio da expansão de um capital comercial robusto, que prevaleceu e foi responsável em grande medida pelo processo de fragmentação e negação do urbano na área da Cohab 2. Os hipermercados, ambientes comerciais de grandes empresas privadas do varejo, são espaços de grande predileção do capital para expandir-se às periferias. Segundo Rolnik & Frugoli (2001, p. 49),

[...] a partir dos anos 1990, grandes shoppings e hipermercados têm também se instalado, de forma dispersa, nas periferias da cidade, junto a grandes eixos de acessibilidade, muitas vezes em área de urbanização incompleta. Essa territorialização, que justapõe grandes shoppings centers,

pequenos estabelecimentos de comércio e serviços em assentamentos residenciais populares, produz uma nova espacialidade da desigualdade, constituindo uma estrutura em que convivem a fragmentação e a dualização [...] mais do que reforçar uma dualização entre incluídos e excluídos, centro/periferia, a nova ordem espacial na cidade segue um modelo muito mais fractal, no qual a tensão entre o avançado e o arcaico, o inserido e o excluído, o legal e o ilegal se reproduz infinitamente no espaço.

São elementos sentidos da reestruturação imobiliária do Conjunto, visto que ocupam grandes áreas, que contrastam com os lotes estabelecidos para os prédios residenciais e produzem longas passagens sem esquinas ou diversidade de usos. As marcas Lopes, Ita, D'Avó, Negreiros, Extra são as principais estabelecidas ali. Todas elas são empresas especializadas no grande varejo nas periferias que determinam um padrão reprodutivo das famílias.

Segundo consta do histórico do grupo empresarial D'Avó em seu site, em 1983, “o grupo, então com seis padarias, sendo duas delas na região do conjunto habitacional Cohab, em Itaquera, recebe o apoio da população local e com uma dose extra de ousadia inaugura o primeiro supermercado da rede em Itaquera”¹. Atualmente, o Grupo é dono dos hipermercados, de redes próprias de farmácias, postos de gasolina espalhados por bairros do extremo leste da região metropolitana, como São Miguel Paulista, Itaim Paulista, Guaianases, Itaquera, Mogi das Cruzes. Além disso, faz parte do Grupo a gestora de ativos imobiliários D'Famy, administradora do Shopping Pateo Itaquá, um dos únicos shoppings no município de Itaquaquecetuba, também no extremo leste da RMSP.

O hipermercado Negreiros também em sua apresentação coloca que sua história “não é feita somente de grandes acontecimentos, mas também de fatos cotidianos vivenciados no bairro de Itaquera, localizado na Zona Leste de São Paulo, e da vida de nossos colaboradores, vizinhos e clientes, desde a década de 1960”². O grupo, que abriu uma loja no Conjunto José Bonifácio na década de 1990, registra que “Em 2001 inaugura o complexo comercial Negreiros Supermercados com o objetivo de exercer um importante papel social e econômico na região da Cidade Tiradentes

pela geração de empregos e facilitando acesso a outros serviços necessários ao desenvolvimento desta região”.

Além dos hipermercados, uma enorme loja de materiais de construção e utensílios para casa também existe no cruzamento da Avenida João Batista Conti com a Avenida Jacú-Pêssego, a Casa Joli. Um comércio especializado em materiais de manutenção e reforma imobiliária. Mas não são apenas os milhares de apartamentos no entorno da loja de materiais que formam a demanda da região por reformas físicas nos imóveis.

Nos últimos anos, a construção de muros, a instalação de grades e portões elétricos, além de outros equipamentos de segurança patrimonial, também formam a paisagem dos condomínios fechados. Na observação, estas benfeitorias se generalizaram pelas ruas e avenidas. Em essência, dão-se no marco de um processo de transformação no regime de propriedade do *conjunto em condomínio*³.

Na conversa com moradores, sobressai a preocupação da segurança, mesmo com o fechamento dos condomínios, em razão dos vazios persistentes na Cohab, terrenos baldios normalmente localizados em grandes áreas de grande circulação que correspondiam a projetos concebidos originalmente e não foram realizados pela Companhia, são ilustrações desta urbanização permanentemente incompleta.

Novos empreendimentos, produtos mais correspondentes à forma condomínio tal como concebida nesta fase de produção imobiliária, também são identificados no bairro. Os projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida, que selaram ali a parceria do governo federal com a Cohab-SP, estão presentes. São projetos em andamento ou já construídos, voltados à faixa 1 e 2 do Programa e também ligados ao PMCMV ENTIDADES⁴. Os novos produtos imobiliários do Programa, que não distinguem mais “as formas pública e privada de produção”, consolidando o modelo que Shimbo (2012) denomina como “habitação social de mercado”, também são marcados pela peculiar qualidade construtiva, um elemento de diferenciação em relação às edificações da Cohab nos anos 1970-80.

Mesmo que em aparência, pelo Estado ter sido responsável pela condução das obras (não obstante empreiteiras priva-

das tenham sido contratadas para as construções) na era do BNH, houve alguma responsabilidade do poder público com os reparos, as reformas necessárias, a implantação de equipamentos e serviços públicos, conforme comenta-se abaixo. Isso ocorreu seja em razão do papel formal protagonista na provisão habitacional, seja por causa da pressão política sobre o Estado para melhorias por meio da organização popular ou das relações clientelistas com os mutuários. O Estado tinha resposta e interesse político na dinâmica dos parâmetros urbanos reprodutivos.

O mesmo parece não ocorrer nas obras do PMCMV. Além da qualidade da construção, os projetos têm áreas privativas e comuns reduzidas nos condomínios, os edifícios foram construídos com passagens mais estreitas do que os edifícios em H característicos da construção original da Cohab, representando um reforço importante de adensamento. Além disso, foram, no caso em questão, localizados às margens do próprio Conjunto, nos vazios onde a Cohab não concretizou nenhum projeto, próximos às áreas de vegetação nas fronteiras do Conjunto. Um reforço segregacionista dos empreendimentos do Programa nesse novo ciclo imobiliário⁵.

No Condomínio Caçapava do MCMV, na Rua Isidoro de Lara, as condições da construção foram sentidas pelos moradores em 2017. Uma tempestade no início do ano provocou o desabamento do muro de um dos edifícios e todos os moradores foram obrigados a sair do local, que foi interditado. Segundo reportagem, “Os moradores dizem se queixar há dois anos de infiltrações no muro que caiu e relatam novas rachaduras nos apartamentos e na fachada após a chuva de quarta. Eles querem que a caixa ofereça, ao menos, um novo local para eles dormirem”⁶.

A produção habitacional mais recente na Cohab 2 não se resume apenas aos novos condomínios do MCMV. Há alguma, embora muito tímida, inserção de incorporadoras privadas também nas fronteiras do conjunto, como dois empreendimentos residenciais da Econ Construtora e Incorporadora Ltda, localizados na Estrada Itaquera-Guaianazes, fronteira do conjunto ao seu norte. Segundo o site da empresa⁷, ela atua desde os anos 2000 no segmento popular, especialmente na zona leste de São Paulo,

nas regiões da Mooca, Aricanduva, São Mateus, Sapobemba, São Miguel, Cangaíba e Itaquera.

Visando assegurar a ampliação dos ganhos na produção de habitação para esse segmento, grandes empresas de incorporação e de construção articularam três estratégias fundamentais: padronização da construção, geração de economia de escala e procura de terrenos baratos. Essas estratégias trazem de maneira implícita a disseminação da forma condomínio, que permite a consolidação de uma produção intensiva nas áreas periféricas através da organização de muitos blocos de edifício numa urbanização fragmentada (RUFINO; SHIMBO, 2016, p. 03).

Chama atenção que o principal atrativo, segundo as divulgações publicitárias dos empreendimentos, é serem os primeiros “condomínios clubes da região”, com localização próxima ao Shopping, à estação de metrô e à estação José Bonifácio da CPTM. No discurso, é vendida uma vida de praticidades e de atendimento de necessidades familiares no ambiente privado, como lazer para adultos e crianças, exercícios físicos, contato com o “verde”, entre outras “facilidades”.

Os empreendimentos novos lançados por incorporadoras privadas são minoritários porque não há terrenos vazios para a produção no perímetro do Conjunto. Trata-se, em parte, da escassez de áreas para construção, em função da ocupação dos edifícios produzidos no ciclo anterior pela Cohab. Em outra parte, a área é propriedade da Companhia, que poderia disponibilizar os terrenos para o Programa Minha Casa, Minha Vida, na parceria da Caixa Econômica Federal com a Cohab.

Outro aspecto sobre o Conjunto também se torna relevante nesse novo ciclo. Conforme a formalização da propriedade foi avançando, o mercado imobiliário na região foi se fortalecendo. Uma quantidade significativa de pequenas imobiliárias fazem serviços de assessoria jurídica para regularização de propriedade, administração de condomínio e compra e venda de imóveis do Conjunto.

Em entrevistas realizadas com corretores imobiliários da região, foi possível identificar elementos das transformações espaciais do Conjunto no tempo, bem como a dinâmica de valorização dos

imóveis e o perfil das famílias que buscam os serviços. A Martins Imóveis fica situada na Rua Virgínia Ferni e é uma corretora tradicional, há muitos anos atuante no mercado imobiliário de Cohabs na zona leste. Já a Renascer Imóveis fica na rua Jardim dos Tamóios e existe há anos no Conjunto José Bonifácio.

Segundo o corretor da Martins Imóveis, 90% dos imóveis que trabalham na sua carteira da Cohab José Bonifácio já foram quitados e nada mais tem de relação com a Companhia. Os imóveis vendidos com a sua intermediação são comprados com as linhas de financiamento da Caixa Econômica Federal e, segundo ele, a renda média dos clientes da imobiliária é de R\$3.5000,00.

Os imóveis mais vendidos são os maiores dos três tamanhos padrões de apartamento da Cohab, de 58m², que custam, em média, na época em que a pesquisa foi feita (fevereiro de 2017), quando reformados e com documentação regularizada, cerca de R\$170.000,00 (“Se a reforma é nova chega a uns 190 mil”, disse ele). Perguntado sobre de onde vêm os clientes da empresa, ele diz que “boa parte já mora aqui na Cohab, com certeza. Vou te falar uma previsão, acho que é 60% que vem procurar e morar aqui. Aí os outros 40% é outra coisa, 20% é locação, e os outros 20% é de outros lugares”.

Um dado interessante extraído da entrevista é de que o advento dos portais de busca virtual de imóveis aumentou o número de pessoas que não moravam na Cohab, vêm de outros lugares da região metropolitana e passaram a se interessar por imóveis de lá.

Olha, esses 40% não são só da leste, claro que tem, mas a imobiliária aqui é muito grande, tem nome aqui, e divulga em portal da internet, no Zap Imóveis, no Imovelweb, então tem gente que vem de todo lugar também, tem gente que é de Diadema, tem gente que é da zona norte, né, porque os imóveis aqui na Cohab são em conta, dá pra fazer financiamento bancário.

Perguntado ainda sobre os efeitos da Copa do Mundo e a construção da Arena Corinthians no valor dos imóveis, ele esclarece que A copa do mundo deu uma boa levantada no valor do imóvel, tinha proprietário nosso aqui querendo colocar 200 mil reais por um imóvel. 200 mil. Aí a gente conhece, *sabe que é*

apartamento de Cohab, aí chega no canto, fala com ele pra ele repensar e tal porque sabe (grifos nossos).

Curiosamente, embora identifique no valor ofertado pelos proprietários durante o período da Copa uma especulação incompatível com a demanda habitacional, implicando que os apartamentos da Cohab não valem o preço que se pedia então, em seguida justifica os elementos positivos de morar ali:

Oferece tudo, oferece duas estações de trem, você tem aqui tanto a Dom Bosco como a própria José Bonifácio, além do metrô, você tem mercados diversos, supermercados grandes, comércios, feiras, posto de saúde, escolas, AMA, tudo isso que o pessoal procura mesmo.

O corretor aponta que a Cohab José Bonifácio é mais bem estruturada do que as outras Cohabs com que a imobiliária também trabalha, indicando também uma diferenciação de renda entre os proprietários e locatários das Cohabs de Itaquera e da Cidade Tiradentes:

[...] lá na Juscelino, na Santa Etelvina, na Prestes Maia não tem ainda como aqui [...]

Eu desconheço gente que fale que não tem alguma coisa, só tem mais gente mesmo que quer continuar morando na Cohab, tem muita gente que, ah, o pai e a mãe moram, tia mora, os avós, essas coisas, e quer continuar morando aqui, porém o perfil da pessoa às vezes não consegue pagar um apartamento aqui, ou o perfil não é pra compra, daí nós indicamos imóveis em outros lugares né, com perfis mais inferiores mesmo.

Já a Renascer Imóveis, conforme contou a corretora entrevistada, trabalha com os serviços de assessoria jurídica e corretagem, notabilizando que essa transição entre a produção estatal e a reprodução privada dos imóveis vem se aperfeiçoando:

[...] pro cliente é até interessante, porque aqui na empresa nós temos advogado, nós temos pessoas que já cuidam de tudo. Então qualquer problema...soluções de problemas é conosco. [...] a maioria é assim, a maioria nós pegamos já com escritura, pronto pra um financiamento, né? Na verdade, ocorre alguns imóveis que não tem... Que não estão ainda quitados, que ainda têm débito com a Cohab,

né? Ou mesmo com a CDHU, que nós trabalhamos também com a CDHU. [...] Porque tudo que nós precisamos fazer a gente pega o cliente no ato da assinatura do contrato de compra e venda e, juntamente com o cliente, nós vamos até a CDHU, nós vamos até a Cohab, e fazemos todo o trâmite ali [...] O cliente tem interesse em comprar o imóvel, o imóvel ainda tem um saldo devedor na Cohab, correto? Então nós fazemos o que, nós fazemos um contrato de compra e venda, porque a Cohab, ela... Ela abre esse leque em relação a você transferir a dívida pro seu nome [...] Aí fazemos uma procuração também, existe uma procuração, né? E com esses documentos nós vamos até a Cohab, né, e lá na Cohab nós passamos, apresentamos o imóvel, né. E ali é feito um outro financiamento, né? Aquela pessoa passa o imóvel pro nome da outra, lá na Cohab mesmo. Aí é feito um novo financiamento com o novo proprietário. A Cohab ela faz o quê? Ela refinancia o imóvel pro outro proprietário. Então, ela refinanciando é igual à Caixa Econômica, no caso. A prestação já vem no nome do proprietário que tá adquirindo o imóvel. [...] ali já é feito tudo dentro da Cohab, tudo bonitinho, então o comprador, ele se sente mais seguro diante dessa situação. Porque nós damos toda a assessoria pro comprador, justamente pra ele ficar tranquilo. Nós acompanhamos com ele o processo, entendeu?

Um fato interessante relatado por essa corretora é a chegada de uma coordenadora nova na imobiliária. Esta coordenadora, segundo contou a entrevistada, era profissional da Abyara Brokers, uma grande empresa do setor em São Paulo. Com sua vinda e influência, a Renascer passou a corretar imóveis novos, não mais apenas os apartamentos da Cohab.

Então ela veio, ela veio somar aqui conosco no ano passado. E ela trouxe as plantas pra cá. [...] Então é assim, o cliente já compra direto. Como ela tem o acesso às construtoras... Ela trabalha com a Abyara, trabalha com a Cury, ela trabalha com a Econ... Ela trabalha com várias construtoras, né? E... dando também a condição de uma pessoa que às vezes que não tem condição de comprar um imóvel pronto, porque o imóvel pronto a Caixa Econômica exige um valor maior de

entrada, né? E a construtora, ela já facilita mais a entrada pro cliente, né? Então isso também já é um fator que ajuda também a Renascer a vender, né? E isso, nesse ano agora de 2017, deu uma aquecida no mercado. Pelo menos aqui, no caso da Renascer ajudou bastante a gente.

Ainda de acordo com ela, a imobiliária trabalha com a linha de financiamento do PMCMV. Resume o perfil da sua clientela como sendo de famílias que buscam sair do aluguel e estão em crescimento (casais sem filhos que planejam tê-los) e de famílias “estáveis”. Em suas palavras,

um cliente que busca, que hoje em dia que tá buscando muito a Renascer, é um cliente que tem um FGTS de muito tempo [...] eles estão buscando usar o dinheiro. Então estão, assim, adquirindo como empreendedor mesmo, sabe? A pessoa tá... Hoje em dia a gente vê assim, que as pessoas tão buscando usar o dinheiro delas pra por numa coisa boa... [...] “ai, eu tenho um dinheirinho guardado, ai, Andreia, você não tem alguma coisa pra mim fazer um investimento com meu dinheirinho?”. Ou então um casal que trabalhou a vida inteira e morou num apartamento menor, um apartamento pequeno... Ele chega aqui e fala “Olha, eu quitei meu apartamento, tem como você ver pra mim uma casa?”.

A opinião da corretora também é de que houve uma especulação sobre os preços imobiliários na região na época da Copa do Mundo que logo em seguida foi frustrada:

O ano passado tava bem difícil... Com, assim... Acho que porque teve a Copa do Mundo, aí teve aquele gasto de dinheiro excessivo. Então, assim, o mercado ficou meio enlouquecido, os vendedores perderam um pouco a noção das coisas, sabe? Então eles aumentaram muito os imóveis, eles encareceram demais. [...] Principalmente na região da Cohab 1, as pessoas perderam noção de valor [...] foi um absurdo por causa da Copa do Mundo. Só que agora, do final do ano pra cá, já tá começando a entrar a realidade. Eles estão começando a ver que não era aquilo que eles tavam imaginando. Então tão começando a baixar. Então o que que acontece? Aquece o mercado, aquece o

mercado... [...] Então, na verdade, o ano passado ficou um pouco parado, justamente por isso, pelo reflexo da Copa. [...] Agora, já no final do ano pra cá, eles já começaram a mudar, a gente vê eles ligando aqui falando assim, “Ó, por favor abaixa o valor do meu aluguel...”. Que nem, tem cliente que tava 750 e ele abaixou pra 600. [...] Então eles já tão vendo que o mercado tá descendo, então tá todo mundo começando a colaborar. Então, com o cliente, o proprietário colaborando, pros corretores, pra imobiliária é melhor, porque a gente tem mais condições de trabalhar, entendeu?

Em seguida, quando feita a pergunta, novamente é reiterada a diferença da Cohab José Bonifácio em relação às Cohabs mais periféricas, localizadas na Cidade Tiradentes:

[...] na verdade as pessoas que buscam aqui, que vêm pra cá, realmente são pessoas satisfeitas. No entanto, nós trabalhamos com imóveis na região da Cidade Tiradentes, na região da Cohab Juscelino Kubitchek, na região de Inácio Monteiro... Nós temos imóveis em todas essas Cohabs, tá? [...] São todas Cohabs. Só que assim, o cliente que busca aqui, ele é, ele é fiel aqui, à região. No entanto, oferecemos às vezes até valores melhores, mas o cliente não, ele opta em valor maior que seja aqui dentro da Cohab José Bonifácio. Que ele fala que aqui... porque assim, na verdade, nós temos acesso daqui pra todos os lugares, tá? Aqui, a Cohab José Bonifácio tem, ó, você vê, nós temos aqui a Estação José Bonifácio, do trem, nós temos a Dom Bosco, do trem, né? Então, assim, facilitou muito. A Jacu Pêssego leva pra tudo quanto é lugar. [...]

Então as pessoas querem morar na José Bonifácio. No entanto, vem pessoas, a gente recebe ligação de pessoas da Zona Norte, da Zona Oeste, buscando imóveis aqui, na Zona Leste, justamente por isso. E eles são taxativos, eles falam “não, por favor, eu quero um imóvel que seja próximo à Estação José Bonifácio, eu tenho interesse num imóvel próximo à Dom Bosco...”, justamente por quê? Porque trabalham no centro da cidade, então a facilidade é muito grande [...] Então assim, a José Bonifácio hoje, ela

oferece muitos benefícios. E outra, mercado aqui, meu, onde você andar aqui você tem supermercados ótimos [...] Então, assim, a Cohab hoje... Tem serviço hoje, hoje é farmácia, hospital, plano de... É, posto de saúde, muitas escolas... então, assim, a Cohab cresceu muito. A José Bonifácio hoje cresceu muito e é um lugar muito bom de se viver, viu?

As entrevistas revelam um interessante contraditório. Enquanto afirmam que a boa rede de infraestrutura urbana de transporte e a quantidade de grandes mercados seriam razões contundentes para a Cohab 2 ser um bom lugar para viver e, conseqüentemente, ser coerente a valorização imobiliária, apontam, nas entrelinhas, ainda um estigma de ser área da Cohab.

Esse estigma está profundamente arraigado à produção estatal da habitação como forma industrial periférica da habitação que marcou a construção original do Conjunto. Esta marca, mesmo nessa realidade socioespacial transformada, de estímulo do consumo e desaparecimento da identidade do trabalho, e de substituição do conjunto habitacional pelo condomínio residencial, ainda não desapareceu e deixa pistas.

Sobre este imaginário do conjunto “ser Cohab”, também surge um pensamento interessante no depoimento da antiga moradora Emília Miura no documentário *Itaquera em Movimentos* (2008). Perguntada sobre as mudanças na região de José Bonifácio, ela responde:

Ah, mudou bastante porque no Conjunto José Bonifácio, quando eu cheguei, os prédios eram mais ou menos feios, agora todo mundo resolveu pintar os prédios. *Os prédios ficaram bonitos, os moradores também...* parece que mudou a cabeça, já não sente aquela coisa de estar morando em... Como diz? Cohab (*grifos nossos*).

Em termos de melhorias desde a inauguração e a entrega das unidades, a partir da gestão de Luiza Erundina (1989-1992), a prefeitura de São Paulo passou a identificar os impactos da entrega dos enormes conjuntos na zona leste sem a devida qualidade ambiental e urbanística (OTERO, 2009). Mas é em 2004, na gestão de Marta Suplicy, que um projeto sistemático é introduzido pela Cohab para a reabilitação dos conjuntos, o Programa *Viver Melhor*⁸.

A Companhia avaliava as condições em cada conjunto habitacional e diagnosticava quais equipamentos eram mais demandados em termos de saúde, educação, cultura, entre outras necessidades, contatando os órgãos municipais responsáveis para planejar a sua instalação.

Segundo consta na pesquisa de Otero, as ações previstas à época para a Cohab José Bonifácio, a partir do *Programa Viver Melhor*, eram de regularização fundiária: *Sua casa de papel passado e Contas em dia, documentação em ordem*. Além da regularização da propriedade de imóveis, a duração tímida do Programa até 2004 não realizou mais do que quatro telecentros e um posto policial na Praça Brasil, a principal do Conjunto.

A degradação presente nos grandes conjuntos da Cohab-SP tem origem tanto em problemas internos aos seus perímetros (carências de equipamentos e serviços públicos, rigidez e monofuncionalidade tipológica e morfológica, assim como problemas de ordem construtiva), quanto naqueles decorrentes da relação dos conjuntos com a cidade (dificuldades de acessibilidade e mobilidade, distância aos postos de trabalho e pontos de consumo e segregação socioespacial de seus moradores (OTERO; MARTINS, 2010, p. 102).

Otero&Martins apontam que o obstáculo do Programa foi a atuação isolada na esfera do consumo e uso dos moradores dos conjuntos, não afetando diretamente os elementos que atuam na produção da realidade socioespacial, “impactando marginalmente as condições de segregação” (p. 105).

Nos últimos anos a Prefeitura tem feitos ações parciais de zeladoria com o Programa *Prefeitura no Bairro*, com serviços de tapa-buraco, limpeza e poda de árvores, além de postos temporários de atendimento para demandas gerais relacionadas a trabalho, transporte, idosos, mulheres, saúde e educação. Além desse Programa, há ainda mutirões esporádicos para entrega dos termos de quitação dos imóveis e sorteio dos empreendimentos do MCMV. Outros eventos da Prefeitura observados foram as reformas no Centro Desportivo da Cohab e na Praça Brasil, e implantação de equipamentos de ginástica nessa e em outras praças⁹.

A ação da Companhia no intuito de organizar os vazios e incompletudes parciais parece ser ineficiente, ainda mais quando vista

em comparação com a real reabilitação em curso, que ocorre com o crescimento da forma-condomínio. A clássica noção de “bairro-dormitório” não deixa de estar presente na nova forma de apropriação do espaço do conjunto: era produção e propriedade do Estado, passa a ser reprodução e apropriação de proprietários privados. Mas esta forma apropriada não deixa de produzir a segregação, a fragmentação e a negação do urbano que já existia na década de 1980, quando o Conjunto era ainda essencialmente sua forma concebida.

Em realidade, a forma-condomínio reitera a antiga concepção, complexificando seu sentido a partir da maneira com que se assenta agora a propriedade imobiliária. O condomínio, dessa forma, se estabelece particularmente como “fronteira da fronteira”, marcado pela transição à forma da propriedade condominial sem, com isso, haver uma substituição plena da forma conjunto habitacional, que permanece em grande medida pela continuidade da propriedade da Cohab-SP e, por outro lado, pelo uso e ocupação do solo restrito à habitação, sendo suas outras funções e estruturas (como as garagens, os comércios e até mesmo as imobiliárias) desdobramentos dessa permanência.

Notas

¹ *Missão do Grupo D'Avó*. Disponível em: <http://davo.com.br/grupo-davo/#missao>. Acesso em 20/07/2018.

² Disponível em: www.casaneiros.com.br. Acesso em: 20/06/2018.

³ Chama atenção, por exemplo, a quantidade de comércios associados à instalação de portões eletrônicos e microempresas de segurança do patrimônio em anúncios de internet nos grupos do bairro nas redes sociais.

⁴ O PMCMV Entidades é uma modalidade do Programa criada em 2009 para famílias organizadas por associações, cooperativas e associações sem fins lucrativos.

⁵ “Assim, os empreendimentos do programa, além de abrirem frentes pioneiras de urbanização, têm contribuído para o adensamento de áreas periféricas, apropriando-se de grandes lotes remanescentes. A apropriação de novas áreas e dos tecidos existentes têm entretanto caráter seletivo, associando basicamente dois aspectos principais: menor custo da terra e disponibilidade de alguma infraestrutura de mobilidade” (SHIMBO; RUFINO, 2016, p. 06).

⁶ *Condomínio é interditado após temporal derrubar muro*. 04/02/2017. Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/agora/20170204/281676844644670>. Acesso em 12/06/2018.

⁷ *Econ Construtora*. Disponível em: <http://www.econconstrutora.com.br/>. Acesso em: 12/06/2018.

⁸ “O primeiro programa público cujo objetivo manifesto era a reabilitação urbanística, ambiental e social de conjuntos habitacionais na cidade de São Paulo foi desenvolvido pela Cohab-SP ao longo da administração 2001-2004 (Administração Marta Suplicy) sob o nome ‘Viver Melhor’. Este programa propunha uma série de ações integradas e de enfoque amplo, muitas vezes implementadas sob a forma de parcerias com outros órgãos públicos e/ou entidades civis, com o objetivo declarado de promover a ‘inserção urbana’, a ‘melhoria da qualidade de vida’ e a ‘inclusão’ dos moradores dos Conjuntos Habitacionais da Cohab SP e entornos” (OTERO, 2009, p. 175).

⁹ A respeito das ações mais focalizadas da Prefeitura no Conjunto recentemente, ver eventos:

Inauguração de melhorias e novo campo de futebol de gramado sintético do clube esportivo José Bonifácio, em Itaquera, com vice-prefeito e secretário-chefe da casa civil – Bruno Covas, Secretário de Esportes e Lazer – Jorge Damião e Prefeito Regional de Itaquera – Jacinto Reyes em 14/01/2018. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/agenda/inauguracao-de-melhorias-e-novo-campo-de-futebol-de-gramado-sintetico-do-clube-esportivo-jose-bonifacio-em-itaquera-com-vice-prefeito-e-secretario-chefe-da-casa-civil-2013-bruno-covas-secretario-de-esportes-e-lazer-2013-jorge-damiao-e-prefeito-regional-de>. Acesso em 12/06/2018;

Entrega de Termos de Quitação, do Conjunto Habitacional José Bonifácio, com secretário da Habitação - Fernando Chucre e presidente da Cohab – Edson Aparecido, 24/06/2017. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/agenda/entrega-de-terminos-de-quitacao-do-conjunto-habitacional-jose-bonifacio-com-secretario-da-habitacao-fernando-chucre-e-presidente-da-cohab-2013-edson-aparecido>. Acesso em 12/06/2018;

Sorteio de unidades habitacionais do empreendimento “São Sebastião” – Programa “Minha Casa, Minha Vida” e visita a Ação Integrada – Prefeitura no Bairro Itaquera, 23/05/2015. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/agenda/sorteio-de-unidades-habitacionais-do-empreendimento-2015-sao-sebastiao-2015-programa-2015-minha-casa-minha-vida-e-visita-a-acao-integrada-2013-prefeitura-no-bairro-itaquera>. Acesso em 12/06/2018;

Conjunto José Bonifácio recebe melhorias com ação integrada “Prefeitura no bairro”. 23/05/2015. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/conjunto-jose-bonifacio-recebe-melhorias-com-acao>. Acesso em 12/06/2018.

Considerações finais

Esta breve análise sobre alguns dos elementos que compõem o processo de consolidação da região de Itaquera, e particularmente do Conjunto José Bonifácio, apontam para o fato de que o padrão de urbanização periférica teorizado pelo pensamento urbano brasileiro se aplica com particularidades ao passado histórico desta área da metrópole e, com mais contundência, se atualizam com os processos mais recentes de reestruturação imobiliária por que vem passando.

No caso de Itaquera, a expansão de investimentos imobiliários por meio do planejamento urbano e de grandes projetos se combinou com a proposta de apelo nacional e internacional, a Arena Corinthians, que alavancou outros planos estacionários anteriores de obras de infraestrutura viária na região, como o complexo de ligações entre a Avenida Radial Leste e a Avenida Jacú-Pêssego, continuação da rodovia Ayrton Senna que liga São Paulo ao Rio de Janeiro e à rodovia Imigrantes, por meio do trecho leste do rodoanel. Uma nova alavanca, diferente, mas semelhante ao ciclo de produção no período do regime ditatorial no que diz respeito ao apelo ideológico do “progresso da periferia”.

São diferentes o ritmo e a qualidade que envolvem a consolidação da Cohab, porque é especialmente possível que sua forma concebida de bairro-dormitório tenha gerado, como saída para uma nova fase de expansão de capital, outras modalidades de apropriação. Essa modalidade passa pela adaptação da produção do ciclo anterior ao processo de condominialização e “imobiliariização”¹. Uma transformação na forma de propriedade – do Estado para os proprietários individuais – que determina a reprodução de novas relações sociais.

A saída de cena do Estado como provisor habitacional e protagonista das políticas urbanas revela um projeto latente de fragmentação, extensivo e intensivo. Esta fragmentação é, neste caso, uma consequência histórica do projeto de urbanização de Itaquera e, em específico, do Conjunto Habitacional. Por um lado, as unidades do Conjunto Habitacional original foram entregues aos mutuários essencialmente como valor de uso, visto que o contrato com a Cohab não previa, ao menos não em um primeiro momento, a titularidade da propriedade das casas e apartamentos.

O processo de quitação dos imóveis, seja em negociação direta dos indivíduos e famílias com a Companhia, seja por meio dos programas lançados pela Cohab principalmente nos anos 2000 para a transferência de títulos em forma de mutirões, permitiu a conversão da condição dos moradores de mutuários para proprietários condôminos.

Esta condição jurídica, que supera a precariedade da posse, capacita o valor de troca dos imóveis no mercado formal (desconsiderando aí todos os chamados “contratos de gaveta” que alimentam um mercado informal de imóveis muito comum nas áreas periféricas metropolitanas) e “libera” o conjunto de imóveis da gestão direta do Estado. Com isso, a *forma condomínio*,

[...] como instituição jurídica específica que regulamenta a multiplicação de propriedades e normatiza a convivência de vizinhos, representa na atualidade um importante meio de privatização dos espaços periféricos. A ampliação de sua escala, decorrentes de transformações estruturantes na produção imobiliária, e disseminação para os mais pobres potencializa esse processo ao mesmo tempo em que expõe suas limitações (RUFINO; SHIMBO, 2016).

Em relação às diferenças entre os dois ciclos de investimento em Itaquera, a primeira distinção é a do papel do Estado na produção do espaço. Se o regime ditatorial desenhou, organizou e executou o projeto habitacional, criando o Banco Nacional de Habitação e as Cohabs para tanto, contratando construtoras como agentes executores dos projetos, o ciclo contemporâneo notabiliza uma ampliação do papel do mercado, considerando que não apenas a construção efetiva das habitações é de sua responsabilidade, mas também o desenho dos projetos, como fica evidente no Programa Minha Casa, Minha Vida.

De outra parte, o mercado imobiliário aparece com mais força atualmente. As unidades habitacionais da Cohab, antes de propriedade formal do Estado, passam a funcionar, de acordo com os corretores entrevistados, como ativo imobiliário para famílias que compram apartamentos para vender, dissociando-os do seu valor original de uso habitacional.

A divisão em camadas de Mautner é didática e historiciza a cisão nítida dos papéis do Estado e do mercado ao longo do século

passado. Mesmo assim, as três camadas nunca existiram separadamente na região: o trem era um impulso da burguesia cafeeira e industrial incipientemente urbana, ou seja, não foi propriamente um projeto estatal moderno, era um período ainda de formação da moderna propriedade privada a partir da Lei de Terras. Mas, em razão da estação, a primeira camada, da ocupação da região por trabalhadores, ocorreu.

Quando o Estado chega, vem também com a primeira camada: a primeira e a segunda camada são combinadas no espaço e descombinadas no tempo, já que os conjuntos habitacionais chegaram com centenas de milhares de pessoas em uma década, mas o metrô chega só ao fim desse processo, “atrasado”, assim como os processos de regularização e de demais infraestruturas descritas.

A terceira camada, de entrada do capital, quando efetivamente torna-se fronteira, veio junto com o Estado, em parcerias público-privadas. Há um híbrido de segunda e terceira camada, o que

1919 **1959**
40.º ANIVERSARIO
TERRENOS
 VILA CARMOSINA — **ITAQUERA** — (E.F.C.B.)
 (INSCRIÇÃO N.º 35)

Fundada em 26 setembro de 1919
 Fundador: Cel. Bento Pires de Campos

No ensejo da passagem do 40.º aniversário da sua fundação, a CIA. COMERCIAL PASTORIL E AGRICOLA, congratula-se com os seus prestamistas agradecendo sinceramente a confiança nela depositada, desde o início das suas atividades e a colaboração irrestrita que à mesma vem prestando.

A DIRETORIA
 Dr. Heitor Pires de Campos — D.ª Julieta de Campos
 Viana — John Speers — Jayme Ribeiro Wright —
 Walter Martins Ferreira

ALGUNS DADOS SOBRE ITAQUERA
 População atual: cerca de 25.000 habitantes — luz e força da Light — 139 telefones instalados — estabelecimentos bancários — duas feiras-livres por semana — casas comerciais — restaurantes — bares — farmácias — cinema — grupo escolar — ginásio — centro de saúde — grande hospital em construção — varias indústrias — postos de gasolina — cerca de 500 chocaras que abastecem os mercados da Capital e onde são cultivados os famosos pessegueos — Ônibus de 1/2 em 1/2 hora até o Parque D. Pedro II — 40 trens elétricos diários — estrada asfaltada até os terrenos — distancia da praça da Sé: 23 Kms.

N.B. — Em breve será aberta a venda da ultima gleba de terrenos

PROPRIEDADE DA
CIA. COMERCIAL PASTORIL E AGRICOLA
 AVENIDA SÃO JOÃO, 473 (GALERIA OLÍDIO) — 10.º andar,
 sala 1.004 — Telefone: 32-3385

FIGURA 1
 Anúncio sobre o loteamento em Itaquera na década de 1950.

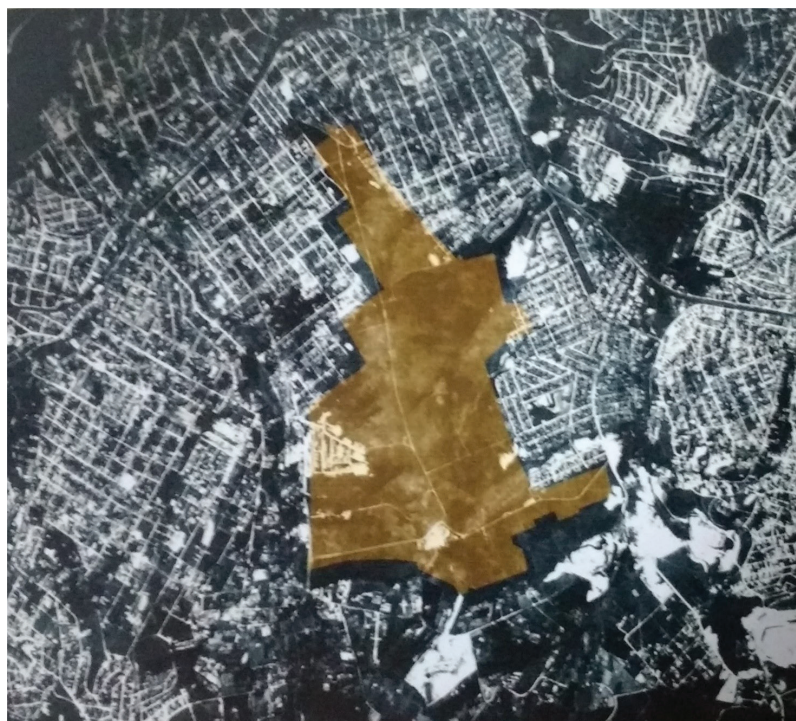


FIGURA 2
Área onde foi construído o
Conjunto José Bonifácio, em 1972

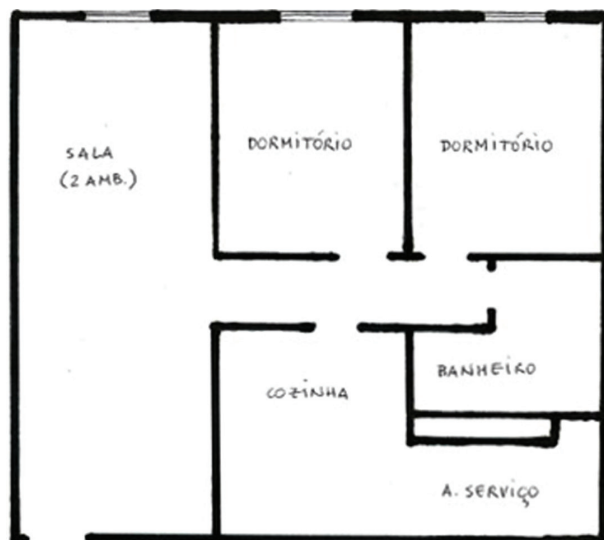


FIGURA 3
Planta original do apartamento grande
do Conjunto José Bonifácio

permite uma interpretação específica do modelo de Mautner. Estado e mercado nesse período mais recente são indissociáveis. Criam centralidades periféricas, criam dinâmicas de urbanização que negam o urbano. Seria preciso, talvez, elaborar uma “quarta camada” para explicar a progressiva indissociação entre a atuação pública e privada hoje. O Estado age como organizador dos interesses do mercado de imóveis, mas não figura mais com protagonismo na sua consecução. Os grandes projetos urbanos e megaeventos, como a Copa do Mundo, identificam esta característica².

A novidade do segundo ciclo em relação ao primeiro não é exatamente o surgimento do Estado como patrocinador dos interesses do capital. Esse caráter do Estado é permanente e existiu com preponderância quando da criação do BNH como programa anticíclico apto a alavancar a indústria da construção em um momento de grave crise econômica e social. Ocorre que há uma complexificação de interesses, qual seja, a primazia dos agentes vinculados ao capital financeiro no processo de formação do valor imobiliário, não mais ditado simplesmente pelo capital produtivo-industrial da construção, como antes³.

O caso particular de Itaquera quebra, ainda, a separação feita pelas análises frequentes sobre a produção do espaço, quando trata da operação dos agentes vinculados ao capital financeiro no centro e na periferia da metrópole. Se, no centro, a força do imobiliário é demonstrada a partir dos grandes projetos urbanos (FIX, 2007) e nas periferias é marcada pela expansão na produção de empreendimentos habitacionais subsidiados pelos programas estatais (VOLOCHKO, 2011), Itaquera condensa as duas hipóteses: Operação Urbana, Parque Linear e estádio-arena com fortes incentivos fiscais, por um lado, e condomínios para o segmento econômico combinada com a realização de projetos do PMCMV, por outro.

Nesse sentido, conforme afirma Smith (2007, p. 17), “A potência da imagem de fronteira depende da sutileza presente nesta combinação do econômico com o espacial”. Se, no passado, a expansão do capital era possibilitada pela ampliação geográfica absoluta no processo de urbanização de Itaquera, hoje é possível identificar elementos de diferenciação interna ao seu espaço que

cumprem esse objetivo, produzindo um novo tipo de segregação. As fronteiras decorrentes da diferenciação do espaço urbano são econômicas, mas também de outras naturezas, produzindo um emaranhado de transformações na totalidade da vida cotidiana. É a respeito desse emaranhado composto por outras fronteiras que os capítulos a seguir tratarão.

Notas

¹ “[...] há um “projeto consensual implícito de cidade”, a cidade produzida pelo mercado, não se tratando de uma exceção. E como são os promotores privados aqueles que constroem as novas espacialidades, a mobilização em torno das melhorias dos edifícios e casas torna-se dispersa, frágil, atomizada e individualizada. Trata-se de um processo de descentralização do agente produtor dos espaços habitacionais [...]” (VOLOCHKO, 2011, p. 202).

² Segundo Mautner (2010, p. 255), “O estágio extensivo permite o uso predatório da força de trabalho, ao passo que o estágio intensivo requer a elevação dos níveis de subsistência do trabalhador (que se tem traduzido, historicamente, no Estado de bem-estar e a correspondente forma política da social-democracia)”. No entanto, no caso brasileiro, resta evidente que a fase intensiva não corresponde a um incremento nos níveis de subsistência do trabalhador na acepção de direitos sociais garantidos como na social-democracia, mas na sua “incorporação” como consumidor emergente, pela via do crédito e do endividamento.

³ “Assim, pode-se afirmar que o processo da centralização do capital evidenciado na atualidade é produto da emergência do domínio do capital financeiro que, sustentado na grande mobilidade alcançada pela liberalização e articulação dos sistemas monetários e financeiros em escala nacional e internacional e na grande sofisticação de estruturas e mecanismos de organização desse capital (fundos de pensão, fundos de investimento, sociedade de ações etc.), tende a se direcionar para os setores que permitam melhores condições de rentabilizar esse capital. Dentro dessa racionalidade, a produção imobiliária também passará por importantes mudanças visando atender as expectativas do capital financeiro” (RUFINO, 2017, p. 215).

Fontes das imagens

FIGURA 1 FOLHA DA MANHÃ, 1959.

FIGURA 2 NAKANO, 2002, p. 119.

FIGURA 3 PASCHOA, LIMA e COELHO, 2017.

FIGURA 4 Página do Facebook Conjunto Habitacional José Bonifácio Cohab 2 (página ligada à Associação de Moradores do Conjunto José Bonifácio). Disponível em: <https://www.facebook.com/saudosacohab2itaquera/>. Acesso em: 20/08/2018.

FIGURA 5 Living Construtora. Disponível em: www.meuliving.com.br. Acesso em: 20/06/2018. I-Mangai Empreendimentos Imobiliários, 2018. Disponível em: www.i-mangai.com.br. Acesso em: 20/06/2018.

**Fronte
en
relaçõ
gêne
urb**

iras

tre as

es de

ro e o

ano

**Uma interpretação
sobre as relações
sociais de
gênero e raça**

O tema proposto para este segundo capítulo guarda com o anterior a semelhança de ser objeto dinâmico de debates teóricos que se propõem a reconsiderar interpretações, a atualizar leituras. São variadas vertentes que ganham força ao longo dos últimos anos no movimento feminista a nível planetário. Feminismo interseccional, feminismo negro, feminismo consubstancial, feminismo decolonial, feminismo marxista... São todas expressões do revigoramento e da efervescência das lutas das mulheres nos continentes do mundo, sobretudo desde a segunda década do século XXI.

O feminismo, como conjunto de experiências da luta política, vem simultaneamente sendo assimilado como método e conteúdo destacado do conhecimento crítico científico. Trata-se de uma autêntica teorização prática, pois não dissociada dos sujeitos envolvidos nas tensões políticas em escala mundial.

A ideia que norteia este capítulo não é apresentar as diferentes vertentes do pensamento produzidas pelo feminismo nos séculos XX e XXI, mas apresentar uma posição específica, representativa de uma ampla gama de autoras (SAFFIOTI, 2013; GONZALEZ, 2020; DAVIS, 2016; FEDERICI, 2012, 2017; HIRATA, 2002; ARRUZZA, 2015; BHATTACHARYA, 2017; FERGUSON&MCNALLY, 2017; GAGO, 2020) que emergiram à cena teórica oriunda dos movimentos de mulheres e cujo alicerce comum é a crítica da economia política. Um diálogo intelectual original desde a década de 1970 e que é revigorado hoje para uma interpretação feminista do neoliberalismo.

O encontro do feminismo com o marxismo é antigo e data da transição do século XIX para o XX (ENGELS, 2012; MARX&AVELING, 2000; LENIN, 1956; TROTSKY, 1980; ZETKIN, 1976; KOLONTAI, 2011). Embora tenha sido alvo da reação stalinista na União Soviética, já no pós segunda-guerra intelectuais passaram a trabalhar nesta relação, especialmente a partir dos anos de 1970, também em razão do esmorecimento dos partidos comunistas com orientação oficial soviética em todo o globo e a erupção de lutas feministas, antirracistas, ambientalistas e anticoloniais nos mais diversos países.

Para visitar o debate histórico de investigação da natureza econômica do trabalho doméstico imputado às mulheres, é preciso antes assumir a categoria ‘trabalho’ como substância da crítica

das relações sociais entre os sexos. O trabalho, como atividade realizadora da humanidade, de socialização entre os seres humanos, nas palavras de Marx (1988, vol. I, p. 142), constitui

[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho.

A forma social histórica da propriedade privada produziu a divisão que separou homens e mulheres a partir do trabalho. De acordo com a sistematização dos estudos antropológicos inspirados em Lewis Morgan, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (2012) apresenta como a divisão entre os papéis femininos e masculinos deixaram de ser complementares na revolução neolítica e passaram a ser hierarquizados, com a preponderância do papel masculino, representado por uma forma de organização social: a família monogâmica patriarcal. Segundo esta obra clássica, o desenvolvimento das forças produtivas, especialmente com a descoberta da semente e o desenvolvimento consequente da agricultura e da pecuária, possibilitou o trabalho excedente; havia “sobrado” produto do trabalho pela primeira vez na história¹.

A sobra do tempo de trabalho foi a condição necessária para a exploração do homem pelo homem. Se antes o controle e a vigilância do trabalho alheio por um indivíduo eram atividades menos produtivas do que este indivíduo trabalhar em cooperação, a partir da existência da produção de excedente, ou seja, da capacidade de produção maior do que a capacidade necessária para a sobrevivência, o controle da exploração ganha terreno².

A exploração – ou seja, o exercício da violência mediante o qual um grupo passa a expropriar o resultado material da produção de outro grupo – engendra, assim, a origem histórica da propriedade privada, e nesse sentido, da transformação das relações sociais, que deixam de ser cooperativas e passam a sedimentar embrionariamente as classes sociais.

A violência só pôde ser mantida como elemento sistêmico de reprodução de relações sociais a partir da formação do Estado, o produto dessa complexificação social, e desdobrado na sistematização das leis, dos exércitos aptos à guerra e à organização dos espólios de guerra, da burocracia, detida pela classe que domina esse poder de Estado.

Nesse contexto, a família nuclear monogâmica – como aprimoramento da antiga família patriarcal – passa a ser o meio³ pelo qual o modelo de relações sociais de classe pode ser reproduzido no tempo. A sobrevivência passa a ser atomizada e não mais dependente da cooperação; ao mesmo tempo, as mulheres passam a ser propriedade privada dos homens, visto que a reprodução biológica se torna condição social para a hereditariedade da propriedade de bens materiais, ou seja, é a principal determinação da reprodução das classes sociais. Nesse sentido, as mulheres se transformam, como a água e a terra, em *natureza* – condição de produção a ser monopolizada por meio da violência. Diz Engels (2012, p. 87):

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade⁴.

As mudanças nos papéis sociais femininos passam a ocorrer de maneira mais profunda a partir da proletarianização do campesinato,

quando a monetarização da economia ganha generalidade e, mais tarde, os camponeses são cercados de suas terras⁵. O processo de cercamento no campo afetou muito significativamente as mulheres camponesas, que se viram despossuídas de suas terras e dos bens comuns, como os rios e bosques. Tornaram-se as maiores migrantes rurais para as cidades medievais, onde sobreviveram em condições extremas de precariedade e pobreza.

Passaram a trabalhar como ambulantes, comerciantes, fiandeiras e prostitutas, visto que muitas migravam sozinhas e por isso se tornavam mais suscetíveis a todo tipo de abuso. Mas também exerciam atividades que apenas mais tarde seriam classificadas como masculinas e que diziam respeito à própria reprodução do espaço citadino, trabalhando como “ferreiras, açougueiras, padeiras, candeiras, chapeleiras, cervejeiras, cardadeiras de lã e comerciantes”, além de pedreiras (FEDERICI, 2017, p. 64).

A era feudal, que não separou como no capitalismo a produção e a reprodução, deu lugar, com o cercamento dos campos e a violência da acumulação primitiva daí oriunda, a uma nova subjetividade humana. O corpo humano, assim como a terra, também passou por um robusto processo de cercamento, catalisado pela Igreja e, sobretudo, pelo Estado moderno. Na Idade Moderna, a constituição do “corpo máquina”, o corpo como “força de trabalho” abstrata, substituiu o corpo anatômico, naturalizado, resultado de uma realidade orgânica: é aí que a mulher passa a ser sistematicamente desvalorizada e perseguida pelo poder instituído (FEDERICI, 2017)⁶.

Curandeiras e parteiras foram perseguidas e milhões de mulheres foram presas, torturadas, mortas, queimadas, enforcadas ao longo de três séculos, sob uma campanha permanente de caça à bruxaria⁷. O forte contexto de pobreza no campo fazia esfarelar as relações de solidariedade entre camponeses e vizinhas delatavam umas às outras como praticantes de bruxaria⁸.

A colonização europeia nos continentes americano, africano e asiático – que significou o saqueio sistemático de recursos naturais, como ouro e prata – se deu no mesmo período em que a caça às mulheres na Europa se tornou mais forte. A larga empreitada de violência e sangue da acumulação primitiva resultou na escravização de numerosos povos africanos pelos europeus, por

meio da qual centenas de milhões de pessoas foram submetidas ao trabalho forçado nas Américas. Por isso, a escravidão e a invenção da raça, longe de significar um resquício arcaico e brutal das formas de trabalho anteriores ao capitalismo, foi sua via de expansão, tornando-se a mais lucrativa ao longo dos séculos de sua primeira fase de acumulação, operando como condição para a transformação do campesinato europeu em proletariado assalariado.

Conjugada com a escravização e a diáspora forçada africana para as Américas, a necessidade histórica de exterminar e subjugar a representação feminina, sua alusão cultural à natureza, ao incontável, ao sensível, para formar o trabalhador assalariado e a racionalidade do homem moderno, era tanta que os julgamentos e as penalizações com morte deixaram de ser praticados pela Inquisição e passaram a ser realizados por cortes seculares⁹.

Tudo isso demonstra que a vida das mulheres trabalhadoras, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, passou por transformações drásticas e qualitativas em todas as dimensões sociais. A nova esfera pública – distinta evidentemente da esfera pública da polis grega – que baseou o Estado burguês, o Direito escrito e a institucionalização das ciências naturais, relegou as mulheres à sua *periferia*, ao seu antagonismo histórico, um novo espaço reprodutivo privado.

A reinvenção das relações sociais baseadas em sexo se apresentou como o pressuposto modernizador. O advento da Reforma protestante trabalhou na reformulação do papel demonizado da mulher, associado à natureza incontável, e passou a associá-la a uma nova espacialidade doméstica dotada de equilíbrio, de objeto do exercício do controle perfeito pelo homem e do auto sacrifício em nome da família¹⁰.

Essa interpretação histórica é relevante no debate feito por teóricas feministas materialistas¹¹. Afinal, a desigualdade entre os sexos seria um resquício arcaico de sociedades pré-capitalistas ou, em realidade, seria uma “invenção” do próprio capitalismo?

O fluxo de mulheres que passaram do campo às cidades alterou a configuração de família e dos papéis do sexo feminino. Elas já eram anteriormente responsáveis pela confecção de tecidos e passam a ser parte das concentrações manufatureiras no setor de

roupas, seda e rendas, produção que marca o início da revolução industrial na Inglaterra, entre o século XVIII e XIX, e a consolidação da sociedade burguesa, sobretudo a partir da revolução de 1789 na França.

A introjeção de máquinas possibilitou uma impactante intensificação da produção e uma organização que ampliou a extração do valor do trabalho. Nesta primeira fase do capitalismo industrial, a força de trabalho das mulheres foi apropriada nas fábricas têxteis, continuando uma atividade que já era realizada socialmente por elas. Além das mulheres, as crianças também foram incorporadas na indústria neste estágio de acumulação extensiva, de extração de mais-valia absoluta.

Embora a subjugação da mulher trabalhadora fosse material, o revestimento ideológico moderno da subjetividade masculina e, por oposição, da feminina, especialmente destinado às mulheres burguesas, que se especializavam nas tarefas matrimoniais e da maternidade, também atingiu todo o contingente feminino proletário.

As mulheres operárias viveram, desde ali, uma forte contradição utilmente explorada pelo sistema econômico. O trabalho braçal, o espaço fabril, era eminentemente masculino, embora às mulheres pobres fosse necessário trabalhar na produção enquanto fosse possível não dispendar o tempo integral no cuidado da casa e dos filhos.

O rebaixamento salarial pela valorização da mercadoria força de trabalho de mulheres e crianças é, como menciona Saffioti (2013, p. 67), “a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos” e que “vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial”. O fato de que a tecnologia não era o principal incremento para a extração de mais-valia fez com que as extenuantes e ampliadas jornadas de trabalho e os baixíssimos salários fosse o destino para mulheres e crianças, fonte, como dito, de exploração da mais-valia absoluta¹².

A primeira fase da acumulação industrial, portanto, utilizou a força de trabalho feminina como mecanismo de diminuição do custo de produção e de elevação da mais-valia¹³. No entanto, com o desenvolvimento do capital fixo e o aumento das taxas de mais-valia relativa, já numa segunda fase do imperialismo mundial e

da indústria, a força de trabalho feminina sofreu um alijamento importante do espaço fabril, o que significou uma reformulação histórica da atividade reprodutiva e a sua desvalorização.

Neste aspecto, vale lembrar a observação de Ferguson e McNally (2017) a respeito da família n' *O capital*. Marx projetou o desaparecimento da família proletária na medida da incorporação das mulheres e das crianças à força de trabalho na grande indústria. Contudo, não compreendeu o interesse na regulamentação e reconformação da família proletária e as primeiras movimentações parlamentares na Grã-Bretanha para regulamentar e restringir o trabalho feminino e infantil ainda na primeira metade do século XIX¹⁴.

Depois, já no início do século XX, o fordismo, como forma de produção, modernizou o controle do tempo produtivo. Esse controle foi exercido sobre o trabalhador no espaço fabril, mas também disciplinou sob novas bases sua vida reprodutiva familiar, também atravessada por um novo comportamento ético para exploração de seu potencial produtivo: a mulher se tornava o apoio necessário para a manutenção da família e para a domesticação voltada à produtividade do operário.

Notas

¹ Interessante o estudo da feminista alemã Maria Mies a respeito do papel central da mulher no desenvolvimento da primeira atividade econômica produtiva na história da humanidade, a agricultura, e como sua busca pela sobrevivência tinha, desde antes do Neolítico, uma forte conotação social: “A primeira forma de divisão sexual do trabalho com a qual nos deparamos historicamente é aquela entre mulheres, que essencialmente colhiam e posteriormente trabalhavam na capinagem, e homens, que em grande parte se especializavam na caça. Essa divisão de trabalho só poderia surgir com base na produtividade feminina desenvolvida. Ela consiste no fato de que mulheres, como coletoras e agricultoras, estavam na posição de garantir alimentação cotidiana não só para si mesmas, mas também para toda a tribo ou clã. Eram elas quem traziam o sustento não só para seus filhos, mas consideravelmente para os homens, que nem sempre tinham sorte em suas expedições de caça” (MIES, 2016).

² Reforça-se aqui: a exploração era uma *possibilidade*, visto que este desdobramento não foi lógico, natural ou necessário historicamente.

³ É meio, mas no capitalismo a família também se torna representação do espaço cindido, privado.

⁴ Evidentemente, a conformação da família nuclear monogâmica não foi linear nem se absolutizou na história mundial, havendo severas diferenças no tempo, nos povos e nos continentes onde se desenvolveu – havendo sistematicamente combinação dessas desigualdades a partir da expansão mundial do capitalismo desde pelo menos o século XVI. Contudo, importa registrar que apenas com o surgimento da propriedade privada a relegação da mulher a um *status* hierarquicamente inferior ao do homem foi possível. Citando novamente Engels (2012, p. 96), “No antigo lar comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção do lar, confiada às mulheres, era uma indústria socialmente tão necessária quanto a busca de víveres, de que ficavam encarregados os homens. As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em *serviço privado*; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social”.

⁵ Segundo Marx (2013, vol. I, p. 786), “O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

⁶ Afirma Federici (2017, p. 267), “[...] desde o ponto de vista do processo de abstração pelo qual passa o indivíduo na transição ao capitalismo, o desenvolvimento da “máquina humana” foi o principal salto tecnológico, o passo mais importante no desenvolvimento das forças produtivas que teve lugar no período de acumulação primitiva”.

⁷ Ainda de acordo com Federici (2017), o fundamento da inferioridade feminina e a suscetibilidade da mulher à bruxaria e aos pactos com o diabo tem, em grande medida, influência do *Malleus maleficatum*, um livro escrito pelos padres H. Kraemer e J. Sprender em 1487.

⁸ Novamente Federici (2017, p. 293), “Ao contrário das feministas, os historiadores marxistas, salvo raras exceções – inclusive quando se dedicaram ao estudo da “transição ao capitalismo”-, relegaram a caça às bruxas ao esquecimento, como se carecesse de relevância para a história da luta de classes. As dimensões do massacre deveriam, entretanto, ter levantado algumas suspeitas: em menos de dois séculos, centenas de milhares de mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas. Deveria

parecer significativo o fato de a caça às bruxas ter sido contemporânea ao processo de colonização e extermínio das populações do Novo Mundo, aos cercamentos ingleses, ao começo do tráfico de escravos, à promulgação das Leis Sangrentas contra vagabundos e mendigos, e de ter chegado a seu ponto culminante no interregno entre o fim do feudalismo e a “guinada” capitalista, quando os camponeses na Europa alcançaram o ponto máximo do seu poder, ao mesmo tempo que sofreram a maior derrota da sua história. Até agora, no entanto, este aspecto da acumulação primitiva tem permanecido como um verdadeiro mistério”.

⁹ A “caça às bruxas alcançou seu ápice entre 1580 e 1630, ou seja, numa época em que as relações feudais já estavam dando lugar às instituições econômicas e políticas típicas do capitalismo mercantil” (FEDERICI, 2017, p. 297).

¹⁰ Segundo SHOLWZ (1996): “Paralelamente à caça às bruxas, desenvolveu-se assim o ideal materno como nova imagem da mulher. Os responsáveis para tanto foram a Reforma e sobretudo Lutero. Segundo ele, à mulher competia a administração do lar (cuja importância diminuiu relativamente) e ao homem, a política, as querelas jurídicas, etc. (cuja importância aumentou relativamente). A maternidade, para Lutero, era a vocação feminina. Embora tenha em certa medida reabilitado a mulher dentro de seu papel restrito (em contraste à ideia de inferioridade pespegada pela Igreja Católica), na medida em que atribuía valor à sua atividade de esposa e mãe, a concepção de Lutero implicava ao mesmo tempo o encerramento da mulher - e com ela a sexualidade e a sensibilidade - no claustro do casamento, ao contrário do que ocorria na Idade Média”.

¹¹ A esse respeito, a orientação aqui se dá pelo debate no interior do feminismo marxista e as nuances teóricas entre as correntes interseccional, consubstancial e da reprodução social (DAVIS, 2016; KERGOAT, 2002; HIRATA, 2002; ARRUZZA, 2015; BHATTACHARYA, 2017).

¹² “[...] a maquinaria parecia, pois, propiciar enormemente o trabalho da mulher e da criança. Realmente, os incícios do capitalismo industrial registraram o assalariamento, nas funções fabris, de tão grandes contingentes femininos e infantis que Marx não pôde deixar de notar que ‘o trabalho da mulher e da criança foi o primeiro brado da aplicação capitalista da maquinaria’” (SAFFIOTI, 2013, p. 69).

¹³ Restará, mais à frente, questionar se esse mecanismo tem sido implementado pelas formas mais contemporâneas de acumulação de capital.

¹⁴ “É elucidativo que Marx não conseguiu captar isso e continuou a acreditar que a família da classe trabalhadora estava se dissolvendo. Isto é, em parte, um sintoma de considerar garantido algo que não se pode presumir – que novas fontes de força de trabalho serão invariavelmente reproduzidas tanto geracionalmente quanto socialmente e que os suprimentos existentes serão reproduzidos diariamente, não apenas em quantidades adequadas, mas com as ‘habilidades’ e ‘aptidões’ adequadas. Não obstante suas próprias observações sobre os efeitos destrutivos da industrialização capitalista nas famílias proletárias, Marx continuou a recorrer a uma explicação ingenuamente naturalista na qual, quando se tratava de reproduzir a classe trabalhadora, o capital poderia ‘com segurança deixá-las aos impulsos de autopreservação e propagação dos trabalhadores’” (FERGUSON&MCNALLY, 2017, p. 46-47).

As mulheres brasileiras entre a sociedade rural e urbana

Todo esse processo de transformações nas relações sociais se estabeleceu com muitas distinções nos países periféricos do capitalismo. No Brasil, o tipo de colonização estabelecida pelo reino de Portugal implicou, na sua forma de acumulação, nos dizeres de Saffioti (2013), inspirada por Florestan Fernandes, de domínio patrimonial e familiar arregimentada na figura do *pater*, ou seja, não conformado por um poder modernizante e centralizado como nas sociedades europeias.

A força de trabalho negra escravizada funcionou, ao longo de séculos, como mercadoria no comércio internacional e como meio de produção na economia agrária para exportação de matérias primas. Esse modelo implicou que o capitalista detentor de escravos desembolsasse de uma só vez o preço pela força de trabalho como renda ou capital fixo e dispensasse o mínimo possível para a reprodução da sobrevivência dos escravos¹.

Como dito, a estrutura brasileira de dominação patrimonial-patriarcal era baseada no poderio político-econômico de chefes de parentela que tinham originalmente ligações com a Coroa portuguesa. Sua priorização na exportação para o mercado internacional, e não para consumo interno, de produtos altamente especializados, favorecia o poder pessoal patriarcal na estrutura social. A despeito da proibição formal da relação entre senhores e escravos, a reprodução populacional fora amplamente caracterizada pela miscigenação, demonstrando que a motivação econômica capitalista em ascensão, e não a biológica-racial, era a verdadeira justificativa para a estratificação social.

Sob esse aspecto, a mulher negra assume o papel histórico de alta relevância econômica na transição da sociedade de castas para a sociedade de classes plenamente constituída, pois cabia às mulheres escravizadas a atividade da produção e da reprodução das famílias proprietárias, e, nesse contexto, a subordinação violenta e sistemática do estupro por homens brancos.

Esse lugar imposto às negras as fará símbolos originais de muitas das tensões políticas e sociais no país. Nas palavras de Saffioti (2013, p. 236), “tornava-a, pois, simultaneamente *res* e pessoa humana. Transfigurava-se, assim, em processo de *coisificação* o papel que lhe cabia enquanto pessoa, e em criatura humana a *coisa* (instrumento de trabalho)”. O crescimento populacional

de mestiços oriundos do vínculo sexual forçado entre negras e brancos – verdadeira indefinição no sistema de castas baseado na raça –, além da insuficiência de mão de obra escrava em razão da vultosa mortalidade nas senzalas, foi elemento de fragilização contraditória do regime escravocrata². A respeito das mulheres negras que trabalhavam na casa-grande, lembra Gonzalez (2020):

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer quantas eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc. quase mortos de fome e cansaço.

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores [...]” (p. 63).

A conotação patriarcal do sistema econômico brasileiro nesse período, portanto, também fica nítida a partir dos desdobramentos econômicos da relação entre a mulher negra e o homem branco. O entrecruzamento entre sexos e raças explica todos os papéis desempenhados na estrutura social e determina que a organização da família branca pressupôs uma desordem completa nas famílias negras, a partir do exercício da autoridade severamente pessoal do chefe da comunidade doméstica.

A função matrimonial e de seleção da prole legitimamente apta à herança patrimonial e transmissão de poder político era relegada à mulher branca, restrita à casa grande e rigidamente subordinada ao pai ou ao marido. Sua vida pública era efetivamente praticada apenas na frequência à igreja. A castidade como valor cultural dirigido às mulheres brancas vindas de família com

poder econômico era mantida em função da subordinação sexual das negras e da prostituição das brancas pobres.

Assim, as mulheres brancas, opostamente às mulheres negras, que simbolizavam a instabilidade do regime capitalista de castas, eram o elo de conservação da reprodução do sistema, pelo seu papel determinado, rígido, dominado e, sobretudo, restrito ao ambiente da casa.

Enquanto as filhas das mulheres brancas eram educadas para exercerem o mesmo papel que suas mães, os filhos homens podiam viajar para estudar na Europa e frequentar as sociedades maçônicas integralmente masculinas que passaram a surgir no fim do século XVIII e que serviram às conspirações políticas que intervieram nas transformações na ordem social que se operaram no século XIX.

Além disso, a propriedade privada da terra era privilégio dos homens brancos, sendo mulheres e escravos excluídos dessa possibilidade, único critério para deter direitos políticos. Todos esses elementos fazem concluir que a propriedade privada, conjugada com a estratificação patriarcal e racial, eram os componentes basilares da sociedade colonial brasileira.

A propriedade moderna da terra, formalmente instituída em 1850 pela Lei de Terras, não modificou a incapacidade civil da mulher como detentora de patrimônio, nem o acesso à posse da terra pela população negra liberta. Como afirma Martins (1981), “se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava” (p. 49).

A nova forma de propriedade também foi crucial para a instituição da noção moderna da divisão entre o público e o privado para a expansão do processo de urbanização. A partir da segunda metade do século XIX, a ida para a cidade, propiciada pelos investimentos da burguesia cafeeira, permitiu poucas mudanças no comportamento autorizado para as mulheres abastadas, sendo possível sua frequência em outros ambientes que não a casa e a igreja, o que não significou, por outro lado, sua participação nos movimentos de ideais liberais que foram estimulados nas cidades.

De qualquer modo, a vida urbana permitiu práticas culturais nas relações sociais de sexo que antes eram impensáveis no campo, como o namoro, por exemplo. Isto porque a possibilidade de

frequentar a casa da pretendente passa a ser um comportamento que dava lugar à escolha dos jovens solteiros para a realização dos casamentos – o que anteriormente era conduzido de maneira estrita pelos pais dos pretendentes. A espacialidade própria da cidade corroborava para a criação desses novos hábitos, sendo o portão o elo entre o espaço privado da casa e a rua, além de praças e bailes onde também havia possibilidade de encontros.

Ao mesmo tempo em que a instituição do matrimônio foi “democratizada” nas cidades, sendo possível às camadas proletarizadas e populares legalizar suas uniões, também era notável que os vínculos matrimoniais eram mais instáveis do que aqueles realizados na elite com motivação de transmissão de propriedades.

As condições de grande disnomia em que vive essa camada da população facilita e promove a precariedade das uniões conjugais, dissolvendo-se estas e voltando a refazer-se sem grandes dramas morais. Este fato revela a extensão e a intensidade das mudanças que a urbanização, insuficientemente acompanhada pela industrialização, operou na vida familiar brasileira (SAFFIOTI, 2013, p. 260).

As áreas urbanas do país permitiram às mulheres algumas transformações que diluíram seu papel conjugal, como a crescente instrução por meio da implementação de escolas normais, no início altamente restritas à larguíssima maioria das mulheres, mesmo àquelas que eram filhas de proprietários e, depois, pela criação de educandários femininos às jovens trabalhadoras, além das escolas confessionais, que reproduziam a educação segregacionista entre os sexos, reforçando o comportamento servil feminino mas que eram, de todo modo, um novo espaço social.

Ao mesmo tempo, as mulheres negras, na transição representada pela abolição da escravidão no fim do século XIX, desempenharam um importante papel nas cidades. Ao contrário das mulheres brancas, em especial as de famílias proprietárias, as mulheres negras escravas e ex-escravas compuseram a força inicial de trabalho nos espaços urbanos, junto aos homens negros. De acordo com Rolnik (1997, p. 61),

Escravas de tabuleiro, vendendo quitutes e biscoitos, alternavam-se com vendedoras livres, caipiras, mestiças, de garapa, aluá, saúvas e peixes [...]

Na costa ocidental da África, de onde se originou uma parte dos negros que aqui aportaram como escravos, o comércio era uma prática essencialmente feminina, que além de prover economicamente o clã, tinha também um sentido social e religioso e um papel no culto tribal de ancestrais mortos. A venda nas ruas estabelecia contatos, permitia a troca de informações e garantia a sobrevivência de quilombos urbanos, lugares onde se acoitavam os escravos fugidos.

As “ganhadeiras” existiram em grande monta nas concentrações urbanas do sudeste e do nordeste brasileiro no século XIX e trabalhavam em funções como quitandeiras, lavadeiras, costureiras e cozinheiras. Quando livres, recebiam integralmente pelos serviços prestados; quando escravizadas, representavam uma vultosa rentabilidade para seus senhores, que, com o valor apropriado de seu trabalho, conseguiam em poucos anos o valor total que haviam pago por essas mulheres no mercado de escravos (SOARES, 1996). Fato é que compunham de modo essencial a vida dos pequenos comércios em cidades como São Paulo³.

A família nas camadas populares adquiria um sentido e uma composição diversa, determinados pelo próprio processo de urbanização. As mulheres trabalhadoras não se confundiam, de nenhum modo, com a “condição feminina” reservada às mulheres da elite nesse contexto porque a migração para a cidade as posicionou na chefia de seus lares e famílias, como eixos permanentes na vida de subsistência da prole e, de maneira muito mais flexível e mutável, se “amaciavam”, eram concubinas ou até casavam. As diferenças etárias entre homens e mulheres nessas uniões também colocava a elas a condição de viúva desde muito cedo⁴.

As mulheres pobres e negras nesse início de urbanização brasileira não eram submetidas à organização familiar rígida e hierarquizada que remanesceu do período colonial como as mulheres brancas da elite, a um lugar vedado na esfera pública e social, mas também não tinham qualquer possibilidade de acesso à propriedade e aos direitos políticos garantidos aos homens.

Essa constatação é importante porque determinou a consolidação de papéis sociais completamente distintos entre as mulheres, tornando-se impossível qualquer generalização do fator sexo

na sociedade brasileira, visto que vivenciavam situações distintas e quase opostas em termos de ocupação do espaço público, de posição no mundo do trabalho e de organização familiar.

Estas mulheres sem família tradicional e sem propriedade tiveram então que criar meios cooperativos, como suas relações de vizinhança com outras mulheres que passavam pelas mesmas circunstâncias, para sobreviver e garantir sua reprodução doméstica. Como afirma Dias (1983, p. 44), “Na realidade a ausência do homem ou a sua presença intermitente impunha com certa frequência não tanto a divisão como a alternância ou troca de tarefas: assumir papéis masculinos não era muito excepcional”.

O valor social do trabalho econômico feito por essas mulheres, que garantiam a circulação e o comércio popular de mercadorias de primeira necessidade no meio urbano, era ínfimo. Sua marginalidade, a partir da industrialização, será agudizada, determinando que as ocupações laborais femininas se restringissem à precariedade, à eventualidade e a limitações insuperáveis de renda pessoal, ao desemprego estrutural, à rejeição a exército industrial de reserva e população excedente.

O contingente feminino que trabalhava diretamente na produção de bens e serviços diminuiu a partir da industrialização e da modernização através da importação de maquinaria. A unidade familiar vai deixando de ser produtiva, visto que os trabalhos de produção econômica e de reprodução da vida se cindem com mais força a partir do século xx. Por isso, o processo de assentamento plenamente capitalista da formação brasileira vai expulsando a mão de obra feminina no contexto de industrialização.

O censo de 1872, conforme relata Saffioti (2013), indica que as mulheres representavam quase metade da força de trabalho ativa no Brasil (45,5%). De toda a força de trabalho, 33% era localizada nos serviços domésticos e, entre os trabalhadores desse ramo, mais de 80% eram mulheres: era a segunda maior ocupação econômica depois do trabalho no campo. Já em 1900, cresce expressivamente a participação feminina na indústria, ainda como prolongamento das atividades manufatureiras têxteis desempenhadas pelas mulheres tradicionalmente no período anterior; mais de 90% da mão de obra nas fábricas de tecidos era composta por mulheres, em sua maioria jovens e solteiras.

Esse número expressivo de mulheres rapidamente decai na medida em que o setor secundário é incrementado por máquinas importadas e a produção passa a ser ligeiramente diversificada, caindo para menos de 30% a representação feminina no setor em 1920. Mesmo assim, as mulheres são expoentes nas greves gerais operárias de 1917 e 1919 em São Paulo, não tendo alcançado vitórias como o operariado masculino⁵.

O desenvolvimento industrial mais acelerado nos anos 30 e 40, junto com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a estipulação do salário mínimo e legalização do voto feminino, não significou uma melhora no quadro do trabalho das mulheres. Embora tenha havido um aumento na participação absoluta de mulheres nos três setores – primário, secundário e terciário – não se comparou ao incremento vultoso de homens em todos os postos de trabalho no mesmo período.

Nos anos 50, o que houve foi o aumento relativo de mulheres trabalhando no setor terciário da economia (cerca de 32% do setor), enquanto uma larga maioria (84%) declarava se ocupar do trabalho doméstico. Nesse período, o papel da mulher na família nuclear monogâmica ganha uma nova relevância econômica. O contingente feminino da classe trabalhadora teria como nova funcionalidade o disciplinamento do trabalhador homem, por meio dos ditames cotidianos de uma rotina doméstica, responsável e sem vícios. Desde 1941, o Decreto nº. 3200 de Getúlio Vargas instituía essa preocupação com a organização e a proteção da formação familiar, prevendo que:

Devem ser os homens educados de modo que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne *afeiçoadas* ao casamento, *desejosas* da maternidade, *competentes* para a criação dos filhos e *capazes* na administração da casa (SCOTT, 2012).

Em compensação, nos dois anos seguintes, foi introduzida no Código Civil brasileiro a separação entre cônjuges em certas condições especiais, com reconhecimento inédito de dissolução familiar (o divórcio só seria reconhecido legalmente em 1977) e a permissão para que a mulher casada pudesse trabalhar sem a autorização do marido, alterando, mesmo que timidamente, a

situação legal da mulher que, desde o Código de 1916, tinha sua capacidade civil não reconhecida, equiparável aos menores de idade, aos silvícolas e aos doentes mentais.

Enquanto na estrutura legal o Estado promovia estas reformas, a realidade urbana se complexificava. As mulheres nordestinas que migravam para São Paulo eram submetidas a condições de alta exploração e baixíssimos salários no emprego doméstico – demanda que se acentuou no processo de expansão da metrópole. Sua situação laboral, assemelhada à condição de escravidão das mulheres negras no século anterior, acompanhava as circunstâncias de superexploração de seus conterrâneos nos canteiros da construção civil. Enquanto os homens nordestinos produziam o imobiliário urbano, suas esposas, mães, filhas e irmãs tinham como destino o trabalho de limpeza e conservação dos imóveis a baixíssimos salários.

Nos anos 60, conhecidos pelo surto na indústria impulsionado pelo governo de Juscelino Kubitschek, fortaleceu-se o trabalho feminino e masculino no setor terciário, pela aceleração da urbanização nas regiões mais ricas do país. Neste período, a transição das atividades no campo diretamente para as atividades na cidade, sem a intermediação da ocupação na indústria, fez com que os homens ganhassem proporcionalmente uma representação maior no ramo de comércio e serviços do que as mulheres (SAFFIOTI, 2013, p. 339).

Essa tendência se expressa também pelo Estatuto da Mulher Casada em 1962 (LEI nº. 4.121), no qual se reconhece a condição da mulher como colaboradora dos encargos da família, mesmo que dubiamente, reforçando seu papel no zelo da conformação familiar. Combinado com este movimento legal que flexibilizou a hierarquia formal entre os sexos, entra no mercado em 1962 a pílula anticoncepcional, responsável parcial pela queda na taxa de fecundidade e pelo planejamento familiar que se reforçam nas décadas seguintes.

Os anos 70 e 80 são amplamente reconhecidos como o período de reinvenção da mulher brasileira. Sem dúvida, esta constatação parte da dinâmica econômica no país durante o regime militar. O “milagre econômico” foi baseado na redução do poder de consumo e no arrocho salarial, que impuseram às mulheres

ocupadas das atividades domésticas procurarem emprego, assim como seus filhos, combinando-se com isso mudanças no paradigma cultural que afetava as mulheres de classe média, que se apropriavam, pouco a pouco, do desejo de serem autônomas financeiramente e de se realizarem como profissionais escolarizadas, já influenciadas por uma ascensão mundial do movimento feminista.

Nessa mesma época, a indústria se modernizou e se diversificou, fazendo com que a mão de obra feminina fosse incorporada principalmente em novos setores, como o de eletrônicos e cosméticos, para além dos ramos tradicionais têxtil e alimentício. Esses novos setores que se utilizaram do trabalho das mulheres se apropriaram das qualidades naturalizadas como femininas, como a destreza manual, a meticulosidade e o cuidado. Em 1976, as mulheres passam a ocupar 25% da força de trabalho no setor de transformação e a metalurgia, ramo tradicionalmente masculino, passa a empregar 29% de toda a mão de obra feminina industrial (SOUZA-LOBO, 2011, p. 28).

Esse período foi marcado por uma conjuntura política de greves e ações de movimentos populares urbanos com forte presença das mulheres, participantes das mobilizações do chamado “novo sindicalismo”, no qual operaram como pontes do movimento sindical organizado com os movimentos de bairros, essencialmente femininos e associados a setores progressistas da Igreja católica, que erguiam bandeiras de urbanização, particularmente em São Paulo, num contexto de periferização da metrópole e espoliação urbana.

Mesmo considerando o aumento conjuntural do emprego feminino industrial, o trabalho doméstico permaneceu com alta representatividade entre as mulheres economicamente ativas. No fim da década de 70, cerca de 30% das trabalhadoras brasileiras faziam serviço doméstico profissionalmente. Certamente a estatística é reflexa do alto nível de concentração de renda incrementado no período do “milagre econômico”, que alargou em grande monta a desigualdade social no Brasil⁶.

Entre 1970 e 1975, quintuplicou o número de estudantes universitárias, enquanto o de homens apenas dobrou (MATOS&BORELLI, 2012). Nos anos 80 e, mais agudamente nos anos 90, a ocupação

no setor de serviços cresceu. Além das mudanças em curso na família, que “liberaram” as mulheres para buscarem aprimorar sua vida profissional, o incremento na escolaridade feminina também gerou impacto no mercado de trabalho.

Portanto, ao longo do período que transcorre o fim do século XIX até o fim do século XX, a participação das mulheres no quadro econômico brasileiro foi afetada pelo funcionamento da reserva de mão de obra e pela estruturação da família como *locus* primordial de existência. O trabalho doméstico não pago realizado no âmbito residencial perdurou como realidade, mas se ressignificou a partir do ingresso das mulheres de classe média e ricas no mercado de trabalho, qual teve como pré-condição a manutenção das mulheres pobres e negras nos empregos domésticos e de cuidados.

Essas constatações demonstram que o crescimento econômico e a modernização não foram proporcionais ao aumento quantitativo e qualitativo do emprego de segmentos sociais historicamente marginalizados que, pelo contrário, foram ainda mais extirpados da distribuição da riqueza nas economias periféricas.

A ocupação feminina nos setores industriais não se firmou, em parte, em razão da importação de tecnologias e máquinas, que não apenas substituíram a força de trabalho elevando a produtividade, mas também obstaculizam o desenvolvimento nacional de setores industriais que produziram tecnologia e equipamentos.

De outra parte, a separação das mulheres dos espaços produtivos manteve o custo rebaixado do capital variável na produção, aproveitando-se em larga escala do trabalho não pago feminino na reprodução simples da casa e da família, não contabilizada na cesta básica que forma o preço do salário. Justamente pelo fato de ser rebaixado o poder de compra salarial das famílias, as mulheres, desde muito, são agentes de pequenos negócios artesanais, manufactureiros e de serviços domésticos mal pagos, equivalentes ao restrito poder de compra das famílias de seus pares, selando assim um círculo perpétuo de reprodução das classes sociais.

Este estado de coisas impediu a independência das mulheres por meio da renda salarial ao mesmo tempo em que permitiu esta

independência (mesmo que restritiva e baseada na superexploração) aos homens trabalhadores, constituindo a permanência de um vasto contingente populacional desempregado e subempregado com alta representação feminina.

O “pacto estrutural” brasileiro, por meio do qual a modernização e a acumulação capitalista são alavancados por meio da superexploração e das formas arcaicas nas relações sociais de produção, a que se refere Oliveira (2013), se encaixa com perfeição no quadro histórico do trabalho feminino e sua espoliação do sistema diretamente produtivo: as formas aparentemente pré-capitalistas com que o trabalho doméstico foi historicamente realizado e relegado à responsabilidade feminina, em verdade, assumem um papel central na própria reprodução da acumulação capitalista, como fator essencial de consolidação da nova estrutura econômica moderna.

Essa constatação estrutural não apaga os severos efeitos sobre a subjetividade dominante sobre as mulheres ao longo do século xx. Se os homens foram programados como sujeitos no novo mundo urbano-industrial, sendo herdeiros do patriarcalismo colonial, as mulheres foram educadas, década após década, para não aspirarem qualquer ascensão social por meio do trabalho. Raramente serão, nessa série histórica, aquelas que ocuparão postos no mercado por proveito próprio. Sua ocupação estará quase sempre associada à garantia de vida da sua prole, enquanto que a posição social dos homens será desigualmente combinada, calcada na sua ocupação individual.

Notas

¹ Em Saffioti (2013), “Do ponto de vista da racionalidade, não somente o emprego do braço escravo como também a própria cultura extensiva que se estabeleceu no Brasil representavam um meio adequado aos fins de acumulação capitalista. Como o capital era escasso, a terra abundante e a tecnologia rudimentar, a racionalidade da empresa agrícola exportadora consistia não em elevar a produtividade física da terra ou da força de trabalho escrava, mas em aumentar o espaço de terra cultivada e o montante de mão de obra por unidade de capital” (p. 211-212).

² “Na medida em que a exploração econômica da escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora da força de trabalho, se fazia também através de seu sexo, ela se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida”. (SAFFIOTI, 2013, p. 237-238).

³ Dias (1983) tece as características desse espaço social destinado às mulheres negras e pobres em São Paulo no fim do século XIX: “Era justamente este o espaço social das mulheres pobres livres, forras e escravas e o palco de improvisação de sua sobrevivência precária. Circulavam pelas fontes públicas, tanques, lavadouros, pontes, ruas e praças da cidade, onde era jogado o lixo das casas e o mato crescia a ponto de ocultar escravos fugidos: o seu espaço social era justamente o ponto de interseção onde se alternavam e se sobreponham a área de convívio das vizinhanças e dos forasteiros; a do fisco municipal e do pequeno comércio clandestino; as fimbrias da escravidão e do trabalho livre, o espaço do trabalho doméstico e de sua extensão ou comercialização pelas ruas....”.

⁴ “A partir da Independência, as fontes oficiais foram tomando consciência, de forma canhesta e preconceituosa, da presença maciça de mulheres na cidade. Quase quarenta por cento dos habitantes eram mulheres sós, chefes de fogo, muitas delas concubinas e mães solteiras. Nos anos que se seguiram, tanto se devassou de carbonários, como dos costumes sexuais das mulheres pobres. Em agosto de 1821 eram pedidas providências contra o hábito largamente difundido dos casamentos de uso costumeiro. Neste mesmo ano, as autoridades planejavam fundar uma roda de enjeitados e assumir algum plano de assistência contra crianças abandonadas [...]” (DIAS, 1983).

⁵ Ver descrição de Saffioti (2013, p. 349) a respeito do papel das mulheres nas greves operárias. O único (e dúbio) reconhecimento da condição da mulher operária nas reivindicações do movimento era a vedação ao trabalho noturno.

⁶ Saffioti (1978, p. 191) comenta, nesse sentido, que o dado “[...] constitui reflexo da profunda desigualdade da distribuição da renda nacional. De um lado, não há empregos, na estrutura ocupacional capitalista, para todos os que necessitam auferir rendimentos para sua manutenção e o sustento de dependentes, muitos dos quais nem sequer apresentam qualificação mínima para tal. Os baixos salários das empregadas domésticas têm origem, em boa medida, exatamente nestes fatos. De outro lado, há contingentes humanos que auferem altas rendas, podendo assalariar empregadas para os serviços domésticos. Uma distribuição menos desigualitária da renda nacional poderia circunscrever o fenômeno empregada doméstica a um pequeno contingente, como ocorre nos países industrializados do Ocidente”.

As mulheres no neoliberalismo

A segunda metade do século xx demonstra uma estagnação no nível de emprego masculino e um crescimento no emprego feminino. Em parte, essa realidade tem a ver com a alta participação masculina no mercado de trabalho na tradição da sociedade brasileira, motivo por que não teria como ser significativamente aumentado.

As grandes mudanças relativas ao trabalho feminino nesta transição de século e, de maneira mais geral, ao papel das mulheres na sociedade ocidental contemporânea se devem à abertura neoliberal nos anos 70 na Europa e nos Estados Unidos e a partir dos anos 90 no Brasil. Esta abertura global acontece como processo em curso, muito mais do que como evento histórico focal. A peculiaridade da localização do Brasil no capitalismo internacional expressa elementos particulares nas relações entre os sexos e as raças que não podem ser desprezadas nesse contexto.

As inovações tecnológicas são sempre tratadas com destaque nessa nova situação mundial, mas são apenas parte de um complexo e extenso processo histórico que modifica a dinâmica de acumulação de capital global às relações familiares mais cotidianas.

Em síntese, o neoliberalismo consagrou uma nova imbricação entre o Estado e o mercado, de modo que sua conjunção estratégica provocasse a anulação do tempo pelo espaço para acelerar

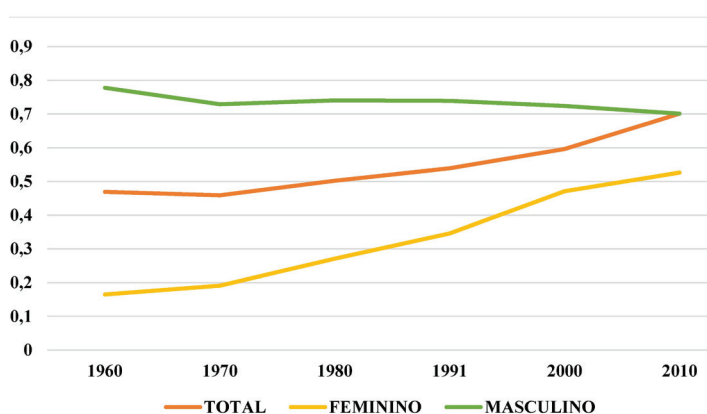


GRAFICO 1

Oferta efetiva de trabalho,
por gênero (Brasil, 1960 – 2010)

o tempo de giro do capital¹. Isto implicou planos de expansão geográfica para que as corporações pudessem controlar de maneira mais ferrenha o trabalho e buscassem novos mercados de consumo, num movimento de substituição da sociedade fordista que Harvey (1992) denominou regime social de acumulação flexível. Diz o autor:

A acumulação flexível [...] é mercada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p. 140).

Como visto no início deste capítulo, a forma da reprodução social desvalorizada, ou seja, despida de valor nos termos da crítica da economia política (como elemento de formação do lucro), foi a forma mais eminente que tomaram as relações históricas entre os sexos, significando não apenas diferença, mas hierarquia entre homens e mulheres. Não seria diferente na crise do fordismo periférico e no processo de alterações na estrutura de produção do valor, como aponta a pesquisadora Helena Hirata, que se debruçou sobre a dinâmica da divisão sexual do trabalho nesse contexto global.

Segundo Hirata (2002), a reestruturação produtiva afetou as mulheres no que tange especialmente ao tempo de trabalho, com a difusão de uma empregabilidade que flexibilizou a duração dos contratos e, por consequência, os direitos adquiridos pelo tempo de trabalho, como é exemplar nos casos do trabalho temporário, contrato por tempo determinado e trabalho terceirizado.

Hirata (2002) aponta que a divisão sexual do trabalho foi, novamente na história, condição prévia para a acumulação flexível contemporânea, notabilizada pela noção hegemônica de que o trabalho feminino tem um status secundário, de que a condição materna é superior à condição de trabalhadora e por isso a mulher seria merecedora de um salário que fosse, no máximo, complementar na renda familiar. A ordem imperativa da esfera

reprodutiva, do trabalho não pago, persiste sendo condição sistêmica da forma, função e estrutura do trabalho remunerado. Em outras palavras, existir socialmente como responsável pela reprodução social continua sendo parte indissolúvel de existir como trabalhadora.

A tradicional secundarização do trabalho feminino, no entanto, não corresponde mais à realidade que a justificava ideologicamente, considerando que as transformações no mundo do trabalho também foram acompanhadas pela crescente condição essencial da renda feminina à sobrevivência familiar e o trabalho feminino não mais acostado apenas nos níveis de desqualificação e ramos específicos que antigamente se situavam.

Um estudo do Instituto Ethos (ETHOS, 2010) sobre o perfil social, de raça e gênero nas 500 maiores empresas brasileiras aponta um crescimento relativo de 128% de mulheres no topo da pirâmide hierárquica empresarial no período de 2001 a 2010². “Ainda há, entre as mulheres formadas, uma maioria nas áreas de humanidades...” mas profissões tradicionalmente masculinas testemunharam um considerável incremento de mulheres, como em medicina, arquitetura, engenharia e direito (MATOS&BORELLI, 2012).

Os níveis de escolaridade feminina no Brasil são superiores aos masculinos. No entanto, em termos de raça, a diferença é discrepante. Enquanto duplicou a população branca com mais de 12 anos de estudo entre 1995 e 2015 de 12,5 para 25,9%, o crescimento da escolaridade de negras e negros é muito maior no mesmo período, passando de 3,3% para 12%. Mas isto significa que a população negra chegou apenas em 2015 à porcentagem de pessoas com alta escolaridade entre os brancos em 1995 (IPEA, 2017).

Nas estatísticas de emprego, a realidade segue com essa coerência. Em seu estudo, Nogueira (2004) afirma que o crescimento do emprego feminino foi brindado como avanço na igualdade entre sexos, mas, em verdade, ocorre contraditoriamente, já que predominam, para a maioria das mulheres, especialmente as negras, os empregos precários, contratados com intensificação da jornada parcial ou os de jornada extensa e vulneráveis. A sociologia feminista passou a chamar esse processo de *feminização* do mundo do trabalho (NOGUEIRA, 2004).

Esta feminização não significa apenas uma quantidade maior de mulheres no mercado de trabalho, mas um modo particular na absorção de mão de obra, associado à precarização das condições laborais e o aumento da exigência de qualidades socialmente estabelecidas como femininas, como a multifuncionalidade e a polivalência, utilizadas no trabalho de cuidados tradicionalmente realizados no âmbito familiar. Não se trata, portanto, de um processo de emancipação das mulheres pobres e trabalhadoras, mas de um complexo social que acirra as contradições da representação do feminino na vida social.

Exemplos dessa representação não faltam. Campanhas e informações publicadas pela imprensa patrocinam a ideia de que é vantajoso contratar mulheres para o trabalho, visto que suas qualidades “inatas” se enquadram positivamente nas exigências mais atuais do mercado, sendo a mais destacada a capacidade de ser flexível e atender muitas solicitações ao mesmo tempo. A docilidade com que tradicionalmente foram encaradas as mulheres nas contratações une-se a uma valoração ideológica contemporânea da proatividade para a assimilação feminina de ramos tradicionalmente masculinos.

No ramo do mercado imobiliário, por exemplo, as mulheres eram 8,5% do total de corretores em 1995 e atualmente chegam a metade (48%), segundo a reportagem da Revista Exame³. Em outra matéria extraída de um site sobre o mercado imobiliário⁴, um consultor afirma que a profissão tem elementos inerentes ao perfil feminino. Para ele, são “muito mais sensíveis que os homens, o que é melhor na hora de resolver conflito. Além disso, são comunicativas e multitarefa, conseguem resolver vários problemas ao mesmo tempo”. E ainda “o instinto materno de delicadeza e a atenção aos detalhes fazem das mulheres mais flexíveis quando lidam com perfis diferentes de clientes, o que é uma grande vantagem no mercado imobiliário”.

Os trabalhos de cuidado (“care”) também são expoentes desse novo modelo de acumulação. A atenção às crianças, idosos, doentes sempre foi parte do trabalho reprodutivo feminino, cindido do espaço público da produção. Ocorre que estes trabalhos, invisíveis porque praticados no âmbito privado e fechado dos lares, passou a ser mercantilizado com mais ênfase neste período histórico. Na

mesma medida em que saíram do espaço privado e preencheram a funcionalização de espaços destinados a políticas públicas e a serviços particulares a domicílio, foram absorvidos como trabalhos mal remunerados e considerados pouco qualificados.

O emprego doméstico, a exemplo, é a ocupação declarada de 18% das mulheres negras e 10% das brancas no ano de 2015 (IPEA, 2017). Ao longo dos últimos vinte anos, foi pouco significativa a queda dessa ocupação no universo das mulheres economicamente ativas (em 1995 era de 17,3% e em 2015 de 14,3%). Ao mesmo tempo, é uma categoria profissional em franco envelhecimento, sendo que somente 16% das trabalhadoras domésticas tinham até 29 anos em 2015, quando há vinte anos eram mais de 50%. O crescimento das trabalhadoras com carteira assinada na última pesquisa do IPEA também deve ser relativizado do ponto de vista racial: são 29,3% de negras com direitos trabalhistas formalmente reconhecidos contra 32,5% de brancas.

Segundo o Relatório do Ministério do Trabalho e Emprego, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2016, as profissões mais frequentemente desempenhadas pelas mulheres são: auxiliar de escritório, assistente administrativo, vendedora de comércio varejista, faxineira e operadora de caixa, todas, sem exceção, profissões não qualificadas, caracterizadas por alta rotatividade⁵.

De acordo com o mesmo relatório, outras profissões também muito femininas atualmente são as de professora de nível fundamental, técnica de enfermagem, recepcionista, cozinheira, trabalhadora em serviços de limpeza e conservação de áreas públicas⁶. Logo se vê que muitos desses postos, em grande monta femininos e negros, retomam a demanda do cuidado. Segundo as observações de Hirata (2014, p. 67) sobre sua pesquisa realizada junto a essas trabalhadoras em três países,

A divisão social, sexual e racial no trabalho do care aparece claramente a partir da pesquisa comparativa. Assim, estão envolvidas majoritariamente mulheres, de estratos sociais mais modestos, imigrantes internos (BRASIL) ou externos (FRANÇA). As cuidadoras são em sua maioria as mais pobres, as menos qualificadas, de classes subalternas, imigrantes. São, na França, quase 90% mulheres, no Brasil, mais de 95%.

As cuidadoras, junto a todas as outras trabalhadoras posicionadas no setor de serviços, são expressivas dos ditames do regime de acumulação flexível porque ganham modestos salários e sofrem com o retrocesso do poder dos sindicatos que formavam a sustentação do trabalho na estrutura fordista.

Contudo, combinado com o emprego formal de baixos salários tipicamente femininos, esta nova era reforça a multiplicação do desemprego estrutural (HARVEY, 1992), numa relação de retroalimentação desses dois aspectos, que garante aos empregadores a imposição dos contratos mais flexíveis, de tempo parcial, temporário e subcontratado, como mencionado⁷.

A transformação produtiva também levou a uma descentralização do espaço industrial, mediante a ampliação da subcontratação de artesãs e trabalhadoras autônomas, multiplicando assim pequenos negócios que retomam sistemas de trabalho doméstico-familiar, “mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo” (HARVEY, 1992, p. 145). Essa nova dinâmica fragiliza a organização da classe trabalhadora em torno de seus direitos e, portanto, modifica o perfil de suas lutas contra o capital.

A crise financeira mundial em 2008 também provocou uma modificação nas diretrizes da Organização das Nações Unidas, situando as políticas para mulheres nos países periféricos no centro das prioridades governamentais. O dia 19 de novembro foi eleito pelos conselheiros da ONU em 2010 como o “Dia Mundial do Empreendedorismo Feminino” e dezenas de organizações não governamentais e institutos sociais ao redor do mundo promoveram nesta década eventos, palestras, projetos financiados e prêmios sobre o tema.

O “empreendedorismo rosa” seria, na acepção corrente deste campo, a chave do milênio para a independência econômica das mulheres, abandonando sua vinculação subalternizada aos homens com quem se relacionam, conquistando a igualdade de renda e a “liderança corporativa” no mundo do trabalho (ONU MULHERES, 2018)⁸.

Nessa tendência, linhas de crédito foram criadas especialmente para abertura de pequenos negócios por mulheres⁹. Suas habilidades tradicionais antes invisíveis e desvalorizadas passariam a ser agora valorizadas como empreendimentos estimulantes e

promissores, integralmente guiados pela personalidade inata feminina. Essa atualização da representação do feminino pode ser enquadrada na subjetividade neoliberal descrita nas palavras de Dardot&Laval (2016, p. 333),

Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, que não procura apenas projetar-se no futuro e calcular ganhos e custos como o velho homem econômico, mas que procura sobretudo *trabalhar a si mesmo* com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. [...]

Ela transforma o trabalho no veículo privilegiado da realização pessoal: sendo bem-sucedidos profissionalmente, fazemos da nossa vida um “sucesso”.

A crise de reprodução do capital, a queda tendencial da taxa de lucros e das relações clássicas entre o capital e o trabalho, nessa dimensão, passariam a ser compensadas pela responsabilização do desempenho pessoal das mulheres, novos “capitais humanos”. Não é por acaso que, nesse cenário de exigências frustrantes, as mulheres sejam a maioria da população adoecida pela depressão e outros transtornos mentais (KEHL, 2009).

Junto à nova representação da “self made woman”, os padrões de beleza e de comportamento, por meio da revolução informacional, são consumidos muito mais compulsivamente¹⁰. Por métodos científicos, a publicidade, a qualquer hora e a qualquer lugar com a portabilidade de aparelhos celulares conectados à internet, dirige-se às mulheres expondo novas tendências produzidas mais fugazmente, de modo a abocanhar parcelas consideráveis da renda salarial feminina com beleza e estética, em especial das mulheres da denominada “classe C” (faixa de renda mais atraente para o mercado varejista)¹¹.

Essa instabilidade, instantaneidade e flexibilidade passaram a valer também para a família e o casamento, que sempre foram as instituições da severidade fordista. Como todas as outras mudanças, são tendências contraditórias, que apontam progressos e retrocessos na condição feminina. O reconhecimento tardio no Poder Judiciário em 2011 a respeito da legalidade das uniões homoafetivas no Brasil, equiparando-as aos direitos

previstos nas uniões heteroafetivas, por exemplo, são parte desse contexto de mudanças positivas.

Outros importantes fatores de transformação estatística residem nas taxas de fecundidade e de mortalidade infantil. Os números do IBGE demonstram que as famílias tiveram o número de membros, desde a década de 70, diminuído. Em 1970, as mulheres tinham em média cinco filhos e, em 2010, essa proporção diminuiu para 1,9 filhos por mãe (IBGE). Os dados são normalmente interpretados como expressões das novas posturas que as mulheres possuem em relação às suas famílias: já não são, por uma imposição cultural, integralmente dedicadas aos filhos durante a vida, podendo planejar quantos filhos e quando desejam tê-los.

Evidentemente, a realidade nacional é muito distinta entre as regiões e estados, não sendo aproximáveis as circunstâncias do meio rural das grandes metrópoles. Também são diferentes as situações envolvendo mulheres de renda média e alta, com mais anos de escolaridade, das mulheres com baixa renda e menor escolaridade.

Chama a atenção, em todo caso, o aumento da chefia feminina dos lares, que, nas regiões urbanas, chega a 43% em 2015, segundo o IPEA (IPEA, 2017). São majoritariamente famílias monoparentais, visto que apenas 34% delas conta com a presença de um cônjuge da mulher de referência.

O número de uniões legalizadas por meio do casamento diminuiu também, sendo crescente a informalidade de vínculo entre os casais. A dinâmica de união e separação é distinta de décadas atrás, considerando que a mulher, por estudar e trabalhar mais, assume outros papéis, para além dos familiares.

Por conta da diminuição do número de filhos, há menos habitantes por domicílio na média nacional e, em especial, nas metrópoles. São cerca de três habitantes por domicílio. Chama atenção também que pela primeira vez a formação clássica familiar de pais com filhos foi superada por outras formações, deixando de ser predominante segundo os dados do IPEA. Em 1995, o arranjo familiar mais comum era o formado por um casal com filhos (58%), caindo, em 2015, para 42%, sendo ultrapassado pela soma de domicílios de pessoas sozinhas ou de casais sem filhos.

Ao mesmo tempo, aumentou o número de domicílios nas regiões metropolitanas, o que também significa um crescimento de imóveis existentes. Um estudo recente realizado em 2016¹² demonstra que a larga maioria da área construída na cidade de São Paulo é pertencente a homens. As mulheres são cerca de 30% dos proprietários dessa área construída total, enquanto homens detém 57%. Em relação ao número de imóveis, as mulheres são donas de 33% das unidades cadastradas na base de dados do IPTU, enquanto os homens são 55% e o restante pertence a pessoas jurídicas ou a donos cujo sexo não foi identificado na pesquisa. Isto significa, segundo o estudo, que mulheres são donas de 900 mil imóveis e os homens de 1,5 milhão.

O georreferenciamento da pesquisa demonstra que há mais igualdade de propriedade entre homens e mulheres em relação

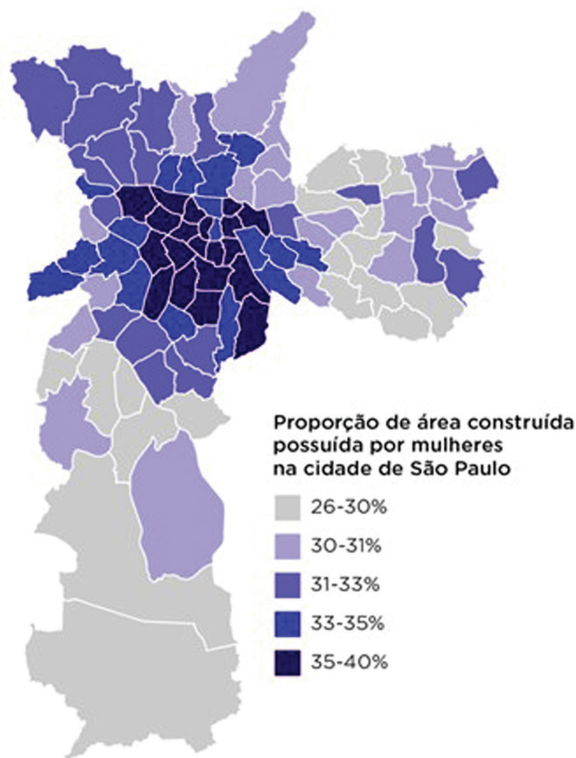


FIGURA 1
Proporção de área construída possuída por mulheres na cidade de São Paulo

aos imóveis localizados no centro expandido de São Paulo do que em regiões periféricas, como indica o mapa:

Mesmo assim, as políticas contemporâneas de financiamento pelo Estado, circunscritas especialmente ao período de governo do Partido dos Trabalhadores, fizeram aumentar o número de mulheres proprietárias no Brasil. Em notícia de 2017, tem-se que cerca de 37% dos contratos de compra e venda imobiliária realizados por meio da Caixa Econômica Federal foram formalizados com a titularidade feminina¹³.

Os governos do PT também anunciaram, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, a solução do acesso à propriedade imobiliária pelas mulheres. As leis que instituíram as modalidades do Programa privilegiam a titularidade dos imóveis às mulheres, inclusive nas hipóteses de dissolução do casamento ou da união estável. Mas o aparente avanço expressa uma dualidade. As mulheres representam cerca de 90% da faixa 1 do Programa, correspondente às famílias com menor renda¹⁴. Essa faixa foi a que coincidentemente mais apresentou ao longo dos anos de sua existência inadimplência e consequente retomada de imóveis (SILVA, 2015).

No contexto do Programa, a Caixa Econômica Federal (CEF) também abriu a linha de crédito 'Minha Casa Melhor' aos beneficiários do MCMV, para o consumo de mobiliário e eletrodomésticos. Mesmo com o incentivo ao endividamento para a compra de eletrodomésticos, que não se restringiu apenas à linha de crédito da CEF, e ao aumento geral no consumo desse tipo de bens, que supostamente liberam o tempo de trabalho humano para afazeres domésticos (como lavar, cozinhar, secar), as mulheres permanecem dispendendo significativa parcela do seu tempo diário nessa atividade, em média o dobro do tempo gasto pelos homens¹⁵.

Os dados notabilizam as tensões mais recentes no movimento de produção e reprodução das relações sociais entre sexos e na recolocação da mulher trabalhadora na cena macroeconômica contemporânea. O peso da tradição do papel social feminino como complementar e hierarquicamente inferior ao papel masculino no mundo do trabalho funcionaliza a ideologia que garante o esgarçamento do sobretrabalho e as possibilidades de extração mais elevada de mais-valia do trabalho feminino.

Essa constatação, reforçada diversas vezes aqui, faz crer que as mulheres trabalhadoras não ocupam mais um lugar periférico na dinâmica de acumulação do capital como sua rejeição fixada no trabalho doméstico não pago fazia crer. Novamente considerando a dialética como eixo metodológico aqui empregado, pode-se dizer que a novidade na posição social da mulher é que há hoje novas formas de apropriação capitalista da sua condição de sobretrabalho. Contraditoriamente, de um lado, avançam os âmbitos e as atividades vivenciadas pelas mulheres proletárias, antes ainda mais resignadas ao papel familiar, e, de outro, multiplica sua carga de exploração, com a combinação “impossível” entre trabalho explorado e trabalho reprodutivo não pago.

Além disso, a produção de uma nova subjetividade une o arcaico e o contemporâneo numa combinação que exclui a passagem da mulher pela condição característica do trabalhador industrial (disciplinado, sujeito de direitos, *persona* sindical etc.). Sua nova condição cultural e familiar de independência e “empoderamento” é fruto de uma brutal mercantilização da vida e das formas subjetivas de apreender o mundo.

As mulheres negras e pobres do início do século passado que trabalhavam na informalidade e na precariedade no meio urbano incipiente são repaginadas. Assim como elas, parte considerável das mulheres proletárias contemporâneas não tem garantidos direitos próprios do assalariamento formal; elas também, como as *ganhadeiras* do fim do século XIX, chefiam suas famílias e conjugam o trabalho doméstico com parentes e pessoas próximas em laços cooperativos, mesmo que marcados por pequenas contrapartidas financeiras.

A distinção de agora é que o discurso cultural neoliberal azeita essa situação permanente na necessidade de aprimoramento individual, na responsabilização feminina pela sua própria condição financeira, na noção positivada de “supermulher”, na noção de um empoderamento que transforma as parcas possibilidades de sobrevivência expressivas da crise em grandes oportunidades para o progresso feminino. Como essas transformações se relacionam com a condição espacial é o que será visto no próximo item.

Notas

¹ Na lembrança de Hirata (2002) a respeito do que Chesnais (1996) transcreve sobre a definição de neoliberalismo de um grande empresário europeu, a globalização na era neoliberal é “a liberdade para o seu grupo de se implantar onde ele quiser, o tempo que ele quiser, para produzir o que ele quiser, comprando e vendendo onde ele quiser, e tendo que suportar o menor número de obrigações possíveis em matéria de direito do trabalho e de convenções sociais”.

² A disparidade racial na pesquisa é gritante: em 2010, enquanto 13,7% dos cargos executivos mais altos das empresas investigadas eram ocupados por mulheres, apenas 0,5% era exercido por mulheres negras, o que equivale em números absolutos a seis mulheres negras. 5,3% desses cargos são ocupados por negros, o que corresponde a 62 pessoas em todo o país.

³ *Mulheres dão nova cara do mercado imobiliário*. 13/10/2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/mulheres-dao-nova-cara-ao-mercado-imobiliario-shtml/>. Acesso em 08/07/2018.

⁴ *Corretora de imóveis: a mulher no mercado imobiliário*. 09/01/2017. Disponível em: <http://universalsoftware.com.br/blog/corretora-de-imoveis-mulher-no-mercado-imobiliario/>. Acesso em 08/07/2018.

⁵ Informações contidas na matéria amplamente veiculada na imprensa em fevereiro de 2018 baseadas no levantamento do Ministério do Trabalho. *Conheça as 20 profissões mais comuns entre as mulheres*. 19/02/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/conheca-as-20-profissoes-mais-comuns-entre-as-mulheres-22411026>. Acesso em: 10/07/2018.

⁶ Enquanto isso, as profissões mais masculinas são motorista de caminhão, vendedor de comércio varejista, assistente administrativo, auxiliar de escritório, vigilante, alimentador de linha de produção, servente de obras, porteiro de edifício e faxineiro.

⁷ Harvey (1992, p. 145), em consonância com Hirata e Nogueira, diz: “Embora seja verdade que a queda da importância do poder sindical reduziu o singular poder dos trabalhadores brancos do sexo masculino nos mercados do setor monopolista, não é verdade que os excluídos desses mercados de trabalho – negros, mulheres, minorias étnicas de todo o tipo – tenham adquirido uma súbita paridade (exceto no sentido de que muitos operários homens e brancos tradicionalmente privilegiados foram marginalizados, unindo-se aos excluídos). Mesmo que algumas mulheres e algumas minorias tenham acesso a posições mais privilegiadas, as novas condições do mercado de trabalho de maneira geral reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados”.

⁸ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-em-poderamento-das-mulheres/>). Acesso em: 20/07/2018.

⁹ *Itaú e BID abrem linha de crédito de US\$ 100 milhões para empreendedorismo feminino*. 27/11/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/pme/noticia/itau-e-bid-abrem-linha-de-credito-de-us-100-milhoes-para-empendedorismo-feminino.ghtml>. Acesso em 10/07/2018.

¹⁰ A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1992, p. 148).

¹¹ Sobre o questionamento do parâmetro de classes por nível de renda e o suposto alargamento da “classe média”, ver Pochmann (2012).

¹² O estudo, realizado por uma ex-assessora da gestão Haddad na prefeitura de São Paulo, não foi divulgado na íntegra até a conclusão da pesquisa, mas seus principais resultados podem ser conferidos na matéria do Nexo Jornal, *Mulheres são minoria entre donos de imóveis em São Paulo: por que isso é um problema*. 26/03/2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/26/Mulheres-s%C3%A3o-minoria-entre-donos-de-im%C3%B3veis-em-S%C3%A3o-Paulo.-Por-que-isso-%C3%A9-um-problema>. Acesso em: 20/06/2018.

¹³ *Para morar ou investir: cresce o número de mulheres que compram imóveis*. 08/03/2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/relases-ae,para-morar-ou-investir-cresce-numero-de-mulheres-que-compram-imoveis,70001691894>. Acesso em: 20/06/2018.

¹⁴ Inicialmente correspondente às famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos. Na segunda e terceira etapa do programa a diferenciação entre as faixas passou a ser estabelecida por valores monetários específicos.

¹⁵ Reportagem com base no estudo publicado pela PNAD 2017 afirma: “A diferença aparece em todos os tipos de comparação. As mulheres empregadas — ou seja, que trabalham fora — dedicam 18,1 horas semanais às tarefas de casa, filhos e idosos. A média é maior até que a dos homens desempregados ou inativos, que dedicam só 12 horas por semana a essas atividades. Para os homens empregados, a média ficou em 10,3 horas semanais. Já as mulheres fora do mercado de trabalho chegam a dedicar 23,2 horas por semana aos afazeres domésticos”. *Mulheres com emprego trabalham mais em casa do que homens desempregados*. 18/04/2018. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/trabalho/mulheres-com-emprego-trabalham-mais-em-casa-do-que-homens-desempregados/>. Acesso em: 20/06/2018.

Fontes das imagens

GRÁFICO 1 GUIMARÃES, BARONE & ALVES DE BRITO, 2016 (organizado pela autora).

FIGURA 1 Nexo Jornal, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/03/26/Mulheres-s%C3%A3o-minoria-entre-donos-de-im%C3%B3veis-em-S%C3%A3o-Paulo.-Por-que-isso-%C3%A9-um-problema>). Acesso em: 20/07/2018.

O gênero feminino nas teorias do urbano

O movimento feminista que eclodiu entre as décadas de 1970 e 1980 em diversos países, tendo algumas de suas representantes intelectuais já mencionadas aqui, influenciou também toda uma geração de geógrafas, arquitetas, urbanistas e sociólogas urbanas.

O intuito desse item é recuperar as diversas abordagens feitas no entrecruzamento entre o gênero¹ e o urbano, com interpretações e abordagens diversas nas análises que serão apresentadas.

Assume-se aqui que as diferentes visões sobre esse encontro analítico podem ser agrupadas sob alguns recortes. Há trabalhos mais voltados ao planejamento urbano e ao projeto arquitetônico de habitação dirigidos às necessidades sociais das mulheres; há investigações mais absorvidas na análise geográfica e no papel da geografia diante das contribuições teóricas feministas; há, ainda, um terceiro grupo que seria composto pelas análises que buscam conectar o processo de globalização em termos espaciais com as condições mais contemporâneas das cidades e das mulheres².

Não se procura apreender todas as autoras feministas que discutiram sobre o tema urbano, muito embora a quantidade de intelectuais voltadas para as relações entre as duas questões não seja muito extensa ainda. O intuito é destacar trabalhos mais referenciais, de acordo com essa organização em grupos proposta acima.

Independentemente do tipo de pertinência de cada trabalho, é importante ressaltar que todas as feministas que estudaram o urbano concordam que a teoria urbana sofreu e sofre de um paradigma masculino. Todas elas examinaram as dicotomias entre público e privado, feminino e masculino, produção e reprodução, tempo e espaço para tratar do cruzamento desses dois campos do conhecimento.

Notas

¹ É adotada a aceção de Joan Scott, historiadora que defendeu “gênero” como uma categoria útil na análise relacional entre as experiências históricas de homens e mulheres, para marcar as construções sociais designadas aos sexos masculino e feminino (SCOTT, 1989).

² A classificação de Linda McDowell é distinta desta que está sendo proposta, mas converge em alguns aspectos com ela. A autora afirma que há basicamente quatro grupos de estudos urbanos feministas. O primeiro seria inspirado no “neo-weberianismo” ou que McDowell chama “geografia do bem-estar social”, composto por investigações que documentam o acesso desigual das mulheres a serviços e bens como a habitação, creche, mercado, transporte etc., considerando as políticas públicas existentes. Um segundo grupo seria formado pelas propostas arquitetônicas, especialmente de casas, para resolver problemas por que as mulheres passam nos modelos hegemônicos de habitação. Esse grupo teria produzido uma ligação entre os problemas de projeto arquitetônico e a presença de mais destaque dos homens nas profissões de desenho. Um terceiro grupo, oriundo do segundo, seria de trabalhos que especulariam como seria um ambiente urbano diferente e igualitário do ponto de vista dos gêneros, valorizando, alguns deles, as lutas feministas pelo espaço. Por último, um quarto grupo, no qual a autora se identifica, de estudos feministas orientados pelo marxismo, com um viés crítico da economia política, relacionando produção e reprodução capitalistas (MCDOWELL, 1982, p. 61-62).

O gênero no projeto arquitetônico e no planejamento urbano

A professora de arquitetura e urbanismo da Universidade de Yale, Dolores Hayden, é frequentemente citada nos trabalhos sobre as relações de gênero. Além de ter resgatado um vasto histórico de contribuições feministas sobre a discussão espacial (HAYDEN, 1984), é referenciada em estudos em razão de seu texto *What would a non-sexist city be like? Speculations on Housing, Urban Design and Human Work*¹ publicado em 1981. Nele, a autora propõe mudanças de paradigmas nos projetos de casas, bairros e cidades para as mulheres, compreendendo as transformações por que passaram desde sua entrada massiva no mercado de trabalho nos Estados Unidos nos anos 70 e a conseqüente transformação nos desenhos familiares desde então.

Hayden (1981) afirma que o padrão suburbano residencial no país constituiu uma estratégia capitalista de produção, de formação familiar e de consumo². Especialmente no pós-guerra, os homens brancos que trabalhavam como empregados qualificados na indústria deveriam receber um salário que representasse toda a renda familiar, enquanto suas esposas deveriam agir como donas de casa responsáveis pelo zelo doméstico, tornando-se consumidoras dos produtos agregados ao modelo mercantil de habitação suburbana de então, que seria, em seus dizeres, uma “caixa vazia a ser preenchida por mercadorias”. Para Hayden, no entanto, as mulheres estadunidenses precisaram sair desse âmbito doméstico que era idealizado pela propaganda governamental e empresarial para trabalhar como assalariadas, justamente em função das novas demandas de consumo que se estabeleciam nesse período.

A professora problematiza os longos deslocamentos que as mulheres trabalhadoras precisavam fazer morando no subúrbio e trabalhando no centro para conciliar a vida doméstica e a vida laboral, e as saídas fornecidas pelo Estado e o mercado para solucionar falsamente os problemas oriundos das múltiplas jornadas de trabalho feminino, que apostavam na mercantilização dos cuidados com as crianças e com a manutenção da casa por meio do trabalho precário e mal remunerado de outras mulheres.

Para Hayden, há um paradoxo no modelo urbano de vida das mulheres: elas não melhoram sua condição no lar se a sua posição

social não for transformada e, na via contrária, não mudam sua posição social a menos que as responsabilidades domésticas sejam deslocadas de sua competência. Por isso, a autora propõe um projeto que conte com o engajamento de arquitetos e urbanistas feministas e se dirija à realidade das mulheres trabalhadoras e das conformações familiares que não aquela tradicional concebida pela indústria (de um homem provedor da renda, uma dona de casa e seus filhos).

Sua sugestão é de criação de grupos³ que reconstruam quarteirões suburbanos ou apostem em novos projetos de construção que congreguem as unidades habitacionais privadas aos serviços sociais, creches, mercados, cooperativas de alimentos, cozinha e restaurante comunitários, sistemas de transporte, áreas verdes coletivas. Nesses serviços e espaços, parcela dos próprios moradores poderia ser empregada, resolvendo a dicotomia entre o trabalho e a moradia para uns e a necessidade de serviços localizados na área urbana de residência para todos. Esses projetos, ainda de acordo com Hayden, deveriam ser organizados por meio de cooperativas.

O esforço de propor projetos é também notado nos trabalhos mais contemporâneos da arquiteta Zaida Muxí, professora da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, que pesquisa o tema do urbanismo feminista. Para Muxí (2006), o urbanismo precisa ser pensado em outra escala: a da “proximidade”. Para ela, o desenho do projeto urbano quase sempre representa ideais distantes da realidade cotidiana e algo diferente disso só poderia surgir a partir de uma formulação participativa e cidadã, baseada nas experiências vivas e não no saber técnico-científico neutral⁴.

Com estas preocupações, Muxí (2011) recobra a função ética do urbanismo, de projetar cidades inclusivas, receptivas às diversidades sociais, considerando o “direito à cidade” como um direito humano, não de um “sujeito universal homogeneizador das necessidades”, mas das pessoas reais, especialmente das mulheres. Para tanto, o planejamento urbano deveria, em sua opinião, não apenas colecionar quantitativamente as necessidades das políticas e espaços públicos (equipamentos, serviços, acessibilidade), mas também assentá-las no cotidiano de quem vive e participa da

cidade, de modo que o uso do tempo das mulheres e das pessoas em geral não fosse ineficiente por conta da funcionalidade única dos deslocamentos feitos no espaço urbano.

Muxí ainda se preocupa com a adaptação dos espaços e ruas públicas, dos equipamentos e serviços necessários ao apoio do trabalho doméstico, modais de transporte público, segurança e ainda sobre a concepção de habitação, sobre a qual considera fundamental que projetos aproveitem os edifícios para gerar espaços de relações de vizinhança e passagens aproveitáveis na mediação entre o público e o privado. Todas essas necessidades devem, no entendimento da arquiteta, passar por processos de participação da comunidade, de modo que reflitam o conhecimento acumulado sobre o território.

Há experiências notáveis de projetos realizados com o intuito de promover cidades e habitações mais igualitárias para mulheres. Com mais frequência, cita-se o caso da cidade de Viena na década de 1990⁵ (FORAN, 2013). Compreendendo as diferenças nos deslocamentos entre homens e mulheres, sendo estas muito mais usuárias de calçadas, ônibus e metrô do que de carros privados, como são os homens, os planejadores urbanos da capital da Áustria, por meio de um plano conhecido como “Gender Mainstreaming”⁶ nos anos 90, projetaram iluminação pública noturna, alargamento de calçadas e rampas, num contexto de criação de leis e decretos que buscavam orientar a igualdade de gênero no funcionamento de âmbitos diversos, como saúde e educação.

Uma das iniciativas foi um complexo de apartamentos concebido por e para mulheres, chamado *Women-Work-City* em 1993. Projetado pela arquiteta Franziska Ullman, os edifícios construídos são cercados por pátios e gramados, onde mães e pais podem brincar com seus filhos sem ter de se deslocar para longe. O complexo, além da área de recreação, possui farmácias e postos médicos, além de estar num local próximo ao transporte público. Outra ação feita pelo projeto vienense foi a remodelação dos seus parques públicos, visto que se notou, numa pesquisa elaborada à época, que esses espaços ao ar livre eram muito mais utilizados por meninos do que por meninas, diversificando, para solucionar essa situação, os usos possíveis nestes locais.

A experiência do planejamento urbano em países centrais do capitalismo mundial parece distante da realidade brasileira, mas uma das primeiras profissionais do urbanismo no Brasil a sugerir a relação possível entre o acesso aos espaços urbanos e a condição social das mulheres foi responsável pelo planejamento da cidade de Santo André, na mesma época em que os planos de Viena começaram a ser implantados com essa perspectiva:

“[...] jamais o movimento de mulheres do país havia discutido a gestão e reordenação democrática do espaço urbano. Um trabalho árduo e que culminou com a inclusão de um plano setorial no Projeto de Lei do Plano Diretor, intitulado Plano Municipal dos Direitos da Mulher, enviado à Câmara no primeiro semestre de 1991. Representando um amadurecimento na discussão mulher e cidadania, este é, até o momento, o único Plano Diretor do país a contemplar a questão específica da mulher” (SANTO ANDRÉ, 1992).

Sonia Calió, geógrafa brasileira, foi consultora nessa experiência e fez seu doutorado voltado a esse tema na mesma época. O Plano Municipal dos Direitos da Mulher⁷ foi incorporado ao Plano Diretor da cidade e seu saldo se deu em várias frentes: um banco de dados que especializou as estatísticas de mulheres, a priorização das mulheres em programas habitacionais e incentivo às cooperativas de habitação que desenhassem com cuidado as necessidades femininas, facilitação ao crédito para financiamento, combate à ociosidade de terrenos baldios para remediar a violência a que as mulheres estão submetidas no espaço público, plano de iluminação pública, equipamentos sociais próximos aos bairros residenciais (inclusive lavanderias e restaurantes coletivos), projetos de criação de renda, espaços livres de lazer, entre outros.

Calió ressalta que todas as lutas das mulheres por espaços que instrumentalizem o combate à desigualdade de gênero são lutas urbanas:

Apesar das mulheres não terem “consciência formal” da segregação espacial que o urbano lhes impõe e não a explicitarem em seu discurso, seu conteúdo está presente nas lutas travadas pelos seus movimentos organizados. São formas de apropriação do espaço traduzidas por

uma verdadeira releitura indireta do urbano patriarcal (CALIÓ, 1992, p. 7).

Terezinha Gonzaga, arquiteta da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, em seu estudo sobre o planejamento urbano feminista no Brasil (GONZAGA, 2011), adiciona à experiência do município de Santo André o processo de elaboração do Plano Diretor de São Paulo em 2002, quando o movimento de mulheres, junto com a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura, formou um grupo de trabalho para formular diretrizes feministas ao PDE. Além desse episódio, Gonzaga (2011) relata outras circunstâncias da prática feminista no urbanismo em São Paulo, como no orçamento participativo na prefeitura, o mutirão Sonho Meu da CDHU, o projeto de urbanização do Jardim Boa Esperança no Campo Limpo, o Plano de Ação Urbano na Brasilândia, além de iniciativas do movimento popular urbano, como a criação de frentes feministas no movimento de moradia e as atividades de formação do movimento de mulheres, sendo a experiência dos cursos de Promotoras Legais Populares um dos exemplos.

Notas

¹ Tradução nossa: *Como seria uma cidade não sexista? Especulações sobre Habitação, Design Urbano e Trabalho Humano*.

² Curioso notar que Yvonne Mautner, em seu artigo referenciado no primeiro capítulo (MAUTNER, 2010), discorre também sobre o modelo suburbano norteamericano, apontando o papel destacado que as mulheres enquanto consumidoras cumpriam nessa formação urbana. Embora sua preocupação seja comparar o padrão industrial nos EUA ao padrão periférico de urbanização brasileiro pela autoconstrução, Mautner faz menção a este artigo de Hayden para discorrer sobre como se deu o processo industrializante da expansão periférica nos Estados Unidos.

³ Em seu texto, Hayden (1981) chama esses grupos de HOMES (Homemakers Organization for a More Egalitarian Society). Em português, Organização de Donas(os) de Casa para uma Sociedade Mais Igualitária.

⁴ “La mujer como madre, cuidadora, nutridora (nuevamente papeles de género) habla por experiencias compartidas: aceras insuficientes para acompañar a alguien que necesita ayuda, para pasar con carros de bebés o carros de la compra; la iluminación de las calles que continúa primando iluminar la calzada cuando los coches llevan luz en detrimento de la iluminación de la acera. Lo vemos, por ejemplo, en la iluminación con farolas tipo de carretera en calles con aceras arboladas que dejan con poca luz el espacio de peatones. Los transportes públicos siguen primando los traslados obligados, considerando éstos solo de áreas de residencia a áreas de trabajo y zonas de estudio, sin considerar los traslados –más complejos y por lo tanto más difíciles de analizar y responder– de las mujeres, cuyos recorridos no son nunca de punto a punto, sino que son zigzag aprovechando el espacio entre actividades para hacer otra. Los caminos escolares están muchas veces llenos de obstáculos, dificultades y peligros, llegando muchas veces al colmo de una escuela sobre una vía más o menos rápida con una acera de dos o tres metros. La penalización del peatón es otra queja, ¿cuánto han de andar los peatones para llegar a un paso de zebra? Sabemos que menos semáforos potencian un tráfico más fluido y por lo tanto más rápido; nuevamente nos preguntamos ¿para quién se piensa esta ciudad?” (MUXÍ, 2006).

⁵ O projeto em Viena foi premiado diversas vezes e é considerado pela ONU como prática exemplar de assentamento humano.

⁶ Em português, seria algo como “integração dos gêneros”.

⁷ No Plano Municipal dos Direitos da Mulher, previa-se: “Artigo 66 – Constituem-se diretrizes do Plano Municipal dos Direitos da Mulher: I – estabelecer políticas públicas aos órgãos municipais, combatendo a discriminação e objetivando a melhoria da qualidade de vida da população feminina da cidade; II – estabelecer maior participação do poder público na socialização do trabalho doméstico, visando facilitar a gestão da vida cotidiana com melhoria e criação de equipamentos sociais, tais como: postos de saúde, creches, refeitórios, cozinhas e lavanderias coletivas, escolas em período integral; III – formular programas de ampliação de emprego e incentivos fiscais, financeiros e técnicos, voltados especificamente para as mulheres, de modo a estimular a formação e o desenvolvimento de pequenas e micro empresas; IV – estabelecer normas para a formação de um Banco de Dados sobre a mulher no Município, objetivando inventariar a situação da mulher andreense; V – assegurar a participação das mulheres na elaboração, acompanhamento e gestão dos programas e equipamentos públicos”.

O gênero na produção do conhecimento geográfico

A bibliografia feminista dos estudos urbanos também contém um destaque forte para a produção da crítica feita por geógrafas, especialmente da tradição anglo-saxã dos anos 70 e 80. Muitas das contribuições desse grupo se dirigem a pensar a epistemologia e a relação entre o objeto do conhecimento geográfico, que ignora as questões da realidade desigual de poder entre homens e mulheres, e o sujeito desse conhecimento, o homem intelectual que elabora teoricamente sobre o espaço.

A geógrafa britânica Gillian Rose, da Universidade de Oxford, em seu conhecido livro *Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge* (ROSE, 1993), apresenta esta crítica, narrando como a geografia historicamente foi dominada por homens que rejeitaram de maneira política e sistemática estudiosas mulheres no ambiente universitário, não se voltando à divisão social estrutural do espaço entre público e privado, que engendra a perspectiva feminista por ela endossada.

Segundo ela, essa perspectiva de gênero é calcada na noção de *identidade*, cuja natureza seria sempre relacional, portanto não restritiva nem individual, porque articuladora de sujeitos diversos e desiguais. Aponta o interesse dessa vertente de estudos no tempo-espaço das mulheres, atendo-se a noções como o cotidiano, o ordinário, ao mundano da rotina que é o âmbito da vida das mulheres numa “sociedade masculinista”, em que o feminino está excluído do prestígio e do poder.

Os estudos contemporâneos que a autora apresenta em seu livro, sobre o tempo-espaço de mulheres, obrigadas à combinação do trabalho doméstico e do trabalho assalariado, demonstram os impactos mais recorrentes dessa combinação, como o trabalho mais próximo ao local de moradia, o uso limitado de automóveis e o mais frequente do transporte público, se comparado com os homens. Segundo ela, a partir dessas investigações, a noção de tempo geográfico serve para a revisão do mapa do cotidiano patriarcal pois seria através das atividades banais do cotidiano que o patriarcado se reproduziria (ROSE, 1993, p 19).

Huguette Dagenais, antropóloga canadense da Universidade de Laval tece uma análise focada nas tensões permanentes que atravessam a situação das mulheres na cidade. Enquanto o espaço-tempo urbano, conforme afirma, reforça a existência

cotidiana feminina baseada em papéis tradicionais inscritos na esfera doméstica, a organização fragmentada da cidade contradiz esses papéis (DAGENAIS, 1980)¹.

Outra tensão que identifica é a da esfera do consumo, na qual as mulheres são usadas como peças importantes. Ao mesmo tempo em que o consumo simboliza uma aparente abertura progressiva da estrutura patriarcal, o papel desempenhado como consumidora reforçaria essa mesma estrutura na medida em que cristaliza a mulher como a responsável familiar pela garantia da subsistência, do bem-estar e do conforto. Esta atividade feita gratuitamente garante a dinâmica cíclica da economia capitalista, por meio de um vasto arsenal publicitário que multiplica necessidades domésticas. O consumo ainda se volta contra as mulheres quando objetifica seus corpos, tornando-os mercadorias a serem consumidas.

Quanto à crítica ao conhecimento posto sobre o urbano, Dagenais no mesmo texto acusa os autores da sociologia urbana francesa de sobrepor a luta de classes à opressão feminina. Diz:

No que diz respeito à sociologia urbana francófona e, mais especificamente, a francesa, o problema, na minha opinião, surge ao nível dos conceitos e das problemáticas. Mas os resultados são essencialmente os mesmos sobre o lugar dado às mulheres. Quando os sociólogos franceses falam de “segregação” (LOJKINE), “Direito à cidade” e “revolução urbana” (LEFÈBVRE), “Consumo coletivo” (CASTELLS) é sempre em termos de “Classes sociais” e “luta de classes”. No entanto, esta problemática é redutiva e ocultante porque coloca as mulheres implicitamente na classe social de seu marido - isso mesmo quando elas estão pessoalmente no mercado de trabalho [...] não reconhecem a dimensão patriarcal específica de sua opressão (DAGENAIS, 1980).

Ao comentar o uso frequente na sociologia urbana da teoria do “consumo coletivo” de Manuel Castells (CASTELLS, 1976), que considerava em suas obras iniciais a cidade como espaço de reprodução da força de trabalho, critica o emprego simplista e estreito das noções de produção, reprodução e consumo, alegando seu caráter economicista e de não compreensão da mulher nessa totalidade, não levando em conta que as relações de poder

hierárquicas são próprias do próprio funcionamento capitalista. Segundo a antropóloga, a produção nessa acepção de Castells seria apenas própria da esfera pública, o que silencia a produção doméstica feminina, subordinada pelas relações sociais de produção de tipo patriarcal. O conceito de reprodução também torna invisível o papel que as mulheres assumem na manutenção da força de trabalho, inclusive na reprodução especificamente biológica que concerne justamente à condição feminina. Na opinião de Dagenais, para Castells as relações entre homens e mulheres só se efetuariam mediante laços instintivos, ignorando o caráter sistêmico da desigualdade.

Essa indiferença teórica também teria levado o autor a ignorar, na exaltação dos novos movimentos urbanos no fim do século xx, a participação das mulheres em todos eles. Na polêmica de Lojkin com Castells², o primeiro também teria incorrido no mesmo erro, ao afirmar com mais preponderância o papel central do proletariado industrial nas lutas contra o Estado, sendo que as mulheres eram empregadas massivamente no setor terciário da economia e se destacavam em outras lutas populares.

Na mesma tendência, a crítica elaborada pelas geógrafas Liz Bondi e Linda Peake (BONDI & PEAKE, 1988) a Castells não se limita apenas a denunciar a negligência da sua teoria do “consumo coletivo” a respeito das questões de gênero, mas considera que a limitação da política urbana como luta pelo consumo é incorreta. Dizem que nos estudos inspirados nessa teoria os gêneros são apenas reconhecidos na chave dual entre produção e reprodução, como quando Castells afirma que “a cidade contemporânea repousa na subordinação das mulheres consumidoras aos homens produtores”.

Ocorre que, para as autoras, as mulheres são consumidoras e produtoras, assim como também são os homens. Para elas, a distinção apenas entre homens e mulheres para considerar a relação entre produção e reprodução ignora também importantes diferenças sociais, raciais e étnicas³.

Também relembram que as mulheres entraram depois da segunda metade do século xx massivamente no mercado de trabalho, em especial, nas funções de cuidados, como enfermeiras, assistentes sociais, professoras etc. Esse fato não reduziu o papel feminino

de consumo, nem de reprodução doméstica. Pelo contrário, a ocupação majoritária em postos de trabalho não qualificados ou semiquilificados e os baixos salários pagos teriam aprofundado as tradicionais divisões sexuais do trabalho. Ao mesmo tempo, o corte de investimentos sociais e o declínio do estado de bem-estar social teria significado a transferência da responsabilidade do Estado para a família e mais concretamente para as mulheres que, contraditoriamente, foram obrigadas a deixar seus empregos para cuidar das crianças e idosos.

Sustentam também que os estudos urbanos que se preocuparam com o consumo coletivo, analisando-o objetivamente, distanciaram-no da esfera da produção e ignoraram importantes aspectos da experiência humana que se relaciona diretamente com a reprodução da força de trabalho.

Sintetizam esse apontamento demonstrando que evidências históricas revelaram que as distinções entre público e privado são maleáveis e serviram mais à dominação e ao propósito ideológico de obscurecer a discriminação contra as mulheres do que descrever a organização social. A ideia de que a política ocorre só na esfera pública e o que é privado é necessariamente apolítico teria sido desafiada pela insistência feminista de que o “pessoal é político”. Segundo as autoras, a domesticidade e o cuidado com as crianças são inerentemente políticos na definição das relações de gênero e a arena pública, supostamente impessoal, também é estruturada a partir de formas particulares de interação “pessoal” (como as que silenciam as mulheres no meio sindical e em outros encontros políticos).

A partir disso, consideram que as mulheres, apesar de subrepresentadas na política institucional, são parte considerável da política informal da vida cotidiana. As lutas urbanas que eclodiram na Europa eram provas de que as separações entre público e privado, pessoal e político, estavam em crise, inclusive na produção teórica.

Linda McDowell, geógrafa e professora da Universidade de Oxford, também dialoga com a contribuição de Castells. Contudo, sob uma ótica ligeiramente distinta de Dagenais e Bondi&Peake, McDowell (1983) reconhece que o autor assume a importância do trabalho doméstico não pago para a manutenção da estrutura da

cidade capitalista, mas problematiza que seu reconhecimento é apenas formal, porque sua posição de que a cidade é a esfera do consumo coletivo justamente implica em rejeitar o significado do trabalho doméstico.

Seu foco no consumo coletivo em vez do individual para lidar com as relações sociais de reprodução fazem concluir que a cidade é o verdadeiro agente da reprodução, omitindo-se sobre o papel da família e do patriarcado nesse contexto, visto que não apenas as mulheres realizam o cuidado familiar, mas são a maioria de trabalhadores nos serviços sociais de provisão estatal a serem consumidos.

A ideia central de McDowell é que o patriarcado e a organização do trabalho doméstico são chaves para questionar quais âmbitos da reprodução são socializados e quais permanecem privados e assim se tornam “questões urbanas”, muito mais do que o foco exclusivo de Castells no “consumo coletivo”. É assim que se quebra, segundo a geógrafa, o simplismo com que a dicotomia “público e privado” é geralmente tratada. Os estudos marxistas feministas, defende McDowell, devem se debruçar sobre a interrelação entre produção e reprodução como aspectos de um *processo único* (MCDOWELL, 1983, p. 62).

Nesse sentido, produção e reprodução, habitação e trabalho, não seriam categorias estanques, mas em permanente mutação. O papel que a geografia regional deve desempenhar no estudo de processos locais de desindustrialização e suburbanização habitacional pode ser colocado nos termos da divisão sexual do trabalho, considerando que a realocação industrial em muitos países correspondeu a uma reestruturação geográfica no emprego feminino.

É sobre esse aspecto que se dedicou Doreen Massey, outra geógrafa britânica muito utilizada nos estudos urbanos feministas. Massey (1994) iniciou sua pesquisa sobre espaço e gênero nos anos 70, nas investigações em que estava inserida em geografia regional, sobre a descentralização de empregos na Grã-Bretanha.

Notou que os antigos empregos nas minas de carvão entre os anos 60 e 70, ao passo que diminuía, davam lugar crescente para novas ocupações em regiões de tradicional desemprego no país: empregos femininos. A conclusão da autora a respeito do

fenômeno instaurado era de que a onda de descentralização se devia ao preço do trabalho feminino, muito mais barato do que o masculino.

Anos e anos de negociação por meio dos homens sindicalistas de que seus salários deviam ser “salários-família” fizeram com que os salários das mulheres fossem mais baixos e sua disponibilidade para empregos de tempo parcial maior. Além disso, a inexperiência das mulheres na lida sindical também era vantajosa para as empresas, que contavam com sua parca organização.

Sua preocupação com as relações sociais de gênero a levaram a incluir novas formas de masculinidade inscritas em outras regiões do país, como Cambridge, onde a indústria de alta tecnologia passou a empregar trabalhadores altamente qualificados, em sua larga maioria homens. Segundo Massey, “O que está sendo construído nessa região de novo crescimento econômico é uma nova versão de masculinidade, e um novo – e ainda altamente problemático – conjunto de papéis e relações de gênero”.

Massey também é referenciada nos estudos feministas porque elaborou um artigo em que problematiza as obras de David Harvey e Edward Soja, ambas publicadas em 1989, sobre a condição pós-moderna (HARVEY, 1996; SOJA, 1989). Esse texto chamado *Flexible Sexism*⁴ destaca que a pós-modernidade representa uma era de estudos representativos da abertura para a diversidade de vozes contra a universalidade do sujeito da modernidade, mas que, por outro lado, a modernidade apontou para um projeto radical de transformação social que não está dado por contribuições mais recentes. Sua crítica a Harvey e Soja, de acordo com ela mesma, não é o fato de as obras não mencionarem as mulheres nessa transição de etapas históricas, mas de não abordarem o que a teoria feminista há anos vem aduzindo a esse debate.

Para Massey, a definição da pós-modernidade apenas como a compressão do tempo-espço, como faz Harvey, é insuficiente porque não abrange a novidade pós-moderna da fusão entre ação política e atividade teórica, proposta pelos novos movimentos sociais de raça, gênero e pós-coloniais, mais relevante politicamente do que o aparato teórico marxista elaborado por intelectuais brancos e homens na modernidade. A crise na academia que estes intelectuais alegam, segundo ela, diz mais

respeito ao declínio do destaque desses mesmos sujeitos do que eventuais problemas que esses movimentos práticos e teóricos apresentem no presente.

Massey considera que Soja em seu livro, ao focar estritamente em seu argumento a respeito do acúmulo do marxismo ao redor da história e do historicismo, acaba, pelo contrário, reforçando apenas o olhar sobre o espaço e num mundo onde há leis puramente espaciais, causas espaciais e relações espaciais. Assim, Soja desvaloriza outras vozes na geografia que estiveram estudando outros temas, além de reforçar a noção individualista da produção do conhecimento, ignorando que ela é muito mais frequentemente constituída em processos coletivos. A maneira de conduzir e apresentar o conhecimento desenha um senso de centro e periferia que, segundo a geógrafa, está em contradição com o que o próprio Soja afirma em seu livro:

Esta geografia humana crítica reconstituída deve estar sintonizada com as lutas emancipatórias de todos aqueles que são periferezados e oprimidos pela geografia específica do capitalismo (e também pelo socialismo existente) – trabalhadores explorados, povos tiranizados, mulheres dominadas (SOJA apud MASSEY, 1991, p. 220, tradução livre).

Embora com essa afirmação Soja confesse que há mais complexidade do que o esquema clássico da luta no capital *versus* trabalho no modo de produção capitalista, não se propõe a explicar como ela ocorreria. Na opinião de Massey, o patriarcado não ganha qualquer menção, mas seria incluído nesse todo mais complexo do que a sociedade de classes.

Já Harvey, conforme desenvolve a autora, não assume nem o questionamento incompleto de Soja, reforçando o pressuposto moderno de sujeito universal para estudar a pós-modernidade.

Diz ela:

Enquanto as empreitadas de Soja no pós-modernismo, pelo menos, o provocam na necessidade de reconhecer a existência de uma multiplicidade de “autores”, o modernismo de Harvey é construído (ou talvez eu deva dizer desconstruído) em torno de um pressuposto universal cujas características particulares sequer são reconhecidas. As mulheres, por exemplo, não figuram no desenvolvimento do argumento,

tampouco a possibilidade de leituras feministas das questões em consideração (MASSEY, 1991, p. 225, tradução livre). Ao abordar entusiasticamente a cidade moderna como a cidade sinônima do espaço público, Harvey também estaria descrevendo uma cidade de homens, sobreposta ao confinamento feminino no lar privado e nos subúrbios. Harvey menciona diversas vezes a questão da suburbanização, mas sem considerá-la a partir da divisão entre o público e o privado. A experiência da modernidade é costumeiramente recordada por seus artefatos culturais principais, construídos por formas particulares das relações, que também definem feminilidade e masculinidade, mas que se mantêm omitidas:

Harvey produziu uma exploração fascinante e sem dúvida econômica da relação entre definição, produção e experiência do espaço, por outro lado, ele esqueceu de outras formas, outras relações de poder nas quais o espaço também é estruturado e experienciado (p. 235, tradução livre).

Para Massey, a teoria que não se dissolve no localismo típico do pós-modernismo, que não abandona teorias históricas que revelaram um escopo relevante para lidar com questões como gênero e classe, mas que também é, ao mesmo tempo, sensível às diferenças, é o feminismo (MASSEY, 1991, p. 239).

Para ela, Harvey constantemente recorre ao universalismo e ao internacionalismo sem notar que um se opõe ao outro e que uma posição verdadeiramente internacionalista certamente não começa sem priorizar ao reconhecimento da diversidade (p. 240).

No final de *A Condição Pós-Moderna*, Harvey defende a recuperação de uma forma de modernismo - o marxismo. Reconhece, também, que ele deve ser retrabalhado para tratar mais satisfatoriamente a diferença e a “alteridade”, e acrescentar categorias não é suficiente simplesmente: elas deveriam estar presentes na análise desde o início. No entanto, em sua própria análise do modernismo e do pós-modernismo, uma das mais significativas “diferenças” - que gira em torno do gênero - está ausente (MASSEY, 1991, p. 238, tradução livre).

Nessa mesma linha polêmica, um outro texto de Harvey da mesma época, *From Managerialism to Entrepreneurialism: The*

Transformation in Urban Governance in Late Capitalism (1989), é utilizado por Massey. O autor afirma nesse artigo:

Numa sociedade limitada por classes como o capitalismo, (...) as práticas espaciais adquirem um conteúdo de classe definido, o que não quer dizer que todas as práticas espaciais possam ser assim interpretadas. De fato, como muitos pesquisadores mostraram, as práticas espaciais podem e realmente adquirem conteúdo de gênero, racial e burocrático-administrativo (para listar apenas um subconjunto de possibilidades importantes). Mas sob o capitalismo, é a ampla gama de práticas de classe ligadas à circulação do capital, à reprodução da força de trabalho, às relações de classe, e à necessidade de controlar a força de trabalho, que permanece hegemônica (HARVEY, 1989, tradução livre).

Como já resgatado aqui, Massey se contrapõe a esta ideia, considerando que há muito mais na experiência espacial do que aquilo que o capital determina (MASSEY, 1994, p. 148) – por exemplo, o colonialismo, o racismo e as transformações nas relações de gênero, o que a autora dissocia da determinação capitalista.

Notas

¹ Em livre tradução: “De fato, nos deparamos com a contradição da existência cotidiana das mulheres nas cidades. Ao mesmo tempo em que a exclusão de mulheres do espaço-tempo urbano a traz de volta aos seus papéis tradicionais e à esfera doméstica e privada, a racionalidade que está na base da organização das cidades capitalistas e da fragmentação espacial das atividades urbanas se opõe ao exercício desses mesmos papéis e contradiz, de certo modo, o status social de mulheres que contribui para consagrar [...]”.

² Jean Lojkin faz uma crítica ao estruturalismo de Castells, apontando que a redução dos movimentos sociais urbanos à reivindicação de meios de consumo para a reprodução da força de trabalho inibe as possibilidades da luta de classes. Para Lojkin, o urbano não corresponde apenas à reprodução da força de trabalho, mas também à dimensão econômica da reprodução dos meios de produção. Por isso, na sua visão, Castells incorre no erro de cindir o proletariado industrial clássico dos movimentos urbanos, sendo que a unificação desses dois segmentos deveria ser defendida como estratégia transformação da estrutura social.

³ Em livre tradução: “Consequentemente, produção e reprodução não são, mais do que produção e consumo, domínios masculino e feminino. Pelo contrário, as diferenças de gênero são o produto das diferentes maneiras pelas quais a produção e a reprodução se combinam e afetam a vida de mulheres e homens de todos os grupos sociais e raciais” (BONDI & PEAKE, 1988, p. 31).

⁴ Em tradução livre, *Sexismo flexível*. O título é uma nítida ironia do conceito de “acumulação flexível” utilizado por Harvey em seu livro criticado por Massey.

**O gênero no
estudo do espaço
urbano em
contexto global**

As críticas das feministas dos estudos urbanos, especialmente aquelas que sugeriam mudanças históricas na dinâmica de produção espacial regional, como Massey, tiveram suas sugestões desenvolvidas em publicações mais recentes, preocupadas com conexão das mudanças dos ambientes urbanos com as mudanças nos papéis sociais femininos num nível global.

Marguerite van den Berg, professora da Universidade de Amsterdam, registra em seu livro *The Gender in The Post-Fordist Urban* (VAN DEN BERG, 2017) sua investigação sobre a cidade de Rotterdam como exemplo das alterações nas relações sociais de gênero no ambiente urbano europeu pós-fordista. Tradicionalmente industrial, a cidade vem sendo divulgada em planos de marketing como uma cidade moderna, própria para mulheres e para famílias de alta renda criarem seus filhos. Uma cidade para relações de gênero pós-fordistas cuja representação é inovadora e feminina, enquanto que a cidade industrial seria uma cidade de representação acuradamente masculina.

A autora define *generificação* como esse aspecto do processo de produção do espaço que contém noções de gênero pós-fordistas. O esforço na associação da nova cidade às mulheres faz parte de um contexto de lutas feministas que transformaram a condição das mulheres e das próprias cidades, mas também de uma situação geral mais ampla de desindustrialização de cidades tradicionalmente fabris na Europa (Liverpool, Liège, Rotterdam, Marseille etc.) e da situação global instaurada a partir da crise financeira de 2008 e o regime de acumulação flexível daí acentuado.

A cidade como negócio, na concorrência internacional de cidades, gera uma economia de serviços muito femininizada. A autora questiona que tipo de representação feminina é utilizada nesse contexto, visto que, adotando a teoria interseccional, assume que o gênero é um dos elementos que se combinam para a formação das relações sociais e que apenas um tipo de mulher é representado nesse processo de renovação das cidades ocidentais pós-industriais¹.

Nesse sentido, o gênero é utilizado para produzir uma imagem de classe: famílias ricas e de classe média são representadas nos instrumentos de marketing das cidades e só servem para obstar as imagens da classe trabalhadora e das camadas mais preca-

rizadas socialmente nas periferias desses ambientes urbanos. Menciona a autora:

De fato, quando perguntamos como as cidades são generificadas, devemos também perguntar o que isso significa e para quem. Cidades generificadas podem se tornar mais inclusivas para mulheres que têm carreiras e famílias de duas rendas, ao custo da classe trabalhadora e da população urbana precarizada, tornando a aplicação de uma agenda emancipatória para mulheres potencialmente prejudiciais para os pobres urbanos (VAN DEN BERG, 2017, p. 11, tradução livre).

Ainda complementa, “O tipo de mulher que Rotterdam está buscando: escolarizada, assertiva, não tradicional (talvez até promiscua) que é pensada para ser necessária na aspirada nova economia pós-fordista” (tradução livre).

Para explicar esse apelo, sugere o termo *generificação* como variação do conceito de gentrificação. Em geral, gentrificação é explicada como um processo no qual o espaço vive uma substituição de classe, sendo reproduzido para a ocupação de usuários mais abastados. Em outros termos, a autora enxerga uma experiência contemporânea de “gentrificação feminina branca e ocidental” em cidades europeias.

Saskia Sassen é outra autora escolhida para este grupo em razão de sua pesquisa sobre cidades globais. A globalização econômica reconfigurou propriedades fundamentais da territorialidade mundial. Há, segundo ela, um desmembramento crescente da territorialidade historicamente exclusiva associada ao estado-nação. O produto mais estratégico desse desmembramento é a cidade global.

A bibliografia sobre o tema da globalização frequentemente é marcada pela dinâmica econômica técnica e abstrata, neutralizando sua ênfase de gênero e excluindo um conjunto de trabalhadores, empresas e setores que não se encaixam nas suas representações. A proposta de Sassen (1996) é entender se há uma generificação nas dinâmicas e transformações estratégicas e como uma análise feminista deve se estruturar a partir daí².

As cidades globais, conforme desenvolve Sassen, são locais estratégicos para valorização do capital porque coordenam os

processos econômicos globais. Por um lado, nessa coordenação, há um número crescente de profissionais mulheres altamente qualificadas que fragilizam a associação histórica a homens de poder. Por outro lado, as cidades globais incorporam muitas mulheres imigrantes em atividades que atendem setores estratégicos. Ocorre que o modo como se dá essa incorporação é invisível e muito distinto historicamente da sociedade industrial, que formou uma “aristocracia operária”, um nexos entre o capital e o trabalho não mais existente nessa nova dinâmica, que se constitui por um proletariado periférico.

Os estudos sobre a globalização ressaltam a hipermobilidade, as comunicações globais e a neutralização do espaço e da distância. Globalização, economia da informação e telemática indicariam que o lugar não importa mais e que o único tipo de trabalhador realmente importante é o profissional altamente qualificado.

Os mercados nacionais e globais, assim como as operações globalmente integradas, requerem espaços centrais onde o trabalho da globalização é feito. Assim, indústrias informacionais precisam de uma estrutura física que seja a hiperconcentração de serviços. Menciona a autora:

Uma vez que este processo de produção é trazido para a análise, vemos que as secretárias são parte dela, assim como os limpadores dos prédios onde os profissionais fazem seu trabalho. Uma configuração econômica muito diferente daquela sugerida pelo conceito informacional de onde a economia emerge. Recuperamos as condições materiais, locais de produção e as plantas que são também parte da globalização e da economia da informação (SASSEN, 1996, p. 16).

Ela continua problematizando a visão hegemônica sobre como surge a economia global, considerando a necessidade premente da fixação no espaço e a esfera da produção, primordial à sustentação de operações, coordenações e controles nas novas tecnologias informacionais que alimentam de poder as empresas transnacionais³.

Recuperando a geografia dos espaços envolvidos, é possível ressaltar pessoas, trabalhadores, comunidades e culturas de trabalho apartadas da cultura de trabalho corporativo que se integram periféricamente à globalização.

Uma análise detalhada das economias urbanas baseadas em serviços mostra que há considerável articulação de empresas, setores e trabalhadores que aparentemente têm pouca conexão com a economia urbana dominada por finanças e serviços especializados, mas na verdade cumprem uma série de funções que são parte integrante dessa economia. Eles fazem isso, no entanto, sob condições de assimetrias de ganhos sociais e, muitas vezes, sob a segmentação de sexo e raça/etnia (SASSEN, 1996, p. 19).

Silvia Federici, feminista italiana já adotada para a primeira parte deste capítulo, muito embora não tenha se dedicado exatamente ao tema urbano, tem uma contribuição relevante para considerar a dimensão global da produção do espaço, dos papéis femininos e da reprodução do capital. Para tanto, a autora se baseia na noção da “acumulação primitiva” para investigar o novo regime de acumulação neoliberal.

Considera, bem como fazem outros autores, que a expansão do capital para o espaço-tempo exterior a ele é uma necessidade permanente para a sobrevivência de sua reprodução e, por isso, opina que a acumulação primitiva não é um processo datado da colonização europeia ou da caça às bruxas na transição do mundo feudal para o capitalismo, mas uma forma atual que vem atingindo um conjunto de recursos próprios para a reprodução social humana, o qual denomina “comuns”.

Fariam parte desse conjunto os recursos naturais, como a água e a terra, mas também direitos ceifados atualmente ao redor do globo, como os sistemas de previdência social (FEDERICI, 2016, p. 147). Consoante o que afirma, as representações do capital internacional, como o Banco Mundial, compreendem os bens comuns como estratégias de gestão neoliberal, especialmente desde a crise financeira mundial de 2008⁴.

Federici prossegue dizendo que a apropriação capitalista dos comuns é parte de um processo contemporâneo mais amplo, no qual a forma-mercadoria é generalizada a todos os âmbitos da vida social. Menciona que:

A acumulação capitalista é estruturalmente dependente da apropriação gratuita daquelas imensas áreas de trabalho que devem aparecer como externalidades ao merca-

do, como o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres realizam e ao qual os capitalistas confiaram a reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2016, p. 153).

No entanto, reconhece a autora que há um limite intransponível na mercantilização do trabalho doméstico, considerando que o trabalho humano seguirá sendo essencial para o cuidado das crianças, dos doentes e demais necessitados, além de irredutível à automação e ao desenvolvimento de formas tecnológicas de produção. Esta irredutibilidade ocorre em contradição com a expansão da privatização na esfera da reprodução da vida cotidiana, o que reforça o lugar da autora no rol dos trabalhos já expostos de outras intelectuais, a exemplo de quando considera que novas formas coletivas de vida e de gestão dos comuns se fazem necessárias.

Esta explicação da condição feminina num processo de transformações no capitalismo global se assemelha a de outros pensadores que trabalham com essa dubiedade internalidade-externalidade do capital para sua reprodução ampliada. Entre eles, também já referenciado aqui, David Harvey, em sua tese sobre *acumulação por espoliação*, desenvolve que a crise de sobreacumulação de capital no neoliberalismo produz estratégias a nível global de *despossessão*.

Para ele, desde a década de 1970, a financeirização da economia mundial, a expansão e a intensificação territorial formam o conjunto de medidas pelas quais o capital pode se apossar de novos ativos, sejam eles títulos financeiros, a própria força de trabalho e os recursos naturais. A diferença para Harvey entre acumulação primitiva e acumulação por espoliação é basicamente que a segunda, por corresponder ao processo em andamento da reprodução expandida, destrói caminhos já abertos (HARVEY, 2003, p. 135).

Notas

¹ Curiosamente, *A Vida e Morte de Grandes Cidades* de Jane Jacobs seria retomada agora pelos urbanistas da cidade pós-fordista, de acordo com a autora, visto que Jacobs preza pela espontaneidade e criatividade, valores com que esse futuro espaço urbano é vendido; uma visão “feminina” da cidade contemporânea, uma cidade de consumo, de usos mistos.

² A autora recupera três fases da bibliografia sobre gênero e globalização. Uma primeira fase disse respeito ao empreendedorismo e ao trabalho pago estimulados por empresas estrangeiras que dependiam do trabalho de subsistência doméstico feminino em diversos países, demonstrando uma articulação permanente entre as formas mais tradicionais e mais modernas de produção econômica que engendram a globalização. Uma segunda fase se dedicou à internacionalização da produção manufatureira e a feminização do proletariado junto a isso, especialmente nos países mais pobres, prevalecendo as mulheres em setores industriais muito característicos, como a de montagem eletrônica e de vestuários. A terceira fase sublinha as transformações de gênero, subjetividade feminista e participação das mulheres na política da globalização, como demonstram estudos sobre as mulheres imigrantes (SASSEN, 1996, p. 11-14).

³ É curioso como nestas considerações Sassen concorda com Smith a respeito da relação entre suburbanização e aglomeração ao tratar do movimento de centralização espacial e descentralização do capital (SMITH, 2007). Continua alegando que “muitos dos recursos necessários para as atividades da economia global não são hipermóveis e estão, de fato, profundamente embutidas no lugar, notavelmente lugares como cidades globais e zonas de processamento de exportação” (SASSEN, 1996, p. 17, tradução livre).

⁴ “Sob a desculpa de proteger a biodiversidade e conservar os “(bens) comuns globais”, o Banco Mundial transformou as florestas tropicais em reservas ecológicas e, com essa justificativa, expulsou as populações que durante séculos extraíam delas seu sustento, ao mesmo tempo que abriu as portas das florestas a pessoas que não necessitam delas, mas que podem pagar para visitá-las, graças, por exemplo, ao ecoturismo. De mãos dadas com o Banco Mundial, e de novo em nome da preservação da herança comum do ser humano, as Nações Unidas revisaram as leis internacionais que regem o acesso aos oceanos, permitindo que os governos consolidem o uso das águas marinhas em poucas mãos” (FEDERICI, 2016, p. 148).

**Considerações
finais: exploração,
espoliação, opressão...
uma unidade?**

A breve apresentação da bibliografia feminista sobre o espaço urbano demonstra nuances nas abordagens sobre o espaço pelas intelectuais descritas. Em parte, retoma um longo e profundo debate a respeito da constituição de uma teoria social do espaço, marcadamente original da sociologia urbana francesa, conforme apontam as críticas de Bonid & Peake, Dagenais e Massey.

Aparentemente, a investigação das autoras tratadas sobre a condição das cidades para mulheres se desdobra em pelo menos duas conclusões. A primeira delas é a de que as relações sociais de gênero refletem a produção do espaço. Como apregoa Massey, o espaço é a “extensão das relações sociais”¹. Em outras palavras, o espaço espelha os papéis sociais femininos e masculinos, principalmente na cisão do urbano entre o público e o privado.

A segunda conclusão é de que a cidade, no entender propositivo de muitos dos trabalhos citados, deve existir como espaço de consumo coletivo, atendendo necessidades socialmente impostas às mulheres, como cuidar da prole, dos doentes e dos idosos, responsabilizar-se pela limpeza e conservação da casa, prover alimentos e deslocar-se para fazer compras domésticas.

Para algumas das autoras, a localização da habitação e do trabalho remunerado é chave para a superação dos dilemas contemporâneos da população feminina, que cresceu em participação no mercado de trabalho, mas permaneceu como referência dos trabalhos não pagos de manutenção e cuidados diários e geracionais. Nesse sentido, unir espacialmente produção, reprodução e consumo é a resposta elaborada pelas especialistas do planejamento urbano.

Muito embora tenham sido apresentadas as críticas, particularmente oriundas do segundo grupo, à *Questão Urbana* de Castells, algumas concepções de fundo rememoram a análise estruturalista do autor em questão. Isto porque o autor, em sua fase althusseriana, como já registrado aqui, defendia que o espaço que seria um subsistema de uma estrutura maior de funcionamento do capitalismo, orientado pelas mesmas leis que esta estrutura. Nesse sentido, para as feministas citadas, as relações hierárquicas entre homens e mulheres, representadas pelo público e o privado, seriam um sistema mais amplo que abrangeria a produção

espaço, marcado pela mesma cisão original. Não há, novamente citando Massey em sua crítica a Soja, que se falar numa teoria “pura” do espaço, mas do espaço como implicação de relações sociais gerais.

É o mesmo que afirma Castells, quando escreve que “Não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de explicar as características da forma social particular, o espaço, e de sua articulação com outras formas e processos, historicamente dados” (CASTELLS, 1977, p. 124 apud GOTTDIENER, 2016, p. 120).

De outra parte, a lembrança da contribuição de Castells (mesmo não declarada), destacadamente das pesquisas do planejamento urbano, ocorre na dimensão de sua teoria do consumo coletivo. É certo que o autor, ao tratar da reprodução do ponto de vista do consumo coletivo, simplesmente não leva em consideração a esfera do consumo privado, das relações familiares e do papel familiar da mulher, considerando apenas o Estado e a cidade como elementos de análise. Mas não se vislumbra em vários dos textos feministas levantados uma proposição que considerasse a produção do espaço como um cerne de questionamento, mantendo-se as críticas na dimensão de como o espaço é organizado como *locus* de consumo e reprodução, e não como mercadoria consumível e reprodutível.

Tratar o espaço como mero reflexo da divisão social do trabalho e tratar a divisão sexual e racial como mera ênfase ou o aprofundamento dessa divisão social não redundaria numa visão estruturalista, e até funcionalista, que se pretende criticar? Não persiste o *ponto cego*?

O feminismo materialista contemporâneo, não necessariamente atento ao tema urbano, também tem no debate sobre a relação entre totalidade e particularidade seu centro de gravitação. Talvez de maneira oposta ao sistema estruturalista da sociologia urbana, um outro erro aparece em parte da teoria feminista que considera as relações de classe, raça e gênero como sistemas triplos, autônomos, mas em interação. Esta visão recorrentemente pode ser observada como tendência no movimento e em estudos mais recentes que essencializam as relações sociais, transformando-as em fonte de identidades estanques e esvaziando-as de conotação histórica³.

Exploração, como a relação de expropriação de uma classe sobre a outra mediante o trabalho; opressão, enquanto forma de dominação e hierarquia social presente na família; e a espoliação, como forma de captura específica da mais valia global, seriam momentos concretos da totalidade constitutiva do capitalismo que, antes de ser um conjunto de leis puramente econômicas, é um complexo dinâmico de relações sociais.

Como descreve Arruzza (2016, p. 48),

O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias.

Forma-se assim um “nó ontológico”, nos termos definidos por Saffioti (2013), amarrado pela produção socioespacial. A socialização dos indivíduos por meio do capital, a subordinação, portanto, da anunciada “emancipação feminina” à lógica da acumulação, ou seja, a expansão permanente do valor de troca para todas as esferas e espaços da vida, é o que determina a reprodução social.

Marx, no capítulo 21 de *O Capital*, afirma:

Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (MARX, 2013, p. 641).

Produção e reprodução constituem os termos essenciais do debate. E a pista deixada por Lefebvre nesse sentido é relevante. Ele consegue esmiuçar, numa variedade de níveis, a capacidade do capitalismo em se reinventar a si e as suas contradições, a partir da aceitação de que se constitui como *totalidade aberta*, e não como sistema fechado, nos termos estruturalistas. Diz ele:

Os que acreditam no sistema incorrem em erro, pois não há totalidade completa, consumada. E, contudo, há, sem dúvida, um ‘todo’ que absorveu as suas condições históricas,

assimilou os seus elementos, dominou algumas contradições, sem aceder por isso à coesão e homogeneidade que buscava. É isso que dá ao modo de produção, tal como ele se reproduz, o seu bem curioso aspecto: partes distintas e, contudo, formação de conjuntos, subsistemas acompanhados de choques no todo, níveis conjuntos e disjuntos, conexões, conflitos, coerências e contradições, táticas e estratégias, fracassos e vitórias” (LEFEBVRE, 1973, p. 9).

Assim, não se trata apenas de considerar a condição espacial e a condição feminina como possibilidades de reprodução da força de trabalho, seja o espaço como meio de consumo, sejam as mulheres como meios de reprodução biológica e doméstica. Mas sim de considera-los na reprodução social em sentido amplo, como *fronteiras de acumulação* para superação das contradições do capital que, sem resolvê-las, produz o seu movimento de *integração desintegradora* (LEFEBVRE, 2001, p. 102).

Observar as formas e funções do espaço e do gênero como *processos em movimento* permite questionar a esfera pública e a esfera privada como momentos estanques e formais nas explicações teóricas. Também dar relevo às vocações transformadas da mulher e do urbano na periferia do capitalismo revelam que muito do que se tece na crítica urbana feminista não corresponde às características dessa realidade. É esse olhar crítico que se pretende privilegiar na apresentação do terceiro capítulo.

Notas

¹ “Assim, o próprio fato de as relações sociais estarem ‘estendidas no espaço’ (ou não), e tomando formas espaciais particulares, influencia a natureza das próprias relações sociais, as divisões do trabalho e as funções dentro delas (‘Desenvolvimento desigual’). Mudança social e mudança espacial são parte integrante uma da outra” (MASSEY, 1994, p. 23).

² Expressão usada por Lefebvre no capítulo 2 de A Revolução Urbana (LEFEBVRE, 1999).

³ De modo a sanar esse problema, Kergoat e Hirata desenvolvem em seus trabalhos a ideia de *consustancialidade* entre classe, raça e gênero. Segundo Kergoat (2002, p. 50), “embora a relação social de sexo tenha a mesma natureza que as outras relações sociais (elas são consustanciais), ela tem suas características próprias: perpassa a totalidade do espaço-tempo conhecido e as segregações que opera têm formas particulares”.

**Cotid
gên
espaço
con**

**iano:
ero e
em
junto**

O cotidiano e a reprodução das relações sociais na Cohab

A ideia deste terceiro momento é entrelaçar os dados de pesquisa organizados nos dois primeiros capítulos com a experiência vivida em campo no Conjunto José Bonifácio, iluminando as questões que apareceram ao longo das entrevistas com as moradoras e as observações registradas ao longo do trabalho.

Durante muitos dias, a atividade de pesquisa consistiu em observar os espaços públicos da Cohab, compreendendo como mudam as suas dinâmicas conforme os seus *tempos*. A manhã, o entardecer ou o anoitecer, os dias comerciais e os dias no final da semana. Foram visitados, especialmente, a Praça Brasil, a principal e maior praça do Conjunto, o Parque Raul Seixas, o único localizado ali, a feira aos sábados na rua Virgínia Ferni e o Centro Educacional e Esportivo José Bonifácio. Alguns equipamentos públicos também foram frequentados, como as escolas públicas da rede estadual Salvador Allende Gossens, além do Centro de Defesa e de Convivência da Mulher 'Maria da Penha' da prefeitura. Desta maneira, foi possível registrar variados modos, tempos e sujeitos de usos e apropriações desses espaços.

Os condomínios e as casas das moradoras entrevistadas também foram visitados. A maioria delas vive nos apartamentos e uma minoria nas casas originais do projeto da Cohab. Duas delas moram no entorno do Conjunto, mas trabalham nele.

Buscou-se uma variação entre as entrevistadas no que se refere à ocupação ou profissão, estado civil, raça/etnia, maternidade e, com destaque, a idade. O referencial geracional foi decisivo para as reflexões que serão desenvolvidas¹.

Nem todas as entrevistas foram feitas no lar das entrevistadas, sendo algumas realizadas também na Praça Brasil, citada acima. Adotou-se o modelo de entrevista não diretiva², sem um questionário previamente fechado, de modo que as próprias entrevistadas pudessem apresentar mais livremente suas práticas espaciais concretas, o modo como vivem no conjunto. As únicas orientações que permaneceram em todas as conversas feitas foram a respeito dos trajetos espaciais cotidianos que percorrem, como se sentem em relação ao Conjunto, o que gostam ou não ali, como é a relação entre os vizinhos, o que realizam em seu tempo livre.

No início da pesquisa, o tempo livre era uma questão central anunciada na pesquisa. Aos poucos, foi perdendo relativamente

importância em sua estrutura, mas quase sempre, ao tornar-se uma indagação no processo de entrevistas, foi revigorado como uma importante chave, dado o rico conteúdo das respostas recebidas.

O questionamento sobre o tempo livre era inicialmente dedicado a considerar o *resquício* de vida como fonte de investigação. Definido em sua negatividade – tempo de *não* trabalho – assumia-se a hipótese de que a maioria das entrevistadas por certo demonstrariam a inexistência de tal tempo ao serem perguntadas, em razão da multiplicidade de trabalhos pelos quais são responsáveis dentro e fora de casa, e a partir daí seriam levantados conteúdos empíricos para a reflexão teórica pretendida.

As respostas obtidas, em verdade, não seguiram exatamente o previsto, apresentando-se mais complexas do que o esquema inicial concebido nas oposições trabalho-não trabalho, público-privado. Mas a ideia de resquício perdurou até o fim.

O resquício é o tempo-espaço do cotidiano (LEFEBVRE, 1968). É o resto, o que sobra como externalidade do trabalho. Os elementos de domesticidade, como o mobiliário, os utensílios, os eletrodomésticos, o vestuário, os lazeres, a vizinhança, formam um arsenal de resquícios que não podem ser confundidos com a banalidade, embora sejam, frequentemente, considerados banais, da mesma forma como são significadas as representações do feminino enquanto sinônimo do doméstico para a hierarquia da vida social. Em realidade, esses elementos, como representação e como forma material, são produzidos pelo movimento constante de implosão-explosão da sociedade urbana. Ocorrem em aparência como fragmentos localizados, *periféricos* na vida social, mas engendram o caminho propício a conhecer a totalidade aberta de que se comentou no fechamento do segundo capítulo, seja porque são produtos (mercadorias) criados para o consumo dirigido, seja porque se constituem como meios de reprodução da vida biológica. No entanto, para muito além disso, reproduzem relações sociais fundamentais, determinadas por uma cotidianidade programada.

O cotidiano é irreduzível ao macroeconômico e ao histórico, mas torna-se capaz de apreendê-los, porque é o reduto das contradições em processo na produção das relações humanas, inclusive

as de exploração e dominação. É também na vida cotidiana que as tensões permanentes entre o novo e o velho, entre o público e o privado, entre o valor de troca e o valor de uso, entre o homem e a mulher emergem; “é o resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o *produto* do conjunto social” (LEFEBVRE, 1968, p. 39).

Há, nesse sentido, uma interação entre a vida cotidiana, o modo de produção calcado na divisão histórica entre os sexos no trabalho e a produção capitalista do espaço, sendo a cisão público-privado original dessa produção segregadora, como visto nos capítulos 1 e 2. A chave da vida cotidiana no plano do “vivido” é, portanto, relevante para analisar o trabalho em campo, identificando assim como a forma urbana concebida em questão – conjunto habitacional – acontece na dimensão das apropriações espaciais cotidianas.

A realidade social, a vida cotidiana no Conjunto (espaço vivido), enfrenta sua forma planejada (espaço concebido) produzindo intermináveis combinações e conflitos – e é a partir justamente daí que nasce a possibilidade de refletir sobre sua totalidade, sobre a soma que produz as relações a que estão submetidas as mulheres entrevistadas, suas atividades estruturadas e aquilo que delas aparece como resquício espacializado pelas formas e funções programadas e concretizadas no apartamento, do condomínio e do conjunto e nas transições ritmadas entre essas escalas nas práticas sensíveis.

De certo modo, porque a Cohab historicamente foi concebida como “cidade-dormitório”, a noção de resquício é relevante para retomar o pensamento sobre a relação entre centro e periferia. A periferia e, nesse caso, a “cidade-dormitório”, é, como tentou se demonstrar no capítulo 1, a oposição dialética do centro, alimentando-o permanentemente de sentido como contradição de significado e forma. Nesse sentido, as possíveis ausências do conjunto habitacional não são falhas concretas de um ideal urbanístico a ser corrigido, mas sim um projeto de *habitat* (LEFEBVRE, 2008), um projeto de ausências, de urbanização de uma parte da cidade que, ao mesmo tempo, atuava para desurbanizá-la.

Afinal, na cidade-dormitório, o que restaria do trabalho? O dormir? É preciso demonstrar que, embora o espaço concebido

tenha sido planejado para a dominação da vida cotidiana, no sentido de produzir a separação violenta pela distância e pelos tempos compulsórios entre trabalho e lazer, entre trabalho e vida familiar, entre trabalho e desejo etc., há, como contradição dessas cisões radicais, a sobrevivência de experiências não redutíveis à separação e, ainda, muito menos ao ato de dormir.

Novamente tomando Lefebvre, o “dormir” como representação do espaço habitacional do conjunto incide sobre a noção da reprodução da força de trabalho. A ideia de morar para poder dormir e dormir para poder trabalhar. Mas o conjunto e seus tempos cotidianos de trabalho e não trabalho são mais que *representação do espaço* para reprodução da força de trabalho: são também *espaços de representação*, fontes de sonhos, ideias, lutas e apropriações. *Habitar* concretamente o *habitat* planejado gera experiências de produção, daquilo que emerge da repetição das relações sociais, criando o NOVO (LEFEBVRE, 1973).

Amélia Damiani narra em sua tese sobre o Conjunto Itaquera I, Trabalhando muito, vivendo horas no trânsito, sobram poucas horas para o trabalhador se juntar à família e se recuperar com um sono prolongado. Esse não é somente o drama de mutuários, mas configura esses grandes conjuntos como espaço, especialmente, da mulher. O conjunto é feminino. Por muitas horas é uma cidade de mulheres (DAMIANI, 1993, p. 115).

A forma urbana do conjunto habitacional, como monumento da modernidade no século xx, e também seu protótipo precário no Brasil, são uma forma que compreende um centro masculino e uma periferia feminina. A denominação cidade-dormitório reproduz essa noção, indicando que o dormir, que pode aludir não estar acordado e inexistir socialmente, seja compatível à vida concebida às mulheres. De novo, a ausência incutida na neutralidade vigora como projeto. Longe de ser banalidade, na forma urbana do conjunto habitacional, a cotidianidade programada para o corpo feminino é ideia negativa, uma abstração do espaço concebido. Ao desenvolver o conceito de espaço abstrato, Lefebvre alude que, das partes que o constituem, há um componente fálico masculino que presta significado a ele, um conteúdo à forma espacial modernista:

Este espaço não pode ser completamente despovoado e preenchido apenas com imagens ou objetos transicionais. Reivindica um objeto autenticamente completo, um objeto “absoluto”. O fálico cumpre esse serviço. Metaforicamente simboliza força, fecundidade masculina, violência masculina. A parte é tomada pelo todo novamente; a brutalidade fálica não é mais abstrata, pois é a do poder político, o dos meios de coerção: polícia, exército, burocracia. O fálico é erigido, privilegiando a verticalidade: proclama a falocracia como um sentido de espaço, como o fim do processo (em dobro: metafórica e metonimicamente) que engendra essa prática espacial (LEFEBVRE, 2013, p. 323, tradução livre).

Nesse aspecto, o espaço do conjunto é metonímico e metafórico, substituindo as práticas que o significam por ideais masculinos típicos da racionalidade moderna e, mais, da “caricatura” da arquitetura modernista na periferia da metrópole brasileira. Isto tem uma implicação forte, porque o alcance precário da propriedade não foi acompanhado no caso do BNH por um plano explícito e anunciado de dominação da condição das esposas, filhas e mães, como houve no caso dos subúrbios americanos.

Não houve uma representação do corpo que significasse a habitação, uma “Mrs. Consumer” no planejamento industrial de habitação no fordismo periférico brasileiro, visto que o padrão de consumo que estabeleceria a casa e os bens duráveis como mercadorias “cabíveis” no poder de compra das famílias trabalhadoras era fortemente prejudicado pelas altas taxas de exploração do trabalho, a desvalorização do salário mínimo e a onda inflacionária dos anos 80. Se as mulheres estavam invisíveis ali é porque era estratégico ao movimento do capital que sua constituição como corpo produtivo também fosse ocultado.

As mulheres urbanas mantidas na periferia industrializada estadunidense eram parte de setores de renda média e alta da classe trabalhadora, cujos maridos estavam localizados nos empregos mais qualificados na indústria, eram profissionais liberais, ou proprietários de médios e pequenos negócios. Portanto, o subúrbio dos EUA no pós-guerra e a periferia concebida pelo Estado por meio do BNH no Brasil nos anos 70 não são confortavelmente

comparáveis no que tange às suas formas, nem no que se refere à sua função.

Isto relembra a crítica de bell hooks, feminista negra norte-americana, a Betty Friedan, autora de um clássico livro feminista norte-americano chamado *Mística Feminina*. Neste livro, a autora descreve como a sociedade do consumo extenuou psicologicamente as mulheres atadas à habitação suburbana. Friedan comenta sobre o “problema sem nome” que acoitava as esposas e mães do subúrbio, para onde se dirigia a publicidade e as estratégias de intensificação do consumo doméstico, num contexto mais amplo de aniquilamento de vida social das mulheres pela segregação espacial:

Qual era exatamente esse problema sem nome? Quais as palavras usadas pelas mulheres ao tentar descrevê-lo? Às vezes diziam: «Estou me sentindo vazia... incompleta». Ou então: «Tenho a impressão de não existir». Às vezes apagavam a sensação com um tranquilizante, julgavam que o problema relacionava-se com o marido ou os filhos. Ou então que precisavam redecorar a casa, mudar-se para um bairro mais agradável, ter um caso com alguém, ou mais um filho. De quando em quando consultavam um médico, apresentando sintomas que assim descreviam: «Sinto-me cansada... Zango-me tanto com as crianças que chego a me assustar... Tenho vontade de chorar sem motivo». (Um médico de Cleveland denominou-o «síndrome da dona de casa»). Um certo número de mulheres queixava-se de bolhas nas mãos e nos braços. «Chamo a isso doença das donas de casa», dizia um clínico geral da Pennsylvania. «Constato-o com frequência em jovens mães de quatro, cinco filhos, mergulhadas em esfregões. Mas não é causada por nenhum detergente e não se cura com cortisona» (FRIEDAN, 1971, p. 21-22).

bell hooks, em resposta à defesa das donas de casa suburbanas feita por Friedan, afirma:

A famosa frase de Friedan, “o problema que não tem nome”, muitas vezes citada para descrever a condição das mulheres nesta sociedade, na verdade se refere à situação de um seletivo grupo de mulheres brancas casadas [...] ignorou a

existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada (HOOKS, 2015, p. 195).

As mulheres das famílias mutuárias da Cohab não se assemelham de fato à representação tomada por Friedan em seu livro. As entrevistas não representam, evidentemente, qualquer universo estatístico quantitativo digno de referência, mas é importante dizer que, em sua maioria, as entrevistadas disseram que foram economicamente ativas ao longo da vida, tendo contribuído para a renda familiar seja na qualidade de assalariada, seja como autônoma; que passaram dificuldades para criarem seus filhos na aridez urbana original da Cohab, mesmo conscientes de que sua única opção familiar para adquirir uma habitação seria por meio do contrato de financiamento com o BNH naquele momento.

A segregação espacial das mulheres em ambos os casos é verdadeira, mas as práticas espaciais das mulheres da Cohab se distinguem nas possibilidades históricas do habitar. O habitar enxergado como fim, e não como simples meio de vida, realizou as mulheres humanamente, constituiu-as pela segregação, obstáculos e inviabilidades a que estavam submetidas.

Suas funções dimensionam muitos níveis e momentos da reprodução: reproduziram a vida de suas famílias e de seus maridos (que eram volume da força de trabalho) a partir do trabalho não pago, reproduziram valor através de sua própria mão de obra assalariada, mas também eram base constitutiva da reprodução do espaço social – não qualquer espaço, mas aquele característico da periferia do capitalismo.

A esposa do trabalhador da indústria na família moradora da Cohab, desse modo, constituía implicitamente a seqüidão e a pobreza urbana que consagrava o “progresso” aparente do trabalhador, que passava a acessar a propriedade da casa sem, com isso, poder acessar a cidade. Um espaço abstrato para corpos abstratos (para o trabalho abstrato).

O não centro, o não trabalho, o não pago, o não homem³, acabam por complexificar a totalidade aberta de que fala Lefebvre. A produção de coisas, a produção dos meios de produção, a reprodução

da força de trabalho e a ampliação desses níveis de produção não se confundem com a reprodução das relações sociais, mas estão com elas permanentemente combinadas.

E a reprodução das relações sociais está ligada ao cotidiano das mulheres, seja na forma de práticas sociais, seja na forma abstrata de sua programação dominadora:

Primeiro quadro: *miséria do cotidiano*, com os trabalhos enfadonhos, as humilhações, a vida da classe operária, *a vida das mulheres sobre as quais pesa a cotidianidade*. [...] A sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez: *o domínio da economia, da abstinência, da privação, da repressão dos desejos, da mesquinha avareza*. Segundo quadro: *grandeza do cotidiano*, com sua continuidade. A vida que se perpetua, estabelecida sobre este solo. A prática incompreendida: a *apropriação* do corpo, do espaço e do tempo, do desejo. A moradia, a casa. O drama, que não se pode reduzir ao número. O trágico latente do cotidiano. *As mulheres: sua importância (oprimidas, “objetos” da história e da vida social e, no entanto, “sujeitos” essenciais, bases, fundamentos)* (grifos nossos) (LEFEBVRE, 1968, p. 61).

O conjunto habitacional como símbolo da crise da arquitetura moderna de significado masculino (o *phallus* de que fala Lefebvre) não pode apenas ser encarado como abstração. A abstração indissolúvel de sua concepção arquitetônica é real e se interpenetra com as complexas relações de apropriação sedimentadas no tempo, que fazem, contraditoriamente, do espaço homogêneo, um emaranhado de práticas heterogêneas e de diferenças.

Desde a inauguração, quarenta anos se passaram da existência da Cohab 2. É difícil, por esse motivo, não observar, nas entrevistas realizadas, as discrepâncias crônicas entre as moradoras que habitam o Conjunto há décadas e as mais jovens. Evidentemente, todas elas participam do cotidiano que envolve o território circunscrito à Cohab. Mas esse tempo de vida cotidiana, da rotina e da repetição linear, surge como algo inseparável nas entrevistas do tempo dos ciclos de produção capitalista do espaço abstrato notados no primeiro capítulo.

Analisar, por esta razão, as dimensões espaciais apropriadas pelas entrevistadas dá conta de condensar os tempos lineares

e cíclicos tratados. “A simultaneidade do passado, do presente e do futuro dissolve o tempo no espaço” (LEFEBVRE, 1968, p. 17). Nas dimensões do apartamento, do condomínio e do conjunto, percebe-se que o tempo histórico e o tempo repetitivo dos dias ganham forma, determinando-se; representam o espaço e são representados por ele. E a repetição das atividades socializadoras das mulheres mediante o trabalho e a sua negatividade associada de não-trabalho não encerra a totalidade dos ritmos; não são exclusivamente mecânicos e racionais, dando margem a apropriações extraordinárias e criativas que irrompem na ordinariedade, no recomeço de todos os dias⁴.

Para além do tempo histórico-linear e do tempo cíclico dos dias, o tempo como critério para apresentação da análise da pesquisa de campo pode fornecer pistas relevantes a respeito de como opera a reprodução das relações no contexto de reestruturação da metrópole paulistana. Pode-se enxergar que, entre os tempos diários dos relógios e calendários, há uma mistura de tempos oriundos das modalidades de dominação capitalista, do tempo obrigatório da jornada de trabalho explorado e do tempo imposto da espoliação urbana, imobiliária e financeira. O tempo livre ou dos lazeres se condensa na ampliação dessa mistura de tempos compulsórios: o “tempo imposto se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das imposições (pelo conjunto delas)” (LEFEBVRE, 1968, p. 61). É nesse sentido que as oposições entre trabalho e não trabalho, entre espaço público e espaço privado devem ser apreendidas no movimento do real, e não como dualismo formal no plano das ideias.

Notas

¹ Foram doze mulheres entrevistadas. Em ordem crescente, mulheres de 13, 14, 16, 21, 22, 31, 40, 43, 45, 54, 55 e 65 anos. A não ser as mais jovens de 13 e 14 anos, todas trabalham. Na mesma ordem crescente correspondente à idade, são: monitora de festa infantil, auxiliar administrativa, estagiária em escritório de advocacia, manicure, assistente social, auxiliar de enfermagem, inspetora de escola pública, babá, costureira e aposentada. As mais jovens de 13, 14, 16, 21 e 22 anos são solteiras, a de 31 e 43 anos são separadas e as de 40, 45, 54, 55 e 65 anos são casadas. Todas as mulheres que vão dos 31 aos 65 anos possuem filhos. Quatro delas são brancas e oito são negras.

² Henri Lefebvre, a respeito do método de entrevista não diretiva, em seu prefácio ao livro *L'Habitat Pavillonnaire*: “Os processos anteriormente lembrados resultam em uma consequência: somente a entrevista não-diretiva pode chegar ao habitar. Devemos dar a palavra às partes interessadas, orientando a entrevista sobre a atividade específica que o investigador estuda (aqui o habitar), mas deixando a expressão livre. Únicas restrições: o entrevistador, presença-ausência e o gravador, outra presença-ausência” (RAYMOND, et al., 2001, p. 13, tradução livre).

³ Simone de Beauvoir já havia identificado a “presença-ausência” ou a negatividade da condição feminina nas relações entre os sexos de outra forma, quando afirmou que a mulher é um “não homem” – o “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1970).

⁴ Não se trata, por exemplo, de explorar o repetitivo. Em sua trivialidade, o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. o estudo da atividade criadora (da *produção* no sentido mais amplo) conduz à análise da re-produção, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos. (LEFEBVRE, 1968, p. 24).

Os tempos do apartamento

Como dito antes, a política habitacional da ditadura militar logrou estabelecer um projeto de apassivamento da classe trabalhadora no país – permanentemente estremeado, é verdade, pela reação aos duros ataques aos direitos trabalhistas e ao aumento da desigualdade social por meio do arrocho salarial. A Cohab José Bonifácio, inaugurada no início da década de 80, foi parte da fase final desta política, quando ela já se encontrava em crise. Mesmo assim, seus efeitos pretendidos são notáveis na memória das moradoras mais antigas, quando relembram a época em que mudaram para o conjunto.

Contaram sobre a felicidade de realizar o grande sonho da casa própria quando mudaram para lá. O contexto político da época parece muito distante e não foi citado por nenhuma delas. Vivendo em bairros e loteamentos periféricos, normalmente situados nos quintais das casas dos pais ou sogros, a aquisição do apartamento foi a condição primeira para a sedimentação da vida familiar depois do casamento. Como memória de um tempo, o dia da mudança é descrito como o mais feliz da vida de uma das entrevistadas:

Olha, eu, naquele dia que eu mudei aqui, eu era a mulher mais feliz do mundo! Porque eu tinha conquistado a minha casa, uma coisa que sabe? Eu ficava lutando, porque eu achava que ficar morando no fundo da casa da mãe não é certo, né? Eu tinha, tenho outros irmãos, então eu achava que eu tinha que ter o meu espaço, a minha casa. E eu mudei aqui na véspera de natal, o povo estava lá na rua soltando as bombas e eu estava aqui arrumando minha casa, montando os móveis, arrumando. Então foi o dia mais feliz da minha vida, foi conquistar a minha casa (Ana).

O dia da mudança, depois de se tornarem esposas e mães, aparece como a maior das realizações pelo rompimento das relações de favor com os parentes e de afirmação desses novos papéis, que só poderiam ser caracterizados a partir da afirmação do espaço nuclear familiar. A festa pelo apartamento é, para a entrevistada, não soltar bombas na rua com outros novos moradores, mas arrumar os móveis recém adquiridos, que não podiam existir antes quando vivia no quarto com banheiro nos fundos da casa construída num bairro próximo pelos seus pais.

Organizar materialmente a nova vida é inaugurar a concretização desse papel esperado para todo o resto dos dias seguintes: a tarefa de adequar as necessidades familiares às possibilidades dadas no conjunto, criando mecanismos de defesa e adaptação, sendo guardiã das novas premissas disciplinares que a habitação provida pelo Estado impunha.

A política habitacional da ditadura fica explicada na história desse dia de mudança, que “engloba a do mundo e a da sociedade” (LEFEBVRE, 1968, p. 08), quando as famílias passam a ter, junto à promessa de propriedade, uma promessa de cotidiano. Tratou-se menos de uma história de raízes e lares perdidos, e mais de um apartamento ganho que representava a “ascensão ao cotidiano” quando a incerteza dos favores de parentes insinuava uma vida intermitente no infra-cotidiano, marcada por necessidades básicas (DAMIANI, 1993).

A sensação de adquirir a casa própria sonhada era acompanhada nas respostas por um comentário imediatamente posterior a respeito do grande vazio espacial que havia no lugar onde os prédios foram construídos, sentido por muitas que trabalhavam em casa ou em bairros vizinhos enquanto os maridos – todos eles operários, pelo levantamento feito nas entrevistas – iam trabalhar em outras regiões industriais da metrópole, como Guarulhos e ABC. Manuel Castells, ao descrever os impactos na subjetividade dos trabalhadores que eram alocados em conjuntos habitacionais, como o de Sarcelle num subúrbio muito distante e isolado ao norte de Paris, infere que há um adoecimento psíquico típico de moradores de conjunto habitacional - *Sarcellitis*. Não é o “problema que não tem nome” de que fala Friedan, porque não se relaciona diretamente com a condição das donas de casa, mas é o reflexo mental da espoliação urbana vivenciada a partir da segregação espacial.

É possível associar esse adoecimento ou decadência social nas manifestações de violência nas relações internas às famílias que passam a viver nesta forma urbana específica no conjunto do BNH. A detenção da propriedade privada combinada com a pobreza urbana resultava, segundo uma das entrevistadas que vive na Cohab desde a sua inauguração, na frequência diária de casos de violência doméstica.

A violência doméstica é uma expressão da propriedade privada, mas nesse caso vai além: é também a projeção da precariedade da propriedade do apartamento isolado, produto desta pobreza urbana.

[...] no começo o meu casamento foi assim, foi destruído por isso. Por que? Porque os homens aqui só queria saber de beber. Hoje são tudo um bando de velho esfolado, aposentado, mas antes era tudo bebum, enchia a cara, quando a polícia vinha, tipo vinha aqui na minha casa, ele ia embora, acho que a polícia chegava nem na esquina e já não vinha porque ia em outro apartamento, porque era um tal de homem bater em mulher aqui do caramba. [...] Então... No começo, acabou com muito casamento por causa disso. Por isso que hoje tem muita mulher viúva e muita mulher separada aqui na Cohab, que vive só ela e os filhos por esse motivo.

Evidentemente, a subjugação corpórea da mulher é oriunda da violência a qual foi submetida historicamente pela formação da família nuclear monogâmica e pela divisão sexual que a incumbiu numa posição inferior na hierarquia social. Mas é relevante notar que o estabelecimento de um território sem organicidade, sem história própria, que podia, pelo menos no plano imediato, apenas servir para o improvisado de botequins e pequenas vendas de bebida, é um espaço em que o domínio masculino, o exercício do papel de “homem da casa”, é acompanhado (ou compensado) pela deterioração da vida pública.

Como afirma Saffioti, “Estabelecido o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. O processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico” (SAFFIOTI, 2004, p. 71-72).

Há uma contradição aí entre a programação do cotidiano familiar no *habitat* e a concretude do *habitar*. O apartamento anunciado para a consolidação da vida entre casal e filhos esbarra na lógica imperativa da forma espacial, pensada a partir do controle dos corpos habitantes, do domínio qualitativamente distinto aos homens e às mulheres. Se a tipologia do conjunto habitacional foi, em algum momento, induzida pelo Estado, passa a também

ser, depois da ocupação, indutora das relações sociais entre sexos, de modo que aparece como fator determinante para o controle não apenas da classe, mas do sexo feminino da classe em sua expressão mais radical que é a violência física.

Espaço privado e espaço público, numa relação contraditória, mas incindível, são aí extensões do controle estatal. O espaço público da troca, da sociabilidade, da política, dos prazeres, dos encontros, não pode ser imediatamente realizado neste primeiro momento, assim como o espaço privado, cujo pacto de perenidade era, na prática, substituído por um ganho que continha privações de toda sorte pelo seu isolamento e precariedade da intimidade (as mulheres sabiam quem delas e a que horas apanhavam dos maridos nos outros apartamentos).

Um “esqueleto” físico de morada cuja contradição com a dimensão vivida era expressa na violência, em um padrão sexista de dominação não apenas possibilitado pelo espaço como ideia (propriedade privada) e como concretude (apartamento), mas estimulados justamente por esta dupla condição espacial.

Mas o apartamento não é, para as mulheres, representação da violência. Não é um espaço conscientemente político de desigualdades, mas sobretudo afetivo, onde sua subjetividade, aspirações, experiências memoráveis foram realizadas.

Os apartamentos visitados eram todos do modelo de maior metragem, 55 m², dos três disponíveis nas plantas. A disposição original contava com dois quartos, mas frequentemente as famílias, por terem mais filhos, redividiram a sala e o quarto maior para que todos os membros pudessem se acomodar. O mobiliário e a divisão interna do apartamento parecem ter sido modificados novamente conforme os filhos cresceram, casaram e saíram de casa.

A história das famílias trabalhadoras no modelo clássico de periferização da metrópole, seus ciclos de nascimento e crescimento dos filhos, corresponde à transformação constante do espaço do habitar. As casas construídas pelo trabalho doméstico, que tradicionalmente produziram o urbano na metrópole paulistana no século xx, são distintas dos processos possíveis de apropriação espacial do conjunto habitacional também sob esse aspecto.

As relações de vizinhança fundadas no trabalho não pago, cole-

tivo, dos mutirões informais e as relações familiares inscritas no cotidiano do habitar, na construção de segundos ou terceiros pavimentos, de criação de quartos nos quintais para que filhas e filhos casados e netos pudessem morar também sem financiar ou alugar uma habitação em outro lugar, estabeleceram uma correspondência histórica entre a morfologia da habitação e a morfologia da família trabalhadora e suas estratégias de convivência social e geracional.

No apartamento da Cohab, a possibilidade única era a redivisão do tamanho dos cômodos, em especial dos quartos em que residiriam as crianças, filhos e netos. Os limites enfáticos da “plasticidade” espacial da habitação planejada, no entanto, não impediram que o apartamento fosse modificado em seus usos e habitantes, embora todas essas nuances do ciclo familiar tenham se sujeitado a um maior confinamento.

Nos apartamentos de várias das entrevistadas, porta-retratos da família normalmente mostram natais, aniversários e almoços feitos ali. A disposição dos móveis na sala quase sempre converge: próximo à porta de entrada, um sofá frontalmente posicionado para um rack com estantes, onde é encaixada uma televisão, as fotografias e decorativos; mais ao fundo, uma mesa redonda com quatro cadeiras para as refeições. O mobiliário e os eletrodomésticos padronizados fazem deduzir que o consumo dirigido também homogeneiza os espaços internos, dando-lhes um conteúdo cultural de classe.

Os objetos do cotidiano remetem ao fato de que o trabalho de manter o ambiente doméstico se repete como padrão em seus aspectos funcionais. As mulheres usam máquina de lavar, geladeira, fogão, mas dizem dispensar, em comentários informais, liquidificadores, sanduicheiras, batedeiras quando possível para não os limpar depois, a partir de um cálculo sobre os bens de consumo que, ao fim, ensejam mais trabalho – uma percepção não elaborada sobre a operacionalização daquilo que cotidianamente é operacional apenas em aparência e não faz diminuir a sobrecarga doméstica.

Algumas delas narraram as reformas feitas ao longo do tempo, como troca de piso, novos revestimentos, pintura das paredes. Parece, nesse ponto, que a irregularidade técnico-constructiva do

lado de fora, os contratemplos, a falta de sincronicidade aparente nas obras para a entrega do conjunto, a demora na correção de declives, de aprovação do projeto por problemas estruturais, existe também no interior dos apartamentos. É curioso, nesse sentido, que haja uma casa de materiais de construção da magnitude da Casa Joly no cruzamento da Avenida Jacu-Pêssego com a Avenida João Batista Conti. O tamanho talvez exagerado da loja à primeira vista explicita a vultosa demanda existente ali para reformas de todo tipo da parte de dezenas de milhares de famílias que foram modificando os imóveis do conjunto ao longo das décadas.

O apartamento é o centro feminino dos encontros. Quando a pergunta sobre lazer era feita, algumas respondiam que gostam quando os filhos e netos retornam à casa aos finais de semana para almoçar, assim o apartamento ganhava uma movimentação nova e feliz, só possível aos finais de semana. Para aquelas que são avós e mães, o espaço doméstico é um espaço de definição existencial, de história pessoal.

Depois do almoço a gente sai para passear, vamos na casa dos filhos, vamos ver os netos, às vezes os netos vêm para casa fazer bagunça e a gente entra na bagunça... E pronto (Sônia).

Os enfrentamentos na cidade que fazem algumas delas, seus maridos, filhos e netos, são recompostos psiquicamente pelo almoço de domingo, pelo encontro eventual com parentes e amigos, pela novela, pela série na internet, que torna o apartamento um espaço compreensível.

Os lazes também são condicionados pelas vontades dos cônjuges para as entrevistadas mais velhas. Aliás, o lazer como ideia é mais compreendido pelas mais jovens. No caso de Lídia, ao ser perguntada sobre o tempo livre, pelo fato de seu marido não gostar de sair, respondeu que apenas dorme ou trabalha:

Ah, eu gosto de passear. Meu marido não gosta muito, não. Quando eu estou meio brava, eu deito na minha cama e durmo. Ou se não eu vou para o meu quarto. Faço roupa para a Maria... blusinhas... porque tem um monte de tecido para fazer umas blusinhas sociais para ela.

Sua filha é, como ao longo da conversa mencionou algumas vezes, motivo de orgulho. Estuda, trabalha e se tornará advogada.

Por isso, o tempo em que trabalha fazendo roupas de padrão forense para Maria, as quais expos durante a entrevista, é um tempo de prazer e sonho familiar, não enxergado por ela como trabalho, mas como momento de recomposição psíquica.

O espaço privado do apartamento organiza também o tempo de outros lazeres, estes de recomposição programada. As mulheres disseram que passam muitas horas por dia mexendo em seus aplicativos de celular. A resposta que ensejava as entrevistadas a contarem sobre seu uso constante dos aparelhos correspondia também às indagações a respeito do “tempo livre” ou de lazer. Patrícia disse:

Bom, na verdade o que eu não falei e que eu realmente gosto de fazer é jogos de internet, eu não falei, mas eu sou viciada mesmo, gosto muito. [...] No tablet, qualquer momento livre é lá que eu tô. Ali é meu refúgio, ali não penso em nada, é minha distração mesmo. [...] Eu posso estar mexendo com a TV ligada, mas o foco tá no jogo. A prioridade minha... Se for, assim, pra falar uma coisa que eu faço sozinha, entendeu, esse é meu refúgio mesmo, *meu psicólogo*, vamos dizer assim (*grifos nossos*).

Ana menciona:

Eu gosto muito do zap, amo meu zap! *O dia que eu estou sem internet eu fico triste!* E gosto do meu sertanejo! [...] Gosto muito de ouvir sertanejo! [...] Quando não é música sertaneja, é o Roberto (*grifos nossos*).

As entrevistadas mais jovens, Bianca e Shirley, quando perguntadas a respeito do celular, reagem:

Nossa. *É minha vida isso. Se eu durmo e não consigo ver ele, pronto, eu to me sentindo nua* [...] em todo lugar. Se eu vou na padaria, pode tá desligado, eu levo ele aqui na cintura e vou com ele. Eu vou pra escola, o pessoal tá falando, pego o fone coloco no ouvido, fico assim, olhando a beleza.

[...] Mas na escola é menos porque nós ainda tem os amigos pra falar. Nós usa mais pra falar com as pessoas [...] No whats, no face. O olho chega doer (*grifos nossos*).

Perguntadas sobre se normalmente deixam de sair de casa para interagir no celular, Shirley diz:

Olha, eu deixo, porque eu não tenho lugar pra sair e eu não gosto de ficar nuns lugares que eu não vou querer.

Ao que Bianca rebate:

Não... Mas se eu saio, eu levo meu celular. No ano novo eu tinha certeza que eu ia perder meu celular, mas mesmo assim eu levei, graças a deus que eu não perdi, mas quase. Deixei no banheiro, mas quando voltei tava lá. Posso ir pro baile mais perigoso, mas eu levo, nem que eu esconda dentro de alguma coisa, mas eu levo.

A necessidade dos smartphones como mediadores da vida social da juventude e das pessoas em geral revela a migração global dos investimentos na produção de mercadorias que reproduzem as relações sociais sem, contudo, incidir na perpetuação imediata do corpo físico dos indivíduos. O consumo hipertrofiado de celulares como necessidade social exemplifica a mistura entre mercadorias necessárias e supérfluas marcadas por esse tempo histórico.

A ênfase demonstrada nas falas revela que o consumo de aplicativos de smartphones, consumo de um espaço virtual, torna-se uma questão de sobrevivência física. O espaço virtual de uso mundializado permite que as mulheres tenham quantidades e qualidades de relações sociais muito distintas daquelas que tradicionalmente foram postas como coação pela tradição familiar patriarcal. São, como já comentado, alvos preferenciais do consumo dirigido e de novas formas de alienação.

Embora as interações possíveis pela tecnologia sejam impensáveis no passado histórico de confinamento social feminino, essas novas relações são práticas de fragmentação espacial inéditas e terminam por confinar ainda mais os corpos aos espaços privados de trocas e encontros efetivos ao programar, por meio de algoritmos, o espaço e o tempo de lazer das mulheres. A precariedade da intimidade antes vista como algo negativo passa agora a ser um desejo quase vital nas entrevistas pelo uso compulsivo (e compulsório) das redes sociais.

Mas, mesmo considerando essas novas necessidades que aparecem no século XXI, a vida permanece refém da reprodução física enquanto está sob o jugo do capital. Em outras palavras, a reprodução material mínima dos indivíduos segue sendo um

referencial fundamental na reprodução das relações sociais de produção.

Há, sob o aspecto do trabalho doméstico, um recorte nítido em torno das gerações. Enquanto que as mais velhas contaram que passaram ao longo de toda a vida responsáveis pela limpeza da casa, preparação de refeições e cuidado com os filhos, as mais jovens assumem que não são referências no ambiente doméstico para essas tarefas. O trabalho doméstico aparece nas conversas como uma herança não desejada, não constitutiva da subjetividade e da história de vida que as jovens querem para si mesmas:

Só no gênio difícil... mas de resto não consigo me ver na minha mãe. A minha mãe foi criada especialmente para ser mãe. E aí rolou de tentarem me criar especialmente para ser mãe, mas aí eu não gostei dessa criação e aí ao invés de brincar de bonecas eu brincava de bola e para minha mãe isso é horrível, né... eu não consigo me ver na vida que a minha mãe tem hoje, sabe? Eu acho que eu enlouqueceria... não sei como ela aguenta 20 anos nessa vida... e eu não consigo me ver em nada. Não consigo me ver dependendo de ninguém para dinheiro. Não consigo me ver submissa... essas coisas, sabe? (Joana).

O trabalho doméstico aparece em todas as falas. São elas as referências das atividades de manutenção da casa e também de criação dos filhos. Mas a expressão que este fato amplamente difundido contém normalmente é estatística, formal. Nas entrevistas, foi possível enxergar uma espécie de mágoa e adoecimento pela dedicação de vida à casa e à família:

Meu pai deitado pede para a minha mãe levantar para buscar água para ele. E a minha mãe levanta... tipo até para tirar a meia eles pedem ajuda. E é muito louco porque a minha mãe está casada há 22 anos, né, e ela está cansada. Não do casamento. Ela está cansada da vida que ela está levando, porque ela acorda, limpa a casa, termina de limpar a casa às 16h, porque não sei o que tanto que ela limpa, aí já faz a janta, dá a janta para todo mundo e depois descansa. Mas aí não é um descanso, né, porque toda hora alguém está pedindo alguma coisa, toda hora ela está levantando e tal... e ela está cansada de ser vista como só isso, né...

porque tipo, às vezes é muito louco, porque às vezes ela reclama muito de estar cansada, né, e o meu irmão ri e fala “cansada de quê? Você nem trabalha!” é a frase mais comum lá de casa (...) meu irmão é mais velho que eu e eu nunca me esqueço, meu, tinha 10 anos e a minha mãe saía e deixava o meu irmão “cuidando” de mim e falava “Ju, se ele precisar comer, faz a comida para ele, lava a louça que ele sujar... cuida dele.” E não fazia sentido. Ele é o mais velho, ele que tinha que cuidar de mim, eu tinha só 10 anos, né... Mas aí hoje eu entendo que ela estava me preparando para ser uma mulher como ela foi ensinada a ser mulher. O que é ser mulher para ela, ela estava me ensinando. Só que hoje ela está cansada de ser essa mulher. Só que aí também entra que ela já tem 20 anos sem registro na carteira porque ela teve que parar de trabalhar para cuidar do meu irmão. Então, eles falam que é muito fácil ela arranjar emprego... não é. E outra, eles falam que é muito fácil ser dona de casa, né... minha mãe tem bursite nas pernas, no braço, de tanto subir escada, descer escada, torcer roupa, lavar não sei o que... e tipo... e aí? O que ia fazer, então, a minha mãe? Minha mãe é a única funcionária de emprego vitalício. Porque quando ela fica doente, a casa fica suja... ninguém lava. Principalmente se eu estiver trabalhando. Aí já era. Quando ela fica doente a casa fica um caos (Joana).

A sensação de “emprego vitalício” não passa despercebida. Enquanto Iara diz “Eu não vivi nada... Foi 27 anos jogados fora”, ao se referir ao cuidado com os filhos e com a casa nesse meio tempo, que não teria valido nada porque se sente abandonada agora que vive uma depressão psicológica, Patrícia narra a história de sua vida antes de começar a trabalhar numa escola estadual do Conjunto, há cinco anos:

Então eu tinha um lance assim, eu tenho toc de limpeza, arrumação e alinhamento, tudo tem que estar certo e alinhado. Então a minha grande diversão antes desse período de trabalho era ver a casa limpa. Nossa, eu limpava um cômodo e depois eu voltava da porta do cômodo e admirava o que foi feito. Eu tinha prazer quando os parentes, tem umas cunhadas, principalmente essas duas

cunhadas, elas vinham em casa e saíam falando pra mim mesmo “Caramba, meu! Nunca pego isso aqui bagunçado, olha isso! Dá pra comer no chão, que não sei o quê”, até a gente brincava, quando todos eram criança, né, e caía uma chupeta no chão, elas falavam “Não precisa nem lavar! Pode pôr na boca!”. Então, assim, *era uma diversão na escravidão mesmo*. Eu gostava daquilo que eu fazia, tinha que ser na perfeição. E *quando eu não tinha nada pra fazer eu procurava*. E o pior, quando eu, mas isso ainda prevalece nos dias de hoje, *quando eu tô muito nervosa, é na casa que eu desconto*. E digo mais: o dia que a minha casa tá zerada eu vou pra casa dessa cunhada. Falo pra ela: “Me dá quatro sacos de lixo e sai do quarto” (Risos). Dá aquela descarregada. Eu tenho uma paranoia de jogar coisa fora mesmo, sabe assim? Que não usa, que tá a mais, que não sei o quê, eu jogo fora. E eu me satisfazia com isso (...) *Trabalho há cinco anos e os outros, os dezesseis anos anteriores, eu fui mãe e dona de casa, não tinha nem identidade, não era a Patrícia, eu era mãe. Só. E dona de casa (grifos nossos)*.

A vida doméstica surge nessas falas como autoestranhamento. A inserção no trabalho, especialmente correspondido ao espaço público, representa uma realização humana tardia depois de anos de uma vida incompleta, *privada* em sentidos múltiplos, que vão além da condição física do espaço.

Ao mesmo tempo, as moradoras mais velhas destacam que houve mudanças na distribuição de atividades domésticas entre elas e os maridos, especialmente depois que se aposentaram.

[...] ele quer trabalhar, porque ele não aguenta, não... ele está aposentado há 10 anos já, só que sempre trabalhou. Aí tem um ano e três meses que ele está em casa, mas ele não está com paciência mais, não. Servir de dona de casa não dá, não. Mas como ele já tem 62 anos... (Lídia).

Das entrevistadas com mais de cinquenta anos, duas exercem suas atividades de geração de renda em casa, dentro do apartamento. Uma delas, moradora desde a inauguração do conjunto, é babá em tempo integral. Mas não se trata da integralidade da jornada de trabalho contratual, próprio do trabalho formal. Ana cuida de dez crianças, que chegam para ela a partir das 04h30

da madrugada e retorna para os pais a última criança às 22h30, todos os dias da semana, de segunda-feira a domingo. As crianças são filhas de mulheres que moram no mesmo condomínio que ela, nos prédios vizinhos ou ruas próximas.

Ela mora aqui, subindo, lá perto da feira de sábado e domingo, lá em cima. Ela chega aqui 4h30 da manhã, eu acomodo, dou tetê e coloco pra dormir no soninho [...] Trabalho sábado, domingo, feriado, direto! [...] Porque as mães trabalha, né? Porque, justamente, tem mãe enfermeira, que trabalha no shopping, então as folgas dela são trocadas. Que nem a mãe da Kailane, trabalha num restaurante lá na Vila Olímpia, né? Ela não tem dia pra ter folga. A mãe do Davi trabalha no hospital [...] no Santa Marcelina, mas lá do Itaim Paulista. [...] A mãe da Manu trabalha em restaurante, também não tem hora. Ela sai de casa cinco horas da tarde e só chega meia noite, uma hora da manhã. Por isso que ela vai embora à tarde, porque o pai dela chega do serviço pra pegar ela. Agora, as outras crianças a mãe trabalha no supermercado Sonda, outra trabalha, é professora, cada uma faz uma coisa. Ainda pego as cartas e distribuo nas caixinhas de correio [...] Vou acabar meus dias tomando conta de criança!

Quando a entrevista foi feita, num feriado, havia três crianças ali. Uma não tinha um ano ainda, outra tinha dois anos e outra tinha quatro. Estavam todos assistindo a um desenho na televisão aberta, sentados no sofá da sala do apartamento. Ela mostrou um terceiro quarto que criaram na casa – além do seu e de seu marido e de sua neta, que mora com eles – próprio para a soneca das crianças durante o dia. O quarto, além de uma cama com grades improvisadas para que as crianças menores não caiam, tinha duas longas prateleiras pregadas na parede, onde estavam dez mamadeiras enfileiradas.

Ana simboliza justamente a mercantilização do trabalho de cuidados. Como é sabido, esta atividade não é própria da contemporaneidade. O exercício feminino do cuidado e da socialização dos menores é uma prática tradicional entre vizinhas, evidência clássica da divisão sexual do trabalho e dos arranjos possíveis que as mulheres trabalhadoras fazem para buscar uma renda.

Mas não deixa de ser notável que a entrevistada cuide de tantas crianças em um apartamento consideravelmente pequeno quando há vários centros de educação infantil no distrito e nos distritos vizinhos de Itaquera e Guaianases, por exemplo.

Na conversa, as razões aparecem: algumas mães têm dois empregos, trabalham em regiões muito distantes, trabalham em jornada muito extensa, trabalham em período noturno ou são solteiras e não contam com a participação dos pais das crianças para levar e buscar nas creches da prefeitura, cujos horários de serviço não são compatíveis com essas condições. A exploração e a espoliação urbana revolvem as práticas e soluções informais tradicionais, estabelecendo níveis mais profundos da mercantilização do trabalho de cuidado.

Já Lídia trabalha fora de casa, como costureira e revendedora de cosméticos. Quando chega do serviço, passa seu tempo ora revendendo seus produtos, de variadas marcas e tipos, que paga com boletos no fim do mês, ora costura roupas para mulheres que conhece no condomínio e na região onde trabalha fora.

Ela também apresenta em seu apartamento o quarto que foi reformado para caber suas máquinas de costura, seus tecidos e roupas recém-terminadas, e as prateleiras e caixas onde guarda seus produtos e os catálogos que mostra para as vizinhas. Antes, era o quarto onde seus dois filhos dormiam antes de casarem e mudarem de lá.

Ela sempre vendeu produtos da Natura e da Avon, mesmo quando seu marido a obrigou a parar de trabalhar depois de seus dois primeiros filhos nascerem. Ela conta que ficou quase 15 anos sem trabalhar como contratada no ramo da costura, mas que, depois que voltou ao emprego de costureira numa empresa que fornece peças de roupa para as Lojas Renner, a revenda de produtos de beleza e de acessórios femininos voltou a ser uma renda complementar mensal.

Ah, eu sempre vendi essas coisas todas...Vendo até hoje. Vendo até muito mais agora. Para os moradores, no meu serviço... minha cliente aqui, minha filha...[...] Não tenho (ideia sobre quanto representam as vendas no mês), porque eu sou muito gastona também. Mas ajuda bastante. Ajuda porque falta alguma coisa, a gente vai, compra...

meus filhos precisam de algum dinheirinho... “Mãe, você tem algum dinheirinho para me emprestar?” E eles pagam, viu... não é muito, não... é pouquinha coisa [...] Nossa, a Avon... o Jefferson tem 32 anos. Avon já tem uns 28 anos que eu vendo.

Mas eu não tenho sorte de arrumar vendedora. Se a Ju quiser vender para mim, eu pago 20%. Mas eu não dou sorte porque eu sempre levo calote. Então eu mesma vendo. Se eu vender 300 ou 400... Se a pessoa atrasar, isso é um problema meu, né, não vou ficar esperando outra coisa... Então eu vendo sozinha... e as minhas vizinhas pegam a revista, e as minhas colegas de serviço levam para a casa das mães... Vendo Hermes... Hiroshima não tem mais... tem, tem Hiroshima... Vendo Demirus, Abelha Rainha, que é ótima... Todo o mês eu faço pedido. Entregam aqui... tem a transportadora...

A vida de intenso trabalho para contribuir com a renda familiar faz com que Lídia se orgulhe. Narrando sua experiência de vida, marcada por dificuldades e esforço, coloca assertivamente que nunca precisou da renda de seu marido para consumir os acessórios e cosméticos que gosta de usar:

A mulherada, minha filha... Mulher que fica em casa só chorando miséria... isso aí já era. Só quem não gosta de trabalhar mesmo, porque sempre tem como você ganhar 30 reais de um lado, 20 de outros... sempre tem como. Eu nunca precisei do meu marido para comprar uma calcinha, um batom, um brinco que eu gosto muito. Né, Maria? A gente ama brinco, pulseira... Eu queria ter mais capital, assim... queria ter dinheiro, né, para mim... aí eu não ia trabalhar fora. Mas é que você acostuma com o fixo, que você sabe que todo o mês você tem. E esses variam... Mas é gostoso. Eu gosto de mexer com essas coisas... acho que fui criada assim, né? Porque minha mãe tinha banca na feira... eu aprendi a costurar e minha mãe não sabia costurar. Foi ainda naquelas máquinas caseirinhas, com motorzinho e tudo. Então minha mãe cortava e eu costurava. E a gente tinha uma banca na feira. E minha mãe já vendia Avon, viu... Lá em Sergipe... minha mãe vendia Avon. A Avon é

velha (Lídia).

Vou vender Avon, gente, vou investir. Vamos manter esse legado (Maria).

A história de trabalho no ambiente privado é conhecida por Lídia. Quando ela chegou do interior de Sergipe em São Paulo, passou a morar e a trabalhar na casa de coreanos como costureira. As lembranças de sua mãe, que também trabalhava com costura e a revenda de produtos cosméticos, aparecem na entrevista como a dimensão sensível do trabalho, como elo entre ela, os pais, a cidade de algodoeiros em que nasceu antes da experiência de desterritorialização por que passou ao vir para a metrópole.

Os tempos do condomínio

Os prédios em forma de H projetados, em grande monta, sobre áreas de declive têm quatro andares. Normalmente, são três blocos ligados por um corredor que vai da fachada do condomínio, para a rua, até o fundo, onde, além do último prédio, ficam as garagens de trás. Ao lado do corredor que liga os três prédios pertencentes ao mesmo condomínio, frequentemente observa-se pequenos canteiros e jardins cuidados pelas próprias moradoras.

Quando feitas as visitas aos prédios pela manhã e pela tarde, os corredores e as áreas comuns raramente estavam ocupados com mulheres e carrinhos de bebês ou jovens, estando vazios os bancos e muretas; apesar disso, via-se muitas roupas penduradas para fora e músicas tocando de dentro dos apartamentos. Mulheres e idosos observavam o movimento no portão de entrada debruçados nas janelas.

A vida em condomínio, pelo menos da maneira como concebese aqui condomínio – regime de copropriedade, em que cada proprietário individual detém juridicamente direito real sobre uma fração ideal (espaço abstrato) de um mesmo terreno – não era, no tempo de inauguração da Cohab, da forma como hoje pode ser descrita.

Primeiramente, porque não havia o reconhecimento jurídico do direito de propriedade dos mutuários que, para consegui-lo, esperaram muitos anos até quitar suas dívidas e regularizar a documentação necessária ao título, sendo que muitas famílias ainda não conseguiram fazê-lo – como é o caso de uma das entrevistadas.

Em segundo lugar, a “dobra” geracional presente na coleção das entrevistas remete a uma vida comum entre os moradores dos mesmos prédios ou dos mesmos conjuntos de prédios de décadas atrás que foi dando lugar ao processo de condominialização (individualização da propriedade e segregação espacial interna aos grupos de edifícios). As transformações por que passaram as famílias, o crescimento de filhos e netos, os divórcios, as compras e vendas de apartamentos, acabaram por mudar, junto às alterações mais gerais produzidas por essa sociabilidade mais fragmentária, as relações de vizinhança.

Certamente, das moradoras mais antigas entrevistadas, remanescem as lembranças sobre a origem de cada uma. Um território

desabitado como o Conjunto logrou estabelecer uma implosão localizada e particular, resultado de uma explosão geral da metrópole. Cada família vinha de locais distintos, dentro e fora da região metropolitana de São Paulo e de outras regiões do país. O estranhamento com *os outros* nas entrevistas, relativamente a esse primeiro momento de mudança, parece total. Uma das moradoras, que se mudou à época de inauguração, afirma:

Eu acho que é porque quando a gente veio morar num apartamento, eu acho que eles tinham que fazer, assim, tipo, eu vou pegar uma família de um lugar e vou colocar só aqueles... Não, eles fizeram tudo quanto é jeito, *tudo quanto é espécie*, de qualquer maneira, age de qualquer maneira, e aí para você morar num condomínio você tem que ter um limite. *O meu limite acaba na hora que começa o seu... E as pessoas aqui não pensavam dessa forma (grifos nossos).*

A desterritorialização provocou todo tipo de conflito entre famílias e pessoas que tinham referenciais e hábitos cotidianos distintos. Desgarrados da vida cotidiana anterior por uma promessa de melhora de vida a partir da aquisição da casa própria, a missão não contabilizada no planejamento familiar era de estabelecer o convívio permanente com desconhecidos, em um espaço vazio a ser preenchido, adaptado e modificado em sua pobre racionalidade.

A ocupação do espaço comum pelas crianças e as frequentes brigas entre elas fazia com que as mães brigassem entre si também. Segundo Ana, todos os dias eram dias de conflito no prédio naquela época:

[...] na época dos meus filhos pequenos era mais briga do que hoje! Muito mais briga! Eu que estou aqui desde o início, era mais briga. Era até, é até assim, briga que chegava até o pai a entrar no meio. Hoje não, hoje elas batem boca ali, passa uma semana, quinze dias, já estão conversando de novo, né? Mas... Agora, aquele tempo não, aquele tempo era feio (Ana).

Mas, conforme o novo cotidiano se estabelecia, as crianças também eram a fonte das boas lembranças de festas e jogos organizados de maneira comunitária:

Aqui no prédio eu era a mãe mais nova que morava aqui. Então eu saía pra brincar com as crianças, todo mundo comprou moveis, porque todo mundo aqui morava em cômodo e cozinha, né? Aí foram todo mundo comprar móveis, então tinha muito papelão na lixeira, aí a gente juntava as crianças e descia, fazia o... Porque eu sempre fui apaixonada por criança, sempre, sempre, sempre! E aí a gente brincava junto de noite, brincava no meio da rua, porque eu não tinha o que fazer aqui, não tinha um parque, não tinha, nada, nada. Os prédios eram todos abertos, entendeu? Essas, refizeram essas garagens aí para fechar o prédio, e atrás fizeram também, né? Mas antes era tudo aberto (Ana).

Quando eu vim morar aqui eu tinha medo. Eu falei: “Adailton, aonde foi que você me trouxe?” Era muita criança. Muita criança... E era uma confusão danada. Eles brigavam e ao mesmo tempo estavam todos juntos. Era bonito. Fazia um bolo de aniversário... nossa, eles faziam umas festas... nossa, eles dançavam... tem tanta foto. Meu marido amava filmar, né... só que a filmadora ficou ruim. Ele mandou até para o meu filho para ver se dá para recuperar as fitas. Festa junina tinha muita aqui... Aqui nesse espaço que não tinha carro... os carros ficavam para lá e poucas pessoas tinham carro. Nossa, fazia pescaria... cada uma pegava uma prenda de casa para fazer... era gostoso! [...] elas queriam se divertir, gostavam de festa, né... agora não, agora é tudo adulto. Agora eles não curtem muito mais, assim... e não tem mais criança (Lídia).

As crianças terem se tornado adultos, a ausência da brincadeira constante, também é um processo acompanhado pela sedimentação dos direitos à propriedade regularizados ao longo das décadas que seguiram e um novo convívio daí estabelecido. Ou falta de convívio. Patrícia, que não é moradora original do Conjunto e vive ali há dez anos, evita os vizinhos:

[...] eu, assim, evito, porque realmente é um *lugar de fofoca*, então eu evito, eu não gosto [...] Assim, tem aquela relação de “Oi, tudo bem?”, “Ah, você viu que eu vou fazer o piso aqui”, comentar coisas do prédio sim, eu faço parte da co-

missão, tal, então as benfeitorias, as coisas eu até debato lá embaixo com quem quiser falar, tudo, agora, *frequentar a casa dos outros não, e frequentar minha casa também não, não quero (grifos nossos)*.

O teor negativo do convívio indiscriminado e desordenado inferido por Patrícia remete ao que comenta Ana, sobre como na época inaugural a noção de limites entre a vida e o espaço privados de cada família não eram respeitados e só vieram a sê-lo mais tarde. A necessidade de cisão dos vizinhos, de preservação da vida privada, não é regra geral entre as entrevistadas. Joana e Maria, por exemplo, são grandes amigas e se conheceram pela janela, já que moram em condomínios vizinhos. Desde crianças, costumam brincar nas áreas comuns dos dois condomínios e estudam na mesma escola.

Lídia, mãe de Maria, também conta que no seu tempo considerado livre gosta de conversar com suas vizinhas (amigas que considera como de sua família), com quem há muitos anos, desde a mudança, convive. Perguntada sobre se costuma sair com elas, ela responde:

Não saio, não. É mais aqui. Tenho duas que a gente sempre... aniversário, dia das mães... a gente sempre está junto. A Carmem e a Izilda. Elas fazem parte da nossa vida. Ano Novo sempre estou com a Carmem, vamos para a praia, na casa dela. Sempre estamos juntas. [...] A gente se dá muito mais com ela, com a Carmem e a Izilda, do que com os próprios parentes (Lídia).

É, no mesmo prédio... é legal que no Ano Novo... Ano Novo não, no Natal a gente faz amigo secreto... (Maria).

Ah, é gostoso demais! É uma bagunça enorme. Só que a gente não pode fazer muito barulho, né, mas como é Natal está liberado um pouco, né? (Lídia).

A festa novamente é trazida ao assunto por ela, que sente falta da época em que as festas no condomínio eram frequentes. Agora, ela e suas vizinhas se reúnem aos finais de semana para as famílias almoçarem juntas, mas está presente no seu relato o horário compulsório estabelecido na convenção do condomínio sobre o barulho dos encontros. O encontro entre vizinhos é uma prática incômoda e sua fiscalização parece ser dever de todos os

moradores. A multa, segundo Lídia, é de dez vezes o valor mensal do condomínio.

A formação do condomínio também foi importante nas benfeitorias feitas no espaço. Grades, muros, câmeras de segurança, cercas elétricas e sistema de interfone são frequentemente observados nos condomínios visitados. O fechamento das escadas vazadas dos prédios foi essencial, segundo duas entrevistadas, para evitar que as crianças na época caíssem e se machucassem (como algumas vezes aconteceu).

Junto a isso, os muros parecem ter sido das primeiras modificações do espaço original entregue pela Cohab. A delimitação, com ele, de um novo espaço privativo, abstratamente coletivo às famílias dos condomínios de blocos, preservou, segundo Ana, os prédios daqueles que por ali passavam:

A gente só fez pra, um muro pra fechar o prédio, né? Pra gente ter um pouquinho mais de, né? Pra não ter tanta confusão, tanta coisa... Porque aqui, na época quando era aberto, as pessoas vinham lá debaixo do, do, do quinze, da, da, debaixo do Jardim de Santa Teresinha e passava por dentro do prédio pra cortar caminho. Então foi mais também por isso que a gente resolveu fechar.

As garagens também passaram, nesse tempo, a serem fonte de renda complementar para muitos dos moradores dos prédios. Abrir mão da vaga de direito abriu espaço para que o mercado informal de locação para pequenos negócios informais se alastrasse por todo o Conjunto. A apropriação das garagens, mais do que uma alternativa de renda para as famílias, parece ter sido, originalmente, uma importante solução para a ausência de serviços, comércio, equipamentos e espaços públicos quando aquelas lá começaram a chegar no início dos anos 80.

Há, percorrendo as vias principais da Cohab, comércios e serviços de todo o tipo nas garagens dos prédios. Chama muita atenção a quantidade de pequenos salões de cabeleireiros e manicures e também de pequenas lanchonetes. São ligados aos condomínios, é verdade, mas a vasta quantidade desses estabelecimentos faz crer por um momento que são espaços autônomos, dissociados da habitação, lembrando as pequenas portas de comércio popular nas grandes ruas e avenidas do centro de São Paulo.

A rotatividade é significativa, conforme contam as moradoras. Há, todos os dias, alguma garagem fechada que dá lugar a um empreendimento novo. O aluguel, que, segundo elas, varia de 500 a 800 reais, é pago normalmente por moradores do próprio Conjunto que decidem se estabelecer comercialmente por lá. Destacam-se à vista empreendimentos gerenciados por mulheres e pessoas idosas, possivelmente aposentadas.

[...] no meu prédio aqui, o único comércio que deu certo até hoje foi o salão de cabeleireiro, porque antes era uma barbearia, aí fechou, ficou muitos anos esse salão de barbearia, e aí agora abriu um salão. Porque já teve igreja, já teve padaria, já teve farmácia, já teve avícola, tudo aqui (Ana).

Aqui intercala: é igreja, cabeleireiro, tabacaria... (Maria). As garagens comerciais, que funcionalizam as necessidades cotidianas da vida doméstica no Conjunto, como padarias, salões, casas de suco e lanche, brechós e outros comércios, funcionam também no período noturno como opção de lazer a um público mais jovem. Não são poucos os conflitos que nascem deste uso não regularizado das garagens-bar, como narra Patrícia:

se você voltar aqui dez horas da noite, esses bares fervem e eu acho, assim, nada contra, tem a facilidade, tirando a facilidade do transporte, tem essa, você quer um pão, você desce no térreo e tem, você quer um parafuso tem, você quer um cabeleireiro tem, tem tudo nesse térreo, nos comércios. Então acho, assim, devia ser assim, ser comércios diurnos, nada de bar porque é um local residencial, só que aí abriram o espaço pra bar e aí vem até grupos tocarem, e eles colocam caixa na rua, e antes tinham até dois que competiam, sabe, então ficava aquela.... muitas vezes eu quero entrar na minha garagem e não consigo porque tem cadeira na porta da garagem, e eu saio abrindo o portão porque, como eu disse, eu sou muito bem educada né, aí já descarrego a literatura e tal, e entro. Então, assim, o bar da esquina deve ser umas duas ou três portas, recebeu uma multa de trinta mil reais.

O furor sobre o funcionamento de um bar em uma das garagens alugadas pelo condomínio não é a única fonte de desentendi-

mento entre os moradores onde mora Patrícia. Ali, há um porteiro. É menos frequente a presença de funcionários desse tipo nos outros condomínios visitados. Ela mora em uma rua importante do Conjunto, que começa no local onde acontece uma grande feira aos sábados e termina na entrada do acesso à estação de trem José Bonifácio.

Conta que também há muitas disputas em torno do orçamento do condomínio e que o embate atual é sobre a demissão do porteiro. Muitos moradores, segundo ela, querem demiti-lo porque ele trabalha há décadas no prédio e mantê-lo vem sendo muito custoso. Patrícia se posiciona contrariamente aos moradores com essa opinião:

[...] elas querem tirar esse porteiro e eu não quero. Só que tudo é decidido na votação dos 60 moradores, né. E eu acredito que a maioria vai querer tirar o porteiro pelo gasto que ela gera. [...] Uma outra briga que a gente vai ter pra gerar mais renda, elas querem dispensar ele. Mas eu sou totalmente contra. E acho que serei minoria [...] Eu cheguei ele já tava, ele deve ter mais de quinze anos, acho [...] Ele é morador, ele é extra porteiro porque de dia acho que ele deve ter algum problema de dormir, ele não dorme, ele faz outros servicinhos, sabe, quebra-galho, recebe coisa pras pessoas, ele é um Bombril mesmo, ele é 100%. Então, tirando a parte da nossa segurança, também o desamparo que vai dar pra ele, que parece que faltam só dois anos pra ele aposentar, então isso também, já bati na tecla, que eu e ela já conversamos sobre isso outro dia, e eu bati na tecla, falei “Caramba, é justo fazer isso com uma pessoa? Faltam dois anos só”, e ela até falou “Ah, mas ele pode fazer terceirizado e tudo, sem vínculo empregatício com a gente e tudo”, eu falei “Eu ainda assim não acho justo, são só mais dois anos”. E aí depois sim, ele aposenta e faz terceirizado, né. Não sei, vai dar muita briga.

Interessante notar que o porteiro mora no condomínio e, segundo Patrícia, “é um bombril” porque faz profissionalmente as funções masculinas mais tradicionais de consertos domésticos. No contexto de aprovação da reforma trabalhista, a opção eleita pela maioria dos condôminos é recontratá-lo como terceirizado,

mesmo que eles mesmos sejam adeptos de medidas reforçadas da segurança privada. A posição de que a remuneração do porteiro deveria representar uma fatia menor do orçamento condominial se choca frontalmente com sua utilidade prática. Ele se entende com os jovens que vendem drogas na rua e por isso acaba evitando qualquer ameaça imaginada pelos moradores. Reside aí uma contradição entre o espaço abstrato que deve ser rentável (e protegido) e o espaço concreto onde se vivem os conflitos do cotidiano:

Mas, assim, a gente tá com problema gravíssimo de droga aí na porta, fica, assim, à noite, uns vinte meninos, tem um problema gravíssimo de droga no fundo do prédio na outra rua e, quando a polícia baixa lá, os moleques pulam pra cá, e eles pulam, e até cumprimentam o porteiro, “Ô Seu Zé, foi mal, não sei o quê, já vamos sair”, eles não fazem nada. Mas eu acredito que na ausência do porteiro pode acontecer alguma coisa sim, eles respeitam o porteiro.

O condomínio parece instituir o borrão entre o espaço privado e o espaço público, entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho. Pelo menos três experiências escutadas ao longo da pesquisa formam esta impressão. Lídia, que por muitos anos trabalhou como costureira no Brás morando na casa dos patrões e, depois de casada e mãe de três filhos, parou de trabalhar a pedido do marido, precisou voltar a procurar um emprego quando ele, metalúrgico, foi demitido da fábrica onde era empregado, com mais dezenas de outros funcionários por conta do corte de gastos na empresa.

Decidiu que trabalharia como faxineira no condomínio onde mora. O conjunto dos condomínios acordou com ela que não a registrariam como empregada formal, embora desde aquela época houvesse uma administradora contratada para gerenciar o orçamento e as contingências dali. Ficou trabalhando informalmente por um salário mínimo durante nove anos. Seu horário não era regulado assim como suas condições de trabalho. O que ela diariamente fazia em sua própria casa, passou a fazer também na área comum dos blocos.

Conta como mudou sua relação com os vizinhos durante esses anos em que foi empregada no condomínio:

Maria tinha uns 8 meses... aí eu limpei o prédio aqui por 9 anos [...] porque ele ficou desempregado, então... ficou acho que um ano e meio mais ou menos... e ele foi no Norte, comprou bordado... a gente colocou uma banca na feira... mas eu vendia mais para as minhas vizinhas, para o povo aqui, né... aí depois eu comecei a limpar o prédio. Limpei por nove anos [...] Era contratada. Não era registrada nem nada, né... [...] contrato de boca. Agora não, agora tem as limpadoras, né... agora é empresa... mas antigamente não [...] Foi ruim, porque tinha muita gente que me humilhava muito, né... mas eu não ligava, não... aí o Jefferson, que era o meu mais velho: “Você vai sair desse emprego... Logo você vai sair” aí ele começou a trabalhar e falou: “Mãe, sai desse emprego.” Eu falei: “Não, deixa mais um pouquinho...” Porque a gente acostuma a ter o dia da gente...

Questionada sobre quem a humilhava, ela comenta:

Ah, os próprios moradores, né... Sempre fala uma coisinha: “Ah, porque a faxineira...” que eu não tenho nome, né? Eu acho que qualquer uma que trabalha aqui tem nome, né... chama pelo nome... “A faxineira não limpou direito.” Ai, levei até cuspada no braço que eu achei super nojento [...] Eles humilhavam bastante, sujavam bastante... Aí o Jefferson falou que os meninos falavam: “Ah, se eu não sujar o prédio sua mãe não limpa.” Desse jeito... mas eu não ligava, não. Foi muito bom. Ganhei meu dinheirinho, comprava as coisas dos meus filhos... depois foi melhorando... aí a Maria já estava com 9 anos e o Jefferson começou a encher o saco, o Adailton, meu marido... “Mãe, para com esse serviço, vai fazer o que você gosta de fazer...” Aí eu comecei a trabalhar nas oficinas de costura por perto porque se acontecesse alguma coisa eu vinha aqui, né?

O espaço concreto e o espaço abstrato novamente se chocam, diferentemente do caso do porteiro, mas expressando que o exercício da propriedade modifica as relações sociais. A vizinha que era cumprimentada às manhãs passa a ser objeto de deboche e humilhação quando se torna empregada do condomínio. Hoje em dia, Lídia trabalha como costureira contratada em uma empresa. Mas, como já mencionado, revende produtos cosméticos

e acessórios às suas amigas e vizinhas da Cohab informalmente para complementar sua renda.

Outra questão relevante encontrada é que em todos os condomínios visitados o papel de síndico e subsíndico são assumidos pelas mulheres, inclusive por algumas das entrevistadas.

No condomínio onde vivem Lúcia, Maria e Joana, a síndica ganha mensalmente um salário mínimo para exercer sua função. Perguntadas sobre o porquê de tantas mulheres aparentemente cumprirem essa atividade, Lúcia responde:

Eu acho que mulher sabe conversar mais, sei lá... não sei, tem mais paciência com as coisas (Lúcia).

Acho que vem da ideia de que a maioria dos homens não frequentam essas reuniões... a maioria dos homens, antigamente, trabalhavam e quem ficava em casa era a mulher. Então da minha época aqui todas as mulheres que foram síndica eram donas de casa. Ficavam em casa cuidando dos filhos. A maioria, né? (Maria).

Ao fazer a pesquisa sobre a assunção das mulheres dos cargos de síndica e subsíndica, é possível encontrar uma variedade de sites de administradoras e imobiliárias que ressaltam – de modo parecido como fazem com as mulheres corretoras – as qualidades “inerentes” da mulher para administrar um prédio. A visão detalhista e cuidadosa seria responsável por uma boa manutenção da propriedade privada e um caixa orçamentário em dia.

As mulheres circunscritas ao espaço do apartamento e do prédio se dividem entre os blocos. “Cada uma é responsável por uma escada”. Além de entregarem cartas nos apartamentos, checarem o funcionamento da limpeza e da manutenção geral, são nomeadas para instaurar o regime de disciplina pactuado pela nova condição de detentores de frações ideais de propriedade privada. São fiscais do espaço abstrato e, por isso, devem deter as práticas de sua apropriação pelo lúdico da festa, do jogo e do encontro.

Ela colocou as câmeras, a síndica. Tem câmera em tudo quanto é canto desse prédio, é Big Brother [...] Aí ela controla, né, acho que ela tem no celular dela (Maria).

Ganha um salário mínimo. Porque ela tem a responsabilidade de cuidar do prédio. Todo mundo cobrava: “Ah, carta! Isso, aquilo outro...”. Ela tinha a vida dela. Ela tinha

que trabalhar para ganhar o dinheiro dela também, né... então a gente optou por pagar um salário mínimo. Aí tem a síndica e a sub-síndica e elas dividem. Mas eu acho que melhorou muito depois que as síndicas começaram a receber. Porque tem mais responsabilidade também, né, e o morador não cobra tanto delas sem elas receberem... porque é uma responsabilidade (Lídia).

Os tempos do Conjunto

Como já dito, “Não tinha nada” é a resposta mais comum apreendida na pesquisa de campo. O Conjunto foi inaugurado em 1981 sem os serviços e equipamentos que garantiriam as necessidades básicas de reprodução das famílias mutuárias. As ligações de esgoto, energia elétrica e mesmo o abastecimento de água eram, para os habitantes, ausências constitutivas da promessa habitacional. “Faz parte”, “Era o que cabia”, “Não tinha outra opção” foram as respostas frequentes a suceder a frase de que ali era um imenso vazio. A espoliação urbana de que fala Lúcio Kowarick (1979) se mostra presente quando o padrão periférico de urbanização pode ser entrevisto na produção industrial estatal, como na construção doméstica em loteamentos clandestinos.

Aqui, ficam nublados os parâmetros de comparação com o esquema de camadas de produção da periferia sistematizado por Mautner (2010). O Estado provisionou a habitação, diferentemente da periferia produzida pelo trabalho não pago familiar, mas, assim como neste modelo, a implementação de equipamentos, espaços e serviços públicos veio depois.

Esse atraso, que não vem de descuido, mas sobretudo de um projeto instituído, de uma desigualdade combinada, aventou, por exemplo, representações curiosas do espaço criadas pelos



FIGURA 1
A caixa d'água na Avenida Virgínia Ferni como representação do espaço monumental do Conjunto.

próprios moradores. Se há como presumir um espaço monumental do conjunto para os moradores, este espaço é a caixa d'água instalada pela Sabesp no ponto mais alto da Avenida Virgínia Ferni. É comum perguntar para alguém em alguma rua do Conjunto ou pesquisar algum endereço na internet e a referência ser a caixa d'água.

A fala de Ana explicita o grau de funcionalidade elaborado pelo Estado que recobriria supostamente as ausências originais, narrando o arrebanho diário das mulheres que permaneciam no conjunto para o único mercado próximo, e a volta para o desembarque novamente nos edifícios em que moravam, enquanto os homens iam trabalhar nas concentrações industriais:

Não tinha nada! Não tinha um supermercado, não tinha uma padaria, só tinha as ruas asfaltadas e, tipo assim, na avenida passava um micro ônibus que levava a gente pra fazer compra, mercado, lá no Tietê, que fica de frente, ali um pouquinho pra frente do hospital Santa Marcelina, a gente tinha que comprar pão lá e fazer compra do mês lá, era o supermercado mais próximo que tinha [...] Pão, mercado era ali, no supermercado Tietê, próximo ao hospital Santa Marcelina aqui de Itaquera, era o mercado mais próximo que tinha. Esse micro-ônibus ficava rodando aqui dentro da Cohab, então sem querer querendo você passeava a Cohab toda, porque ficava rodando, né? Então ia até o mercado, voltava, continuava rodando, mas tinha outros ônibus, né? Dessa linha. Mas era só do mercado essa, esse, esses micro-ônibus, não levava pra outro tipo de coisa, só saía daqui, lotava e ia pro mercado. Quando você voltava com as despesas eles vinham, né? Descendo nos lugar onde morava. Mas daqui enchia e ia embora [...]

A apropriação do espaço pelas famílias que chegaram nos primeiros anos de inauguração do Conjunto foi organizada também pela Associação de Mutuários do Conjunto Habitacional José Bonifácio (ASMUCO). A Associação é um exemplo das entidades locais desenhadas pela ditadura militar, típica do planejamento de conjuntos habitacionais à época. A concepção política do regime envolvia a estruturação e o treinamento de instâncias e lideranças com “representação cívica” entre os moradores.

Paulatinamente, aquilo que era concebido em termos de representação parece ter induzido relações reais em volta da Associação. As lideranças masculinas montaram seu time de futebol, seu jornal de circulação local 'JB Notícias' e organizavam festas em sua sede.

Reverendo fotografias antigas de moradores que tomaram a iniciativa de criar uma página em rede social da internet de memórias da Cohab José Bonifácio e promoveram uma celebração com exposição no Clube Escola José Bonifácio em homenagem aos 38 anos de aniversário oficial do Conjunto, muitos homens aparecem nos espaços públicos de então, como se a história do conjunto estivesse atada à história das gerações do time de futebol, das cerimônias oficiais do Estado de inauguração de escolas e outros equipamentos.

O jogo, mais uma vez, ocorre como a prática de apropriação definitiva do espaço que passa a representar a vida pública possível daquele primeiro período, de coesão social e socialização das diferentes origens de que vinham os habitantes.



FIGURA 2

Membros da Associação de Moradores na década de 80, fazendo obras no “terrão” onde os campeonatos de futebol entre bairros ocorriam. Hoje, este mesmo lugar é o Clube Escola, ao lado da Praça Brasil.

Não sobram muitas lembranças dessa iniciativa que se refiram às moradoras. Mas os movimentos sociais urbanos que reagem à espoliação da vida na metrópole tiveram um intenso protagonismo das mulheres. A explosão da cidade também se tornou uma explosão do mundo feminino, uma extensão da tarefa de reproduzir a família.

A crise da reprodução doméstica naquele período, a solidão e o isolamento espacial do corpo são parcelas da experiência vivida por essas mulheres, que criam clubes de mães e o movimento custo de vida na zona sul e, para o interesse aqui presente, o Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL), iniciado nos anos 70 na região de São Mateus e Jardim Nordeste, mais tarde espreado para outras áreas de Itaquera. O movimento foi parte do grande bloco de mobilizações populares urbanas em São Paulo durante a ditadura empresarial-militar, no mesmo período em que eclodiram as grandes greves operárias na região metropolitana.

A criação de uma vizinhança, de um espaço de troca social, quando essas relações não poderiam surgir no tempo comum de consolidação das vilas e dos bairros, foi possibilitada pela influência do MSZL, composto por párocos católicos, trabalhadoras que protagonizavam organizações de base e médicos sanitaristas¹. Estas personagens se originam de maneira distinta da cidadania tutelada pelo Estado representada pelos membros da Associação. Na Cohab José Bonifácio, há três unidades básicas de saúde surgidas depois da inauguração da Igreja São José Operário por Dom Angélico Sândalo Bernardino em 1986, figura influente na teologia da libertação e nos movimentos populares da zona leste naquele período. O arquivo do MSZL está organizado em uma associação na rua Bruno Zabala (uma rua no Conjunto) até hoje, onde também se reúne o movimento de saúde mental da zona leste.

Mas, apesar dessa história, nas entrevistas, quando perguntadas sobre o que teria melhorado ao longo de todos esses anos no Conjunto, as respostas são quase unânimes:

Hoje existe dois Extra, existe o Supermercado D´Avó, a estação do trem, que pra mim é a prioridade, porque naquela época a gente sofria muito, né? Porque você ir daqui até o Largo da Concórdia, você batendo naqueles ônibus velho,

muitas vezes quebrava no caminho e você tinha que trocar duas, três vezes de ônibus para poder chegar no Largo da Concórdia. Hoje não, com vinte minutos, vinte e cinco minutos você está no centro da cidade. Então para mim a prioridade de moradia foi o trem. Em segundo lugar os supermercados (Ana).

[...] de progresso não tenho do que me queixar. Tenho tudo na minha porta. Duas feiras, sábado e domingo, uma de quarta-feira nas duas ruas paralelas depois da minha. É... condução na porta, é... progresso da estação do trem, embaixo, lá na Nagib... Negreiros, Extra, Ita, Lopes na Sábado D'Angelo... o Rossi eu não lembro onde que é o Rossi. Mas tem o Da Vó também [...] Os progressos que veio após foi a estação do trem, né? (Sônia)

É, então, é o que eu te falei, primeiramente acho que a logística aqui é boa, né, em primeiro lugar, eu acho mesmo. É lógico que você vai pegar um metrô, um trem lotado, tudo, mas você consegue sair daqui e chegar. Agora, referente à periferia, é o que eu te falei, o órgão governamental não tem o olhar, mas as ONGs têm. Tanto que eu tenho parentes que moram em locais mais centrais, né, vamos dizer assim, e ela fala, diante de todos esses cursos que meus filhos fizeram, dessas oportunidades que tem aqui, elas sempre fala “Pô, onde você mora tem isso e onde eu moro não tem”, e ela tá localizada num lugar melhor do que é a dita Cohab, entendeu? Então ela fala “Caramba, os meninos fazem isso, fazem aquilo, e pras minhas filhas não tem”, mas eu enxergo que isso vem a partir de ONG mesmo, não a partir do Estado, de forma alguma. Então é uma periferia mas dá pra se virar bem dentro dela, entendeu? Eu acho assim, pra mim ainda é melhor porque eu trabalho no bairro, não tenho esse problema de locomoção, então tem, assim, N fatores positivos. Eu gosto da onde eu moro, por esses, benefícios entendeu? (Patrícia).

O trem, o metrô e os supermercados tomam grande destaque na representação do espaço do Conjunto para as mulheres. As conquistas parecem ter uma origem abstrata, não associada às lutas urbanas. O discurso de progresso entre elas se assemelha à fala

publicitária dos corretores imobiliários entrevistados a respeito da boa localização do José Bonifácio e também aos anúncios de lançamentos imobiliários nos arredores, como aqueles lembrados no capítulo 1, nos quais a acessibilidade do Conjunto ao centro da cidade (o Conjunto *aparece* como cidade) é exaltada. O curioso é que as moradoras mais velhas não utilizam o trem e o metrô, quase nunca se deslocam para outras porções da metrópole, mas defendem, entusiasmadas, a evolução que representaram para a região. Ao mesmo tempo, são maioria entre os usuários de ônibus e vans, pelos quais exercem pequenos trajetos diários até bairros vizinhos.

A experiência urbana foi, então, novamente descrita por sua funcionalidade: deslocar-se com facilidade (mesmo que na vida diária o deslocamento não se dê por meio do trem e do metrô), consumir prontamente o que é necessário para a reprodução familiar doméstica nos supermercados, distrair-se em um lugar que concentra a oferta de todo tipo de mercadoria, como o shopping. As afirmações positivas que as entrevistadas fazem sobre o Conjunto deixam transparecer que a nova materialidade inscrita pela urbanização nas últimas décadas superou enfim o vazio e a pobreza da origem.

Mas a hiperfuncionalidade do conjunto habitacional concebido deu lugar à hiperfuncionalidade de pesadas estruturas urbanas que reproduziram, com outras formas e conteúdos, um espaço físico repetitivo, persistente. As grandes áreas onde se localizam essas estruturas cortam qualquer apropriação no tempo que tenha dado ao conjunto a organicidade tradicional dos bairros antigos de São Paulo. Como apontado no primeiro capítulo, a escala da estação e dos mercados destoa da pequena escala do comércio de garagens, fazendo com que a paisagem seja entrecortada sem intermediações em razão da produção racional do espaço baseada nos moldes rebaixados do modernismo. Combinada com essa concepção, a progressiva implantação de grandes redes empresariais de varejo reforça as longas passagens de vazio sem apropriação.

Com o passar do tempo, os equipamentos públicos foram sendo implementados dentro da racionalidade segregacionista dos planos originais: onde havia demarcação para a existência de

escolas, creches e unidades básicas de saúde, foram construídos estes equipamentos, principalmente a partir dos anos 90. Outros serviços públicos chegaram mais tarde, como os batalhões da Polícia Militar, os Telecentros, o Conselho Tutelar, um Núcleo de Convivência para Idosos e um Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM).

Nos equipamentos sociais, as mulheres são majoritariamente as contratadas como prestadoras dos serviços. Das entrevistadas, uma trabalha como inspetora numa escola estadual, outra trabalha como assistente social no CDCM e outra foi auxiliar de enfermagem no Hospital Planalto, todos empregos de cuidado e de referência para os moradores do Conjunto.

Os equipamentos onde trabalham, a não ser no caso da escola, passam por processos de desmonte (corte de orçamento, relações de trabalho por terceirização e quarteirização, extinção de relações celetistas) por meio da administração de Organizações Sociais. Trata-se de uma espécie de momento de privatização dos serviços públicos. As grandes superfícies que mesclam o modernismo rebaixado com a apropriação espacial dos hipermercados privados, junto com essas relações de precarização dos serviços, coroam a terceira camada de entrada do capital postulada por Mautner. Nessa situação, a camada como sobreposição é nítida: é justamente em cima do espaço público que a expansão do capital se realiza.

Não apenas nos serviços públicos diretos e indiretos as mulheres são as maiores contratadas, mas também nos negócios informais e nos comércios formais. A quantidade expressiva de salões de cabeleireiro e manicures nas garagens é indicativa dessa ocupação. Janaína é manicure e vive na fronteira do Conjunto com uma vila chamada Santa Terezinha. Trabalha numa garagem comercial pertencente a um condomínio situado em uma via importante do Conjunto, a Avenida Virgínia Ferni. Perguntada sobre como é o seu acordo de trabalho com a locatária da garagem, que não é a proprietária do espaço, ela responde que paga uma parcela do aluguel todo mês e não é contratada:

É só o espaço, só o espaço, eu dou um “x” por mês e o restante que eu faço é meu [...] (os instrumentos) Tudo meu, eu que compro! Daí eu que sou responsável. Quando eu

entrei lá, eu entrei comissionada que fala. Aí chegou um tempo que ela ajeitou os papéis do salão, foi num, no contador, registrou, né? A firma, tal, não sei o que, teve que abrir o CNPJ, ela me registrou, aí fiquei registrada durante nove meses. Aí a gente era registrada no contrato, tipo, não tinha aquela coisa: ah, ela paga um salário. Não, era só ali na carteira, tinha como se fosse um contrato. Aí eu fui registrada nove meses, aí teve um tempo que não tava dando pra ela, tava ficando muito apertado porque ela tinha que pagar um monte de imposto, aí foi quando ela chegou e fez a proposta. Ela falou: “ó, você me paga “x” por mês e a partir de hoje você é responsável por todo seu material”.

Questionada sobre o que preferia, se ser contratada formalmente ou trabalhar da maneira como faz atualmente, ela expõe:

O jeito que estou hoje, porque aí você cria uma independência maior, né? Você não fica dependente de: “ah, fiz mil reais, mas só quinhentos é meu”. Não, se eu fiz mil reais, mil reais é meu, entendeu? Chega dia do aluguel, chego lá: “tó Cleusa, tá aqui minha parte”, e acabou, o restante é meu [...] pago duzentos reais. Hoje eu pago duzentos reais, comecei com cem, hoje eu pago duzentos. Então conforme vai aumentando o aluguel do salão, então ela vai aumentando... Que nem, hoje ela paga setecentos, eu pago duzentos e ela quinhentos. Se ano que vem aumentar pra oitocentos, trezentos e ela quinhentos, entendeu?

O trabalho de Patrícia como inspetora da escola, nos seus dizeres, parece ter transformado profundamente sua vida cotidiana. Ter se desgarrado da vida doméstica que levava, alimentada por sua compulsão por limpeza, sua consciência de que antes do trabalho “não era a Patrícia”, a faz se sentir realizada na atividade profissional que executa na escola. Contando a respeito de sua rotina de trabalho, fica nítido que há uma identificação naquilo que desempenha com sua autorepresentação materna e seu papel complementar à renda familiar.

Eu acredito que é o salário, eu acho que um homem não pode bancar uma casa com o que a gente ganha. Conheço uns colegas de trabalho que até fazem, mas acho que aquilo não é salário pra um chefe de família. Também tem

mulheres lá que são viúvas, separadas, não sei o quê, né, que dão um jeito, mas acho que o salário afugenta muito. O mesmo sentimento materno parece ocorrer com Ana, que diz querer trabalhar como babá dos filhos de suas vizinhas até o fim da vida.

Duas das entrevistadas jovens, Joana e Maria, estudam e trabalham em regiões distantes, marca de outra diferença geracional importante no contexto de articulação entre trabalho e cidade. Em seus dizeres, não há o mesmo ímpeto de exaltar os progressos no transporte e nos comércios do Conjunto; por serem usuárias das infraestruturas implementadas, sua percepção é contrária.

Nossa, a minha rotina é sair daqui, atravessar a cidade para a Barra Funda, onde eu trabalho. De lá vou para a faculdade, que é na Liberdade, e depois eu volto para cá. Isso é basicamente minha rotina de segunda a sexta. Aos finais de semana eu costumo ir para o centro (Maria).

Trabalhava no fim do mundo. Nossa, eu levava duas horas, em um dia bom, para chegar. E assim, tipo, é razoavelmente perto, né... era na Ana Rosa, bem perto da Paulista... mas o caminho que em dia normal, né, sem ser em horário de pico, você leva quarenta minutos para fazer até a Luz, eu levava 1h10 daqui até a Luz, né... porque eu saía daqui 6h30, e aí tem o caminho da Luz até a Ana Rosa. Só para fazer aquela baldeação, uns 20 minutos da sua vida. Eu chegava todos os dias atrasada. Tem um homem lá que, inclusive eu fui lá ontem, e eu não me despedi dele porque eu não, né... não sou obrigada a nada. E ele me odiava porque eu chegava atrasada. Eu chegava todo o dia 40 minutos atrasada porque... no final, né, quando eu já queria sair... porque eu não tinha condição, entendeu? De acordar 5h30 da manhã e demorar 2h para chegar. Não tenho. Não tenho essa força, gente. Então eu chegava muito atrasada, porque eu estava respeitando os meus limites, sabe? Não dava nem tempo de tomar café para sair, porque se tomasse café tinha que acordar as 5h da manhã... não... entendeu? É muito longe. E não é só que é muito longe, né? O transporte até lá é muito horrível, né... e por aqui não tem emprego. Não tem emprego. Então o que você vai fazer? Você vai atravessar

a cidade. O meu irmão trabalha no Vila Lobos. É longe... entendeu? E ele fala... que nem eu, o meu sonho, tipo meu sonho, né, minha vontade atual é arranjar um emprego aqui, que seja no centro de Itaquera, que seja no Tatuapé, gente... eu só não quero ter que atravessar a cidade de novo. Eu não queria levar mais de 1h, ter que pegar vários tipos de transporte para chegar... é muito cansativo. E o meu irmão tem esse mesmo trajeto há quatro anos e ele fala “eu não aguento mais. Eu canso muito mais indo do que trabalhando”, né... e tipo, é horrível (Joana).

O tempo livre como tempo de lazer ocorre de maneira muito diversa a cada geração. O que não muda é o dispêndio de tempo no interior do apartamento a todas. Algumas delas ficam muito no celular, como é o caso de Patrícia, Ana, Bianca e Shirley. Outras gostam de ir às compras em outros bairros, como Sônia, que adora frequentar as Lojas Americanas em Artur Alvim ou Lídia, que vai regularmente ao Brás e à rua 25 de Março.

Outro ambiente social de grande destaque entre as mulheres, ressaltado por elas em suas respostas, é a igreja. Apenas Patrícia disse frequentar aos finais de semana a Igreja São José Operário, igreja católica antiga do conjunto. Ana e Janaína mantêm seu convívio social restrito às igrejas evangélicas neopentecostais na região:

[...] minha vida é trabalho e igreja, no momento, só isso! Não tenho lazer, não [...] a igreja é de terça, sábado tem a célula, como se fosse um culto também, e de domingo [...] a célula você tem uma comunicação maior com as pessoas, né? Você expõe uma dificuldade que você tá [...] É uma roda, é. Então tem a ministração, como se fosse na igreja mesmo, tem a dinâmica, tem a dinâmica do louvor, e você acaba, é uma família também, que aí você acaba criando elos com as pessoas. E a igreja você vai, você senta, ouve a palavra e aí você que tem que praticar, né? E eu sou obreira na igreja, minha filha é do ministério de dança e da salinha, e tamo aí (Janaína).

Uma coisa que eu não deixo de ir é na casa de Deus, na igreja. Todo dia que falam que tem culto eu vou (Ana).

A noção de espaço público definida não pela forma, mas pelas relações sociais estabelecidas, pode ser associada às igrejas. São

ambientes coletivos em que as mulheres exercem atividades externas ao trabalho, embora declarem trabalhar regularmente nos afazeres ligados aos rituais religiosos. O aumento substancial de igrejas surgindo no Conjunto, também comentado por elas, indica que são expressão de uma produção espacial flexível que nuança as diferenças entre o público e o doméstico.

São simbólicas da perda de um referencial de forma espacial religiosa da igreja católica. Privilegiam funções distintas: já não atuam em sentido comunitário, regional, mas para dentro de si mesmas; são *privativas* de seus membros. Não à toa, quando Ana diz que teve que sair da sua antiga igreja porque havia se divorciado, afirma que saiu para “o mundo”:

Eu tenho 54 anos, é a terceira igreja que eu frequento. Porque a primeira, onde eu nasci na Congregação, né? Que meus pais eram da Congregação, minha mãe tinha 13 anos e meu pai tinha 16 quando se casaram, e eles já eram da Congregação, então eu fui criada na Congregação, né? [...] Eu saí por quê? Porque eu me separei do pai dos meus filhos, e lá se você separa do marido você fica no banco, né? E aí eu peguei e falei: vou ficar no banco? Eu não fiz nada pra ficar no banco, ele que fez, me traiu e foi embora, eu vou ficar no banco? Aí eu parei de ir na igreja. Aí eu fiquei cinco anos no mundão, aí eu fui conhecer o mundo.

As funções da igreja sem forma (pode existir num galpão, numa casa ou numa garagem e, no Conjunto, realiza-se em todas essas formas) se confundem com a noção dos indivíduos como empreendedores de si e do espaço onde vivem. O relato de uma corretora entrevistada é agudo nesse sentido:

Então, lá no passado, no início da Renascer, essa proprietária, presidente até hoje, ela tava desempregada, o esposo dela também. E ela é evangélica, ela é de uma Igreja da Congregação [...] a Renascer, hoje ela é nessa, na avenida aqui bem do lado do prédio dela, que ela morava na época, a Dona Ilda, né? E ela tava no apartamento dela e ela tava orando a Deus e ela falou, “*Oh, Senhor, aí Senhor, eu preciso tanto de dar um jeito na minha vida, né, porque... Meu esposo desempregado e tudo...*”. Ela orou a Deus e dormiu, né, e

dormiu. Quando foi na madrugada, ela teve uma revelação, um sonho, uma revelação de Deus, né. E o Senhor falava pra ela que o Senhor ia preparar uma porta de emprego pra ela. [...] E nesse sonho ela sonhava que o Senhor falava pra ela que era pra ela pegar um banquinho, ela sentar na porta da casa dela, na porta aqui do prédio – isso há 30 anos atrás – ela pegar um banquinho, pegar uma lousa, uma lousa, uma lousa de criança, né, e escrever *Vende-se, Vende e compra imóveis*. E que era pra ficar sentadinha ali que Deus ia trazer na porta dela alguém que ia querer comprar um imóvel com ela ou ia querer vender um imóvel com ela. E, no dia seguinte, ela levantou, fez a parte que Deus pediu pra ela fazer, ela foi pra calçada, sentou, com toda a paciência do mundo, sentou na garagem dela, na garagem aqui, na garagem que era o apartamento dela, ela tinha a garagem, né, que hoje todos têm, até hoje, a garagem. Ela abriu a porta da garagem dela, que dá pra avenida. E ela sentou na garagem e escreveu e ficou sentada no banquinho de madeira. No entanto, esse banquinho tem até hoje aqui na Renascer, viu? [...] E nisso, o dia foi passando e ela ali, com toda a paciência do mundo, porque ela falou “*Deus falou pra mim que Deus vai aparecer na minha vida e eu creio*”. E ficou sentada. E nisso passou uma pessoa e falou assim, “*Ah, Dona Ilda, tudo bem?*” E ela “*Tudo bem*”. “*A senhora tá trabalhando agora com imóvel?*”. E ela falou “*Ah, é, to!*”. Né, nem tava, mas tava ali [...] Aí a pessoa falou assim, “*Ah, coloca meu imóvel aí pra vender, Dona Ilda, que eu quero vender correndo*”. Aí ela foi e escreveu na lousa, né? Os dados do imóvel da pessoa, tudo bonitinho. E ficou sentada ali. Aí a mulher falou “*Ah, se aparecer alguém a senhora me fala, Dona Ilda*”. Ela falou “*Tá bom*”, e ficou sentadinha ali. E nisso ela ficou e passou o dia, e o tempo foi passando. Aí passou uma pessoa na avenida e falou “*Ué, a senhora tá vendendo apartamento, eu to querendo comprar um apartamento!*”. Aí ela falou “*To, tem esse aqui, olha*”. Aí ele “*Ai, posso ir lá ver?*”. Aí ela levou na casa da cliente e o cliente comprou o apartamento [...] Então essa foi a primeira venda que ela fez. Ela tá nessa garagem até hoje [...] e aqui onde era a garagem,

ela foi ficando um bom tempo... Nesse mesmo banquinho, nesse mesmo processo, os anos foram passando, Deus foi abençoando... E hoje aqui já é uma imobiliária.

A história da Renascer Imóveis condensa os sentidos mais atuais que as igrejas evangélicas representam na periferia urbana: são efetivamente fronteiras no sentido de agenciarem mulheres e espaços para a consagração de uma ética empreendedora economicamente. A garagem tornada comércio, eminente fronteira espacial do Conjunto se une, nesse caso, à moralidade religiosa para produzir uma narrativa de sucesso capitalista.

Empreender é cultivar, para pegar emprestada a ideia de Walter Benjamin a respeito do capitalismo como religião. O modo de vida é moldado assim pela programação do tempo-espaço das entrevistadas, que frequentam apenas suas igrejas no Conjunto além da própria casa. A ampliação de suas interações sociais a partir da religião é, contraditoriamente, um exercício de privatização das motivações e das práticas espaciais.

Entre as jovens, a escola é o ambiente programado que ainda concentra mais as suas relações sociais. Os namoros, o alcance de status social, os agrupamentos de interesse que se formam, e as atividades de tempo livre. As duas jovens que estudam em uma das escolas estaduais da Cohab não trabalham; tem apenas 13 e 14 anos. Ao longo da conversa emerge uma sensação de desconexão entre a escola pública como um projeto concebido pelo Estado e a escola como espaço de representações para as entrevistadas.

A escola é da hora, mas tem muita gente na escola que acaba deixando a escola chata. Mas a gente gosta de lá. Só porque a gente apronta também. Vontade de estudar dá, mas os professores não dá aquela vontade. É, olha pra cara do professor dá vontade de dormir. Muito professor já começa a não passar nada, só fala, você passa ano, passa ano... Ano retrasado eu era o capeta na escola, não fazia nada, arrumava briga e a gente passou de ano (Shirley).

As escolas do Conjunto são mal avaliadas por Joana, que reconhece o elo geográfico entre a boa educação na rede pública e a localização na metrópole:

Você lembra aquilo que eu te falei? Que o ensino público só é péssimo na periferia? Porque quando você... muita

gente que a gente conhece tem que ir para o Tatuapé, para o Carrão, para a Penha, para estudar [...] A gente não tem professor [...] É muito louco isso, né, de você achar uma escola boa porque as outras são piores (Joana).

Porque você não tem aquela cobrança... O ensino é o mesmo. É a mesma coisa, mas a gente não tem cobrança [...] É uma biblioteca muito boa. Só que é fechada. Eles não organizam, não abrem para os alunos. Era para a gente ter ido lá para falar do projeto... Eu e a Ana, no último ano, conversamos com uma coordenadora, não lembro quem era... pedimos para pegar um livro... ai ela: "Tá bom." Mas, assim, tudo desorganizado, tudo bagunçado (Maria).

A escola como prática espacial compulsória para essas jovens engendra uma diversidade de sentidos. Não é apenas a sensação de precariedade que resume a representação (espacial e de classe) que a escola assume nas falas. A possibilidade de apropriação também se abre no seu contexto, como quando Joana e Maria tentam organizar um projeto de formações políticas extracurriculares na escola do Conjunto onde se formaram no ensino médio, suscitando temas como violência de gênero e saúde mental.

A direção do Maria não foi muito legal com a gente. [...] Ela não queria papo de revolução. [...] Então o que nós tivemos de projeto ativo foi três dias. A gente ficou um semestre inteiro lá, mas só rolou três dias. [...] E aí a gente levou três assuntos: um deles é a música que fala sobre... da periferia, né, que é o samba, o rap... a gente trouxe também o Setembro Amarelo. Os maiores alunos, tipo, em quantidade, estavam... eram todos do terceiro. E aí eles estavam no desespero, "preciso sair daqui direto para a faculdade!" E a gente sabe como a pressão disso tudo é muito dolorosa, é puxada, né... você ter com 18, 17 anos, ter que escolher o que você vai fazer para a sua vida inteira. E tem que te dar dinheiro e tem que te dar prazer e tem que te tirar daqui. Tem que te levar para outra realidade que aqui não tem. Não é fácil! E outra: o ensino é caro. O ensino é muito caro! Então eu queria falar sobre o cuidado que a gente tem que ter com o nosso psicológico. É uma coisa muito presente na minha vida, o cuidado diário que

a gente tem que ter... porque a ansiedade está aí. A todo o momento e em todo o lugar. A depressão está aí. Porque ansiedade e depressão são irmãs que não se desgrudam, eu nunca vi! E a gente precisa falar disso, porque ainda é um tabu. As pessoas ainda falam como se fosse frescura. Mano! A galera está morrendo. E aí a gente levou esse debate. Foi o debate mais lindo que eu já vi na minha vida, que eu já participei. Porque uma irmã chegou em mim e falou assim que eu salvei ela porque eu contei o meu relato, né, e ela vive me cobrando, “eu quero mais, eu quero mais”, e isso para mim é muito gratificante, né... e a gente também levou o feminicídio, né... só que aí o feminicídio a gente teve um problema, porque não conseguimos terminar, porque... por questão de calendário, e também notamos que nem todos os homens estavam tão interessados assim em saber sobre as mulheres morrendo (Joana).

Para Joana, a escola é um espaço percebido, uma consciência geográfica e sobretudo política. A repetição impositiva da frequência escolar na vida dos jovens moradores da Cohab é a fonte de onde podem surgir novas relações sociais por meio da propagação de ideias feministas e do potencial da condição periférica para a transformação do espaço do habitar.

Assim como ela, Karen participou de uma experiência impactante de subversão espacial em 2015. Estuda em uma das escolas consideradas mais precárias estruturalmente e com o pior ensino do Conjunto. Junto com outros amigos e colegas, fez parte do movimento de ocupação de escolas que se generalizou no Estado de São Paulo quando do anúncio pelo governo de fechamento de uma lista de escolas públicas. O estigma de precariedade do ambiente escolar para ela foi rompido no momento em que o tempo de um mês de ocupação “não podia mais ser contado no calendário, era outro tempo”.

Karen quer ser arquiteta e é uma das únicas alunas desta escola que conseguiu passar na prova do Liceu de Artes e Ofícios, considerada um dos melhores centros de ensino técnico em São Paulo. Cursa lá desenho industrial. Suas habilidades em desenhar, ela conta, foram usadas quando da ação de ocupação. Ela projetou toda a planta da escola, salientando seus portões, saídas e corre-

dores, sendo fundamental seu conhecimento técnico para que a ação do grupo fosse bem-sucedida. Hoje, depois da experiência, considera que observa o espaço onde mora e que encara o desejo de ser arquiteta “de outro jeito”.

As aspirações sobre a escolaridade são distintas das outras gerações de mulheres da família e acirram um conflito atual que diz respeito à profunda crise que vive hoje a escola pública. O modelo universalizado de escola concebido pela ditadura empresarial-militar não responde à reestruturação do mundo do trabalho, sendo a dinâmica disciplinar fordista do cotidiano escolar, e, com mais força, sua “caricatura” na periferia metropolitana, um desajuste plenamente vivido.

Os tempos contraditórios fazem misturar no presente o progresso na evolução da escolaridade feminina e o estado de crise da escola nesse tempo de acumulação flexível. O fechamento das escolas públicas pelo governo em nome de uma suposta modernização do projeto educacional revela, novamente, o espaço como fronteira de expansão do capital.

Não diz respeito apenas ao aproveitamento do terreno das escolas que seriam fechadas para novos empreendimentos privados, mas também ao controle mais geral do capital sobre o espaço social. No caso da escola de Karen, por exemplo, o que se aventou na Secretaria Estadual de Educação, junto com a Cohab-SP, era transformar a área em um novo batalhão da Polícia Militar, visto que as imediações da escola são utilizadas pelo tráfico de drogas. O espaço instrumental da escola serviria a um controle mais direto e depurado de violência pelo Estado.

Joana relembra, nesse mesmo sentido, que o espaço da escola, além da relação contraditória entre desesperança e esperança, também representa essa violência direta contra a juventude pelo Estado:

Eu estudei com um menino. O nome dele é Iago e ele foi assassinado pela PM na frente da minha escola. Isso foi em um sábado e na segunda, quando eu fui para a escola, estava a poça de sangue dele lá, porque ninguém limpou. [...] até hoje ele é assunto recorrente porque eu não consigo entender que ele saiu daqui com um tiro no peito e foi parar lá no IML com três tiros nas costas [...]

E aí eu ainda tenho que ouvir as pessoas falando que se ele morreu é porque ele tinha que morrer... sabe? Então, eu não sei, a evolução está acontecendo, mas ela está demorando muito para chegar aqui. Um menino foi morto ali na rua de trás não faz nem um ano. E o PM alegou troca de tiros mas a perícia disse que a arma dele era de brinquedo. Que troca de tiros? O que eu preciso tirar de mim é isso. Minhas irmãs estão sendo estupradas, meus amigos estão sendo mortos e os que não estão sendo mortos estão reféns do tráfico, sabe? Das pessoas que estudaram comigo, quase ninguém faz faculdade. E, tipo, eu pago a minha faculdade. Eu sei o quanto é difícil fazer faculdade, entendeu? Então é isso que eu preciso tirar de mim, porque é um peso muito grande para você carregar calada. A gente precisa falar. Só que é difícil também achar quem queira te ouvir.

As entrevistadas jovens parecem se sentir situadas entre as possibilidades da violência do Conjunto, embora em suas falas o alvo do extermínio seja o homem jovem, e das promessas que o estudo carrega fora dali. E o Estado está presente em qualquer uma dessas alternativas. Joana e Maria estudam em universidades privadas mediante o programa federal do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Maria desenvolveu problemas de pressão alta por causa do seu desempenho na faculdade.

[...] no terceiro semestre da faculdade eu repeti de semestre... aí eu entrei em pânico, queria desistir da faculdade... entrei em pânico, em pânico mesmo. Chorei para caramba. Minha mãe viu... quando eu vi minha nota, sentei ali e desabei de chorar. Eu falei: "Já era, acabei com a minha vida..." Achei que era o fim do mundo. Eu não sabia como ia ser... eu tenho FIES e aí eu não sabia se eu ia perder o FIES, se eu ia perder o emprego, perder tudo... aí eu já perdi o sentido ali da minha vida.

Maria e as outras jovens são a primeira geração a ingressar na universidade por meio dos programas de expansão do ensino superior dos governos do Partido dos Trabalhadores. A integração desintegradora dessas mulheres (para usar novamente o termo de Lefebvre) no mercado de trabalho em ocupações mais

qualificadas por meio do endividamento também é buscada por outras entrevistadas mais velhas, que almejam completar o ensino fundamental e médio em programas de Educação de Jovens e Adultos em escolas de outros bairros. Contudo, a vida dedicada ao trabalho e à família substitui a confiança na própria capacidade para aprenderem. Janaína, que ficou grávida jovem e teve que sair da escola, declara:

Eu tô meio relaxadinha, mas eu vou, eu teria que ir mais. Mas eu fui colocando muito meu trabalho, meu trabalho, meu trabalho, às vezes dá preguiça mesmo, né? Porque voltar a estudar com a minha idade, *fico assim, pequena, né? Pra entrar na sua cabeça as coisas fica meio difícil*, mas eu estou gostando (*grifos nossos*).

É difícil, gente... muito difícil! Eu não conseguia raciocinar. Aí eu terminei a oitava, né, e falei: “Ai, não vou continuar, não.” Porque eu queria estudar porque eu queria fazer enfermagem. Eu era louca para fazer enfermagem. Aí depois eu falei assim: “Ah não. Não vou estudar mais, não. Muito difícil. Tem que estudar, fazer primeiro, segundo e terceiro e ainda fazer uns dois anos de enfermagem, ou mais... aí eu falei assim: “Não, eu já estou coroa, já.” Eu tinha o quê? Quarenta e seis, né? Quarenta e seis, quarenta e sete, por aí...(Lídia).

Atualmente, Lídia não frequenta mais a escola. Além do trabalho como costureira e como revendedora, disse que aproveita seu tempo para ir ao shopping quando pode. Ela considera positiva a reforma que dobrou o tamanho do Shopping Itaquera:

Com certeza... Está muito bom. Ali é muito bom ter shopping, no Itaquera, né... porque falava que era periferia, não sei o que, né?

É o oposto do que dizem as jovens Shirley e Bianca que normalmente vão ao Shopping Tatuapé e aos bailes funk que se formam aos finais de semana na Cohab e na região do entorno. Também afirmam não gostar de passar seus tempos livres nos espaços públicos do Conjunto pelos perigos de violência que enxergam ali. Questionadas sobre se frequentam o Shopping Itaquera, elas responderam que não vão porque ali era “shopping de favelado”:

É muito favelado... Eu não gosto muito de ir pra lá porque tem muito rolezinho lá, aí o shopping enche, eles ficam fazendo baderna [...] É porque ó, eles fazem muito rolezinho, aí vai um bonde e às vezes eles fazem isso, as pessoas vêm que tá em bonde e começa a invadir as coisas, entendeu? Aí dá mó B.O. É tudo maloqueiro. É tudo os cara daqui. Eu quero ver pessoas novas. Não agüento mais ver os daqui.

Curiosamente, o shopping aparece, assim como os transportes públicos e os hipermercados, enquanto representação do progresso, da atenuação do estigma da região de Itaquera como periferia para a moradora mais velha, Lídia, enquanto que para as jovens o shopping Tatuapé representa a possibilidade de diferenciar-se socialmente daqueles que são seus vizinhos.

A pecha de ser um lugar de “maloqueiros” vem do fato de o Shopping Itaquera ter sido o espaço que visibilizou nacionalmente os chamados “rolêzinhos” em 2014. De novo, o choque espacial entre o vivido e o instrumentalizado pelo capital. Os adolescentes transformaram o espaço privativo em lugar para encontros, namoros, músicas e coreografias, denotando que as fronteiras do capital avançam sobre o espaço de Itaquera, acirrando as contradições entre o espaço do shopping, uma entidade abstrata formalizada em fundo de investimento, mundializada pelo direito à propriedade privada, e a pulsão de praça pública, de troca social, com identidade de classe e raça, organização de um outro tempo, de existência corporal coletiva como ocupação do espaço, não como discurso, mas como prática concreta.

Ao mesmo tempo, ambas as jovens consideram que o Conjunto não tem qualquer opção de lazer. Não gostam de lá, dizem, a não ser pelos bailes e fluxos de funk que acontecem mensalmente no interior da Cohab e nos arredores. Um dos bailes, por exemplo, acontece em uma travessa de uma das vias principais do Conjunto, o baile do Batata. São centenas de jovens que o frequentam, muitos de outros bairros da zona leste. Os “fluxos da Cohab 2” ficaram famosos tanto entre os jovens, como entre as notícias, quando passaram a ser denunciados em programas de televisão pelos moradores do Conjunto. Depois de anos de reclamação por conta do barulho e do uso de substâncias ilícitas, a prefeitura resolveu instituir a Operação Sono Tranquilo, que

visa encerrar os bailes a partir das denúncias locais por meio da repressão policial. Shirley comenta:

[...] eles ficaram tacando gás. [...] Com bomba, batendo. Tipo, na hora ninguém viu porque tava com um monte de narguile lá, então tava com um monte de fumaça, só que eu nem sei quem percebeu, só que começaram a gritar e todo mundo saiu correndo, porque arde muito, queima a garganta. E eles estouraram bem perto da casa do meu namorado, então nós não conseguia mais dormir. É ruim... Tipo, embaixo da minha rua, quando tinha, rolava tiro de borracha, normal, em tudo quanto é casa [...] o povo vê não quer nem saber, a mulher grávida mesmo, jogava bomba no pé da mulher. Não quer nem saber se vai machucar, se ta grávida... [...] Nós tá lá curtindo, de repente todo mundo querendo bater em nós, nós correndo. Aí nós vai toda bonitona... Chega os PM (Shirley).

É curioso que as entrevistadas rejeitem o Shopping Itaquera por ser um lugar de “maloqueiros” enquanto se apropriam do Conjunto pela festa proibida pela polícia. Atualmente, os bailes, pancadões ou fluxos tornam a Cohab José Bonifácio famosa no meio cultural jovem periférico. Mas eles não são as únicas expressões culturais que revelam as apropriações não funcionais ou não racionalizadas do espaço público no conjunto.

A Praça Brasil, que historicamente ficou conhecida por ser palco de eventos de comícios partidários e shows ligados a grupos políticos nos anos 80 e 90, inclusive em função do clientelismo eleitoral que se consolidou a partir da concepção de “cidadania tutelada” (DAMIANI, 1993) embutida no plano habitacional da ditadura, hoje é ocupada durante os dias da semana por muitas pessoas que sentam em seus bancos para usar o celular, já que a prefeitura há dois anos instalou ali um sistema de wi-fi. O espaço da Praça, nesses momentos, é o centro do Conjunto, centro que reúne uma multidão solitária. Mas, aos finais de semana, ela é apropriada por coletivos e movimentos culturais.

O Movimento Cultural das Periferias organiza em Guaianases, Cidade Tiradentes, São Mateus, Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, e também no Conjunto José Bonifácio, grupos de teatro, dança, hip-hop, grafite, entre outras manifestações.

A *Okupação Coragem* é uma ocupação em um galpão comercial que estava ocioso havia três anos na rua que se situa acima da Praça Brasil. Muitos coletivos de cultura cooperam para a manutenção do local e organizam uma agenda dinâmica e regular de programação de saraus, peças de teatro, reuniões do movimento cultural; há na Praça campeonatos de skate e batalhas de rap às sextas-feiras à noite. Joana reconhece a importância dos espaços de cultura como práticas de resistência, mas frequenta atividades semelhantes em outras regiões, o que sugere que a apropriação espacial pela juventude se generaliza para todo o espaço da metrópole.

É muito louco isso, né, porque eu não ocupo muitos espaços da Cohab. Quando eu tenho uma vaguinha no meu final de semana, normalmente eu vou para o centro. E por mais que hoje – é muito recente – tenha alguns movimentos, alguns roles legais por aqui, né, eu sempre vou para o centro. E eu nem sei mais o porquê. É uma coisa que eu sempre fico me perguntando, por que eu não ocupo os lugares de onde eu moro [...] Barzinhos, Sarau... eu gosto de SLAM. Às vezes eu gosto só de andar... e a visão do centro é muito mais chamativa, mais atrativa, né... (Joana).

Liberdade... liberdade mesmo, em essência. Eu sempre escrevi. Na verdade, não sempre. Desde a sétima série eu escrevo e eu nunca tive coragem de mostrar. Me apresentei até hoje só uma vez no Baobá e eu nunca tive coragem. Só que no SLAM eu sinto como se fosse possível, sabe? SLAM e sarau tem essa *vibe* pra mim, como se eu não fosse julgada por aquilo que eu escrevo, por aquilo que eu exorcizo de mim, sabe? E o SLAM é isso, é um monte de gente com um monte de... com a cabeça cheia, com um monte de questões que precisam ser tiradas de nós, e aí a gente versa e transforma em poesia. E aí eu vejo que não sou só eu que estou ficando louca com tudo que está acontecendo na sociedade em geral... (Joana).

No final de 2017, outro galpão na mesma rua que a *Okupação Coragem* foi ocupado pelas mulheres do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Nomeada de Ocupação Tereza de Benguela, a ação reivindicava um espaço de acolhimento para

mulheres em situação de violência na zona leste para a Prefeitura. Frequentemente, a demanda por moradia sentida pelas mulheres que passam a integrar as ocupações e a vida do movimento se mistura com a necessidade de romperem os ciclos de violência a que estão submetidas em casa por seus ex-companheiros, maridos, namorados. A situação drástica de espoliação urbana e imobiliária, que faz das mulheres o público mais vultoso entre os sem-teto da metrópole, se imiscui no problema pungente da violência doméstica, tornando a luta pelo direito à moradia inseparável da demanda pelo direito à integridade corpórea e psíquica feminina, que vive sob constante ameaça.

A Ocupação Tereza de Benguela foi recentemente alvo de uma “operação-surpresa” da Polícia Militar, que desalojou as ocupantes sem ordem judicial que orientasse sobre a reintegração de posse. A Ocupação Coragem, algumas semanas depois, foi notificada pela Cohab-SP para que os seus militantes se retirassem do espaço. O espaço do Coletivo ALMA e do Instituto Reação de Arte e Cultura, ambos desde o início dos anos 2000 presentes no Conjunto, também foram recentemente objeto de reintegração de posse pela companhia. Em edital publicado no Diário Oficial pela Cohab-SP², a empresa chama a

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica à Cohab-SP, com vistas à realização de caracterização, avaliação imobiliária, análise e proposta de modelagem para a alienação das unidades comerciais (lojas, salas e núcleos comerciais), abrangendo a sua possibilidade de venda unitária ou em agrupamentos, de acordo com estudos de viabilidade mercadológica, de modo a garantir a maior eficiência em sua disponibilização.

Segundo o próprio edital (item 1.2.1), são 796 imóveis passíveis à avaliação imobiliária e à alienação, incluindo aqueles localizados no Conjunto José Bonifácio (item 1.2.1.1). É possível que essa movimentação da Companhia tenha a ver com o recente desalojamento de todas essas ocupações culturais consolidadas no Conjunto há anos, que se apropriaram dos espaços comerciais ociosos da Cohab e deram a eles uma função comunitária e política relevante.

A política de comercialização de espaços ociosos, que também está sendo aplicada em outros complexos habitacionais, como o de Santa Etelvina em Cidade Tiradentes³, serviria, segundo contaram ativistas do movimento de cultura da Cohab José Bonifácio sobre as respostas que receberam dos responsáveis da companhia, para a geração de empregos.

O atual contexto de desemprego do país afeta nitidamente o Conjunto. Há, nas falas de algumas entrevistadas, a preocupação com a falta de emprego na região, especialmente para os jovens. Os homens que outrora foram empregados na indústria e fizeram parte das primeiras levas de moradores da Cohab, hoje se aglomeram nos pequenos bares e nas calçadas durante a semana. Alguns, como o marido de Lídia, estão aposentados, mas também buscam voltar a trabalhar.

Algumas entrevistadas lamentaram sobre o desemprego entre os jovens, associando-o às situações de violência e do tráfico de drogas no Conjunto. Ana lembrou que durante a década de 80 as construtoras ainda permaneceram no Conjunto depois em razão das obras de infraestrutura necessárias:

Depois de uns quatro anos, mais ou menos, quatro, cinco anos que a gente mudou aqui, aí eles montaram a empresa CR Almeida aí atrás, pra fazer a construção da estação, né? Eles ficaram aí um bom tempo, deu emprego pra muita gente daqui da Cohab, daí depois acabou a construção e foram embora, mudaram.

Quando a entrevistada fala sobre oportunidades de trabalho, refere-se ao ciclo construtivo que operou no tempo em que se mudou para o Conjunto, um trabalho essencialmente masculino, próprio do perfil operário que se apresentava naquelas décadas entre os moradores, que produziram a infraestrutura que dinamizaria os tempos de trabalho dos trabalhadores que eram empregados em outras regiões industriais da metrópole.

O desemprego e a desocupação atuais também parecem ter uma aparência masculina. Comentários comuns apontam que o que se vive geracionalmente é uma inversão espacial histórica: os homens mais velhos, corpos que habitaram compulsoriamente, mas também fizeram usos não laborais dos centros da metrópole no processo de realização de suas vidas, de suas trocas e memó-

rias, são hoje parte do espaço-tempo doméstico privado, de suas repetições e contingências, enquanto as mulheres de mesma idade permanecem trabalhando, tornando o espaço privado da casa e o espaço do conjunto lugares de reprodução das trocas (em serviços individuais informais e comércios mais locais) e de atividade do Estado (nos equipamentos públicos, como a escola, o hospital, entre outros).

Enquanto suas mães buscam realizar suas ocupações no Conjunto e suas fronteiras, Joana e Maria trabalham em escritórios na zona sul e na zona oeste de São Paulo, assim como fazem outras jovens, em escritórios, clínicas e empresas normalmente distantes, em partes da metrópole institucionalizadas pelo Estado para mobilização mercantil e financeira.

Meu pai é caseiro. Eu fico brincando, assim, porque todo mundo fala, né? “Ah, bairro dormitório, não sei o que...” de dia as mulheres ficam aqui e os homens iam trabalhar... agora parece que é ao contrário (Maria).

[...] os homens normalmente levantam cedo, né? E iam trabalhar, só retornava à noite. Ficava mais as mulher e as criança. Eu olhava a rua, você não via homem, só via mulher transitando pra lá e pra cá. Hoje não, hoje já é diferente, né? Aqueles homens que mudaram pra cá, aqueles homens já estão todos aposentados, então agora... E as mulheres que tão indo pra cidade!

Mas, como foi dito acima, a identificação dos homens jovens com o desemprego também os associa ao perigo da violência do espaço público, tema que todas as entrevistadas mencionaram.

Escureceu, pronto, passo sozinha, a rua tá aquele silêncio, aí tem três pessoas do meu lado, pronto. Dá vontade de gritar, chorar, se esfernear no chão, pronto vai me estuprar. A roupa não define mulher, mas chama atenção. Nois gosta de usar decote, shorts, que assuma. Entendeu? Mas tem homens que não pensa assim [...] Várias vezes já passei na rua do meu namorado, eu passo aí falam pra ele: “depois sua namorada vai se estuprada, aí vai falar que é inocente, ela usa roupa pouca”. Imagina se eu fosse essas minas que a roupa na bunda, no peito, iam falar o que? “Essa daí é prostituta” (Bianca).

Tipo, a maioria das minhas roupas é short assim, é blusa que mostra barriga, é blusa que mostra isso daqui. Sempre tem aquelas mulher, ó mulherzinhas recalcadas, tem umas aí. Aí fala: “Depois é estuprada e não sabe porque”. Roupas não define [...] Aqui na Cohab é o que mais tem: estuprador. Se olha pro lado tem um estuprador, se olha pro outro tem um estuprador (Shirley).

[...] agora que eu não estou trabalhando, eu só saio de casa para ir para a faculdade. Não vou nem nos mercadinhos dos arredores, por achar muito caro. Eu faço o mesmo trajeto sempre. Às vezes eu desço para a estação de ônibus, dá uns dez minutos andando, né, mas aí dá os mesmos dez minutos de ônibus. Mas às vezes eu prefiro ir de ônibus até porque da metade do caminho para lá, até chegar na estação, é muito mato, e como eu saio de noite, eu não curto muito [...] Tem caminhos que são mais perto... mas, assim, eu teria que passar por becos, por lugares tomados por biqueiras... e nesse lugar tem muito morador de rua que é usuário, e centenas de histórias de estupro já rolaram por ali, então eu prefiro evitar [...] meu irmão conhece alguém que sofreu, né... e a menina nem mora mais aqui, não aguentou. E foi nesse mesmo beco que eu tenho pânico [...] Sério. Sendo perseguida, sendo violentada... a energia de lá é muito pesada. E aí toda a vez que eu passo por lá, tenho pesadelo, então eu evito (Joana).

O dilema geracional parece então rondar o fato de que as mulheres jovens saem ao espaço público, seja para o trabalho, seja para os lazeres. Saem diferentemente do que suas mães, tias e avós, cujo deslocamento pela esfera pública estava, desde cedo, marcada pela venda da força de trabalho ou pelas atividades de reprodução da casa e da família como consequência da explosão urbana. Esta integração aparentemente maior das mais jovens à cidade é desintegradora, na medida em que o espaço público persiste sendo um espaço de dominação masculina, hostil ao uso pelo corpo feminino.

O medo da violência sempre é retratado por elas como uma ameaça sexual, mostrando que a dominação do espaço que as

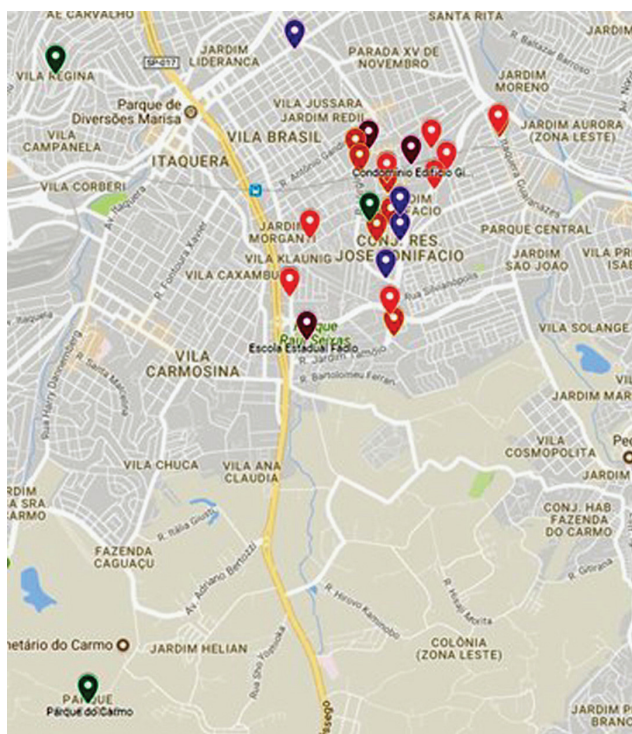


FIGURA 3
Trajetos diários das
entrevistadas com
mais de 40 anos

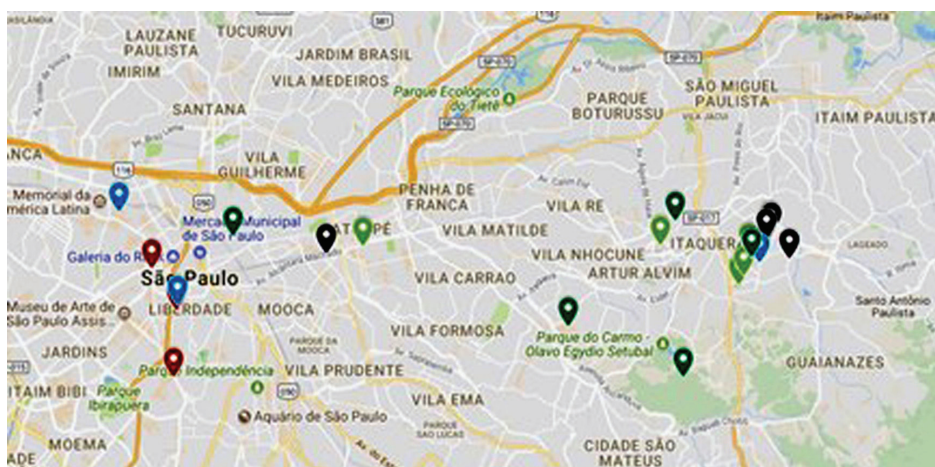


FIGURA 4
Trajetos diários das
entrevistadas com
menos de 40 anos

alija é imediatamente sexual, e não econômica. No caso mais expressivo em que o medo não ocorreu como ameaça sexual, a presença do conteúdo sexual – do risco do phallus na forma espacial da esfera pública –, mesmo assim, se manteve presente:

Não, eu não sinto tanto medo porque, assim, a gente pode ser abordado sim, pode ser até uma incoerência o que eu vou falar agora, mas eu acho assim, eu tenho uma cara muito feia, muito brava, o porte físico, o tamanho do passo, então acho que eu sou uma presa difícil, eu não tenho tanto medo, mas eu tenho medo pelos outros. Eu acho que comigo é mais difícil de acontecer, então, assim, eu não sei se essas características, até o fato de ser “a tia da escola” também ajuda (Patrícia).

O tema da violência pôde ser observado com outro viés a partir da vivência em campo no CDCM Maria da Penha, onde a recepção foi feita pela assistente social da casa, Tânia. Ela contou que as mulheres que frequentam o serviço são majoritariamente adultas, solteiras, divorciadas ou viúvas, não trabalham, possuem algum diagnóstico de doença mental e são inscritas em programas de transferência de renda, como o benefício de prestação continuada (BPC).

São mulheres que vivem situações permanentes de violência física, sexual e, especialmente, violência psicológica no âmbito doméstico. A grande maioria é habitante do distrito José Bonifácio. De acordo com o que relatou Tânia, o serviço cresceu aproximadamente 100% de 2016 para 2017 em número de atendimentos, o que reputou à publicidade maior que o Estado vem fazendo dos serviços especializados à mulher.

Passam a tarde no espaço fazendo oficinas e preferem quando as atividades são relacionadas à costura, com que se sentem mais hábeis e familiarizadas⁴. Ao mesmo tempo em que produzem, não costumam comercializar seus produtos. O espaço concebido pelo Estado a essas mulheres em situação de violência é aclamado como progresso se se compara ao tempo em que as agressões podiam ser ouvidas das paredes dos apartamentos, como contou Ana.

Não que tenha sido superada a violência contra as mulheres no âmbito privado, que vem aumentando no Brasil nos últimos

anos, segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça⁵. Mas o Estado procurou, desde lá, implementar este serviço público com o propósito de lidar com mulheres afetadas mentalmente pela violência de seus familiares. As mulheres não são estimuladas a produzir e a comercializar suas confecções para conquistar sua independência econômica, mas não podem permanecer na esfera do lar como as mulheres que são donas de casa. Por isso, dos exemplos todos registrados da pesquisa no Conjunto, este talvez seja o mais agudo em termos de programação do tempo e da cotidianidade pelo Estado.

As privações vividas em casa só podem ser sanadas a partir da privação dessas mulheres em outro espaço de dominação onde se reafirma sua condição improdutiva, mesmo que contraditoriamente as funcionárias do serviço sejam empenhadas em auxiliar na melhora da qualidade de vida das participantes do Centro.

Vale reforçar o que foi dito mais acima: assim como as escolas e os espaços comerciais, os espaços de política de assistência social da Cohab, como é o caso do próprio CDCM, vem passando por reformulações que expressam a austeridade neoliberal e o papel de arregimentar a privatização que assume o Estado nesse contexto. O contrato da prefeitura com as Organizações Sociais gestoras dos equipamentos vem incidindo sobre os direitos trabalhistas das funcionárias contratadas e, pouco antes da conclusão desta pesquisa, teve-se a notícia de que todas as trabalhadoras do CDCM haviam sido demitidas em razão do corte de investimentos na Secretaria de Assistência Social. Mais uma vez, o espaço emerge como fronteira de expansão do capital, cuja abertura é capitaneada por meio do poder estatal.

Notas

¹ “De uma experiência coletiva emergia uma nova ideia de política. Essa nova ideia não lhes veio já elaborada e as elaborações até então instituídas não lhes serviam. A palavra “política” vinha carregada de conotações que elas rechaçavam. A nova ideia da política estava sendo criada (e a criação desse novo discurso era também a criação de novos sujeitos coletivos)” (SADER, 2001 p. 221).

² Edital de Tomada de Preços nº. 001/2018, Processo Administrativo nº.2017 – 0.128.938-1.

³ No Edital de Concorrência nº. 007/15, publicado em março de 2018, a Cohab oferta uma gleba de 631.981,32 m² em Santa Etelvina para a construção de um Centro de Múltiplo Uso, com serviços, comércio, praça de alimentação e estacionamento. Em nota de publicidade, a Cohab afirma que a alienação da área (ofertada por R\$73 milhões) trará muitos empregos para a região, que tem uma das menores taxas de oferta de emprego por habitante do município.

⁴ Elas disseram, no acompanhamento feito em uma das oficinas, que gostam de costurar um tipo de travesseiro comprido que apelidam de “maridão”, uma representação contraditória com a situação de abandono e violência por cônjuges que muitas delas viveram e que as motivou buscar o serviço do CDCM.

⁵ Ver o estudo do Conselho Nacional de Justiça publicado em 2017: O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>. Acesso em 20/07/2018.

Fontes das imagens

FIGURA 1 Página do Facebook *Conjunto Habitacional José Bonifácio Cohab 2* (página ligada à Associação de Moradores do Conjunto José Bonifácio). Disponível em: <https://www.facebook.com/saudosacohab2itaquera/>. Acesso em: 20/08/2018.

FIGURA 2 Página do Facebook *Conjunto Habitacional José Bonifácio Cohab 2* (página ligada à Associação de Moradores do Conjunto José Bonifácio).

FIGURA 3 GoogleMaps (organizado pela autora)

FIGURA 4 GoogleMaps (organizado pela autora)

Considerações finais

A sobreposição de muitos tempos do Conjunto, tempos diários e tempos históricos, provoca contradições violentas. A única maneira de essas contradições serem superadas para dar lugar a outras é por meio do espaço e dos novos ritmos que condicionam as possibilidades de uso (consumo) e as possibilidades de apropriação (*práxis*) que intercalam as escalas apresentadas aqui.

Os exemplos trazidos indicam que há uma privatização em curso dos espaços públicos, instituídos originalmente pelo Estado e posteriormente apropriados pelos habitantes do Conjunto – movimento revelador do avanço do capital ao consumir o espaço. O crescimento econômico, o “progresso” como foi tratado pelas mulheres as mudanças espaciais, não é sinônimo de um bem estar sensível, como também as próprias moradoras declaram. Em compensação, há uma publicidade maior em espaços privados, como é o caso do Shopping, quando ocupado pelos rolezinhos, das ruas, quando retomadas pelos bailes e festas, e das escolas, quando vividas como espaço político.

Estas novas contradições demonstram que o espaço instrumental do capital não pode reduzir o espaço social à sua abstração como forma-mercadoria, já que se recriam, permanentemente, os conflitos emergidos da reprodução das relações sociais.

**Nov
mulh
no
peri**

**as
eres,
vas
ferias?**

**Novas mulheres,
novas periferias?**

Cohabeira é você... pode morar em qualquer lugar que o pessoal sempre se acha. É assim, ser cohabeira pra mim é você estar dentro do fluxo. Não mudar a sua origem (Iara, entrevistada).

Esta sociedade, em que a reprodução (das relações) constitui o processo central e escondido, rejeita toda a espécie de grupos constituintes de vida social: a juventude (crianças, adolescentes, jovens), as mulheres, os estrangeiros, os dos arredores, os periféricos. De onde as dificuldades crescentes (e que crescem com o próprio crescimento) da socialização dos indivíduos – isto vem desnudar uma contradição específica desta sociedade: a contradição entre a *expulsão* (para as periferias espaciais, mentais, sociais, de grupos inteiros) e a *integração* (que permanece simbólica, abstrata, cultural). Esta contradição não se lê imediatamente, decifra-se (LEFEBVRE, 1973, p. 25).

A pergunta é aparente e não deve ser respondida dessa forma se se assume que nenhuma novidade é estanque ou pode substituir o processo em movimento, os ritmos que levam a continuidade à descontinuidade, a repetição à criação, a quantidade à qualidade, em que essas relações sociais se realizam. Em outras palavras, o novo não substitui o velho; o novo é expressão de elementos do velho transformado, subsumidos ao imperativo de necessidades criadas e recriadas para superar contradições existentes e, a partir daí, gerarem outras contradições, sempre rebaixadas a uma negatividade do real na sociabilidade capitalista. Mas isso pode ser um tanto abstrato. O melhor é resgatar e entrecruzar as conclusões extraídas nos capítulos anteriores para dar significado ao problema material da “transformação”.

Na primeira parte, notou-se que o Conjunto Habitacional José Bonifácio se insere em um movimento contemporâneo de expansão de investimentos imobiliários para as regiões periféricas, onde o preço da terra é historicamente mais baixo. Isto se infere, entre outras razões, a partir do fato de que o Conjunto da Cohab faz fisicamente fronteira com novos empreendimentos residenciais em Itaquera, vendidos por meio de linhas de financiamento dirigidas ao chamado segmento econômico, e também porque foram produzidos em suas extremidades, ainda em área originais

da companhia, novos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Contudo, mesmo considerando esses aspectos da nova produção imobiliária na área do Conjunto ou nas suas proximidades, a consolidação, ao longo dos anos, não indiferenciou o território da Cohab; ele ainda é identificável espacialmente, permanece como externo daquilo que está dentro da linha da fronteira.

Por que não se “misturou” com a paisagem das áreas que o rodeiam? A resposta, talvez óbvia à primeira vista, é de que a morfologia do Conjunto, a tipologia dos edifícios que o desenha, a sua forma, segue existindo. Logo, a inserção do Conjunto nesse avanço do capital imobiliário-financeiro deve combinar a mudança da *forma* do Conjunto, descrevendo as feitorias dos edifícios e das estruturas, alterações aparentes, com as *funções* das formas, para uma totalidade da conversão precária, tensa, insolúvel e permanente, da propriedade do Estado em propriedade fragmentária condominial.

A propriedade é *forma* ou *função* das relações sociais da produção capitalista. No caso dos novos empreendimentos em Itaquera, a forma condomínio para o consumo de monopólio residencial de luxo é reproduzida para as classes com poder de consumo (e endividamento) emergente a partir dos anos 2000, uma representação formal materialmente rebaixada como produto. E, no caso da Cohab, a *forma de propriedade* condomínio não é acompanhada de uma intensa valorização dos imóveis. Nesta formalização precária, ocorreu conjuntamente, em função da Copa do Mundo, justamente a frustração dessa promessa de incremento no preço imobiliário na Cohab pelo ingresso na circulação do mercado de imóveis, como nos dados e nas falas de moradoras e corretores imobiliários.

A transformação das funções do Conjunto conforma novas condições para as relações sociais de produção, interpretando aqui produção em sentido amplo, não apenas em termos de produção de mercadorias, mas de reprodução ampliada da lógica da mercadoria invadindo os mais diversos âmbitos da vida e da metrópole, de um padrão de reprodução social que atua sustentando, como condição, a crise de acumulação neoliberal. Essas alterações nas relações sociais podem ser identificadas

a partir da fragmentação do espaço através da propriedade privada. O condomínio aparece não como um compartilhamento da propriedade imobiliária, uma propriedade coletiva, um *comum*, mas uma somatória de espaços abstratos individualizados que incutem a noção de que o melhor para todos é a coação, o “todos contra todos” em nome da lógica imperativa de preservação da propriedade.

Em outros termos, o fim do *público* como sinônimo de uma qualidade estatal ou de uma condição coletiva: a disciplina proibitiva das brincadeiras infantis nos espaços comuns, das festas que celebrem as antigas relações de vizinhança, o plano de demissão do porteiro, vizinho e condômino, baseada na contabilidade dos direitos trabalhistas, ou, na experiência de subalternização violenta de uma das entrevistadas, moradora, condômina, subcontratada como faxineira do próprio edifício.

Por outra parte, a forma identificada do Conjunto, seu “excesso” e rigidez de forma, é combinada com o “trabalho sem forma”¹ dos negócios informais das garagens e do trabalho doméstico mercantilizado, como é a condição da entrevistada que organiza uma creche informal em seu apartamento, por exemplo, mas também ao alto índice de desemprego ou trabalho que submete as entrevistadas mais jovens a longos deslocamentos diários para outras regiões da metrópole, onde preenchem funções principalmente em áreas que concentram serviços; áreas que foram reconstruídas e reproduzidas pelo potencial de flexibilização espacial que apresentaram para a reprodução do capital financeiro-imobiliário, muito diferentes do espaço rígido concebido pelo Estado no ciclo anterior de produção no Conjunto da periferia.

Foi constatada uma inversão importante na história do espaço, sentida pelas moradoras: há muitas mulheres saindo do Conjunto para trabalhar e muitos homens que significaram o ciclo industrial anterior (como trabalhadores e mutuários) permanecendo ali. O espaço concebido pelo regime ditatorial tinha formas e funções correspondidas, uma lógica implícita do espaço que organizava a vida familiar do operariado e a divisão sexual do trabalho característica da sociedade industrial.

Hoje, as formas espaciais podem persistir, como já dito, mas as possíveis novas funções espaciais também incidem sobre o modo

de reprodução social relegado ao gênero feminino. Isto quer dizer que há o fim de uma fronteira entre o espaço público e o espaço privado que determinou classicamente a divisão sexual do trabalho?

A nosso ver, esta divisão permanece em tensão, seja quando a mulher segue sendo a principal responsável pela reprodução da vida sem remuneração no âmbito privado (permitindo, a partir daí, a reprodução da mais-valia global), seja quando figura entre os postos mais precários do trabalho remunerado e é diretamente explorada, com frequência em funções de cuidado que remontam à reprodução social (no domicílio alheio, no seu próprio, em outros espaços da metrópole ou nos serviços administrados pelo Estado).

A opressão sobre as mulheres por meio da cisão entre espaço público e privado segue sendo um mecanismo precípua da (re) produção das relações sociais de produção capitalista da vida social. Ao mesmo tempo, a relação dialética entre o espaço público e o espaço privado segue em tensões constantes. Se as funções e representações do público e do privado na sociedade industrial tinham correspondência com formas espaciais (trabalho doméstico/ser feminino/espaço privado e trabalho assalariado/ser masculino/espaço público), estes termos hoje parecem estar mais embaralhados.

O espaço privado pode ser o âmbito de trabalho remunerado e pode ser, ele mesmo, a fonte de remuneração: a mercantilização do trabalho doméstico é acompanhada e se contamina da mercantilização imobiliária. O exemplo a respeito do papel das moradoras como síndicas e subsíndicas indica esta tendência. Se foram donas de casa no apartamento, hoje também são síndicas do condomínio, demonstrando que as contradições das relações sociais entre os sexos deixam de se inserir *no* espaço para serem próprias *do* espaço, constitutivas de suas fragmentações e hierarquizações.

As duas tendências de mercantilização e privatização, sem dúvida, iluminam a crise da reprodução (social e do capital) em que se vive na atualidade. Se a sociedade industrial fragmentou o espaço público/produtivo e o espaço privado/reprodutivo pela primeira vez na história, a sociedade urbana generalizou a fragmentação,

não apenas a estendeu, mas a intensificou, recriando fronteiras para a acumulação de capital através do espaço urbano e do corpo feminino, tornando-os seus “empreendimentos”.

O feminismo marxista foi essencial na explicação da natureza do trabalho doméstico para a sustentação econômica do capitalismo. Essa explicação se baseou, tradicionalmente, na multiplicação do tempo (duplas e triplas jornadas do trabalho feminino) e na divisão do espaço (público e privado). Ou seja, a análise marxista clássica sobre a divisão sexual do trabalho é uma divisão sobretudo espacial do trabalho.

O feminismo da crítica economia política do século XXI parece ter como desafio a compreensão do problema reprodução social sob uma lógica menos formal sobre o tempo e o espaço, pelos entremeios e tensões dessa cisão tradicional.

Esta também é uma consideração voltada aos estudos urbanos feministas. Como se notou no capítulo 2, parece haver uma reedição da interpretação de que a cidade é o *locus* de reprodução da força de trabalho para algumas das autoras trazidas e que a função do planejamento urbano seria, então, transferir a incumbência da manutenção doméstica e familiar das mulheres para os equipamentos da cidade. Não se nega aqui a importância de usar a técnica e a luta política sobre o Estado para melhorar a vida das mulheres trabalhadoras, muito menos de desvalorizar os direitos sociais em tempos como esses.

Mas a generalização do espaço abstrato, a generalização da venda de suas frações, produzindo propriedades privadas, faz pensar sobre como a sociedade de hegemonia industrial dá lugar à sociedade urbana deslocando problemas. Se os movimentos urbanos das décadas de 1970 e 1980 jogaram luz sobre processo de espoliação que submeteu a classe trabalhadora (e as mulheres) ao padrão periférico de urbanização, atualmente a espoliação urbana é combinada com a espoliação imobiliária e financeira.

Valorização dos imóveis, consumo por endividamento, mercantilização de trabalhos tradicionalmente não pagos, precarização das relações de trabalho assalariado, cortes de mecanismos de transferência de renda como o sistema de previdência social. Há uma reposição de fronteiras, que antes eram extensivas e hoje são

intensivas, em uma etapa histórica do capitalismo que Harvey chama acumulação por espoliação.

A acumulação por espoliação está presente nos estudos feministas mais recentes, que lograram estabelecer o nexos entre opressão de gênero e sobrevida do capitalismo. Da mesma forma, os estudos urbanos revelaram o papel central do espaço nas crises cíclicas de sobreacumulação. São abordagens distintas para evidenciar estratégias incutidas na reprodução do capital que devem ser fundidas para potencializar a percepção da totalidade social.

A lógica da mercadoria disseminada nesta totalidade determina a reprodução da vida, mas dela nascem contradições, reações criativas. As apropriações do espaço notadas nos exemplos trazidos do terceiro capítulo são subversões às privações programadas da segregação e da hierarquização (re)produzidas por essa lógica. A ocupação política do corpo firmado no espaço nas ocupações de escola, de shopping, nas formações políticas, nas festas de rua e nas manifestações culturais são parte de uma desintegração consciente às coações. É neste sentido que a reprodução pode ser negação e produção de algo novo e superativo. As jovens que se apropriaram do espaço da escola afirmando-se como *feministas periféricas* são, sem dúvida, expressão das novas personagens do século XXI que já entraram em cena.

Notas

¹ Para utilizar a expressão de Francisco de Oliveira ao se referir a um sub (ou semi) proletariado em expansão.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Pedro Fiori. *Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970*. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2009, n.83, pp.103-127.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015, p. 33-58. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 20/06/2018.
- AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luis Aureliano G. de. *Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*. Londres: Pluto Press, 2017.
- BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- BONDI, Liz; PEAKE, Linda. Gender and the City: Urban Politics Revisited. In: LITTLE, Jo; PEAKE, Linda; RICHARDSON, Pat (ed.). *Gender and the urban environment*. Macmillan Education: London, 1988.
- CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: 6º ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA. *Observatório Geográfico*, 1997. v. 1, p. 1–9. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>. Acesso em 20/06/2018.
- CAMARGO et al. (orgs.). *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARLOS, Ana Fani. A. *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- CASTRO, Carolina Maria Pozzi de; SHIMBO, Lúcia Zanin. Das cooperativas autofinanciadas às construtoras e incorporadoras de capital aberto. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 12, n. 2. Novembro, 2010. p. 53-74.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, Chapman and Hall, 1990.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. 1978. *The Combahee River collective statement: Black feminist organizing in the seventies and eighties*.
- CRENSHAW, Kimberle. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. Chicago: University of Chicago, 1989.
- CUNHA, Rafael Carneiro da. Morador de Itaquera vê a Copa do Mundo como promessa de melhorias no bairro. 12/06/2013. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2013/06/12/morador-de-itaquera-ve-a-copa-do-mundo-como-promessa-de-melhorias-no-bairro/>. Acesso em 20/08/2018.
- DAGENAIS, Huguette. Les femmes dans la ville et dans la sociologie urbaine : les multiples facettes d'une même oppression. *Anthropologie et Sociétés*, vol. 4, n. 1, p. 21–36. 1980. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/as/1980-v4-n1-as491/000946ar.pdf>. Acesso em 20/06/2018.
- DALLACOSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The Power of Women and the Subversion of Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

DAMIANI, Amélia Luísa. *A Cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

DARDOT, Pierre; LAVAL; Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016

DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). *O Processo de Urbanização no Brasil*. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem História. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 31-45, junho 1983. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo digital do Estado de São Paulo, 17/06/1979. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19790617-31980-nac-0042-999-42-not>. Acesso em: 20/06/2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo digital do Estado de São Paulo, 09/10/1979. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19791009-32077-nac-0031-999-31-not>. Acesso em: 20/06/2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo digital do Estado de São Paulo, 15/10/1981. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19811015-32698-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 20/06/2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo digital do Estado de São Paulo, 25/07/1984. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19840725-33556-nac-0010-999-10-not>. Acesso em: 20/06/2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo digital do Estado de São Paulo, 09/08/1987. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19870809-34493-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 20/06/2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo digital do Estado de São Paulo, 18/07/1991. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19910718-35715-nac-0020-999-20-not>. Acesso em: 20/06/2018.

ETHOS, Instituto. *Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas*. São Paulo: Instituto Ethos, 2010.

FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: sof Sempreviva Organização Feminista, 2014.

FEDERICI, Sílvia. *Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle*. New York: PM Press, 2012.

FIX, Mariana. *São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOLHA DA MANHÃ. Acervo digital da Folha de São Paulo: Folha da Manhã, 26/09/1959. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=itaquera&periododesc=26%2F09%2F1959&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=26&month=09&year=1959&jornais=2>. Acesso em: 20/06/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Acervo digital da Folha de São Paulo, *As novas fronteiras vão para o leste: a cidade expande sua miséria*. 25/06/1981. Disponível em: <https://>

acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=7718&keyword=Itaquera%2CGuaianses&anchor=4189795&origem=busca&pd=f5c709452a854b57e99c7933578d9d77. Acesso em: 20/06/2018.

FORAN, Clare. How to Design a City for Women. Disponível em: <https://www.citylab.com/transportation/2013/09/how-design-city-women/6739/>. Acesso em 20/06/2018.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

GAGO, Veronica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

GONZAGA, Terezinha. *A cidade e a arquitetura também mulher: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero*. São Paulo: Annablume, 2011.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-latino-americano*. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; BARONE, Leonardo Sangali. Mercantilização no feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 31, nº. 90, fevereiro 2016. ANPOCS, 2016.

HARVEY, David. *From Managerialism to Entrepreneurialism: the Transformation in Urban Governance in Late Capitalism*. Geografiska Annaler, 71B(1), p.3-17, 1989.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HAYDEN, Dolores. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. *Signs*, Vol. 5, No. 3. Universidade de Chicago, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173814>. Acesso em: 20/06/2018.

HAYDEN, Dolores. *Redesigning the American Dream: The Future of Housing, Work, and Family Life*. New York: W.W. Norton & Co., 1984.

HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, vol. 26, n.1, São Paulo, jun/2014, p. 61-74.

HOOKS, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16. Brasília, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/view/1155/showToc>. Acesso em: 20/06/2018.

IBGE - Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano / SMDU - Departamento de Estatística e Produção de Informação/Dipro. Disponível em: <http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_dist.php>. Acesso em 07/06/2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014. Brasília, março de 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27317. Acesso em 20/08/2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. Brasília, março de 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf. Acesso em: 20/06/2018.

- ITAQUERA, Subprefeitura. *Itaquera, uma região forjada a duras pedras*. Blog 'São Paulo, Minha Cidade'. S.d. Disponível em: www.saopaulominhacidade.com.br/conteudo/53/Itaquera. Acessado em 12/06/2018.
- ITAQUERA EM MOVIMENTO. Marcelo Caetano (diretor). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 2008.
- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: a reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-posições*, v.13, n.1, p.47-59, 2002.
- KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. *A Re-produção das relações de produção*. Porto: Edições Escorpião, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.
- LEMONS, Amalia I.G. de; FRANÇA, Maria C. *Itaquera*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Socialismo e a Emancipação da Mulher*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1956.
- LESSA, Sérgio. *Abaixo a família monogâmica!*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- MARICATO, Ermínia. *Indústria da construção e política habitacional*. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARTINS, José de Sousa. *A imigração e a crise no Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, José de Sousa. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital*, vol. 1, tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.
- MARX. *O Capital*, vol. 1, tomo 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Eleanor; AVELING, Edward. *The Woman Question*. Publicação original de 1886. Transcrição: Sally Ryan, 2000. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/eleanor-marx/works/womanq.htm>. Acesso em: 20/06/2021.
- MASSEY, Doreen. *Space, Place and Gender*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1994.
- MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: *O Processo de Urbanização no Brasil*. Csaba Deák, Sueli Ramos Schiffer (org.). 2a ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

- MCDOWELL, Linda. Towards the understanding of the gender division of urban space. *Society and Space*, vol. 1, 59–72, 1982.
- MEYER, Regina Maria Proserpi. (1991) *Metrópole e Urbanismo: São Paulo nos anos 50*. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.
- MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. In: *Revista Direito & Práxis*. vol. 07, n. 15, p. 838-873. Rio de Janeiro, 2016.
- MONTEIRO, Magdalena Pelicci. História de Vida. Museu da Pessoa, 04/08/2003. Disponível em <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/historia-de-vida-44944>. Acesso em 12/06/2018.
- MUXÍ, Zaida. Ciudad Próxima. Urbanismo sin Género. *Revista Ingeniería y Territorio*, 75, pp. 68-75. Barcelona, 2006.
- MUXÍ, Zaida. et. alli. ¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?. *Feminismo/s.*, 17, 105-129. Barcelona, 2011.
- NAKANO, Anderson Kazuo. *Quatro Cohabs da zona leste de São Paulo: Território, Poder e Segregação*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A Feminização no Mundo do Trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- OBSERVA SAMPÁ. *Indicadores por distrito*. Disponível em <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php/indicadores/indicadores-por-regiao/>. Acesso em 12/06/2018.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OTERO, Estevam Venale; MARTINS, Maria Lucia Refinetti Rodrigues. A Reabilitação de Conjuntos Habitacionais na Cidade de São Paulo. In: *III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios*. Rio de Janeiro, 2010.
- OTERO, Estevam Venale. *As possibilidades e os limites da reabilitação de conjuntos habitacionais em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- PASCHOA, Artur Tadeu Paulani; LIMA, Hudynne Helena Guimarães; COELHO, Thaís Junqueira. Trabalho para a disciplina 'Estruturação do Espaço Urbano: Produção Imobiliária Contemporânea' (AUF 0563) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2017.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Reestruturação imobiliária em São Paulo: Especificidades e tendências. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. Universidade de São Paulo – 20 a 26 de março de 2005.
- PIRES, Flávia Cristina de Paula Gomes. *As Faces da Produção do Espaço Urbano na cidade de São Paulo e no Conjunto Habitacional José Bonifácio*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- POCHMANN, Márcio. *A metrópole do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Pólo Institucional Itaquera: Diretrizes de projeto urbanístico*. São Paulo: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU – Assessoria Técnica de Operação Urbana – ATOU, 2012.
- RAMALHOSO, Welligton. O metrô rumo aos conjuntos habitacionais da Cohab-SP. Dissertação de Mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2013.

- RAYMOND, Geneviève. *L'habitat pavillonnaire*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3. ed. – São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROLNIK, Raquel.; FRÚGOLI JR., Heitor. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. In: *Cadernos Metrópole* n. 6, p. 55-83. São Paulo, 2001.
- ROSE, Gillian. *Feminism and Geography: the limits of geographical knowledge*. Polity Press: Cambridge, 1993.
- RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Financeirização do Imobiliário e transformações na produção do espaço. In: Alvaro Ferreira; João Rua; Regina Celia de Mattos. (Org.). *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, v. 1, p. 213-240.
- RUFINO, Maria Beatriz Cruz; SHIMBO, Lúcia Zanin. Financeirização e condominialização: um olhar sobre as transformações na produção e na propriedade da habitação no Brasil. In: Congresso Internacional CONTESTED_CITIES. Madrid, 2016.
- SABESP. Memória: duplicação da adutora Rio Claro em 1976 ampliou oferta de água para a região leste. 12/06/2013. Disponível em <http://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaoId=65&id=5370>. Acesso em 12/06/2018.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth. Trabalho Feminino e Capitalismo. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 1, n. 1, 2009.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. *Ocupação irregular nos conjuntos de Itaquera*. Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo: São Paulo, 1985.
- SANTO ANDRÉ. *Mulher e Espaço Urbano*. Santo André: Prefeitura de Santo André, 1992.
- SÃO PAULO, Assembleia Legislativa Provincial de. Relatório apresentado por João Teodoro Xavier de Matos, presidente da província, no dia 14 de fevereiro de 1875, p. 19. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1016/000019.html>. Acessado em 03/06/2018.
- SÃO PAULO (CIDADE). *Plano Urbanístico Básico de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1969.
- SASSEN, Saskia. Toward a Feminist Analytics of the Global Economy. *Indiana Journal of Global Legal Studies* 4 (1), 1996, p. 7-42.
- SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. In: *Novos estudos – Cebrap*, nº. 45 - julho de 1996, pp. 15-36. São Paulo, 1996.
- SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

- SHIMBO, Lucia Zanin. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese de Doutorado. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.
- SHIMBO, Lucia Zanin. *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.
- SILVA, Kamila Anne Carvalho da. *Mulheres e o direito à moradia: uma análise a partir do programa Minha Casa, Minha Vida*. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.
- SILVA, Maria da Graça Plenamente. *A “Irregularidade” na Produção Pública de Conjuntos Habitacionais de Interesse Social: o caso da Cohab-SP*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SILVA, Maria da Graça Plenamente. A “irregularidade” na produção de conjuntos habitacionais de interesse social. In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Salvador: ANPUR, 2005.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1973.
- SLOMIANSKY, Adriana Paula. *Cidade Tiradentes: a abordagem do poder público na construção da cidade*. Conjuntos Habitacionais de Interesse Social da Cohab-SP. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- SMDU, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Paulo. Censo de População por Distrito. Disponível em http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_dist.php. Acesso em 12/06/2018.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In: *Revista Geosp*, nº 21. São Paulo, 2007, p. 15-31.
- SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. In: *Revista Afro-Ásia* n. 17. p. 57 – 71. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- TROTSKY, Leon. Construir o socialismo significa emancipar as mulheres e proteger as mães. In: BEBEL, A; HELLER, A; TROTSKY, L.; KOLLONTAI, A. *Da velha à nova família*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- VAN DEN BERG, Marguerite. *Gender in The Post-Fordist Urban: The Gender Revolution in Planning and Public Policy*. Palgrave Pivot: Amsterdam, 2017.
- VOLOCHKO, Danilo. *Novos Espaços e Cotidianos Desiguais nas Periferias da Metrôpole*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- ZETKIN, Clara. *La cuestión femenina y la lucha contra el reformismo*. Barcelona: Anagrama, 1976.

Universidade de São Paulo – USP

Reitor

Vahan Agopyan

Vice reitor

Antonio Carlos Hernandes

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU

Diretora

Ana Lucia Duarte Lanna

Vice diretor

Eugenio Fernandes Queiroga

Comissão Editorial das Publicações da FAUUSP

Presidente da Comissão

Prof. Dr. Mario Henrique Simões D'Agostino

Representante titular do AUH

Profa. Dra. Ana Claudia Veiga de Castro

Representante suplente do AUH

Prof. Dr. Agnaldo Aricê Caldas Farias

Representante titular do AUP

Profa. Dra. Maria Beatriz Cruz Rufino

Representante suplente do AUP

Profa. Dra. Denise Dantas

Representante titular do AUT

Prof. Dr. Leonardo Marques Monteiro

Representante suplente do AUT

Prof. Dr. João Carlos de Oliveira Cesar

Secretária

Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Produção editorial

Revisão e preparação

Carolina Alvim de Oliveira Freitas

Tratamento de imagem

José Tadeu de Azevedo Maia

Projeto gráfico e diagramação

André Luis Ferreira

Francisco Inácio Scaramelli Homem de Melo

José Tadeu de Azevedo Maia

Projeto do selo de identificação da Coleção Caramelo

Leandro Leão Alves

Impressão e acabamento

STPROED – Seção Técnica de Produção Editorial

Eduardo Antônio Cardoso

Francisco Paulo da Silva

Jaime de Almeida Lisboa

Márcio Antônio de Jesus

Mário Duarte da Silva

Ricardo de Sotti Machado

Roseli Aparecida Alves Duarte

Valdinei Antônio Conceição

Família tipográfica: Utopia, com o texto corrido nas versões
Regular e Small Caps, em corpo 10,5 pt, entrelinha 15 pt.
Papéis: Capa em FCard Amarelo 240 g/m², miolo em Polén 90 g/m².

São Paulo, 2021

A tranquilidade com que a autora maneja a teoria e a qualidade de sua prosa são frutos de seu tino de pesquisadora talentosa aliado ao compromisso militante de quem sabe que é nas ruas que o mundo se faz, seja nos protestos massivos em grandes avenidas, seja nas ocupações de terra e de escolas, seja nas conversas dos portões. São dessas experiências de vida e de mundo, lapidadas a risos e a lágrimas, que a autora extrai o sumo de sua obra.

Neste livro, para tratar da conjunção entre as transformações recentes nos espaços periféricos e o papel social desempenhado por mulheres periféricas, Carolina Freitas mobiliza pelo menos três grandes escolas teóricas: a dos estudos de gênero, que vem contribuindo para uma melhor compreensão de nossa sociedade, além de adubarem a terra para tantas lutas protagonizadas por mulheres; a dos estudos urbanos, dando especial ênfase à literatura que compreende a produção do espaço como lócus privilegiado de reprodução do capital; e o marxismo, cada vez mais vivo, atual, pulsante e dinâmico, capaz de nos fornecer poderosas ferramentas analíticas para a compreensão da formação de sujeitos e de subjetividades, sem desconectá-las das estruturas.

TIARAJU PABLO D'ANDREA

ISBN 65-89514-06-0



9 786589 514060